

**CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**MAÇONARIA E EDUCAÇÃO: A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE
ITUVERAVA - SP**

Ana Maria Ribeiro Tanajura Jabur

**Ribeirão Preto
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANA MARIA RIBEIRO TANAJURA JABUR

**MAÇONARIA E EDUCAÇÃO: A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE
ITUVERAVA - SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, SP como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Escolar
Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Práticas Escolares
Orientadora: Profa. Dra. Alessandra David

Comissão Julgadora

Profa. Dra. Alessandra David – Orientadora (CUML) _____
Profa. Dra. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (CUML) _____
Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino (UNESP) _____

Ribeirão Preto, 27 de julho de 2010.

Para Dodô, querido companheiro na jornada da vida.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer.

Assim, registro aqui minha sincera gratidão a todos aqueles que me apoiaram nessa empreitada. Muito obrigada:

À Fundação Educacional de Ituverava pelo incentivo; bem como a todos os professores e funcionários das escolas mantidas por ela, pela sempre pronta colaboração.

À minha orientadora, Profa. Dra. Alessandra David, cuja competência profissional e amizade foram fundamentais.

A meus filhos, Luis Gustavo e Rodrigo, pelo apoio logístico.

A meus pais – Maria Lúcia e Pedro Walter; bem como a meus avós, José e Messias, que me ensinaram a caminhar.

A meu marido, José Antônio Jabur, pelo amor e presença constantes.

A amigos especiais, cujo apoio foi essencial para a realização desse trabalho:

Antônio Luis de Oliveira,
Paulo de Moraes Mendonça Ribeiro
Reni Selma Gomes Mazarão

Finalmente, mas de modo especial, a Deus, que me permitiu chegar até aqui.

*Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do Passado
antes que o Tempo passe tudo a raso.
É o que procuro fazer, para a geração nova, sempre
atenta e enlevada nas estórias, lendas, tradições, sociologia
e folclore de nossa terra.*

Cora Coralina

*Tudo é do pai
Toda honra e toda glória
É dEle a vitória
Alcançada em minha vida*

Frederico Cruz

JABUR, Ana Maria Ribeiro Tanajura. **Maçonaria e educação:** a história da Fundação Educacional de Ituverava - SP. Ribeirão Preto, SP: CUML. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas de campo, documental e bibliográfica, como exigência para conclusão do curso de Mestrado em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto / SP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com análise de documentação da própria Instituição, incluindo acervo fotográfico e também jornais publicados na cidade de Ituverava entre 2008 e 2010. É um trabalho de história da educação, no qual são discutidos aspectos teóricos, buscando-se compreender uma experiência humana e educacional única. A pesquisa descritiva foi realizada com o levantamento de dados por meio de questões fechadas e amostragem sistemática. O objetivo principal é compreender o processo histórico no qual se insere a Fundação Educacional de Ituverava, criada pela Loja Maçônica “União Ituveravense”, em 1971. Esta instituição, filantrópica e sem fins lucrativos, é mantenedora de três escolas: o Colégio Nossa Senhora do Carmo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava e a Faculdade “Dr. Francisco Maeda”, todas na cidade de Ituverava, no interior paulista, atendendo alunos de toda a região. Procura-se compreender a história da cidade e da região, bem como a influência da Maçonaria na fundação e nos rumos seguidos pela Instituição. Os resultados evidenciam que a instituição foi fruto de esforço comunitário liderado pelos maçons e que a atuação das escolas citadas é bastante significativa na região, concorrendo para o seu desenvolvimento sociocultural, econômico e educacional. Considera-se ainda que a ideologia liberal, própria da Ordem Maçônica, está presente na administração das instituições de ensino.

Palavras-chave: História da Educação Brasileira; Instituições Escolares; Maçonaria; Ensino privado.

JABUR, Ana Maria Ribeiro Tanajura. **Maçonaria e Educação: a história da Fundação Educacional de Ituverava**. Ribeirão Preto, SP: CUML. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda.

ABSTRACT

The present work was developed with field, documental and bibliographical research as requirement for Master's Degree on Education to be given by the Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto/SP. It is a quality research, with the analysis of documents of the Institution itself, including photographic collection and also newspapers published in Ituverava city between the years of 2008 and 2010. The content is on History of Education, in which theoretical aspects are discussed, seeking to comprehend a human and educational unique experience. The descriptive research was realized with data collection from closed questions and systematic sampling. The objective is to comprehend the historical process in which the Fundação Educacional de Ituverava, created by the União Ituveravense freemasonic lodge in 1971, is inserted. This philanthropic and non-profit Institution maintains three schools: Colégio Nossa Senhora do Carmo; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava and Faculdade "Dr. Francisco Maeda", all in Ituverava city, in the countryside of the Estate of São Paulo, receiving students from all that region. The intention is to comprehend the town's and the region's history, as well as the influence the Freemasonry has on the Fundação and on the directions the Institution has taken. The results point that the institution was fruit of a community effort led by the freemasons and that the cited school's acting is quite significant in the region, contributing for its social, cultural, economical and educational development. It is considered also that the liberal ideology, characteristic of the Freemasonry, is present in the administration of the institutions.

Keywords: History of Brazilian Education; Educational Institution; Freemasonry; Private Education.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES CURSANDO LICENCIATURA NA FFCL DE ITUVERAVA EM 2010.	65
TABELA 2: Nº DE EDUCADORES DOS GÊNEROS FEMININO E MASCULINO POR ESCOLA ESTADUAL NA DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA-SP EM JUNHO DE 2010.....	67
TABELA 3: AVALIAÇÕES MEC – IGC – ÍNDICE GERAL DE CURSOS - 2009	125
TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS PELOS CURSOS TÉCNICOS EM 2009 E 2010.....	137
TABELA 5: NÚMERO DE ALUNOS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO CARMO EM 2009 E 2010.....	138
TABELA 6: QUANTIDADE DE ALUNOS DA FFCL DE ITUVERAVA EM 2009/2010 E TOTAL DE EGRESSOS 2009.....	145
TABELA 7: TOTAL DE DOCENTES DA FFCL DE ITUVERAVA 2009/2010 POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	147
TABELA 8: QUANTIDADE DE PROFESSORES LICENCIADOS PELA FFCL DE ITUVERAVA DISTRIBUÍDOS PELAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA E NÚMERO DE ALUNOS EM AGOSTO DE 2009.....	167
TABELA 9: QUANTIDADE DE EDUCADORES FORMADOS PELA FFCL DE ITUVERAVA ATUANDO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA D.E. DA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA EM AGOSTO / 2009 POR ÁREA DE ATUAÇÃO E/OU FORMAÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS.....	169
TABELA 10: TOTAL DE EDUCADORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS – DE DE SÃO JOAQUIM DA BARRA POR ÁREA DE ATUAÇÃO – 2009.....	171
TABELA 11: PERCENTUAL DE GESTORES ESCOLARES E PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA EM AGOSTO DE 2009.....	172
TABELA 12: SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS EDUCADORES FORMADOS PELA FFCL DE ITUVERAVA NA DIRETORIA DE ENSINO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA - 2009.....	173
TABELA 13: FUNCIONÁRIOS DA DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	173

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - REUNIÃO DE ACADÊMICOS NA UNIVERSIDADE DE PARIS	26
FIGURA 2 - THE SCHOLLMASTER	27
FIGURA 3 - NOTA DE 1 DÓLAR.....	80
FIGURA 4 - SÍMBOLO DA MAÇONARIA	82
FIGURA 5 – AVENTAL MAÇÔNICO	84
FIGURA 6 – RÉGUA	85
FIGURA 7 - CINZEL	85
FIGURA 8 - MALHETE	85
FIGURA 9 - TROLHA OU COLHER DE PEDREIRO.	86
FIGURA 10 – INTERIOR DO TEMPLO DA LOJA MAÇÔNICA “UNIÃO ITUVERAVENSE”	105
FIGURA 11 - MAPA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ONDE ESTÁ LOCALIZADA A CIDADE DE ITUVERAVA	110
FIGURA 12 - IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ITUVERAVA – SP	114
FIGURA 13 - VISTA AÉREA DO <i>CAMPUS</i> I (EM 1976).....	131
FIGURA 14 - VISTA AÉREA DO <i>CAMPUS</i> I (EM 2008).....	131
FIGURA 15 - 1ª TURMA DE FORMANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FFCL DE ITUVERAVA.....	151
FIGURA 16– 1ª TURMA DE FORMANDOS DO CURSO DE LETRAS.....	153
FIGURA 17 - 1ª TURMA DE FORMANDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	155
FIGURA 18 - 1ª TURMA DE FORMANDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	164
FIGURA 19 - VISTA AÉREA DO <i>CAMPUS</i> II – FAFRAM EM ITUVERAVA – SP.....	181

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTUALIZAÇÃO: HISTÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	17
1.1 História, Educação e Escola	17
1.2. Considerações sobre a história da educação no Brasil	39
1.3. A Profissão Docente	57
2. A MAÇONARIA E AS ORIGENS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA	71
2.1. Maçonaria: um histórico	71
2.2. Aspectos filosóficos, normas, ritos e legislação da Maçonaria	81
2.3. A Maçonaria no Brasil.....	96
2.4 A Loja Maçônica “União Ituveravense”	104
3. A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA	109
3.1. Ituverava: a cidade e a região	109
3.2. Histórico e estrutura de funcionamento da Fundação Educacional de Ituverava.....	116
3.3. As escolas mantidas pela Fundação Educacional de Ituverava e a influência da Maçonaria	129
3.3.1. <i>Os Campi: aspectos da arquitetura</i>	129
3.3.2. <i>O Colégio Nossa Senhora do Carmo</i>	132
3.3.3. <i>A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava</i>	139
3.3.3.1. <i>O curso de Pedagogia</i>	148
3.3.3.2. <i>O Curso de Letras</i>	152
3.3.3.3. <i>O Curso de Matemática</i>	154
3.3.3.4. <i>O Curso de História</i>	159
3.3.3.5. <i>O Curso de Ciências Biológicas</i>	164
3.3.3.6. <i>A abrangência dos cursos de licenciatura da FFCL na região</i>	165
3.3.3.7. <i>O Curso de Administração</i>	175
3.3.4. <i>A Faculdade Dr. Francisco Maeda</i>	178
3.3.4.1. <i>O Curso de Agronomia</i>	184
3.3.4.2. <i>O Curso de Sistemas de Informação</i>	188
3.3.4.3. <i>O Curso de Direito</i>	190
3.3.4.4. <i>O Curso de Medicina Veterinária</i>	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICE	214

INTRODUÇÃO

O tema desse estudo é a Fundação Educacional de Ituverava e as escolas por ela mantidas em Ituverava, Estado de São Paulo. Criada pela Loja Maçônica “União Ituveravense” em 1971, esta Fundação mantém três instituições de ensino: o Colégio Nossa Senhora do Carmo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava e a Faculdade Dr. Francisco Maeda.

O Colégio Nossa Senhora do Carmo oferece ensino fundamental e ensino médio, com cursos de nível técnico, além do ensino regular.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava, mais conhecida simplesmente como FFCL, mantém cursos de nível superior, com predominância de Licenciaturas: Letras, Pedagogia, História, Matemática, Ciências Biológicas e Administração.

A Faculdade Dr. Francisco Maeda, ou simplesmente, FAFRAM, como é denominada, mantém os cursos superiores de Agronomia, Medicina Veterinária, Direito e Sistemas de Informação.

Ao se estudar a história de cada uma dessas instituições de ensino, procurar-se-á compreender seu papel na cidade de Ituverava e região, bem como qual foi e ainda é o papel da Maçonaria na sua criação e manutenção, desde 1971 até os dias atuais.

Em busca desse objetivo, partindo-se da análise de um contexto mais amplo e detendo-se um pouco na história da educação no Brasil e no estudo da Maçonaria como instituição, buscar-se-á conhecer a região e a cidade de Ituverava, bem como a história da Loja Maçônica União Ituveravense. Só então será analisada a experiência singular da criação da Fundação Educacional de Ituverava, conhecida pela sigla FE, mantenedora das escolas mencionadas.

Uma instituição de ensino não existe no vácuo: ela está inserida num espaço geográfico e histórico. Portanto, para se conhecer as escolas, é preciso antes compreender a história da sociedade na qual estão inseridas. É nesse sentido que Nosella e Buffa (2005, p.10) afirmam: “[...] assim como uma determinada sociedade foi a condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é a condição de existência daquela, porque lhe molda suas relações de produção”. Em outras palavras, pode-se afirmar que a sociedade cria a escola e a escola cria a sociedade, numa relação dialética permanente.

Esse, portanto, é o tema proposto: as escolas mantidas pela FE e a sociedade na qual está historicamente inserida.

O todo existe no particular, assim como aquilo que é único está inserido no todo. A partir dessa ideia é possível saber que quando se estuda um caso singular, está se compondo esse todo, que é formado pelas partes. Assim, estudando uma experiência educacional historicamente única, localizada na cidade de Ituverava, estará se conhecendo um pouco melhor a educação brasileira.

A história da instituição de ensino mencionada ainda não foi escrita. Portanto, ao fazê-lo, uma lacuna estará sendo preenchida no conhecimento da história da educação, área à qual esse estudo está ligado.

Alguns esclarecimentos acerca da trajetória profissional e pessoal da autora deste estudo fazem-se necessários: houve dificuldades em se tratar com isenção desse tema, já que a mesma atua como professora da FFCL de Ituverava desde 1984, o que a torna parte integrante da instituição estudada. Embora trabalhe desde 1980 em escolas públicas estaduais vinculadas à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (no decorrer do tempo, como professora de História, diretora e supervisora de ensino, entre outras funções), permanece sempre ligada à instituição pesquisada, onde estabelece laços com alunos, colegas e amigos. É como afirma Borges (1986, p. 61):

Um historiador, ao se propor fazer uma pesquisa, já faz uma opção bem sua, ao decidir qual a realidade que ele vai estudar. Sua escolha é sempre encaminhada pela sua situação concreta. O historiador é um homem em sociedade, ele também faz parte da história que está vivendo. Escreve sua história historicamente situado [...]. Seu trabalho será condicionado tanto pelo nível de conhecimento então existente, como pelos interesses que ele possa estar defendendo, mesmo que inconscientemente.

Mas justamente por pertencer à FFCL é que a autora percebeu que a história da instituição estava se perdendo e, ao surgir a oportunidade, acreditou nesse projeto. Como uma instituição de ensino que mantém um curso de Licenciatura em História não registra sua própria história? Afinal, querendo ou não, a vida não se resume apenas ao presente. A história vive em cada um e cada um vive conforme lhe permite a sua própria história. As pessoas são o que são como resultado de seu passado, pois são frutos das experiências que historicamente viveram.

Como até esse momento não se conhece de fato a história dessas escolas, pergunta-se: o que foram e ainda são essas escolas? Qual é o seu papel social, político e econômico?

Que lugar ocupam na história da cidade? A sua existência influenciou no desenvolvimento cultural da região? Acredita-se que é muito válido procurar as respostas para essas questões.

Como objetivos gerais desse trabalho temos:

a) Contribuir para o conjunto de estudos de história da educação, mais especificamente, para o conhecimento da história das instituições escolares;

b) Compreender a ação da Maçonaria na sociedade e na educação, por meio do estudo de uma situação específica, ou seja, por meio do estudo da história das escolas mantidas pela FE;

c) Conhecer a realidade de uma região, qual seja, a região de Ituverava.

Os objetivos específicos são:

a) Pesquisar e registrar a história das escolas mantidas pela FE, passando, a partir dos dados coletados, à análise da realidade social e histórica da cidade e da região;

b) Compreender o nascimento da Fundação Educacional de Ituverava como uma instituição ligada à Maçonaria e a sua contribuição à história da educação da região de Ituverava / SP.

Na pesquisa realizada foram utilizados os arquivos próprios das secretarias das escolas mantidas pela FE. Foram consultados atos legais¹, planos de ensino, atas, boletins, diplomas, enfim, os documentos escritos das instituições de ensino. Foram pesquisados também, documentos escritos da Maçonaria e da própria Fundação Educacional de Ituverava que, a partir de agora, será chamada simplesmente pela sua sigla: FE. Teve-se acesso, ainda, ao acervo de fotos das escolas, bem como CDs e vídeos institucionais. Além disso, sítios na Internet foram também objeto de pesquisa.

Algumas das fotografias encontradas no acervo das escolas foram integradas ao trabalho e utilizadas enquanto ferramentas numa tentativa de esclarecer os fatos e buscar respostas, considerando-se que elas fornecem importantes dados descritivos que, inseridas em seu contexto histórico, podem muito revelar

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, há nela elementos descritivos que buscam esclarecer o objeto de estudo. Além disso, interessa-se pelo processo e não tanto pelos resultados, apresentando tendência a analisar as informações obtidas de forma indutiva.

¹ Os atos legais são, como lembra Ruy Medeiros (s/d), “fonte de direito e fonte de História” ou ainda: “a lei [...] é fonte da história: documento-monumento”. A consulta a esse tipo de documento esconde múltiplas possibilidades para o pesquisador. Embora não se tenha restringido a essas fontes, elas foram o ponto de partida e nesse trabalho serão apresentadas tabelas com a síntese dos documentos legais pertinentes à história da instituição estudada. De certa forma e de modo limitado, elas resumem a caminhada das escolas em questão.

Embora seja um estudo qualitativo, aqui foi utilizada também abordagem quantitativa, apresentando-se tabelas com dados estatísticos descritivos. Existe, porém, a consciência de que a quantificação tem dimensão temporal, que os números não existem aleatoriamente, mas sim, integrados ao contexto social e histórico do qual nasceram. Pretende-se então compreender uma experiência humana, “um processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrevem em que consistem esses mesmos significados” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 70).

Foram produzidos dados por meio de questionários enviados às escolas estaduais jurisdicionadas à Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra, que supervisiona as escolas de Ensino Básico da região de Ituverava. Por intermédio deles buscou-se conhecer a população dessas escolas e, principalmente, o número de profissionais egressos dos cursos de licenciatura da FE, para calcular assim o alcance da atuação da instituição na formação de docentes da região em que ela se situa.

Existe a clareza de que muitas são as fontes passíveis de consulta e que permitem maior conhecimento sobre o assunto pesquisado. Nesse sentido, Borges (1986, p.58) observa: “A diversidade dos testemunhos do passado é muito grande. Tudo quanto se diz ou se escreve, tudo quanto se produz ou fabrica pode ser um documento histórico”. Dessa forma, como já foi assinalado, outras fontes que não as escritas também foram utilizadas.

Entre as fontes para o conhecimento da história da instituição estão os jornais da cidade de Ituverava. Sobre o jornal como fonte de conhecimento histórico, Janotti (2008, p.113) afirma:

Durante muito tempo vista com desconfiança pelos historiadores, hoje a imprensa é um dos mais importantes documentos de época, pela pluralidade de representações sociais que engloba. Como todos os demais documentos históricos, a imprensa possibilita diferentes leituras de aspectos objetivos e subjetivos da história imediata, no mesmo ritmo vertiginoso do acontecer. Na contemporaneidade, seu poder torna-a objeto de pesquisa obrigatório, principalmente quanto ao alcance de suas repercussões geradoras de novos fatos, campo ainda pouco explorado, apesar de há muito definido.

Foram pesquisadas edições dos anos de 2008 até 2010 dos jornais *Tribuna de Ituverava*² e *O Progresso*³: jornais da própria cidade de Ituverava, voltados para o mercado

² Esse jornal é o mais antigo da cidade de Ituverava. Foi fundado por Adhemar Cassiano e um grupo de sócios em 1949. Com o falecimento deste, o jornal continua a ser editado até hoje por seus filhos, sendo José Luiz Alves Cassiano, o diretor.

³ O jornal *O Progresso* foi fundado em maio de 1983 por Cleso Barbosa da Silva, que ainda é o atual diretor. O jornalista responsável é seu filho, Gerson Fontebassi da Silva.

local. Quem os lê? As pessoas da própria cidade, tanto os moradores, quanto os que dela se mudaram, mas que ainda mantêm com ela laços familiares ou afetivos. Os assinantes são as pessoas da classe média, em sua maioria, mas como os jornais circulam em consultórios médicos e outros locais públicos e, devido à curiosidade inata das pessoas, pode-se afirmar que é lido por um número expressivo da população.

Historicamente esses jornais variaram sua posição política, ora apoiando os políticos no poder, ora tomando atitude francamente oposicionista. A FE, entretanto, não foi alvo específico de luta política nesses jornais.

Foram usados também artigos e reportagens de jornais de grande circulação, tais como *Folha de S. Paulo*⁴ e *O Estado de São Paulo*⁵ em edições dos últimos anos (2006 a 2010).

Por ser relativamente jovem, a FE ainda não organizou um centro de memória e/ou de documentação, importante para a preservação tanto de documentos escritos, quanto de outros tipos, tais como fotos, depoimentos de história oral, uniformes, objetos utilizados na prática docente, etc. Sabe-se que é impossível preservar tudo, mesmo porque isso tornaria impraticável a administração. É preciso descartar. Entretanto, um arquivo ou centro de memória aproxima os contemporâneos de seu passado, superando, ao menos em parte, o esquecimento e a perda das raízes da instituição.

Felizmente, em 2009 um projeto nesse sentido foi iniciado em parceria com a Prefeitura Municipal. Como esse projeto ainda não está concretizado, nesse trabalho de pesquisa, contou-se com a colaboração de todos os funcionários e professores, coordenadores e diretores, bem como dos membros da Loja Maçônica União Ituveravense e da diretoria da FE. Sem essa cooperação, esse estudo tornar-se-ia inexecutável.

Houve também a colaboração de colegas diretores e coordenadores pedagógicos das escolas públicas estaduais da região de São Joaquim da Barra, que prestaram informações pertinentes à pesquisa, bem como dos funcionários da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra.

⁴ Um dos jornais de maior circulação no Brasil, a *Folha de S. Paulo* é dirigida desde 1962 por Otávio Frias Filho. Circula desde 1921, quando tinha o nome *Folha da Noite*. Em 1960 a *Folha da Noite* fundiu-se com outros jornais e passou a ter a denominação atual.

⁵ Segundo o sítio do próprio jornal na Internet, o *Estado de São Paulo* começou a circular em 1875, com o nome de “*A Província de S. Paulo*”, sendo, portanto o mais antigo da cidade. Originalmente fundado por 16 pessoas com ideais republicanos, foi adquirido em 1902 por Júlio de Mesquita, sendo atualmente um dos principais jornais do país (Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti8.htm>>. Acesso: 20/06/2010).

Naturalmente, para a análise do objeto de estudo, foi necessário apoiar-se na produção científica disponível, principalmente aquelas dos campos da Educação e da História. Mas, como já foi relatado, alguns trabalhos de outros campos também foram consultados, tais como da área jurídica, da sociologia, psicologia, geografia e outros. Todos eles constam das Referências, ao final do texto.

Sendo assim, esse trabalho contempla três seções. Na primeira delas, são discutidas questões teóricas acerca do estudo da história e da pedagogia. Esse espaço é dedicado à história da educação, buscando-se compreender raízes históricas e diferentes visões educacionais desde a Antiguidade, particularmente aquelas presentes na realidade brasileira. Na segunda seção, discorreremos sobre a Ordem Maçônica, tentando compreendê-la nos âmbitos histórico e filosófico. Finalmente, a terceira seção é dedicada ao estudo da Fundação Educacional de Ituverava e das escolas por ela mantidas: os cursos, sua história, a abrangência de sua atuação na região e a influência da ideologia maçônica nessa trajetória.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO: HISTÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

1.1 História, Educação e Escola

Este é um trabalho de História da Educação. Vem daí a necessidade de se esclarecer alguns conceitos, tais como História e Educação.

Não há consenso a respeito do significado da palavra história. Segundo Galzerani (2008, p.227):

O conceito de história, entre os gregos antigos [...] deriva de *historie*, significando procurar, investigar. No fim do século XIX é produzido o conceito de história como disciplina: este passa a dissociar-se das artes e da filosofia e adquire conotações técnicas e científicas.

Silva e Silva (2008, p.182) lembram que:

Desde os iluministas com sua visão da História como progresso da humanidade, passando pelos “positivistas”, ou historiadores da história metódica, que viam a História como a tradução objetiva da verdade, do fato, até a Nova História, que prefere não oferecer uma explicação única para a questão, todo historiador se defronta com o problema inicial de definir seu próprio ofício.

No século XIX, o historiador britânico Thomas Carlyle (s.d., p.9) observava:

[...] conforme eu a considero, a história universal, a história daquilo que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens que aqui tem laborado. Eles foram os condutores de homens, estes grandes homens, os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo o que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir [...].

Essas palavras foram escritas em 1840 e sofreram muitas críticas por parte de historiadores não alinhados ao Positivismo. Não obstante, foi uma visão bastante respeitada e utilizada pelas campanhas nacionalistas em muitos países, inclusive no Brasil. A partir dessa ideia, os líderes faziam a história, enquanto os homens comuns nada significavam.

Ainda no século XIX surge a visão revolucionária de Marx e Engels, segundo os quais, “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1977b, p. 21). Essa frase consta do Manifesto do Partido Comunista, escrito em 1848. Pouco depois, em 1852, Marx escreveria em seu O 18 Brumário de Luis Bonaparte que “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX; ENGELS, 1977c, p. 203). Inaugurava-se uma nova visão da História, não mais como um palco dominado por líderes políticos ou sociais, mas um processo de luta constante entre classes sociais com interesses antagônicos, para o qual seriam fundamentais os aspectos econômicos. Surgia uma nova teoria, denominada Materialismo Histórico. Engels falaria a respeito dela em carta escrita a Joseph Bloch em 1890:

[...] o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos alguma vez outra coisa que não isto. Se alguém a deturpa, dizendo que o fator econômico é o único determinante, converterá aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que se ergue sobre ela [...] exercem também a sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, na maioria dos casos, a sua forma (MARX e ENGELS, 1977d, p. 23).

Como sempre ocorre, essas ideias também sofreram críticas. Assim, Max Weber escreveria em um ensaio publicado em 1904:

Actualmente, a chamada “concepção materialista da história”, segundo o antigo sentido genial-primitivista do *Manifesto comunista*, talvez apenas subsista na mente de algum profano ou diletante. Entre este gênero de pessoas, com efeito, encontra-se ainda muito difundido a singular idéia de que a necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica completa enquanto se não encontrar (ainda que só na aparência) a intervenção de causas econômicas. Se é este o caso, essas pessoas contentam-se de novo com a mais insustentável das hipóteses e a mais generalizada das fórmulas, posto que já se deu satisfação à sua necessidade dogmática segundo a qual as “forças de produção” econômicas são as únicas causas “características”, “verdadeiras” e “sempre determinantes em última análise” (WEBER, 1977, p. 41-42).

Weber (1977, p. 57) tem uma visão diferenciada da História. Para ele, “o número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento individual são sempre infinitos,

e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher entre elas uma fracção que possa entrar isoladamente em linha de conta”.

A respeito dessas querelas, Jean Glénisson (1977) diria:

Bem cedo, enquanto os cabeçudos teóricos de um e outro campo permaneciam teimosamente apegados a suas posições inconciliáveis, já espíritos inovadores atenderam ao apelo insistente da sociologia e do marxismo, da psicologia e da nova lingüística, da geografia humana e da economia política [...] (GLÉNISSON, 1977, p. 230-231).

Ele estava se referindo à escola francesa de historiadores. Assim, avançando um pouco mais no tempo, já em 1929, surge a Escola dos Annales, o grupo que marcou a historiografia com uma nova visão da História. Um de seus maiores representantes, o historiador Marc Bloch afirmava:

Pois a história não é apenas uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância: como todas aquelas que tem por objeto o espírito humano, esse temporão do conhecimento racional [...] Ela ainda não ultrapassou, quanto a alguns dos problemas essenciais de seu método, os primeiros passos (BLOCH, 2001, p. 47).

Ele apontava ainda:

[...] o objeto da história é, por natureza o homem. Digamos melhor, os homens [...] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso, será apenas, no máximo, um serviçal da erudição (BLOCH, 2001, p. 54).

Essa linha teórica pregou a união das forças de várias ciências para o lucro de todas elas, de tal modo que atualmente o historiador, bem como o pedagogo, não mais trabalha isoladamente; mas em conjunto. Esse estudo é um exemplo disso, pois lança mão das contribuições de várias ciências usando, além dos conhecimentos próprios à história e à pedagogia, um pouco de geografia, estatística, direito, psicologia, sociologia e filosofia.

Esse trabalho alinha-se ao campo denominado história cultural, já que, assim como os historiadores culturais, não é marxista (embora esteja sua autora entre os admiradores de Marx). Conforme as palavras de Burke (2008), busca-se aqui “uma maneira alternativa de vincular cultura e sociedade, uma forma que não reduzisse a primeira a um reflexo da segunda ou a uma superestrutura, como o glacê do bolo” (BURKE, 2008, p. 56). Entendendo história

cultural como sendo a história de “como os homens representam e representam-se no mundo que os cerca” (FALCON, 2006, p. 15), aqui se pretende estudar a história de uma instituição educacional.

Mas o presente estudo também pode ser classificado como uma pesquisa de história regional ou, melhor ainda, de micro-história⁶. Isso porque, como é próprio desse gênero, aqui se pretende resgatar uma experiência localizada no tempo e no espaço, permitindo que indivíduos e grupos locais sejam inseridos na história.

É com esse espírito que será adotada a definição de história oferecida pela professora Vavy Pacheco Borges (1986) que, segundo parece, é a mais adequada às intenções desse trabalho:

A história-acontecimento é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade. É a história do processo de transformação das sociedades humanas, desde o seu aparecimento na terra até os dias em que estamos vivendo. Desde o início, portanto, pode-se tirar uma conclusão fundamental: quer saibamos ou não, somos parte da história e temos então todos, desde que nascemos, uma ação concreta a desempenhar nela (BORGES, 1986, p. 45).

O mundo é um lugar onde tudo é provisório, tudo se transforma. E a história estuda essas transformações que ocorrem nas sociedades humanas inseridas no tempo e no espaço. Tudo sempre muda, como observa Mészáros (2008, p. 63): “é completamente inconcebível sustentar a validade atemporal e a permanência de qualquer coisa *criada historicamente*”. Isso, é claro, vale para a esta pesquisa. A FE e suas escolas estão historicamente localizadas, portanto, alterando permanentemente sua realidade. Servem a uma sociedade historicamente situada, marcada pelo signo da constante transformação dialética.

Concluindo, deixa-se registrado aqui a visão pessoal da autora desse estudo, segundo a qual a história pode ser definida como a própria vida humana, da forma como se é possível

⁶ Segundo Peter Burke: “A década de 1970 testemunhou a ascensão, ou pelo menos a definição de um novo gênero histórico, a “micro-história”, associada a um pequeno grupo de historiadores italianos [...] Em primeiro lugar, a micro-história foi uma reação contra um certo estilo de história social que seguia o modelo da história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturas locais. [...] Em segundo lugar, a micro-história foi uma reação ao encontro com a antropologia. Os antropólogos ofereciam um modelo alternativo, a ampliação do estudo de caso onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e econômico, e para os indivíduos, rostos na multidão. O microscópio era uma alternativa atraente para o telescópio, permitindo que as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história. Em terceiro lugar, a micro-história era uma reação à crescente desilusão com a chamada “narrativa grandiosa” [...]. Essa história triunfalista passava por cima das realizações e contribuições de muitas outras culturas [...]. Por trás delas, pode-se ver uma reação contra a globalização, enfatizando os valores das culturas regionais e dos conhecimentos locais” (BURKE, 2008, p. 60-61).

recordá-la e reconstruí-la. É a vida de todos os seres humanos sobre a Terra: a vida de todos e de cada um, estudada de forma a permitir entender um pouco do mundo em que se vive e, assim fazendo, promover o autoconhecimento.

E qual é a posição do historiador na sociedade? Nas palavras de Ferreira (2008, p.11):

Não é fácil tratar da situação do historiador no tempo em que vivemos, cuja marca principal é a rapidez e a intensidade das rupturas. Desde as duas últimas décadas do século XX, quase todos os domínios da vida social foram modificados, o que esvaziou de sentido muitas das categorias que empregávamos para descrever o mundo. Tornou-se flagrante a dificuldade dos especialistas em conceituar o novo sistema emergente. Uns falam de capitalismo pós-industrial, de sociedade globalizada ou organizada em redes, de capitalismo cultural ou cognitivo, outros de uma era de hiperconsumo, regida pela contínua revolução microeletrônica. O fato é que o próprio chão que pisamos nos parece estranho.

De fato, o mundo atual parece ser mais profundamente marcado pela intensidade das transformações, sejam elas sociais ou tecnológicas. Se a história estuda as sociedades humanas em constante transformação, qual é então o papel do historiador nesse mundo em permanente movimento? Não é mais desenvolver o “amor à Pátria”, não é mais cultuar heróis. Também deixou de ser uma forma de catequese.

Hoje se acredita que tudo é história e todos são atores sociais, todos fazem a história. Nesse sentido, escrever a história das escolas mencionadas, é escrever também a história de milhares de alunos, centenas de professores e funcionários que por lá passaram ou que lá ainda permanecem. É ainda, escrever uma parte da história de Ituverava e da Maçonaria, das pessoas que trabalharam para criá-la e para mantê-la viva até a atualidade. Como afirma Borges (1986, p.61):

[...] no meio da poeira de documentos antigos, na lama das escavações ou no manuseio de instrumentos muito desenvolvidos tecnicamente, é sempre o homem vivo que o historiador procura encontrar, é a sociedade na qual esse homem viveu, trabalhou, amou, procriou, guerreou, divertiu-se, que o historiador quer decifrar [...].

Mas, a mesma historiadora lembra que:

Infelizmente, é preciso desiludir-se de início: escrever história não é estabelecer certezas, mas é reduzir o campo das incertezas, é estabelecer um feixe de probabilidades. Não é dizer tudo sobre uma determinada realidade, mas explicar o que nela é fundamental. Nem por isso se deve cair numa

posição de relativismo, em que todas as especulações interpretativas são permitidas. Em história, todas as conclusões são provisórias, pois podem ser aprofundadas e revistas por trabalhos posteriores (BORGES, 1986, p. 66).

Assim, espera-se que as conclusões provisórias que o trabalho oferece, mereçam ser de fato aprofundadas e revistas por trabalhos posteriores. Afinal, tudo é realmente provisório, até mesmo o conhecimento científico. Como observa Ciampi (2008, p. 207):

No campo de epistemologia, discutem-se a historicidade e a relatividade do conhecimento científico, questionando-se a idéia de que a ciência produz a única forma de conhecimento válido e verdadeiro, reconhecendo-se a diversidade das formas de conhecimento, com diferentes racionalidades e formas de validação.

Atualmente, nesse terreno movediço, como atua o cientista social, o pesquisador? O profissional da História não é mais o representante das elites do século XIX, nem tampouco o intelectual engajado nas lutas sociais. Para sobreviver, o historiador do século XXI dá aulas, escreve artigos que praticamente serão lidos apenas por seus próprios pares e, eventualmente, tem sucesso em publicações para a grande massa. Ao mercado acadêmico formado pelas instituições de ensino superior ou editoras universitárias, juntam-se as publicações eletrônicas e revistas especializadas. O ofício de historiador expandiu-se inegavelmente. Nas palavras de Ferreira (2008, p.14): “na atualidade, estreitam-se os laços da produção historiográfica com a indústria cultural, em um momento em que o capitalismo vai transformando, de modo gritante, os bens simbólicos e culturais em mercadoria”.

Completando o quadro, Galzerani (2008, p. 226) comenta: “Diante das incertezas, o passado passa a seduzir muito mais do que o futuro, e tal sedução imbrica-se à lógica capitalista dominante, transformando memórias em meros objetos comercializáveis, fetiches para o consumo [...]”.

No mundo ocidental capitalista, segundo a análise marxista, tudo é transformado em mercadoria. E tudo se transforma constantemente. O conhecimento também tem preço e também se transforma. Isso se aplica à pedagogia, à educação, tema desse estudo.

E o que se pode entender por educação? Assim como ocorre com o conceito de História, a palavra educação também tem múltiplos significados que abarcam múltiplos métodos.

Desde o surgimento das primeiras sociedades humanas existe a educação. Ela tornou-se imprescindível porque é o meio necessário de transmissão de conhecimento de uma

geração para outra. Graças a ela, a humanidade não precisou reinventar a roda a cada geração. Sem ela a humanidade teria perecido.

Mas, também se pode dizer que, em certo sentido, o grande objetivo da educação é adaptar os seres humanos à vida social. Observando as raízes da civilização, percebe-se que a educação na Antiguidade era bastante radical ao buscar essa meta. O livro do Deuteronômio, por exemplo, ensina como educar adolescentes indisciplinados:

Se alguém tiver um filho indócil, que não obedece ao pai e à mãe e não os ouve mesmo quando o corrigem, o pai e a mãe o pegarão e o levarão aos anciãos da cidade, à porta do lugar, e dirão aos anciãos da cidade: “Este nosso filho é rebelde e indócil, não nos obedece, é devasso e beberrão”. E todos os homens da cidade o apedrejarão até que morra. Deste modo extirparás o mal do teu meio, e todo Israel ouvirá e ficará com medo (Dt 21, 18-21).

Há outros métodos polêmicos e interessantes que foram registrados pela história. Da Grécia antiga, por exemplo, cujo legado cultural foi essencial para a formação da identidade da civilização atual, surge a ideia da Paideia, da formação do homem integral, que deveria ter uma mente sã em um corpo sã. Surge também a maiêutica, o método socrático pelo qual o ser humano poderia chegar às suas próprias conclusões. Aparece também a ideia fundamental do “conhece-te a ti mesmo”. Entretanto, geralmente se esquece de certos detalhes, sobre o tipo de educação praticado na Grécia durante a Antiguidade. Um desses esquecimentos é a prática generalizada da pederastia. Como afirma o historiador Marrou (1966, p.59):

Para o homem grego, a educação residia essencialmente nas relações profundas e estreitas que uniam, pessoalmente, um espírito jovem a um mais velho – que era, ao mesmo tempo, seu modelo, seu guia e seu iniciador [...] A opinião comum e, em Esparta, a lei, consideravam o amante como moralmente responsável pelo desenvolvimento do amado: a pederastia era reputada a forma mais perfeita, mais bela de educação.

Ainda no sentido de formar pessoas conforme o que se julgava prioritário para a sobrevivência da sociedade, é interessante citar o testemunho de Xenofonte, que relata a educação militarista e cruel praticada em Esparta, claramente admirada por ele:

Em toda a Grécia, o costume dos que pretendem dar boa educação aos filhos é o seguinte: logo que atingem a idade adequada são entregues aos cuidados do pedagogo ou tutor. Com esses criados são enviados à escola de algum professor onde aprendem gramática, música e diversos exercícios físicos. Além disso, recebem sapatos que tornam seus pés macios e seus corpos sã

debilitados por diversas mudas de roupa. E a medida da comida é o seu apetite.

Mas Licurgo em vez de deixar a cada cidadão o encargo de escolher um escravo-tutor para seu filho, designou um paidônomo como guardião público dos meninos espartanos com total autoridade sobre eles. Para auxiliar o educador, criou um corpo de jovens fortes, portando chicotes para infligir castigos quando necessário. O resultado feliz foi que em Esparta a humildade e a obediência vão sempre de mãos dadas e não existe falta de qualquer delas. Em vez de amolecer seus pés com sapatos ou sandálias, decretou que deveriam endurecê-los andando descalços. Para que não se tornassem efeminados com uma variedade de roupas determinou que usassem um só traje o ano inteiro porque desta maneira suportariam melhor as variações de calor e frio (XENOFONTE apud SÃO PAULO / SEE, 1979, p.62).

Caminhando um pouco mais no tempo, já no final do Império Romano, no século IV, o testemunho de Santo Agostinho relata detalhes de sua própria educação, também marcada pelo uso da violência: “Fui mandado à escola para aprender as primeiras letras cuja utilidade eu, infeliz, ignorava. Todavia batiam-me se no estudo me deixava levar pela preguiça. As pessoas grandes louvavam esta severidade” (AGOSTINHO, 1997, p. 32).

O Cristianismo enfatizará a ideia do amor na educação, mas sem esquecer que a educação é um processo pessoal penoso. É o que se percebe na Carta aos Hebreus:

Vós esquecestes a exortação que vos foi dirigida como a filhos: *Meu filho, não desprezes a educação do Senhor, não desanimes quando ele te corrige; pois o Senhor educa a quem ama, e castiga todo filho que acolhe*. Qual é, com efeito, o filho cujo pai não educa? Se estais privados da educação da qual todos participam, então sois bastardos e não filhos. Nós tivemos os nossos pais segundo a carne como educadores, e os respeitávamos. Não havemos de ser muito mais submissos ao Pai dos espíritos, a fim de vivermos? Pois eles nos educaram por pouco tempo, segundo lhes parecia bem. Deus, porém, nos educa para o aproveitamento, a fim de nos comunicar a sua santidade. Toda educação, com efeito, no momento não parece ser motivo de alegria, mas de tristeza. Depois, no entanto, produz naqueles que assim foram exercitados um fruto de paz e de justiça (HEBREUS, 12:5-11).

Ser educado pode ser entendido assim como sinônimo de ser obediente, de aceitar as forças externas vindas de Deus ou, quem sabe, também da sociedade.

Finda a Antiguidade, percebe-se que a educação medieval ocidental, assim como toda a cultura europeia, foi conduzida pelo cristianismo. Os valores da Antiguidade clássica sofreram grande transformação, tendo sido suplantados pela catequese cristã. Segundo o evangelho de Marcos, Jesus orientara seus discípulos no seguinte sentido: “Ide por todo o mundo, ensinai o evangelho a toda criatura” (MARCOS, 16:15). Essa orientação foi seguida à risca, como mostra a história.

Segundo Rosa (2004), a palavra de Jesus inseriu a Igreja no mundo da educação, já que, desde sua origem, ela foi fundada como se fosse uma escola, onde todos aprendiam com as palavras e ações de um único Mestre. A pedagogia católica foi marcada por três aspectos fundamentais: o teocentrismo, o cristocentrismo e o eclesiocentrismo. Deus passa a ser o pedagogo do homem.

Para Cambi (1999), nessa época a célula educativa fundamental e primária passou a ser a família, na qual as relações internas entre pais e mães se redefiniram em termos de amor e não de autoridade. O modelo ideal passou a ser a Sagrada Família, na qual se procurava cultivar o respeito recíproco, exaltando-se a virtude cristã, a submissão dos filhos, bem como a virgindade e a castidade.

À Paideia Clássica contrapôs-se a Paideia Christiana, centrada na figura de Cristo, dando ensejo a uma revolução pedagógica. O método que se colocou em prática foi o da catequese, ou seja, o ensino de viva voz planejado e realizado mediante perguntas e respostas. Como os livros eram pouco acessíveis, a memorização passou a ser considerada fundamental para o aprendizado. Com essa finalidade foram desenvolvidos métodos pedagógicos diversos, com uso de gravuras, anedotas e teatro. Este último foi recriado por São Francisco de Assis com o objetivo específico de ensinar o evangelho ao povo analfabeto.

A memorização do texto estudado era fundamental em vista da escassa disponibilidade de livros e mesmo de papel. A escrita também era uma atividade complexa. Caliendo (2009, p. 30), baseando-se em Zunthor (1993) analisa os desafios da escrita no período medieval, lembrando as limitações impostas pela realidade. Assim:

[..] a técnica da escrita era de domínio difícil, o que fazia com que a escritura se mantivesse relacionada à oralidade. Escrevia-se em tabuinhas de cera, posteriormente corrigidas e copiadas em pergaminho. Vários letrados compunham de memória suas obras e ditavam-nas a um escriba, corrigindo, em seguida, as tabuinhas. Os escribas, aparentemente, pronunciavam o que escreviam, ou, quando os autores compunham sem escribas, pronunciavam primeiramente seu texto, por partes, para depois, aos poucos, redigirem-nas eles mesmos nas tabuinhas.

As dificuldades da escritura eram de diversas ordens. Em primeiro lugar, escrever consistia num esforço físico, envolvendo várias partes do corpo: dedos, punhos, costas e até a língua, já que tudo era pronunciado. No inverno, os dedos ficavam menos móveis e havia o risco do congelamento da tinta.

Esses eram algumas das dificuldades enfrentadas pelos amantes das letras durante a Idade Média. Portanto, a educação formal na Alta Idade Média era para poucos. Na verdade, coexistiam tipos de educação diferenciados: um para a nobreza e outro para o povo. A

educação do povo se fazia através do trabalho. Nas oficinas e nos campos ocorria a formação técnico-profissional. Mas é importante observar que a escola conhecida hoje é produto da Idade Média e sua estrutura realça a presença de um professor que ensina vários alunos vindos de diversos lugares.

A Igreja, principalmente através dos mosteiros beneditinos, desempenhou um papel decisivo. Eles mantiveram escolas e bibliotecas, nas quais os monges trabalharam para que as obras literárias da Antiguidade não desaparecessem.

Na segunda metade da Idade Média acontece o surgimento e o crescimento de uma nova classe social: a burguesia. Nos burgos da Europa, habitados por comerciantes e artesãos que não tinham lugar na rígida estrutura social do Sistema Feudal, nasceu o Capitalismo e com ele, as escolas burguesas. Nelas eram ensinados principalmente os conhecimentos fundamentais à vida de comerciantes e artesãos. Assim, além da leitura e escrita, privilegiavam-se os estudos de cálculo e de direito civil.

Os documentos iconográficos são uma fonte interessante de conhecimento do tipo de educação dado pelas escolas da época. Assim, as figuras a seguir mostram salas de aula em duas diferentes situações: uma universidade e uma escola burguesa. Em ambas as imagens pode-se perceber a autoridade do professor. No primeiro caso, estabelecido formalmente em uma cátedra e no segundo caso, usando da violência como recurso pedagógico socialmente aceito.



Figura 1 - Reunião de acadêmicos na Universidade de Paris
Mostrada em gravura medieval: discussões revolucionariam a ciência.

Fonte: Leonard de Selva/Corbis (s.d.)



Figura 2 - The Schollmaster
Fonte: Steen ([1663-1665])

Inseridas nessa realidade histórica surgiram as universidades, organizadas sob a inspiração das corporações de ofício que existiam então. Tal como nas corporações, havia o mestre que ensinava aos aprendizes e entre esses mestres alguns, como Pedro Abelardo, se sobressaíram. Este filósofo do século XII envolveu-se na grande controvérsia intelectual de sua época, defendendo a primazia da razão sobre a da fé, representada esta última pelo pensamento de Bernardo de Clairvaux.

O latim (seguido do grego) era a língua que unia todos os intelectuais. Para conciliar revelação e razão, passa a ser utilizado o método da dialética, que busca aprofundar o conhecimento e incentivar a reflexão pessoal. Surgiu então o grande sistema filosófico ocidental: a Escolástica.

Entretanto, o Renascimento retirou da Igreja o monopólio da explicação das coisas do mundo e o método experimental passou a ser o principal para alcançar o saber científico. No início da Idade Moderna dois fatores transformaram a vida intelectual da Europa: o aparecimento do livro impresso e a decadência das universidades. Apesar dessa revolução em andamento, a Contra-Reforma Católica garantiu que os colégios jesuítas formassem a maioria dos intelectuais nos países católicos.

Não obstante, é possível dizer que a Reforma Protestante foi a primeira grande revolução burguesa. Nela identifica-se a exaltação do individualismo e do livre arbítrio. A primeira consequência dessa reforma foi a transferência da escola para o controle do Estado.

Em conformidade com essa nova ideologia, lê-se em uma das cartas escritas por Lutero:

É realmente um pecado e uma vergonha que tenhamos que ser estimulados e incitados ao dever de educar nossas crianças e de considerar seus interesses mais sublimes, ao passo que a própria natureza, dever-nos-ia impelir a isso e o exemplo dos brutos nos fornecem variada instrução.[...] Em minha opinião não há nenhuma outra ofensa visível que, aos olhos de Deus, seja um fardo tão pesado para o mundo e mereça castigo tão duro quanto a negligencia na educação das crianças.[...]

Portanto, será dever dos prefeitos e conselhos ter o maior cuidado com os jovens. Pois dado que a felicidade, honra e vida da cidade estão entregues em suas mãos, eles seriam considerados covardes diante de Deus e do mundo caso não buscassem, dia e noite, com todo seu poder, o bem estar e progresso da cidade – LUTERO em “Carta aos prefeitos e conselheiros de todas as cidades da Alemanha em prol das escolas cristãs”. (GADOTTI, 1996, p.70-71).

Com a destruição do Antigo Regime marcado pela Revolução Francesa de 1789, morreu também o ideal da educação elitista, o modelo de escolas indiferentes ao povo e que promoviam a formação religiosa dada pela Igreja.

O Capitalismo era o grande vencedor e a filosofia liberal oferecia o suporte ideológico adequado ao momento histórico. Segundo os pensadores liberais, os direitos humanos deveriam ser preservados a todo custo: direitos político-sociais (cidadania) e econômicos (propriedade).

Filiados a essa concepção burguesa de educação, surgiram os positivistas, para os quais a pedagogia tem o papel de socializar o homem de acordo com as necessidades da sociedade. Eles valorizaram muito o saber científico e desenvolveram o mito do progresso, procurando adequar a educação à sociedade industrial, e defendendo o ensino laico e racionalista.

Essa visão educacional burguesa estava destinada a sobreviver até os dias atuais. Porém, durante o século XIX, desenvolveu-se uma visão oposta a ela: a pedagogia socialista, que propunha a modificação da realidade, instalando uma sociedade mais igualitária e destruindo os privilégios da classe burguesa sobre o proletariado.

Para os socialistas a pedagogia é um instrumento ideológico manipulado pela burguesia em defesa de seus interesses de classe. Acreditando nisso, passaram a lutar por uma educação que pudesse emancipar os trabalhadores e prepará-los para a futura sociedade comunista, na qual os valores maiores seriam a solidariedade, a igualdade e a participação política popular.

Na primeira metade do século XX surgem as Escolas Novas e com elas várias hipóteses inovadoras para a educação. É o século das crianças, das mulheres, das massas, da técnica, enfim das transformações educativas: século conflituoso, de crescimento da classe média e de exacerbação do individualismo.

A educação proposta pela “escola nova” quebrava os princípios tradicionais pelas iniciativas audaciosas. Foram criadas escolas experimentais e outras teorias foram formuladas, entre as quais, o ensino pela ação de John Dewey (1859-1952). Este educador propôs a renovação da escola, chamando a atenção para seu caráter de laboratório. A educação deveria teorizar e atuar ao mesmo tempo. Seu grande objetivo era formar a democracia na personalidade humana. Dewey acreditava que o professor não está na escola para impor suas ideias ou formar hábitos, mas para selecionar as influências que agirão sobre a criança. Dizia:

O caminho da nova educação não pode ser seguido tão facilmente como o velho caminho, senão que é muito penoso e difícil. Assim o continuará sendo até sua maioridade e isso exigirá muitos anos de sério trabalho cooperativo por parte de seus adeptos. O maior perigo que ameaça seu futuro é, creio eu, a idéia de que seja um caminho fácil, tão fácil que se possa improvisar seu curso... (DEWEY, 1967 apud ROSA, 2004, p. 305).

Nesse momento, a criança foi colocada no centro das questões educacionais, levando-se em conta suas necessidades e capacidades. Houve um rompimento com o passado no que diz respeito ao formalismo, ao verbalismo e à disciplina excessivamente rígida. Nesse sentido, Bertrand Russell (1872-1970), filósofo inglês que fundou uma escola experimental em 1927, afirmava:

Para que a autoridade governe, o ensino deve repousar num ou em vários dos poderes que consideramos: o Estado, a Igreja, o mestre-escola, ou o pai. Já vimos que a nenhum deles se pode confiar o cuidado pelo bem estar das crianças, porque cada qual deseja encaminhá-la a um objetivo que nada tem a ver com seu bem estar. O Estado quer que a criança sirva à expansão nacional e apóie a forma de governo existente. A Igreja quer que a criança sirva para ampliar o poderio do clero. O mestre-escola, num mundo em competição, com freqüência considera a escola como o Estado considera a nação, e quer que a criança glorifique a escola. O pai quer que o filho glorifique a família. A própria criança, como finalidade em si, como ser humano autônomo, com direito à felicidade e ao bem estar possível, não entra em cogitação, exceto muito parcialmente, para esses fins externos. Infelizmente, a criança carece da experiência necessária para orientar sua própria vida, e é, portanto, presa dos sinistros interesses que prevalecem face à sua inocência. É isso que faz da dificuldade do ensino um problema político [...].

É óbvio que a maioria das crianças, confiadas a si mesmas, não aprenderia a ler nem a escrever, e cresceria menos adaptada do que poderia ser às circunstâncias da vida. É necessária a existência de instituições educacionais, e as crianças devem obedecer a alguma autoridade, até certo ponto. Mas, em vista de não se poder confiar inteiramente em autoridade alguma, nosso objetivo deve ser o mínimo de autoridade possível, e encontrar maneiras pelas quais os impulsos e desejos naturais dos jovens possam ser utilizados na educação (RUSSELL, 2004).

A Pedagogia Ativista foi mais tarde acusada de permissiva, de oferecer formação insatisfatória à juventude. Consequentemente, a década de 1960 assistiu ao ocaso do Ativismo, que foi substituído por orientações pedagógicas do tipo cognitivo e tecnológico.

Mas enquanto muitos lutavam pela democracia na educação, outra corrente se formou. Os sistemas de governo totalitários organizaram o sistema educacional de forma cuidadosa: utilizaram a escola como base ideológica, como instrumento fundamental para a manutenção da ordem social e do poder político do partido. Os grandes exemplos dessa realidade estão no fascismo italiano (1919-1945), no nazismo alemão (1933-1945) e na ditadura da União Soviética (1917-1989). Mas o Brasil também viveu essa experiência durante o período da ditadura militar, de 1964 a 1985.

Em todos esses casos, a pressão política sobre a educação atingiu o ponto máximo. Os métodos pedagógicos anulavam os direitos e necessidades individuais e a escola assumiu um papel de reprodutora da ideologia dominante. Formavam-se pessoas conformadas, sem identidade e ideologizadas.

Especialmente durante o período da Guerra Fria, o mundo se divide em dois blocos de poder hegemônicos: um liderado pelos EUA e outro, pela URSS. Da mesma forma ocorre uma divisão ideológica fundamental, enquanto um dualismo elementar e propagandístico toma conta do planeta. A situação foi vivida como luta entre o bem e o mal, entre liberdade e autoridade ou entre alienação e emancipação. Mais especificamente, digladiaram democracia X socialismo, cada qual defendendo sua posição política, econômica e ideológica frente ao mundo. A pedagogia não ficou fora desse processo de alinhamento.

O que mudou? A época contemporânea assistiu ao nascimento da educação como um mito: ela passou a ser vista como a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos. Como a contemporaneidade é também a era das massas, começou-se a pensar na educação de grupos humanos até então esquecidos: mulheres, deficientes e pessoas de diferentes etnias.

No século XXI, percebe-se a pedagogia como uma ciência em crise, em constante transformação: em busca de um novo equilíbrio. Efetivamente, há um exercício de autocrítica

permanente entre os educadores. Mas, apesar disso, a pedagogia continua sendo uma ciência em busca de respostas que levem ao desenvolvimento e à emancipação da humanidade.

Após esse breve histórico da pedagogia ocidental, renova-se a questão inicialmente colocada: o que é educação? Ou, o que se entende por educação? No Brasil do século XX, durante o período de ditadura militar (1964-1985), o MEC produziu a seguinte definição:

Educação. Do latim “educere”, que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter. A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora, que visa levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regulá-la e aperfeiçoá-la. É processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até a sua morte (BRANDÃO, 1995, p. 63 e 64).

Trata-se de uma definição bastante criteriosa, que traz a origem da palavra e tem o cuidado de lembrar que a educação é um processo amplo, que abrange o ser humano como um todo e ocorre durante toda a vida, mas cujos objetivos, em última instância, estão ligados à formação do homem de caráter. É necessário perguntar, no entanto, o que se entendia por homem de caráter durante esse período de ditadura militar. Seria um homem plenamente inserido no Sistema Capitalista, sempre pronto a lutar contra o comunismo?

A visão marxista afirma que é característica comum a todos os modos de produção o fato de que “para a comunidade continuar sendo como antigamente, será necessária a reprodução de seus membros sob as condições objetivas já pressupostas” (MARX; ENGELS, 1977a, p. 79). Embora ele não use a palavra educação, é claro que a referida “reprodução” é um dos objetivos fundamentais da educação em todas as sociedades humanas. Marx completa a ideia esclarecendo:

[...] o fundamento da evolução é a reprodução das relações entre o indivíduo e sua comunidade aceitas como dadas – que podem ser mais ou menos primitivas, mais ou menos produtos da história, porém fixadas na tradição – e uma existência objetiva, definitiva e predeterminada seja quanto ao relacionamento com as condições de trabalho, como quanto às relações do homem com seus companheiros de trabalho, de tribo, etc.” (MARX; ENGELS, 1977a, p. 79).

No Manifesto do Partido Comunista lê-se:

Acusai-nos de querer abolir a exploração das crianças por seus próprios pais? Confessamos este crime.

Dizeis também que destruímos os vínculos mais íntimos, substituindo a educação doméstica pela educação social.

E vossa educação não é também determinada pela sociedade, pelas condições em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de vossas escolas? (MARX; ENGELS, 1977b, p.34).

Entende-se, portanto, que a filosofia marxista, que é uma filosofia crítica da sociedade, acusa essa mesma sociedade de práticas injustas em sua estrutura educacional.

Antônio Gramsci, que seguiu e ampliou as ideias marxistas, reafirmou essa interpretação que via a escola como um órgão mantenedor das desigualdades sociais. Diante disso, ele propõe um novo tipo de escola: democrática, igualitária, capaz de tornar a pessoa um ser humano pleno.

A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir essa trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (GRAMSCI, 2006, p. 49).

Mais recentemente, em um livro cuja primeira edição foi publicada em 2005, o marxista Mészáros cita Paracelso, que afirmava: “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47). Logo depois ele acrescenta:

A grande questão é: o que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à auto-realização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx) ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana [...] ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modelos que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47-48).

Brandão (1995, 9-10), por sua vez, observa que:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação.⁷[...] A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade .

Trata-se, no fundo, da mesma concepção do psicólogo e educador norte-americano Jerome Bruner (1978), que em 1959 afirmava:

Cada geração dá nova forma às aspirações que modelam a educação em seu tempo. O que talvez esteja surgindo, como marca da nossa, é um amplo renovar da preocupação com a qualidade e os objetivos intelectuais da educação – sem que abandonemos, porém o ideal de que ela deve ser um meio de preparar homens bem equilibrados para uma democracia (BRUNER, 1978, p. 1).

Escrevendo na era da oposição entre dois blocos de poder (EUA X URSS), Bruner enfatizava a luta pela democracia em oposição à ditadura do proletariado proposta pelo sistema comunista de então.

Por outro lado, os educadores de esquerda, como observado anteriormente, criticam acidamente o sistema educacional capitalista. Para eles, a educação deve ter um caráter humanista, já que esse tipo de educação torna a pessoa capaz de ver além das aparências, além da ideologia⁸. Essa crítica à educação capitalista está bem expressa nas palavras de Brandão (1995), segundo o qual a educação praticada no mundo atual:

⁷ Cada sociedade tem sua proposta de educação, conforme suas necessidades. Nesse sentido, Brandão cita uma famosa carta que teria sido escrita pelos indígenas norte-americanos a algumas autoridades dos EUA que ofereceram a eles a possibilidade de educarem seus jovens nas escolas urbanas de então, cujo teor está reproduzido aqui:

[...] Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração.

Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa idéia de educação não é a mesma que a nossa.

[...] Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros.

Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos deles, homens (BRANDÃO, 1995, p. 8-9).

⁸ Aqui se entende ideologia como “um sistema ordenado de idéias ou representações, que aparece como algo separado e independente das condições materiais [...] Assim, a ideologia aparece intimamente relacionada à alienação, no sentido de que os homens, iludidos pelas idéias dominantes, deixam de se reconhecer como agentes históricos” (SILVA e SILVA, 2008, p. 206-207).

Perde a sua dimensão de um *bem de uso* e ganha a de um *bem de troca*. Ela não vale mais pelo que é e pelo que representa para as pessoas. Não é mais um *dom do fazer* que existe no ensinar o saber que é um outro dom de todos e que a todos serve. A educação *vale* como um bem de mercado, e por isso é paga e às vezes custa caro (BRANDÃO, 1995, p. 93).

Aceita-se aqui, para a finalidade do presente estudo, a definição de educação proposta por Saviani (2007), segundo o qual ela é:

[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social põe-se, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa (SAVIANI, 2007, p.419- 420).

O grande papel da educação, portanto, é o de preparar as pessoas para a vida em sociedade, transmitindo-lhes os saberes acumulados pelas gerações anteriores e levando-as a adotar valores e comportamentos adequados à convivência humana. Ela também deve oferecer a oportunidade de crescimento pessoal, da plena utilização das capacidades pessoais, permitindo um olhar crítico sobre o mundo em que se vive.

Finalizando a discussão, pode-se definir educação, na opinião pessoal da autora desse texto, como o trabalho que visa ensinar/formar o ser humano para viver em sociedade, cultivando nele valores que o levem a desenvolver atitudes solidárias em relação às outras pessoas e à natureza, que favoreçam o convívio social e permitam o seu crescimento pessoal e o desenvolvimento de suas potencialidades individuais. A educação busca a harmonia interior da pessoa, o desenvolvimento de sua capacidade de encontrar seu lugar no mundo e alegria na vida. É um trabalho que, para ser efetivo, exige ações afetivas, sem as quais o ato de educar não se configura verdadeiramente.

Essa é uma tarefa que pode ser desempenhada tanto pela educação formal, quanto pela informal. Nesse trabalho, a preocupação é com a educação formal, oferecida à população por uma escola legalmente instituída.

E então, o que é escola?

O Dicionário Básico de Filosofia, de Japiassú e Marcondes (2008, p.90), traz a seguinte definição:

escola (lat. schola, do gr. escholé) **1.** Na linguagem filosófica, tanto pode designar um grupo de filósofos em torno de um mestre quanto uma tendência perpetuada por certo tempo por filósofos historicamente ligados

uns aos outros. As condições de ensino da filosofia na Antiguidade nos asseguram a existência concreta de escolas: a Academia, o Liceu, o Pórtico, a escola megárica, etc. **2.** Nos tempos modernos, até o séc. XIX, quando se falava de a Escola, referia-se à escolástica. Hoje em dia, os filósofos não se dividem mais em escolas.

Essas definições esclarecem as origens históricas da palavra. Outro exemplo está no dicionário Houaiss, onde se lê:

escola substantivo feminino **1** estabelecimento público ou privado onde se ministra ensino coletivo **2** conjunto de professores, alunos e funcionários de uma escola **3** prédio em que a escola está estabelecida **4** sistema, doutrina ou tendência estilística ou de pensamento de pessoa ou grupo de pessoas que se notabilizou em algum ramo do saber ou da arte Ex.: e. de Wagner, e. de Freud **5** conjunto de pessoas que segue um sistema de pensamento, uma doutrina, um princípio estético etc. Ex.: e. platônica **6** determinado conjunto de princípios seguido por artistas Ex.: e. clássica, e. flamenga **7** conjunto de conhecimentos; saber Ex.: o pobre rapaz pouco sabia, não tinha e. **8** aquilo que é adequado para transmitir conhecimento, experiência, instrução Ex.: o jornalismo pode ser boa e. para futuros escritores **9** experiência vivida; vivência Ex.: sua maneira de agir revela que teve boa e. **10** conjunto de seguidores, imitadores ou apreciadores Ex.: seu espírito de aventura criou e. entre parentes e amigos **11** Regionalismo: Rio de Janeiro. Uso: informal. casa ou antro de jogo (HOUAISS, 2002).

Para o presente trabalho, a palavra escola será empregada nos três primeiros sentidos do dicionário Houaiss, ou seja: estabelecimento onde se ministra ensino coletivo, localizada em um prédio determinado; local onde interage um conjunto de professores, alunos e funcionários.

Esse tipo de definição, entretanto, limita muito aquilo que se pode entender por escola. Hernandez (2003, p.11), por exemplo, ao se referir à escola, lembra que ela “não é apenas um lugar para aprender, mas também para viver (melhor)”. Para ele, é tarefa dos educadores que a lideram “criar pontes com a comunidade, rompendo, assim, o isolamento da escola [...]”, sendo que para isso seja necessário “[...] mostrar aos alunos que a escola pode ser um lugar interessante para eles e para suas vidas, um lugar não apenas para aprender, mas também para ‘ser’”.

Marchesan (2007, p. 35-36), por sua vez, observa:

A relação entre escola e sociedade tem de ser vista a partir de uma perspectiva dialética: a escola está em ruptura e em continuidade com a sociedade.

[...]

Portanto, a escola é um local que carrega uma grande contradição. Ela é uma instituição conservadora, na medida em que, como instituição fundamental ao capitalismo, reproduz os valores inerentes a este modo de organização social através dos conteúdos passados em aula e, também, através da própria maneira como se organiza e constrói relações com a sociedade. [...] Convivem dentro da escola tanto a reprodução da alienação e da ideologia, quanto os movimentos críticos e de transformação.

É importante lembrar que, além de possuírem cada uma a sua própria história, que é única, cada escola produz uma cultura que lhe é peculiar. Forquim define *cultura escolar* como “conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, organizados, normalizados, rotinizados, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas” (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p.35). Essa cultura é marcada pela sua história, pela época em que foi criada, pelas experiências pelas quais passou. A escola não é simplesmente um lugar onde são transmitidos conhecimentos; mas ela produz sua própria cultura, seus próprios saberes⁹. Isso se aplica às escolas mantidas pela FE.

É importante ter em mente, portanto, que a escola formal confunde-se com a vida de todos os que nela estão presentes, seja como alunos, seja como profissionais da educação.

Posto isso, seguem algumas palavras que refletem sobre o papel do professor na educação:

Quem ensina, como todos nós, tem dois objetivos: para falar Latim, *tradere* e *educere*. Dum lado, transmitir para os alunos o patrimônio de conhecimento, a tradição e, doutro lado, incentivar o espírito crítico, o pensamento independente.

Voltando para a história cultural, vemos de novo a dificuldade de separar a tradição da inovação. Às vezes, a inovação aparente esconde a persistência da tradição; outras vezes, a continuidade aparente disfarça inovações (BURKE, 2007, p.20)

Conclui-se que ensinar é um ato complexo, mas também fundamental para a sobrevivência de qualquer sociedade.

E quanto à História da Educação? Ela surgiu no final do século XIX e teve seu desenvolvimento principalmente nas Escolas Normais e cursos de formação de professores. A história da Educação mostra que muitas modificações aconteceram: com os professores, as leis, os currículos, etc. Em vários lugares, culturas, épocas diferentes, ou mesmo numa

⁹ “A concepção de escola como puro e simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela está na origem da idéia, muito amplamente partilhada no mundo das ciências humanas e entre o grande público, segundo a qual ela é, por excelência, o lugar do conservadorismo, da inércia, da rotina” (CHERVEL apud GONÇALVES e FARIA FILHO, 2005, p. 47).

realidade mais próxima, a educação e a escola têm mudado. Mas ela mostra também que muitos outros elementos permanecem surpreendentemente intocáveis.

A história das instituições escolares no Brasil está se afirmando cada vez mais como um novo campo temático da historiografia. O campo da pesquisa histórica passou desde 1950 por intenso processo de renovação teórica e metodológica. A partir de então, não são mais aceitas as ideias de produção de verdade absoluta e/ou do saber absoluto na História.

Em nossos dias, percebe-se que boa parte dos historiadores concordam em que não existe uma forma exclusiva de se compreender a realidade, nem muito menos um “único motor” que determine o desenvolvimento histórico. De fato, os últimos anos de pesquisa histórica têm demonstrado uma prática muito vinculada ao desenvolvimento de estudos empíricos, nos quais a teoria não é mais vista como um *a priori* absoluto, mas apenas como uma forma de acesso, ou seja, um recurso para iniciar o inquérito das fontes de pesquisa. Esta é uma tendência que pode ser percebida de maneira geral na historiografia ocidental (GATTI JUNIOR apud GATTI JUNIOR; ARAÚJO, 2002, p. 7).

É nesse contexto que o presente trabalho está inserido. A história da FE ainda não foi escrita. Ela inicia-se em 1971, quando a historiografia rompia com o positivismo e o tradicionalismo e uma revolução educacional estava em andamento. Surgia uma historiografia crítica, com preocupações mais abrangentes, como por exemplo, as questões culturais. As fontes primárias não se limitariam mais aos documentos escritos, mas seriam consideradas também as fontes orais, iconográficas, entre outras.

Embora nascida da Pedagogia, a história da educação – a partir dos anos 1980, no Brasil – posiciona-se, do ponto de vista paradigmático, na órbita da ciência histórica, e não tanto na da Educação. Ocorre “um redirecionamento no caminho da elaboração de interpretações sobre o passado educacional brasileiro em sua concretude, mediante consulta a uma série enorme de fontes primárias e secundárias que não são mais apenas a legislação educacional” (GATTI JUNIOR apud GATTI JUNIOR; ARAÚJO, 2002, p. 16).

É quando surge a história das instituições escolares, eixo com o qual o presente trabalho identifica-se. Essa tendência é inserida nesse processo de renovação do campo da história da educação, buscando investigar de forma mais ampla a escola. O interesse dos estudiosos passa a ser o conhecimento de processos em microcosmo para, em seguida, adequá-lo ao macrocosmo. Almeja-se romper a dicotomia entre o particular e o universal, entre aquilo que é específico e o que se considera como geral. Assim, é preciso concordar com as palavras de Justino Magalhães a esse respeito:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (GATTI JUNIOR, 2002, p. 20).

É nessa direção que segue esse trabalho. Afinal, como esclarece Buffa (apud GATTI JUNIOR; ARAÚJO, 2002, p.25-26), “pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e ideias educacionais”. A autora afirma também que: “Na história das instituições escolares aninha-se, de fato, a filosofia educacional da sociedade que as cria e as mantém”.

Parte-se, aqui, da hipótese segundo a qual as escolas mantidas pela FE foram e ainda são importantes para o desenvolvimento da cidade de Ituverava e sua região. Acredita-se firmemente que essas instituições de ensino proporcionaram à região novas oportunidades de educação formal, principalmente no nível superior. Ao assim fazerem, essas escolas melhoraram o nível cultural e socioeconômico da população, além de ampliarem a oferta de emprego. Teriam atuado, portanto, modificando o panorama social, cultural e econômico regional.

A verificação dessa hipótese exige o conhecimento histórico. É preciso saber em que circunstâncias a FE foi fundada, e em que tipo de sociedade. Quais eram os objetivos de seus criadores? E atualmente, quais são esses objetivos?

As escolas mantidas pela FE ainda estão em processo de desenvolvimento e há muito ainda a caminhar para que atinjam a maturidade. Esse estudo busca raízes, mas com a esperança de que no futuro outros estudiosos possam completá-lo.

1.2. Considerações sobre a história da educação no Brasil

Quando se inicia a história da educação no Brasil? É plausível falar em pré-história da educação ao referir-se aos primitivos habitantes do continente americano, ou na educação praticada até hoje entre os indígenas brasileiros: educação de caráter coletivista, igualitário, comunal.

Essa não é, entretanto, a preocupação desse trabalho. Será adotada aqui a cronologia proposta por Saviani (2007), que divide a história da educação no Brasil em quatro períodos, transcritos a seguir:

1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases:

1. Uma pedagogia brasílica ou o período heróico (1549-1599);
2. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o Ratio Studiorum (1599-1759).

2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosas e leiga da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases:

1. A pedagogia pombalina ou as idéias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827);
2. Desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932).

3º Período (1932-1969): Predominância da pedagogia nova, subdividido nas seguintes fases:

1. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947);
2. Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961);
3. Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969).

4º Período (1969-2001): Configuração da concepção pedagógica produtivista, subdividido nas seguintes fases:

1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980);
2. Ensaio contra-hegemônico: pedagogias da “educação popular”, pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica (1980-1991);
3. O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo (1991-2001) (SAVIANI, 2007, p. 19-20).

Embora Saviani estabeleça o final de sua cronologia no ano de 2001, considera-se que essa situação persiste até os dias atuais. Portanto, ainda se está vivendo o 4º período da história da educação brasileira, sob a égide do “neoprodutivismo e suas variantes”.

A partir dessa cronologia¹⁰, afirma-se que a FE foi fundada no período mais recente da história da educação brasileira, o 4º período, que Saviani denomina: “Configuração da concepção pedagógica produtivista”. A instituição aqui analisada está inserida nessa realidade e pode-se pensar que, nos cursos por ela mantidos, estiveram presentes docentes com diferentes orientações pedagógicas, que levaram à FE várias influências educacionais apontadas por Saviani.

Em 1971 o Brasil já tivera sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Anos antes, em 20 de dezembro de 1961, havia entrado em vigor a Lei nº 4.024, que regia um sistema de educação unificado e legalizado. A partir de 11 de agosto de 1971 passou a vigorar a Lei Federal nº 5.692. Eram os primeiros anos do período de ditadura militar no Brasil que, iniciado em 1964, só seria encerrado em 1985. A FEI, portanto, foi criada sob a égide desse regime político de exceção.

Iniciando-se esse período, a ruptura política radical trazida pela ditadura não determinou ruptura no âmbito socioeconômico. Na verdade, segundo Saviani (2007), a ruptura política teria sido necessária para preservar a ordem socioeconômica:

Não tendo havido ruptura, mas continuidade no plano socioeconômico, compreende-se que tenha havido continuidade também na educação. E isso se refletiu na legislação que instituiu as reformas do ensino baixadas pela ditadura. Eis porque não foi necessário revogar os primeiros títulos da LDB (SAVIANI, 2007, p. 362).

Saviani (2007, p.365) também observa que:

Com o advento do regime militar, o lema positivista “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira do Brasil metamorfoseou-se em “segurança e

¹⁰ Há ainda outra periodização proposta por Maria Leila Alves (2005), que, embora diferente, não desqualifica aquela proposta por Saviani, mas a enriquece. Assim, enquanto Saviani elaborou sua cronologia conforme parâmetros pedagógicos, Alves utiliza parâmetros históricos, em conformidade com a situação política e social do Brasil. Segundo a autora, a história da educação brasileira dos últimos quarenta anos sofreu influências de três movimentos contraditórios: o primeiro, iniciado em 1964, trouxe a hegemonia escancarada de uma classe dominante que não se preocupou em ocultar sua dominação; o segundo, iniciado por sua vez em 1977, foi marcado pela reação progressista, quando as forças oposicionistas começam a se organizar e tiveram início os movimentos que reivindicaram liberdades democráticas no país; o terceiro, finalmente iniciado em 1990 e marcado pela lógica de mercado, trouxe-nos o descompromisso das políticas públicas neoliberais com a educação das maiorias.

desenvolvimento”. Guiando-se por esse lema, o grande objetivo perseguido pelo governo dito revolucionário era o desenvolvimento econômico com segurança. Diante desse objetivo, a baixa produtividade do sistema de ensino, identificada no reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, era considerada um entrave que necessitava ser removido.

Em 1967 foi promulgada uma nova Constituição brasileira e Costa e Silva assume a presidência do país. Foi então editado o Ato Institucional nº 5 (AI 5), que suspendeu os direitos e garantias individuais no país. Observa-se que foi na década de 1960 que se difundiram as ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo) e de enfoque sistêmico e controle comportamental (behaviorismo), que Saviani denomina “pedagogia tecnicista”. Essa época é marcada pela vitória das ideias de Theodor Schultz e sua teoria do capital humano, de cunho liberal, cuja inspiração filosófica é neopositivista e cujo método é funcionalista. As palavras de ordem passam então a ser eficiência e eficácia, além de produtividade, operacionalização e plena utilização de recursos.

Foi ainda nessa década de 1960 que se reformulou o ensino superior, com a Lei 5.540/68. A reforma universitária¹¹ buscou conciliar duas demandas contraditórias: por um lado havia o grupo daqueles que solicitavam mais vagas nas universidades (já que elas eram sempre insuficientes), reivindicando também a autonomia universitária; de outro lado, estava o grupo (ligado ao governo militar) daqueles que pretendiam modernizar a educação e vincular o ensino superior aos mecanismos de mercado. Nesse contexto, foi proclamada a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Entretanto, não foi aceita a autonomia universitária. Por outro lado, foi instituído o regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração, a organização funcional e a racionalização da estrutura e do funcionamento. E como foi resolvida a questão da necessidade de maior número de vagas para o ensino superior? Saviani (2006, p.43) responde:

[...] na prática, a expansão do ensino superior reivindicada pelos jovens postulantes à universidade deu-se pela abertura indiscriminada, via autorizações do Conselho Federal de Educação, de escolas isoladas privadas, contrariando não só o teor das demandas estudantis mas o próprio texto aprovado. Com efeito, por esse caminho inverteu-se o enunciado do art. 2º da Lei n. 5.540, que estabelecia como regra a organização universitária,

¹¹ Segundo Saviani (2007), a Reforma Universitária regulamentou a implantação da pós-graduação, introduziu habilitações técnicas no curso de Pedagogia e buscou estender a tendência produtivista a todas as escolas do país, por meio da pedagogia tecnicista, convertida em pedagogia oficial. O autor observa que a sua influência permaneceu até a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96.

admitindo, apenas como exceção, os estabelecimentos isolados; de fato, estes converteram-se na regra da expansão do ensino superior.

Nesse processo de expansão do ensino superior foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava, a primeira escola desse nível de ensino mantida pela Fundação Educacional de Ituverava. Ela era mais uma “escola isolada privada”, na expressão de Saviani. Esse movimento de expansão do ensino superior, tão desejado pela população brasileira, chegava a Ituverava. Mas, ao contrário da maioria das experiências registradas no país, não se tratou de uma iniciativa particular, não era um investimento capitalista privado, no qual membros da burguesia nacional buscavam obter lucro. Tratou-se sim de uma iniciativa comunitária, liderada pelos membros da Maçonaria local.

Será analisada agora a década de 1970, iniciada com a conquista brasileira do tricampeonato mundial de futebol. Foi uma época de euforia, de ufanismo nacional. Ao mesmo tempo, viveu-se o período de maior repressão da ditadura militar. Em 1973, paralelamente ao pretense milagre brasileiro, abriu-se a crise econômica mundial com a alta dos preços do petróleo no mercado internacional. Fechando a década, em 1979 teve início o governo de João Batista Figueiredo, quando seria finalmente promovida a tão esperada abertura política.

Palma Filho (2005) observa que a crise fiscal vivida pelo Capitalismo no início da década de 1970 e que atingiu grande número de países pelo mundo, acabou por produzir uma suposta solução, qual seja, a “saída neoliberal para debelar a crise” (PALMA FILHO, 2005, p. 19). Na verdade, esse é o começo de um período que ainda persiste na atualidade, pois ainda existe a influência das políticas neoliberais.

A partir dos anos 70, começa-se a falar nos países do capitalismo avançado no surgimento de uma nova era, a era “pós-fordista” [...]. Anuncia-se o fim da empregabilidade do emprego. Alguns até já falam da sociedade do ócio. [...]

Todavia, a maioria dos estudiosos da matéria não partilha dessa visão idílica [...]. Nesse sentido, Carlson e Apple sugerem três tipos de mudanças que estão ocorrendo nas sociedades capitalistas pós-fordistas e que, de alguma forma, tendem a afetar o funcionamento das escolas: “novos estilos de organização e gerenciamento, novas formas de consumo e a reestruturação da força de trabalho” (PALMA FILHO, 2005, p. 29).

Essa crise mundial do capital nos anos 1970 e as soluções buscadas para enfrentá-la chegaram também ao Brasil, afetando diretamente a escola. Na educação, a Lei 5.692/71 alterou os ensinos primário e médio, que passaram a ser denominados “ensino de 1º grau” e

“ensino de 2º grau”. Entre os princípios básicos dessa lei estão a integração vertical e horizontal, a continuidade e terminalidade, bem como a racionalização/concentração. Busca-se o máximo de resultados com o mínimo de custos. Prega-se a flexibilidade e a valorização do professorado. Instituiu-se um 2º grau unificado e profissionalizante, revogado depois pela Lei n. 7.044 / 82.

Saviani (2006, p.48) lembra que:

Na década de 1960, a teoria do capital humano (Schultz, 1973) foi desenvolvida e divulgada positivamente, sendo saudada como a cabal demonstração do “valor econômico da educação”. Em consequência, a educação passou a ser entendida como algo não meramente ornamental, um mero bem de consumo, mas como algo decisivo do ponto de vista do desenvolvimento econômico, um bem de produção portanto.

A partir da década de 1970 começaram as críticas a essa visão. Entretanto, Saviani (2006) conclui que ela permanece viva ainda hoje.

Mas a concepção produtivista da educação resistiu a todos os embates de que foi alvo por parte das tendências críticas ao longo da década de 1980, recobrando um novo vigor no contexto do denominado neoliberalismo, quando veio a ser acionada como um instrumento de ajustamento da educação às demandas do mercado numa economia globalizada centrada na tão decantada sociedade do conhecimento. É essa visão que, suplantando a ênfase na qualidade social da educação que marcou os projetos da LDB na Câmara dos Deputados, se constituiu na referência para o Projeto Darcy Ribeiro que surgiu no Senado e se transformou na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 2006, p. 50).

Tardif e Lessard (2009, p.107) falam desse tecnicismo, que eles denominam “modelo tecnológico de educação”, afirmando que ele:

[...] põe o acento principalmente nas funções de controle de técnicas pedagógicas atestadas, na eficácia das intervenções e na performance dos alunos, no domínio dos conteúdos curriculares, etc. É muito evidente que tal modelo [...] é dominado por uma lógica do tipo instrumental. [...] O controle do ensino acentuou-se graças, sobretudo, a novos programas que se assemelham a verdadeiros modelos tayloristas de aprendizagem, com uma infinidade de objetivos [...] (TARDIF; LESSARD, 2009, p. 107).

De fato, na busca por uma pedagogia neutra, científica e eficiente¹² (e cabe aqui perguntar o que se entendia então por eficiência e se é possível existir neutralidade na

¹² Palma Filho (2005) observa que nessa época buscou-se tornar mais racional a administração escolar e para isso foram adotados princípios de gerenciamento industrial, principalmente aqueles criados pelos engenheiros Taylor

educação...), muitos educadores desse período foram influenciados por certo positivismo tardio, segundo o qual a aprendizagem poderia ser medida por testes objetivos. Acreditaram que o valor da aprendizagem estava no conteúdo memorizado e que técnicas adequadas garantiriam esse aprendizado. Foi mais uma etapa da longa escalada da Pedagogia em busca de seu aperfeiçoamento.

Embora Palma Filho (2005) acredite que essa foi uma época vazia de atitudes políticas concretas em prol da educação¹³, é importante lembrar que foi nesse período que tomou força o processo de escolarização básica no Brasil, com a rápida expansão das redes escolares públicas e privadas, além de terem sido criados e implantados os Guias Curriculares. Esse processo, entretanto, impôs certas penas à formação de professores; desafios que persistem até a atualidade. Gatti e Barreto (2009) consideram que esses desafios concentram-se na demanda por um maior contingente de professores e nas rápidas transformações sociais que ocorrem hoje, exigindo da escola uma contribuição mais intensa e efetiva na construção de uma sociedade justa e democrática.

Encerrada a década de 1970, adentra-se em um período marcado por um vigoroso movimento de organização sindical, envolvendo professores de todos os níveis de ensino. Para o setor da educação, esse foi um dos períodos mais fecundos de sua história. Em São Paulo houve a implantação do Ciclo Básico, o Estatuto do Magistério¹⁴, a criação dos Conselhos de Escola e a reforma curricular. Ampliou-se muito a produção acadêmica, amplamente divulgada por cerca de sessenta revistas de educação que surgiram no país, bem como por grande quantidade de livros publicados.

Diversos governos de oposição ao regime militar, eleitos em 1982, ensaiaram medidas de política educacional de interesse popular. Nem sempre elas perduraram, já que enfrentaram barreiras tais como a tradição de descontinuidade política e interesses excludentes.

O contexto mundial foi marcado por importantes transformações. Em 1980, o sindicato Solidariedade se fortaleceu com a crise na Polônia. Em 1982, por sua vez, houve a

e Fayol, sendo que “[...] até meados dos anos 70, a teoria de administração por eles desenvolvida continuava sendo ensinada nos cursos de formação para a área da educação” (p. 27).

¹³O que se notou durante a década de 80 foi um total descompromisso do Governo Federal para com a educação dos setores populares, uma vez que continuaram as ações pontuais para o setor, herdadas do regime militar. Desse modo, a situação educacional do País ao final dos anos 80 não é muito diferente daquela que Cunha (1976) assinalava em relação à **década de 70**. O que houve foi um refinamento do discurso político oficial para o setor educacional, incorporando elementos e conceitos do discurso oposicionista [...] (PALMA FILHO, 2005, p. 47 – grifo nosso).

¹⁴Palma Filho (2005) considera que os benefícios garantidos pelo Estatuto que criou a carreira do magistério na Secretaria de Estado de Educação de São Paulo logo foram esvaziados pelos governos que se seguiram. Portanto, seu peso real para a melhoria da profissão docente não foi significativo segundo esse pesquisador.

Guerra das Malvinas entre Argentina e Inglaterra e a invasão do Líbano por Israel. Em 1985, Mikhail Gorbachev assumiu o poder na URSS, dando início à perestroika e à glasnost. Em Chernobyl, Ucrânia, ocorreria o grande desastre com um reator de energia nuclear, em 1986. Finalmente, em 1989, o símbolo do final de uma era: a queda do muro de Berlim, ao qual se seguiriam, em 1990, a queda dos regimes comunistas do Leste europeu e a consequente reunificação das duas Alemanhas.

No Brasil, 1982 marcou o início das eleições diretas, com governadores de Estado sendo escolhidos em todo o país. Em 1983, a crise econômica agravou as tensões populares, ocorrendo, inclusive, saques a supermercados. Em 1985 terminou oficialmente a ditadura militar, com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência de República e com o início do governo de José Sarney, que assumiu o poder após o falecimento de Tancredo. Em 1986 foi realizado um grande esforço no sentido da recuperação da economia brasileira, com a implantação dos Planos Cruzado I e Cruzado II.

Até 1985 a educação brasileira havia sido controlada pelo Estado, tanto do ponto de vista burocrático e pedagógico, quanto do ponto de vista ideológico. É a época de slogans do tipo: “Brasil: ame-o ou deixe-o!”. Os professores eram vistos com desconfiança pelos órgãos governamentais, que acompanhavam sua linha ideológica com o intuito de impedir movimentos contrários à situação política vigente.

Nesse mesmo período a demanda pela educação continuou crescendo. O processo de urbanização e industrialização do Brasil seguiu em frente e os ideais liberais de escola pública e gratuita mantiveram-se, embora, na realidade, o Estado não conseguisse atender a toda a população. O Brasil se viu diante de uma escolha a ser feita: manter o sistema educacional elitista já organizado e em funcionamento ou democratizar o acesso à escola pública, tornando-a de fato gratuita e universal. Escolheu o segundo caminho, mesmo porque era essa a exigência do Capitalismo naquele momento. A rede educacional cresceu muito e o acesso à escola foi amplamente facilitado. Mas, por outro lado, os professores passaram a ter seus salários cada vez mais defasados e a escola foi acusada de degradação da qualidade do ensino.

Em 1988 foi promulgada a oitava Constituição do Brasil e em 1989, após quase trinta anos, os brasileiros elegeram o novo presidente da república pelo voto direto. A nova Constituição Federal de 1988 consagrou várias aspirações e conquistas decorrentes da mobilização da comunidade educacional e dos movimentos sociais organizados, tais como o direito de todos à educação, a gratuidade do ensino público, a gestão democrática desse mesmo ensino, a autonomia universitária e o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo. Foi também instituído o regime de colaboração entre União, Estados

e municípios na organização dos sistemas educativos e vinculados percentuais mínimos do orçamento da União, Estados, Distrito Federal e municípios, destinados à educação. A competência da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional foi mantida, fato que resultou na atual LDB, a Lei Federal nº 9.394 / 96, de 20 de dezembro de 1996, que unificou a sua regulamentação legal no Brasil.

Em sua História das Idéias Pedagógicas, Saviani (2007) analisa as teorias de ensino presentes durante esse período histórico brasileiro. Assim, além da concepção tecnicista, surgiu também a concepção analítica, que se desenvolveu a partir do positivismo lógico, buscando a construção de linguagens artificiais submetidas a critérios lógicos rigorosos. Nesse mesmo momento histórico, surgiu a visão crítico-reprodutivista, cujo espaço privilegiado foi a pós-graduação. Segundo Saviani (2007), trata-se de uma tendência crítica, pois as teorias que a integram afirmam que não é possível compreender a educação senão a partir de seus condicionantes sociais, mas pretendem explicar a problemática educacional a partir da estrutura socioeconômica que a condiciona. Por outro lado, é reprodutivista porque concluem que a função básica da educação é reproduzir as condições sociais vigentes.

É certo que essas teorias se concentravam na crítica à educação vigente, não apresentando alternativas, isto é, não propondo uma nova maneira de lidar com as escolas. Por isso, pode-se concluir que, a par do aguçamento do espírito crítico, elas teriam também provocado um sentimento de “sem saída”, de falta de alternativas. Na medida em que o anseio pela busca de alternativas se foi intensificando, aprofundou-se também a percepção de que essas teorias eram insuficientes, continham limites (SAVIANI, 2007, p. 395).

Ainda segundo o mesmo educador, nesse período registram-se também as pedagogias contra-hegemônicas. Entre as propostas da chamada pedagogia de esquerda, surgiram as pedagogias da educação popular: concepção libertadora de Paulo Freire, com afinidades com a teologia da libertação, da Igreja Católica, que preconizava uma educação autônoma, centrada no saber do povo. Há ainda a concepção da Revista da ANDE (Associação Nacional de Educação), com defesa intransigente da escola pública e que valorizava o acesso das camadas populares ao conhecimento sistematizado. Nessa corrente inseriu-se a pedagogia crítico-social dos conteúdos, sob influência das ideias marxistas. Esse grupo aderiu depois às reformas educativas neoliberais, assumindo postos nos governos federal, estaduais e municipais. O terceiro grupo citado por Saviani foi denominado pedagogia histórico-crítica e definido como uma teoria crítica não-reprodutivista iniciada na

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP) em 1979¹⁵, ligada ao materialismo histórico, à concepção dialética e à psicologia histórico-cultural de Vigotsky.

Nessa época foram criadas as Propostas Curriculares no Estado de São Paulo, nas quais autores como Demerval Saviani, José Carlos Libâneo e Carlos Jamil Cury deixaram as marcas da tendência curricular crítica.

No Estado de São Paulo, a partir das eleições de 1982, a concepção de educação que saiu vitoriosa buscou enfrentar o problema do fracasso escolar (que marcava principalmente os alunos oriundos das famílias mais pobres), concomitantemente à abertura do espaço escolar à comunidade. Iniciava-se a luta pela redemocratização da sociedade. Os novos governos traçaram novo rumo na política educacional, de forma a ampliar as oportunidades de escolarização. O grande objetivo era promover o fim das imensas desigualdades sociais então existentes, apostando na educação como o mecanismo que iria integrar os excluídos e formar os novos cidadãos.

Em 1990 foi implantado o Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB. Em 1996, com a Lei 9.394/1996, inaugurou-se a era das avaliações externas nacionais. No Estado de São Paulo foi criado o SARESP – Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Os resultados insuficientes que todas essas avaliações produziram exigiram explicações por parte dos intelectuais que se debruçam sobre a questão educacional. Então se produziu um fenômeno curioso, no qual as vítimas são culpadas pelo seu próprio fracasso. Esse é o espírito neoliberal. Afinal, segundo a doutrina liberal, se as oportunidades existem para todos e nem todos as aproveitam, a responsabilidade dos fracassados só pode estar nos próprios fracassados e não no sistema que, em última instância, oferece as mesmas chances para toda a população. Na verdade, esse é o raciocínio que imperara até então dentro do próprio sistema educacional: se o professor ensina a todos os seus alunos por meio de um mesmo procedimento didático e nem todos eles aprendem, a culpa só pode ser do próprio estudante que não se dedicou o suficiente de forma a atingir o resultado positivo que dele era esperado¹⁶.

¹⁵ Entre 01 e 03 de dezembro de 2009, em comemoração aos 30 anos de existência desse grupo de educadores, foi realizada na Universidade Estadual de Campinas o II Seminário de Educação Brasileira, organizado pelo CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade. Segundo os organizadores, o evento retomava “a presença institucional do CEDES como protagonista no cenário de debates nacionais, do qual se ausentou ao aderir, em 1979, ao grande movimento coletivo das entidades na luta pela redemocratização do país e renovação da educação” (CEDES, 2009, p. 7).

¹⁶ Aqui se observa ainda que o professor, segundo a visão neoliberal, também não sabe ensinar e a culpa pelo fracasso também é imputada ao sistema escolar, julgado como “falido”.

Assim, voltando a pensar na sociedade como um todo, pode-se afirmar, juntamente com Palma Filho (2005), que:

Opera-se uma inversão: o fracasso do poder público e da sociedade em propiciar aos trabalhadores uma educação abrangente e de qualidade passa a ser atribuído aos próprios trabalhadores e, conseqüentemente, à baixa qualificação e os poucos anos de escolaridade da massa trabalhadora é que são responsáveis pela crise econômica. [...] Desse modo, o desemprego é visto como uma questão do indivíduo que não adquiriu uma educação adequada ao mercado de trabalho em transformação (PALMA FILHO, 2005, p. 32).

Avançando um pouco mais no tempo, é possível afirmar que a década de 1990 foi marcada por ventos de liberdade. A ditadura militar no Brasil era um fato encerrado. No contexto mundial, os regimes socialistas entravam em colapso e o capitalismo se revigorava. Em 1993 entrou em vigor a União Europeia (UE) e foi criada a Nafta, o acordo de livre comércio entre os países da América do Norte, aos quais se seguiria, em 1994, a criação do Mercosul, união aduaneira entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Transformações ocorriam também em nível nacional e o regime democrático se fortalecia. Em 1993, um plebiscito nacional definiu o regime presidencialista para o governo brasileiro e, em 1994, foi implantado o Plano Real, buscando a recuperação da economia do país. Em 1995 foi eleito o presidente Fernando Henrique Cardoso, reeleito mais tarde, em 1998, para um segundo mandato. Era a vitória do Neoliberalismo.

E como ficou a educação no Brasil nesse período?

Em 1998, Guiomar Namó de Mello descrevia a situação do Ensino Médio no Brasil como um ensino de minorias sobreviventes, já que poucos tinham acesso a ele. Em 1996 chegavam a ele menos de um quarto dos 10 milhões de brasileiros entre 15 e 17 anos.

Mello (1998) também denunciava outro tipo de seletividade, afirmando:

[...] processa-se, dentro do ensino médio, outra segmentação: uma minoria estuda em escolas técnicas tradicionais, de boa qualidade mas inexpressivas numericamente, ou em escolas particulares de currículos propedêuticos voltados para os exames de ingresso no ensino superior. Aos demais restam duas alternativas ruins: cursos noturnos de formação geral, em classes de ensino médio esparsas dentro de escolas de ensino fundamental, ou habilitações profissionais de baixo custo, ambas predominantemente públicas (MELLO, 1998, p. 5-6).

A autora continua, observando que:

A dualidade propedêutica/profissional, existente na maioria dos países ocidentais, funcionou aqui como mecanismo de exclusão fortemente associado à origem social. Embora não existam estatísticas a respeito, é fato conhecido que a maioria dos alunos das habilitações de baixo custo como Magistério e Contabilidade, está matriculada em períodos noturnos de escolas urbanas de ensino fundamental, estaduais ou municipais. [...]

Há muito o país selou o ensino profissionalizante em qualquer nível, mas sobretudo no médio, como forma de separar aqueles que não se destinariam às posições econômicas ou políticas de prestígio e poder.[...]

Posteriormente, ajustes feitos na legislação permitiram, principalmente às escolas particulares freqüentadas pela classe média, oferecer cursos de formação geral cuja principal atração era a boa preparação para os exames vestibulares. Mas nessa altura a educação acadêmica no setor público já se havia desarticulado (MELLO, 1998, p. 8 - 9).

Saviani (2006, p.51) observa que durante o século XX o atendimento educacional da população ampliou-se muito. “Entretanto, em razão do imenso déficit histórico que se veio acumulando, mesmo em termos quantitativos as deficiências ainda são enormes”.

A política educacional que vem sendo implementada no Brasil, sob a direção do Ministério da Educação, caracteriza-se pela flexibilização, pela descentralização das responsabilidades de manutenção das escolas, induzindo os municípios a assumir os encargos do ensino fundamental e apelando à sociedade, de modo geral, aí compreendidas as empresas, organizações não governamentais, a comunidade próxima à escola, os pais e os próprios cidadãos individualmente considerados, para que cooperem, pela via do voluntarismo e da filantropia, na manutenção física, na administração e no próprio funcionamento pedagógico das escolas. [...] Em contrapartida, com base na montagem de um “sistema nacional de avaliação” respaldado pela LDB, centraliza-se no MEC o controle do rendimento escolar em todos os níveis, desde as creches até a pós-graduação. Inspirada no modelo americano, essa orientação acentua, pela via da diferenciação apontada, as desigualdades sociais. [...]

Assim, a conclusão a que chegamos é que o grande desafio que ainda se põe para o Brasil em termos educacionais ao ingresso no século XXI nos vem do século XIX. Trata-se da tarefa de organizar e instalar um sistema de ensino capaz de universalizar o ensino fundamental e, por esse caminho, erradicar o analfabetismo (SAVIANI, 2006, p. 52-53).

Esses são desafios presentes no século XXI. E como eles têm sido enfrentados? Palma Filho (2005) dá a sua visão dessa realidade, afirmando:

Na perspectiva neoliberal, o importante é garantir as condições para a lucrativa acumulação de capital, mesmo que tenha que ser à custa das políticas sociais. Paralelamente é importante convencer às pessoas de que não há outra saída para a crise que se vive desde o fim do Estado de Bem-Estar Social. Neste momento, anos 90, entra em cena toda retórica da globalização. Como nos adverte Bauman (1999,7) “[...] globalização é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um

processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo globalizados e isso significa basicamente o mesmo para todos. Ou seja, não tem saída: “se ficar o bicho come, se correr o bicho pega”. Cria-se portanto um clima ideológico que busca enfraquecer os conceitos construídos ao longo da modernidade em nome da pós-modernidade (PALMA FILHO, 2005, p. 18-19).

A responsabilidade da ou pela pobreza passará definitivamente para as mãos dos indivíduos?¹⁷

Trata-se da ideologia da moda: é moderno e politicamente correto ser neoliberal e globalizante; os críticos são desacreditados como retrógrados. Assim, o neoliberalismo firmou-se no Brasil a partir do governo Collor, em 1990, e o processo de sua implementação acelerou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir de então, em conformidade com a política do Banco Mundial, a prioridade é a educação básica.

De acordo com estudos e estatísticas, o produto interno bruto (PIB) de um país aumenta quando aumentam os anos de escolaridade da população. Portanto, plantando educação, colhe-se produtividade. É a teoria do “capital humano”, segundo a qual a educação transformando o indivíduo, transforma a sociedade. Pessoas mais educadas e saudáveis (e, de preferência, com baixos índices de fecundidade) podem construir um mundo com melhores condições de se viver.

Para o Banco Mundial:

A educação é um instrumento importante no desenvolvimento econômico e social. [...] a educação e, especialmente, a educação básica contribui também para reduzir a pobreza ao aumentar a produtividade do trabalho dos pobres, reduzir a fecundidade e melhorar a saúde, e equiparar as pessoas para participarem plenamente na economia e na sociedade (BANCO MUNDIAL, 1996 apud SOUZA, 2005, p.105).

Portanto, para esse organismo internacional, a educação é vista como a grande salvadora, capaz de gerar equidade e justiça social. Em consonância com esta ideia, o Banco Mundial sugere racionalização dos gastos públicos e a privatização das empresas estatais como estratégias de desenvolvimento nacional. É necessário diminuir os custos do sistema educacional, reduzir o papel do Estado, sem, no entanto, descuidar-se da qualidade do ensino. Como fazer isso? Aumentando a participação das famílias e empresas no seu financiamento.

¹⁷ “[...] a educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, como condição sine qua non para a cidadania crítica [...]; vinculá-la ao trabalho sem mediações tem sido relevante para culpar as vítimas (desempregados escolarizados) ou legitimar ações políticas que possibilitam a ilusão de desenvolvimento, sem alterar a ordem social desigual” (SEGNINI, 2000, p. 79 e 80).

Segundo o Banco Mundial (1996), é fundamental investir em educação. Mas esse investimento não é visto como um processo que vise dar chance de desenvolvimento pessoal, psicológico e social ao ser humano. A educação não é compreendida como uma prática social humanista que busca desenvolver habilidades e valores. Ao contrário, a educação é vista como técnica: como meio de preparar as pessoas para deterem conhecimentos geradores de capacidade de trabalho. Em última instância, os fins justificam os meios, e o que realmente importa é a produtividade, a capacidade de geração de riquezas.

“Subordinam-se as propostas educacionais às políticas de redução dos custos educacionais”, pois se trata de “um investimento como outro qualquer” (SOUZA, 2005, p.112 - 113). A prioridade dos investimentos em educação é para os insumos educacionais. A sua má administração é responsável pela ineficiência do ensino.

O trabalho docente é compreendido, nesta perspectiva, como um insumo educacional e não na dimensão educativa da formação. Professores, nesta perspectiva, se equiparam às bibliotecas, ao material pedagógico, aos livros, aos computadores, ao vídeo e à televisão (SOUZA, 2005, p.109).

A partir dessa ideia deduz-se que utilizar um menor número de professores traz economia e conseqüentemente mais recursos para investir em outros tipos de insumos.

Assim diz o Banco Mundial: “Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um crescimento rápido de produção” (BANCO MUNDIAL, 1996 apud SEGNINI, 2000, p.73). Como assim? Se nada mais mudar? Mas a única certeza histórica que se tem é a de que tudo sempre muda!

A entrada nesse novo século, iniciado em 2001, deu-se com as comemorações já no ano 2000. O Brasil festejava então os 500 anos do descobrimento pelos portugueses e novas esperanças surgiram no cenário do país. As dificuldades manifestaram-se mais claramente na crise energética, o que levou o país a implantar um plano de racionamento de energia elétrica. Em 2003 iniciava-se o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que por sua trajetória pessoal prometia tirar o país da influência neoliberal. Novas descobertas de petróleo no território brasileiro elevavam as esperanças.

No contexto mundial é preciso citar o célebre 11 de Setembro de 2001, quando os EUA sofreram o ataque dos aviões arremessados contra as torres do World Trade Center, em Nova York, e contra o Pentágono, em Washington. Osama Bin Laden, acusado de ser o mentor intelectual dos atentados, passa a ser cassado no mundo todo. As relações entre os

países ocidentais cristãos e os países orientais de tradição muçulmana desgastaram-se ainda mais. Na Europa, o euro, a nova moeda continental, foi implantado em 2001.

Enquanto isso, o Brasil continuava enfrentando desafios, em busca de um sistema educacional mais adequado às necessidades da maioria da população.

Na segunda metade da primeira década do século XXI, o filósofo Paulo Ghiraldelli Jr., em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 13/12/2006, afirmava desalentado que o que estava acontecendo no país era a democratização do diploma, mas não do conhecimento. Afirmava também que:

[...] a época é de completo vazio teórico. O Ministério da Educação (MEC) não tem estrutura moral e intelectual para dar um empurrão num debate pedagógico. E a sociedade? Ora, os alunos e professores dos cursos de pós-graduação em Educação estão só procurando “fazer currículo” para ou entrar no ensino superior ou se manter nele. Querem se livrar da escola básica, que, com FUNDEB ou não, não lhes interessa. Gostam de falar dela (de preferência de “modo light”), mas não gostam de atuar nela (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006).

No mesmo ano de 2006 a revista *Exame* publicava artigo que analisava a educação e a questão do desempenho escolar do brasileiro, no qual se lia:

Atualmente, a maioria das crianças das escolas públicas se transforma em profissionais medíocres. Em 2003, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico identificou que 55% dos alunos matriculados na 4^o série do ensino fundamental eram praticamente analfabetos e mal sabiam calcular. Na 8^o série, menos de 10% dos estudantes haviam adquirido competência para elaborar textos mais complexos. Como consequência, 75% dos adultos têm alguma deficiência para escrever, ler e fazer contas, o que acarreta um efeito devastador sobre sua capacidade de se expressar.

[...]

Não se pode ignorar a revolução educacional pela qual o Brasil passou nos últimos anos. Até poucas décadas, vivíamos num país de analfabetos, no qual a educação era um luxo. Hoje há mais de 40 milhões de crianças na escola. Cerca de 5 milhões delas entram no sistema todo ano. O feito, porém é insuficiente para sustentar o crescimento numa economia globalizada, cada vez mais dependente de conhecimento e de inovação [...] (SALOMÃO, 2006).

Em 2006, cerca de 97% das crianças brasileiras frequentavam a escola. No entanto, e infelizmente, com sérias defasagens de aprendizado. Será que, como disse Cláudio de Moura Castro em debate sobre a educação brasileira publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 11/08/2006, “o problema da educação brasileira não é o que se faz de errado hoje, é o que se deixou de fazer por quatro séculos e meio”? Na visão deste especialista em educação:

Ao contrário do que se pensava, a qualidade não caiu. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) mostra que ela tem oscilado um pouco, mas basicamente permanece no mesmo patamar. Na verdade, os brasileiros têm que ter um enorme orgulho de ter conseguido fazer o que pouquíssimos países conseguiram, ou seja, uma expansão tão rápida do sistema de ensino sem grande queda de qualidade. O problema é que essa qualidade de ensino que não caiu já era lamentável! Resultado: tiramos o último lugar no PISA (Program for International Students Assessment, que faz avaliações do ensino em países do Primeiro Mundo) (CASTRO, 2006).

Na visão do pesquisador Naercio Aquino Menezes Filho, economista da USP e do IBMEC, a qualidade da escola explica até 30% da variação do desempenho do aluno; os outros 70% são características da família, especialmente a educação da mãe, a quantidade de livros que existe na casa onde a criança mora, a idade do aluno. A conclusão principal é que as mães fazem a diferença tanto por sua média educacional, como por sua participação ativa na escola (ou pela ausência desta participação). Essa posição de Menezes Filho foi publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em 23/09/2006 e continua atual.

É interessante observar que no Estado de São Paulo há baixas taxas de reprovação durante o ciclo, mas aparecem taxas mais elevadas no final. Isso evidencia que a retenção dos alunos mais fracos ocorre ao final do ciclo. Mesmo assim, as taxas de aprovação continuam altas: em torno de 80%. A probabilidade de que os alunos das escolas com ciclo conclua o Ensino Fundamental está em torno de 60%, enquanto no Ensino Médio a taxa é de 36,5%. Nas escolas seriadas, essas taxas diminuem para 50% e 24%, respectivamente.

Os dados revelam que o impacto citado reflete-se também nos estudantes do Ensino Médio, provenientes de curso de Ensino Fundamental em regime de ciclo, aumentando um pouco a aprovação e diminuindo muito a evasão.

Os resultados da análise de impacto, portanto, comprovam que houve transbordamento dos efeitos da adoção de ciclos no ensino fundamental para o ensino médio. Uma possível explicação para esse resultado seria que os alunos que freqüentam o ensino fundamental em escolas com ciclo tem maior probabilidade de alcançar o ensino médio na idade adequada, o que incentiva a continuidade dos estudos, ou seja, reduz o incentivo aos alunos (e suas famílias) a decidirem abandonar a escola e ingressar no mercado de trabalho (MENEZES FILHO et al, 2009, p. 23-24).

Soma-se a isso, também, a probabilidade do aluno que termina o Ensino Médio continuar seus estudos em nível superior, que é de 37,5%, sendo que 61,1% dos estudantes de Ensino Superior o concluem em cinco anos.

Diante das conclusões apresentadas pelos pesquisadores citados, pode-se afirmar que a Fundação Educacional de Ituverava, ao oferecer oportunidade de elevar escolaridade dos habitantes da região, está contribuindo para a melhoria dessa mesma região sob vários aspectos:

Em primeiro lugar, por oferecer oportunidade de estudos de nível superior a pessoas que não teriam como cursar uma Faculdade, impossibilitadas por razões de ordem econômica e geográfica, já que as opções de cursos superiores na região são restritas, principalmente se considerarem-se as opções de escolas públicas gratuitas. Em segundo lugar, porque ao formar professores habilitados para as escolas da região está contribuindo para a elevação da escolaridade das pessoas, já que, conforme conclusões da pesquisa, a escolaridade dos professores (principalmente os da segunda etapa – Ciclo II – do Ensino Fundamental), afeta positivamente o desempenho escolar dos alunos. Finalmente, se a escolaridade é fator importante na determinação da renda, conclui-se daí que as escolas mantidas pela FEI estão contribuindo para a elevação da renda dos habitantes da região.

O último resultado do Ideb publicado pelo MEC, referente a 2009, mostrou melhoria na qualidade da educação. Os resultados referentes ao Ensino Fundamental registram avanço significativo, embora isso não tenha ocorrido com a mesma intensidade no Ensino Médio¹⁸.

De qualquer modo, é possível dizer que o Brasil está melhorando, as desigualdades sociais estão diminuindo, e a realidade dos mais pobres vem apresentando alterações positivas trazidas (entre outras razões) pelas políticas sociais implantadas pelos poderes públicos. Em 09 de junho de 2010, a primeira página do jornal *Folha de S. Paulo* trazia a notícia: “*PIB tem maior alta desde 1996*”. São dados do IBGE: o Brasil ocupa o 6^a lugar entre os países que mais cresceram no primeiro trimestre de 2010; o consumo aumentou e os pobres estão menos pobres.

Em 13 de junho de 2010 o mesmo jornal publicou reportagem sobre o assunto, com notícias e previsões auspiciosas:

Mantida a tendência de crescimento médio da economia no governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil cortará à metade o número de pessoas pobres até 2014.

O total deve cair de 29,9 milhões para cerca de 14,5 milhões, o equivalente a menos de 8% da população.

¹⁸ Menezes filho (2010) analisando esses resultados afirma: “Os novos resultados do Ideb confirmam que a qualidade da educação está melhorando de forma consistente no Brasil” (p. C3) O Ministro da Educação, por sua vez, declarou: “É muito fácil melhorar nota repetindo ou expulsando os piores da escola. O desafio é fazer eles passarem de ano, sem abrir mão do aprendizado.” (HADDAD apud GOIS e PINHO, 2010, p. C1)

Nos anos Lula, até a crise de 2009, o número de pobres (pessoas com renda familiar per capita de até R\$ 137,00) caiu 43%, de 50 milhões para 29,9 milhões.

Hoje, a velocidade da queda do número de pobres é ainda maior, de cerca de 10% ao ano, segundo cálculos do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Pesquisas Sociais da FGV – Rio.

“Estamos entrando em um processo de redução da desigualdade mais forte do que no período de 2003 a 2008 [...] afirma Neri” (CANZIAN, 2010, p. B1).

Portanto, o aumento do PIB está proporcionalmente ligado à diminuição das desigualdades sociais e econômicas, tradicionais na história brasileira. Cabe aos educadores o papel de fazer com que as desigualdades educacionais também decresçam. Entretanto, as oportunidades no setor educacional não são iguais para todos, principalmente quanto ao ensino superior. Nesse quesito há disparidades, mesmo geograficamente, com algumas regiões oferecendo variadas opções e outras, sem nada para oferecer à população. Resta aos mais pobres permanecer apenas com o ensino básico ou avançar por meio dos cursos técnicos. No Estado de São Paulo, ao qual pertence Ituverava, as dificuldades de acesso ao ensino superior público e gratuito são ainda maiores, segundo estudos do Inep/MEC. A jornalista Ângela Pinho, em reportagem publicada na *Folha de S. Paulo* em 07 de junho de 2010, informa sobre a situação dos paulistas:

O Estado é o que tem menos vagas por estudante nas universidades públicas. Em 2008, ano com dados mais recentes, havia 14 alunos no último ano do ensino médio em São Paulo para cada vaga em universidade federal ou estadual no Estado. A média nacional é de oito alunos – excluindo São Paulo, sete.

[...]

No governo FHC, o número de vagas federais em São Paulo no vestibular subiu 43%; no de Lula, 260% [...]

Mesmo assim, a comparação com outros Estados revela que o abismo persiste. Para cada vaga em universidade federal em São Paulo, há 70 estudantes concluindo o ensino médio (PINHO, 2010, p. C9).

Diante das dificuldades de acesso ao ensino superior que ainda persistem, pode-se afirmar que as escolas mantidas pela FE (principalmente no que diz respeito a cursos de ensino superior e mesmo de ensino técnico) estão cumprindo o papel que deveria ser cumprido pelos poderes públicos. Sendo o Estado de São Paulo aquele que apresenta maior defasagem de oportunidades de vagas públicas no ensino superior, as escolas aqui analisadas estão oferecendo opções educacionais inexistentes na região e possibilitando que grupos

sociais antes excluídos por razões econômicas, sociais e geográficas, estejam agora inseridos no sistema educacional.

1.3. A Profissão Docente

A transição da figura do professor que atendia à elite para a do educador voltado às necessidades de toda a população não aconteceu muito facilmente. “A rápida expansão das atividades econômicas, especialmente industriais, a partir da década de 1930, determinou os rumos de uma nova estratificação social no Brasil” (POCHMAN, 2003, p. 14). A classe média, que era basicamente proprietária e não tinha maior interesse em empregos no setor público, sofreu transformações. Com as duas guerras mundiais e a consequente crise econômica, o emprego público passou a ser interessante. A classe média foi em busca do setor educacional e as escolas normais se expandiram no país. Nesse momento, ser professor ainda conferia status e o salário era adequado às necessidades do trabalhador.

Na década de 1970 as coisas mudaram. A escola abriu-se para todos. As crianças chegavam às escolas vindas de meios diferentes, desconhecidos, alheios à realidade da classe média, à qual pertencia o professor. Sua tarefa estendeu-se e ele não precisava apenas ensinar um conteúdo, mas sim suprir lacunas deixadas pela família e pelo Estado. Passou a ser um pouco pai, mãe, assistente social, psicólogo... Não estava (e continua não estando) preparado para essas novas tarefas. O número de escolas se expandiu, acompanhando a nova clientela advinda principalmente das famílias migrantes que abandonaram as áreas rurais e se fixaram nas cidades.

Mas, com a expansão do ensino superior na época da ditadura militar, muitos dos novos professores que se integraram à profissão docente eram oriundos das classes baixas, buscando ascensão social. Tudo isso modificou o perfil dos educadores brasileiros. Instalou-se uma crise na docência que atingiu pontos cruciais de sua identidade: desde os salários propriamente ditos até o *status* social e a autoimagem do professor.

Gatti e Barreto (2009, P.239-240) observam acerca dessa realidade:

No que diz respeito à carreira docente na educação básica, embora atualmente seja comum, em certos meios, o discurso que aumento de salário não garante maior qualidade, é preciso lembrar que carreiras pouco atraentes do ponto de vista salarial acabam por não ser objeto de procura entre as novas gerações, e especialmente não se mostram atraentes para aqueles que se consideram em melhores condições de domínio de conhecimentos, ou com melhores chances em outras atividades. [...] O salário inicial de professores no geral tem sido baixo quando comparado a outras profissões que exigem formação superior [...] Entre outros fatores, carreira e salários

que estão associados a desprestígio profissional com certeza pesam tanto na procura desses cursos, como sobre o ingresso e permanência na profissão.

Essa situação tem resultado na falta de profissionais habilitados. Muitos professores têm exercido a profissão sem apresentar a licenciatura exigida legalmente no Brasil. Portanto, há falta de formação adequada dos docentes. Em maio de 2009 a *Folha de S. Paulo* publicou reportagem a respeito desse assunto, na qual se lê:

Dos professores de quinta a oitava série, 27% não tem diploma de ensino superior, que é a habilitação legal exigida para dar aulas para esses estudantes.

O retrato é do censo da educação básica de 2007 realizado pelo Inep, o instituto ligado ao Ministério da Educação. Pela primeira vez, foram identificados dados individuais do universo de 1,8 milhão de profissionais de escolas públicas e particulares do país.

Para quem trabalha até a quarta série, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, determina como formação mínima o curso normal de nível médio ou um superior com licenciatura.

Entre os docentes, há até uma parcela que só estudou até a oitava série: 0,8% do total.

Esses profissionais sem a qualificação mínima exigida dão aula para cerca de 600 mil alunos – ou 1% das matrículas -, segundo o levantamento (PINHO, 2009, p. C 8).

Essa é uma situação grave, que compromete a qualidade da educação dos brasileiros. Além disso, é preciso levar em conta o fato de que a profissão é um dos principais componentes da identidade pessoal e social dos indivíduos. E a docência não tem sido valorizada socialmente, o que acarreta uma visão distorcida do real e fundamental papel que esse profissional exerce na sociedade.

Diante disso, é preciso questionar, como o fizeram Boing e Ludke (2004, p.6), de que forma “a precarização do trabalho docente pode estar repercutindo sobre a construção da identidade de nossos professores”. Como pode um profissional insatisfeito consigo, com um perfil marcado pela baixa autoestima, atuar satisfatoriamente?

Essa situação não é privilégio do Brasil. Nesse sentido, Tardif e Lessard (2009, p.27) comentam:

Tanto na Europa quanto na América do Norte o diagnóstico é severo: os professores se sentem pouco valorizados e sua profissão sofreu uma perda de prestígio; a avaliação agravou-se, provocando uma diminuição de sua autonomia, a formação profissional é deficiente, dispersiva, pouco relacionada ao exercício concreto do serviço; a participação à vida dos estabelecimentos fica reduzida, a pesquisa fica aquém do projeto de edificação de uma base de conhecimento profissional, etc. Além disso,

muitos professores permanecem amarrados a práticas e métodos tradicionais de ensino, enquanto os estabelecimentos escolares são, muitas vezes, refratários a reformas, seja por inércia e costume, seja simplesmente porque não recebem recursos financeiros, materiais e temporais necessários para levá-las adiante. Enfim, a própria estruturação das organizações escolares e do trabalho dos professores se presta pouco a uma profissionalização séria desse ofício: fechados em suas classes, os professores não têm nenhum controle sobre o que acontece fora delas; privilegiam, conseqüentemente, práticas marcadas pelo individualismo, ausência de colegialidade, o recurso à experiência pessoal como critério de competência, etc. Em suma, longe se estar se profissionalizando, constata-se que esses diferentes fatos levantam no fundo toda a questão da **proletarização do trabalho docente** ou, ao menos, da transformação de grupos de professores em equipes de executivos que não têm nenhum vínculo com as decisões que os afetam (grifo nosso).

De fato, a expressão grifada na citação anterior condiz plenamente com a realidade atual. O que está acontecendo é mesmo um processo de proletarização do trabalho docente. A profissão docente não atrai mais os jovens. Isso foi evidenciado pelos resultados do Censo Escolar 2009, que mostrou dados tais como o fato de que os professores jovens (com idade até 24 anos) são minoria na categoria profissional, na qual predominam as pessoas com cerca de 40 anos de idade (58%). O mesmo Censo Escolar revelou a realidade já mencionada anteriormente, segundo a qual aumentou o número de professores sem a formação adequada, exigida pela legislação brasileira. Em 2007 eles eram 6,3% do total. Em 2009, são 7,7% dos profissionais que lecionam nas escolas do país, grande número deles tendo estudado apenas até o Ensino Médio.

O professor passou a ser mais um trabalhador assalariado, alienado das forças que o comandam, embora não exerça uma função alienante. Pelo contrário, a função do professor pode dar ao profissional um sentido para viver. Pode produzir nele a sensação vital de que sua atuação é fundamental para a sociedade. E ela realmente o é. Apenas não está sendo valorizada adequadamente. Devem-se separar essas duas características que marcam o papel do professor no século XXI.

Tardif e Lessard (2009), anteriormente citados, enfatizam essa ideia ao tratarem da emoção intrínseca ao exercício da profissão. Na verdade, a educação verdadeira não funciona sem certa dose de amor. Os estudiosos citados observaram isso nas entrevistas que realizaram com professores, nas quais o amor pelos alunos foi uma constante na fala dos entrevistados. Em muitos casos, são os laços afetivos que marcam as relações entre professores e alunos que os levam a permanecer na profissão. Nas palavras dos autores citados:

Profissão impossível, dizia Freud a respeito da educação; certo, mas ensinar é também a mais bela profissão do mundo: todos aqueles e aquelas que a exerceram o podem confirmar.

[...]

O amor pelas crianças, às vezes, aparece como constitutivo de uma vocação... (TARDIF; LESSARD, 2009, p. 151)¹⁹.

Entre as dificuldades financeiras, e o afeto pelos alunos; entre alegrias e tristezas caminha o professor. Ou será melhor dizer “professora”? Sim, porque desde o século XX assiste-se ao aumento da presença feminina na profissão docente. Muitos estudos foram realizados sobre a condição feminina no decorrer desse período, tais como os trabalhos de Jane Soares de Almeida e os de Mary Del Priore, entre outros. Eles evidenciaram, cada qual ao seu modo, a discriminação existente com relação à mulher.

Almeida (apud SAVIANI, 2006, p.68) lembra que “nas mais diversas culturas e ao longo dos séculos na sociedade organizada, as religiões sempre foram decisivas na definição de padrões comportamentais femininos”. Essa afirmação faz lembrar a inegável herança cultural e legado histórico machista da sociedade atual. Dessa forma, da religião judaica recebeu-se uma visão feminina bastante negativa. No Livro do Gênesis, Deus amaldiçoa a mulher, banida do paraíso por seus pecados:

À mulher Ele disse:
 Multiplicarei as dores de tuas gravidezes,
 Na dor darás à luz filhos,
 Teu desejo te impelirá ao teu marido
 E ele te dominará (GÊNESIS, 3:16)

Encontra-se no Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos, o trecho:

Os homens têm autoridade sobre as mulheres pelo que Deus os fez superiores a elas e por que gastam de suas posses para sustentá-las. As boas esposas são obedientes e guardam a sua virtude na ausência de seu marido, conforme Deus estabeleceu. Aquelas de quem temeis a rebelião, exortai-as, bani-as de vossa cama e batei nelas. Se vos obedecerem, não mais as molesteis. Deus é elevado e grande (4º sura, 33).

¹⁹ Os autores complementam a ideia afirmando: “Os professores investem muito, emocionalmente falando, em seu trabalho: trata-se de um *trabalho emocional* “consumidor” de uma boa dose de energia afetiva [...] Na verdade, dificilmente os professores podem ensinar se os alunos não “gostarem” deles ou, pelo menos, não os respeitarem.

[...]

...Na realidade, não existe educação possível sem um envolvimento afetivo ou emocional dos alunos na tarefa. O que chamamos de “motivação” não é nada mais do que tal envolvimento (TARDIF e LESSARD, 2009, p. 159).

Já na tradição cristã, da mesma forma, lê-se em uma carta de Paulo de Tarso, endereçada aos cristãos de Éfeso:

As mulheres estejam sujeitas a seus maridos, como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja e o salvador do Corpo. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas a seus maridos” (EFÉSIOS, 5: 22-24).

É sabido, portanto, do peso desta herança cultural milenar que é a sujeição feminina. Ela não é privilégio de nenhuma civilização em especial, mas há momentos históricos, nos quais essa realidade foi mais evidente. É o caso da Europa durante a Idade Moderna, período em que elas foram bastante perseguidas pela Santa Inquisição, acusadas de feitiçaria e/ou bruxaria, conforme as análises de Mary Del Priore²⁰ e de Laura de Souza Mello²¹.

É possível continuar citando imagens femininas próprias a todas as religiões contemporâneas, que nada mais fazem do que reproduzir a visão masculina da mulher nas diferentes sociedades humanas em todas as fases da história da humanidade. Na atualidade podem-se citar países como a China e a Índia, em que o número de abortos de fetos femininos tem sido alto a ponto de causar desequilíbrio populacional, destruindo a proporcionalidade entre os sexos.

No século XX ocidental, por razões diversas, que vão desde as necessidades do mercado de trabalho no sistema capitalista, até a revolução cultural deflagrada pela descoberta da pílula anticoncepcional, as mulheres começaram a se rebelar contra essa situação. Essa rebelião configurou-se no chamado movimento feminista²², que reivindicou os direitos sociais das mulheres e que, assumindo formas diversas, ainda se processa em nossos dias, já que a pretendida igualdade ainda não se concretizou de forma definitiva.

²⁰ Del Priore (2007) afirma acerca das mulheres na era moderna: “A naturalidade e a intimidade com que tratavam a doença, a cura, o nascimento e a morte tornavam-nas perigosas e malditas. Com a acusação de curandeirismo, eram duplamente atacadas: por serem mulheres e por possuírem um saber que escapava ao controle da medicina e da Igreja. O Tribunal do Santo Ofício foi o influente porta-voz do saber institucional na luta contra os saberes informais e populares” (p. 108).

²¹ Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza (1987), a mulher foi muitas vezes identificada à figura da bruxa: “Essa figura estereotipada da bruxa já se encontrava definida no início da Época Moderna. Mulheres sozinhas, solteironas ou viúvas constituíam a maioria das acusadas nos processos que se desenrolaram na Europa de então. Se fossem feias e velhas, a suspeita ficava ainda mais forte” (p. 15).

²² “O movimento feminista dos anos 1960 e 1970 foi decisivo, mas não o único a contribuir para maior visibilidade feminina. As mudanças sociais, as necessidades de educação, as exigências do mercado de trabalho, as transformações políticas e econômicas, os meios de comunicação também foram imprescindíveis para a emergência de um novo olhar para o sexo feminino, mas foi o feminismo como ação política que veiculou uma nova ideologia na qual se considerava que o mundo era formado pelos dois sexos, existindo entre eles relações de poder que produziram a desigualdade” (ALMEIDA, 2006, p. 97-98).

Em Ituverava, por exemplo, cidade que será analisada nesse trabalho em função de ser o berço da Fundação Educacional de Ituverava, pode-se observar que, segundo Pereira e Barrachi (1997), a primeira escola que surgiu no município, em 1851, era destinada apenas a alunos do sexo masculino. Entretanto, no século XX, as escolas já atenderiam a ambos os sexos e em 1977 (quando já fora deflagrado o movimento feminista) foi eleita a primeira vereadora, que, não por acaso, era uma professora²³.

Biderman e Guimarães (2004) afirmam que os fatores determinantes da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho são: discriminação e qualificação escolar. Seguem alguns recortes do estudo destes dois autores:

O fenômeno mais impressionante [...] ocorre quando observamos o grupo das mulheres brancas. [...] elas apresentam qualificação superior à dos homens brancos. Sendo assim, para a média, deveriam ter salários também superiores aos deles; não sendo este o caso, evidencia-se que a discriminação efetiva é maior que o diferencial de salários.

[...]

Ou seja, as mulheres – negras ou brancas – que conseguiram chegar aos 10% mais ricos do país tinham a qualificação necessária, estavam no local correto, não apresentavam problemas de inserção formal ou ocupacional mas, mesmo assim, recebiam salários inferiores aos dos homens (BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004, p.194).

E, finalmente concluem:

[...] ainda que a discriminação tenha caído nos últimos anos, [...] ela é extremamente elevada na escala superior da distribuição de renda, especialmente entre as mulheres e, dentre essas, notadamente entre as mulheres negras (BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004, p. 195).

E quanto à mulher que trabalha na educação no século XXI? O que se pode destacar é que existe uma esmagadora maioria de mulheres entre os profissionais da educação²⁴. No século XX, quando a mulher intensificou sua jornada em direção ao mercado de trabalho, o magistério foi uma das primeiras áreas de atuação em que sua presença foi aceita. Nem sempre foi assim. Ao se remeter a outra das cartas de São Paulo, será encontrado: “Durante a

²³ Tratava-se da professora Aparecida Silva, já falecida.

²⁴ Analisando dados fornecidos por pesquisas sobre a realidade da profissão docente no Brasil atual, Gatti e Barreto (2009) afirmam: “No que tange ao sexo do grupo, como é de conhecimento, a categoria de professores é majoritariamente feminina (segundo a Pnad 2006, 83,1% *versus* 16,9% do sexo masculino), apresentando algumas variações internas conforme o nível de ensino. É assim que a quase totalidade dos docentes na educação infantil (98%) é de mulheres, prosseguindo com uma taxa de 88,3% no ensino fundamental como um todo e atingindo aí 93% entre os professores de 1ª a 4ª séries com formação de nível superior. No ensino médio, por sua vez, são encontradas as maiores proporções de docentes do sexo masculino entre todas as demais modalidades da educação básica: 33% *versus* 67% do feminino” (p. 24).

instrução a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio” (1 TIMÓTIO, 2:11-12).

Mas, pressionadas pela necessidade de sobrevivência e embaladas pela onda hippie, pela descoberta da pílula anticoncepcional, pelo feminismo enfim, as mulheres lutaram pelo direito de trabalhar²⁵, de serem consideradas como iguais aos homens. Essa conquista teve um alto preço. Na verdade, o que se descortinou para a mulher foi um período duro de dupla (ou tripla) jornada de trabalho. Ao trabalho fora de casa, somou-se o trabalho doméstico, ao qual o homem resiste ainda bravamente, recusando-se a enfrentá-lo. A carreira do magistério surgiu então como a opção ideal²⁶.

Inicialmente organizado em apenas um período do dia, a jornada parcial dava à mulher tempo disponível para as tarefas domésticas e para a educação dos filhos. Com o passar do tempo, essa situação mudou. A jornada de aulas foi estendida, surgiu o período noturno e a mulher “profissional - dona de casa”, “mãe extremosa - amante ardorosa”, viu sua realidade cada vez mais dificultada, premida ainda mais pela crise econômica mundial (e, particularmente no caso das professoras, pelo achatamento da classe média).

Gatti e Barreto (2009) observam: as pesquisas indicam que na atualidade o magistério não é simplesmente um “bico”, mas uma profissão, uma ocupação essencial e, no caso das mulheres, “o magistério não facilitaria mais do que outras profissões a conciliação entre vida doméstica e profissional, uma das justificativas ainda hoje apontadas como uma das razões da feminização da categoria” (p. 21). Almeida (In SAVIANI, 2006) também observa que para a classe média esse trabalho passou a ser importante para a renda familiar, ao afirmar que ela “[...] passa a considerar a utilidade do trabalho feminino como forma de a família alcançar maior bem-estar social” (p. 91). Segundo a mesma autora, “Atualmente, não só a maioria dos lares de baixa renda como também os da classe média são sustentados com o trabalho feminino, e o magistério representa uma importante fonte de renda” (p. 96).

²⁵ Aqui é interessante lembrar que o Sistema Capitalista passava por grandes transformações que pressionaram a mão de obra feminina: “... a família perdeu a função básica de produção, assumindo o caráter de unidade de consumo dos bens produzidos fora do lar. Com isso, o trabalho feminino doméstico passou a ser desvalorizado, porque perdeu sua conexão direta com a esfera de produção econômica, fortalecendo a dependência da mulher em relação ao homem e modificando seu papel e status na família” (AZEVEDO e FERREIRA, 2006, p.11).

²⁶ Desde o século XIX o Brasil tem professoras. Telles (2007), ao analisar mulheres intelectuais nesse século e citando o caso de Maria Firmina dos Reis em São Luis do Maranhão, observa que “A professora morava e lecionava em casa, como era costume. Era reconhecida como Mestra Régia, o que na época significava professora formada e concursada em contraposição à professora leiga. Ensinar, mesmo sem preparo, foi para as mulheres [...] uma oportunidade de trabalho. As escolas normais, onde quer que surgissem, atraíam grande quantidade de moças, pois foram, durante anos, uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e de carreira” (p.41-411).

Mas, em termos salariais, a profissão deixa a desejar. Boing e Ludke (2004, p.2) comentam:

Não é difícil constatar a perda de prestígio, de poder aquisitivo, de condições de vida e sobretudo, de respeito e satisfação no exercício do magistério hoje. [...] Há 30 ou 40 anos, o salário do professor, ou melhor, da professora primária, representava garantia de vida digna [...].

Atualmente assiste-se ao triste espetáculo da degradação contínua da profissão docente e pode-se dizer, junto com os estudiosos citados, que:

Talvez o aspecto mais básico e decisivo, com relação a um processo de declínio da ocupação docente [...] seja a decadência de seu salário e do que isso representa para a dignidade e o respeito de uma categoria profissional. [...] ela é visível ao observador comum, às famílias, aos próprios alunos, até à mídia, que acaba contribuindo para prejudicar ainda mais sua imagem (p. 5)²⁷.

Questiona-se então: até que ponto a presença maciça das mulheres na educação terá contribuído para o achatamento salarial de toda a categoria? Azevedo e Ferreira (2006, p.15) afirmam que “a feminização acarretou a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e a estratificação social da carreira, tornando o magistério uma ‘semiprofissão’, cuja identidade e status social estariam definidos segundo relações de gênero e de poder vigentes [...]”. Em outras palavras, ocorreu uma identificação ideológica entre o gênero feminino e a tarefa de educar (tarefa esta que, afinal, ela sempre desempenhou com seus filhos, no seio da família). Foi a oportunidade que primeiro surgiu para a mulher que buscou trabalho assalariado fora de sua casa. Essa foi a profissão socialmente aceita e moralmente permitida à mulher no início deste processo de profissionalização. Não havia mesmo muita escolha no século XIX e na primeira metade do século XX.

Atualmente, no século XXI, os cursos que preparam para o magistério ainda são frequentados principalmente por mulheres. Esse fenômeno pode ser observado na FFCL de Ituverava, como se observa nos dados da Tabela 1:

²⁷ Seria muito interessante um estudo sobre como o professor é retratado pela mídia, principalmente a televisiva. A título de exemplo, pode-se citar aqui a “Escolinha do Professor Raimundo”, cujo bordão era “e o salário, ó...”, ou ainda o professor Girafales, de um dos seriados preferidos entre as crianças – “Chaves”. Há também os programas do “Didi” (herdeiro dos antigos “Trapalhões”). Sempre o professor é um pobre coitado, muitas vezes tolo, facilmente enganado ou corrompido pelos alunos. Quando surge a figura do diretor, é sempre como um ditador execrável. Realmente, a mídia não contribui para a elevação da imagem do educador em nossa sociedade.

Tabela 1: Quantidade de homens e mulheres cursando licenciatura na FFCL de Ituverava em 2010.

Cursos	Nº de alunas – sexo feminino	Nº de alunos – sexo masculino	Total de alunos por curso	Porcentagem de mulheres por curso	Porcentagem de homens por curso
Pedagogia	168	3	171	98,2%	1,8%
Letras	38	11	49	77,5%	22,5%
História	16	14	30	53,3%	46,7%
Matemática	12	9	21	57%	43%
Ciências Biológicas	61	23	84	72,6%	27,4%
Total Geral	295	60	355	71,7%	28,3%

Fonte: Secretaria da FFCL/FE

Portanto, com base nos dados levantados e organizados nessa tabela, constata-se que quase dois terços dos alunos dos cursos de Licenciatura na FFCL de Ituverava em 2010 são mulheres, ou seja 71,7% deles. Essa maioria feminina é mais evidente no curso de Pedagogia (98,2%). Em números absolutos: apenas três homens estão matriculados nesse curso. Por outro lado, o curso de História é o que apresenta maior número de alunos do gênero masculino: 46,7%, ou seja, quase a metade deles. De qualquer forma, a conclusão a que se chega é a mesma: os futuros professores, a juventude que busca os cursos de Licenciatura é composta em sua maioria por mulheres. Esse fenômeno avisa que a tendência de o magistério permanecer em mãos femininas permanece verdadeira num futuro próximo na região de Ituverava. Anuncia também uma baixa oferta de novos profissionais da educação na mesma região, considerando a pequena quantidade de estudantes de maneira geral em todos eles.

Torna-se evidente que a visão da educação como profissão feminina ainda é bastante forte. Mas, aparentemente, a antiga professora primária, casada, e mãe de família, está sendo substituída pela profissional moderna, que, nas palavras de Azevedo e Ferreira (2006, p.10), foi “reconhecida de modo contraditório como um símbolo do progresso e ao mesmo tempo como uma ameaça à família”. Mulher que se tornou moderna e independente, mais consciente do mundo em que vive e dos seus direitos de cidadã. Este perfil trouxe consigo a diminuição da família: poucos filhos e casamentos provisórios, o que talvez seja adequado ao atual momento pelo qual passa o sistema capitalista.

Essa feminização do magistério está bastante presente na região retratada por esse estudo, ou seja, naquela abrangida pela Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da

Barra, à qual estão jurisdicionadas as escolas de ensino básico de Ituverava. Em levantamento realizado no mês de junho de 2010, nota-se essa realidade. Foram a ele incorporados todos os educadores: professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escola e vice-diretores atuando nas escolas públicas estaduais da região.

O resultado da pesquisa realizada aparece na Tabela 2.

Tabela 2: Nº de educadores dos gêneros feminino e masculino por escola estadual na Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra-SP em junho de 2010.

Escolas Estaduais	Município	Nº de docentes do sexo masculino	Nº de docentes do sexo feminino	Total de docentes por escola	Porcentagem de mulheres na docência
EE Cap. Antônio Justino Falleiros	Ituverava	14	57	71	80,2%
EE Dr. Willian Amin	Miguelópolis	16	45	61	73,7%
EE Martinho Sylvio Bizutti	Igarapava	12	29	41	70,7%
EE Francisco R. Soares Jr.	Buritizal	5	12	17	70,5%
EE Fábio José de Araujo	Aramina	5	30	35	85,7%
EE Marechal Rondon	Guará	8	31	39	79,5%
EE Profa. Genoveva Pinheiro Vieira de Vitta	São Joaquim da Barra	12	68	80	85%
EE Manoel Gouveia de Lima	São Joaquim da Barra	11	59	70	84,2%
EE Profa. Graziela Malheiro Fortes	São Joaquim da Barra	3	39	42	92,8%
EE Edda Cardozo de Souza Marcussi	São Joaquim da Barra	14	72	86	83,7%
EE Adolfo Alfeu Ferrero	São Joaquim da Barra	3	29	32	90,6%
EE Creso Antônio Filetti	São Joaquim da Barra	1	50	51	98%
EE Profa. Elza Miguel Francisco	São Joaquim da Barra	7	46	53	86,8%
EE Prof. Pedro Amauri Silva	São Joaquim da Barra	3	39	42	92,8%
EE Sylvio Torquato Junqueira	São Joaquim da Barra	4	38	42	90,4%
EE Antônio Francisco D'Ávila	Ipuã	7	36	43	83,7%
EE Lourenço B. de Camargo	Morro Agudo	3	10	13	77%
EE Manoel Martins	Morro Agudo	24	43	67	64%
EE Profa. Neuza O. Mizuno	Morro Agudo	17	49	66	74,2%
EE Roberto Robazzi	Morro Agudo	8	31	39	79,4%
EE Dona Maria Carolina de Lima	Nuporanga	12	21	33	63,6%
EE Capitão Getúlio Lima	Sales Oliveira	14	49	63	77,7%
EE Oswaldo Ribeiro Junqueira	Orlândia	19	54	73	73,9%
Total Geral		222	937	1159	80,7%

Fonte: Escolas estaduais da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra

Nota-se, portanto, que 80,7% dos educadores que trabalham nas escolas da rede pública estadual de ensino são mulheres. Trata-se de porcentagem bastante expressiva. Apenas 19,2% são homens. Nessa pesquisa, realizada por meio de questão objetiva enviada por e-mail às escolas em junho de 2010, observa-se que nas escolas que atendem alunos mais

jovens, ou seja, aquelas que oferecem ensino fundamental – Ciclo I, a porcentagem de mulheres é maior. É esse o caso das seguintes escolas estaduais (abreviadas aqui pelas letras EE): EE Adolfo Alfeu Ferrero, EE Creso Antônio Filetti, EE Pedro Amauri Silva e EE Sylvio Torquato Junqueira, todas no município de São Joaquim da Barra e apresentando índices superiores a 90% de mulheres em detrimento do gênero masculino.

Em vista do processo de municipalização do ensino público, que transferiu escolas estaduais para a gestão dos municípios, restaram apenas estas quatro escolas com exclusiva oferta de ensino de Ciclo I do nível fundamental. Na região, apenas elas permanecem ligadas ao sistema estadual paulista, alvo da pesquisa. Provavelmente, se esta amostra tivesse incluído as escolas municipais, a porcentagem de mulheres seria maior ainda.

Esse processo de feminização do trabalho docente parece ser uma tendência mundial e não apenas brasileira. Nesse sentido, os estudiosos Tardif e Lessard (2009), em trabalho escrito no ano de 2005, observaram:

Ainda hoje, 85% dos professores do primário e do secundário são mulheres. Ora, de diversas maneiras, essas tarefas lembram as tarefas domésticas, os preparativos da organização e da realização das coisas de casa, antes de as crianças acordarem e chegarem de volta. Existe como que uma continuidade entre o trabalho doméstico tradicionalmente feminino e essas pequenas tarefas efetuadas pela professora primária. Com efeito, também elas têm um caráter cíclico, devendo ser sempre retomadas e nunca concluídas; elas também são preparativos para outra coisa, não tendo valor senão em função daquilo que vem em seguida, enfim, muitas vezes, trata-se de coisas invisíveis – como o trabalho das mães de família [...] [...] As tarefas invisíveis, o investimento afetivo, a ausência de resultados facilmente mensuráveis ou reconhecidos, a centralização no outro constituem traços típicos do trabalho tradicional das mulheres em nossas sociedades, tanto as mulheres do lar quanto as que trabalham no ensino, na saúde e em outros “serviços de ajuda” (TARDIF; LESSARD, 2009, p. 176).

E assim, assiste-se nesse final da primeira década do século XXI a um rebaixamento da profissão docente, considerada como “menor” no processo produtivo capitalista, já que, embora ela prepare trabalhadores para o mercado de trabalho, ela não produz lucro imediato. Sua ação só é percebida a longo prazo, e portanto, como afirmam Tardif e Lessard (2009, p.17), “os agentes escolares têm sido vistos como trabalhadores improdutivos”.

Entretanto, como lembram Gatti e Barreto (2009), no Brasil essa profissão assume grande importância não apenas sócio-cultural, mas também econômica propriamente dita, já que os professores ocupam o 3º lugar no ranking de subconjuntos de ocupações. Conforme

dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 8,4% dos empregos registrados em 2006 foram de professores.

Tardif e Lessard (2009) reafirmam a falsidade da visão curta que costumeiramente se tem a respeito da profissão docente afirmando:

[...] longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, o trabalho docente constitui uma das chaves para compreensão das transformações atuais da sociedade do trabalho. Esta tese se apóia em quatro constatações:

Primeira constatação: desde cerca de cinquenta anos, a categoria dos trabalhadores produtores de bens materiais está em queda livre em todas as sociedades modernas avançadas. [...]

Segunda constatação: na sociedade dos serviços, grupos de profissionais, cientistas e técnicos ocupam progressivamente posições importantes e até dominantes em relação aos produtores de bens materiais. Esses grupos criam e controlam o conhecimento teórico, técnico e prático necessário às decisões, inovações [...]

Terceira constatação: essas novas atividades trabalhistas estão relacionadas historicamente às profissões e aos profissionais que são representantes típicos dos novos grupos de especialistas na gestão dos problemas econômicos e sociais com auxílio de conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. [...]

Enfim, quarta constatação: entre as transformações em curso, parece essencial observar o crescente status de que gozam, na organização socioeconômica, nas sociedades modernas avançadas, os ofícios e profissões que tem seres humanos como “objeto de trabalho” (p. 17-19).

Segundo os autores citados, portanto, a profissão docente guarda em si um futuro promissor.

Nesse sentido, a revista Ensino Superior (cujo público é constituído pelas instituições privadas do país) em sua edição de fevereiro de 2010, publicou artigo de Marta Avancini que trata da pesquisa realizada pelo sociólogo Gilson Borda e que resultou em sua tese de doutorado. Os dados levantados levaram o autor a concluir que para 80% dos estudantes, “um bom professor vale mais do que instalações luxuosas” (AVANCINI, 2010, p. 36). Ou seja, para que os interesses dos empresários do setor educacional sejam preservados (e os lucros também) é preciso investir em docentes qualificados. Nas palavras do pesquisador: “No cenário atual, o capital social está ganhando cada vez mais espaço como fundamento da relação de confiança que uma organização estabelece com as pessoas. [...] O professor consolida ou não a confiança que o aluno mantém com a instituição de ensino” (AVANCINI, 2010, p. 36-37).

Portanto, pesquisas indicam que o bom professor pode dar lucro para as instituições de ensino privadas. Como esse profissional começa a faltar no mercado, pode ser que a

profissão passe a ser mais valorizada no mundo capitalista, onde tudo pode ser visto como mercadoria – inclusive o professor!

Números e taxas de lucratividade à parte, de fato, não é possível se pensar uma sociedade que dispense o papel do professor. Sempre será necessária a educação formal para a continuidade da civilização humana. Dessa maneira, a profissão docente deverá ser resgatada dessa situação de impasse em que se encontra, à medida que se tornar perceptível o papel essencial do professor para a sociedade como um todo. É preciso, pois, aguardar que o futuro confirme esse prognóstico.

2. A MAÇONARIA E AS ORIGENS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA

2.1. Maçonaria: um histórico

O que é a Maçonaria? Baçan (2008, p.7) a define como: “uma ordem cujas doutrinas básicas são amor fraterno, auxílio mútuo, filantropia e busca constante da verdade”. Segundo Silva (2001), a palavra “*ordem*” vem do latim *ordo*, *ordinalis*, que significa classe, disposição. E pode ser entendida como “o conjunto de regras que determinam e regem as atividades dos homens” ou como “soma de princípios instituídos” (p. 576) ou ainda como instituições nas quais se “agrupam várias pessoas, tendo fins e interesses comuns, como o dever de submissão às regras ou disciplinas por que se regulam” (p. 577). Portanto, uma ordem é uma congregação de pessoas com objetivos comuns, que se submetem voluntariamente às regras de conduta socialmente instituídas. É esse o caso da Maçonaria enquanto ordem.

Seus membros organizam-se em “Lojas”²⁸, reunindo-se semanalmente. Essas lojas congregam-se em “Potências Maçônicas”, denominadas “Grandes Orientes” ou “Grandes Lojas” e as reuniões são realizadas em um local próprio, ao qual se dá o nome de Templo, embora a Maçonaria não seja uma religião.²⁹

É importante lembrar aqui que a Maçonaria é um “clube de homens”, no qual as mulheres não são admitidas. Retz (2009) afirma que lojas mistas ou exclusivamente femininas existem, embora não sejam oficialmente reconhecidas pela Maçonaria tradicional.

²⁸ A palavra loja, de origem franco-germânica, designava originalmente o local de trabalho dos artesãos membros das guildas medievais ou o pátio usado para exposições artísticas e venda de produtos artesanais. Essa palavra passou então a designar um grupo organizado de maçons de determinada cidade ou região. Baçan (2008) define a palavra *loja* como o “local onde os Maçons se reúnem. [...] Uma Loja deve contar com pelo menos sete mestres e a reunião deve ser feita em um local coberto e devidamente fechado” (p. 129).

²⁹ Leia-se aqui o termo religião como um “conjunto cultural suscetível de articular todo um sistema de crenças em Deus ou num sobrenatural e um código de gestos, de práticas e de celebrações rituais [...]. Toda religião admite possuir a verdade sobre as questões fundamentais do homem, mas apoiando-se sempre numa fé ou crença. Sendo assim, ela se distingue da filosofia, pois esta pretende fundar suas ‘verdades’ ou tudo o que diz nas demonstrações racionais. Aquilo que a religião aceita como verdade de fé, a filosofia pretende demonstrar racionalmente” (JAPIASSU e MARCONDES, 2008, p. 239). Justamente pela Maçonaria não defender dogmas (verdades de fé) é que ela se distingue da religião, definindo-se, portanto, como uma filosofia.

A Loja Maçônica estudada aqui, chamada “União Ituveravense”, criadora da Fundação Educacional de Ituverava, é federada ao “Grande Oriente do Brasil”, a partir de agora denominado simplesmente pela sua sigla “GOB” que, fundado em 17 de junho de 1822, é a potência maçônica responsável pela normatização e acompanhamento de suas ações. Essa mesma loja segue o “Rito Escocês Antigo e Aceito”³⁰, um dos muitos ritos passíveis de serem adotados dentro da Maçonaria.

Discutindo a definição da Maçonaria, Baçan (2008) faz duas considerações que valem a pena ser lembradas aqui. Afirma que a Maçonaria pode ser considerada uma organização elitista porque dela só podem participar homens “virtuosos” e “representativos da sociedade”. Observa também que, embora seja definida costumeiramente como uma sociedade secreta, isso não corresponde à realidade, já que “a localização de seus templos é conhecida e pode ser encontrada facilmente em qualquer lista telefônica” (p. 10). De fato, no sítio de busca <www.google.com.br>, é possível encontrar muitas informações disponíveis. No dia 11 de outubro de 2009, às 20:00 horas, por exemplo, foi possível encontrar 929.000 resultados para a pesquisa da palavra chave “maçonaria”, o que leva a concluir que há nela muito pouco de secreto na atualidade.

As origens da Franco-Maçonaria³¹, ou simplesmente Maçonaria, perdem-se em meio às lendas. Historiadores maçons como Leadbater (1968) ligam-na ao Egito Antigo, à Grécia Antiga e até à lendária Atlântida. São estabelecidas relações também com o profeta persa

³⁰ O Rito Escocês Antigo e Aceito ou R.·E.·A.·A.· é um Rito dentro da Maçonaria, que deriva do Rito de Heredom e da época da fuga dos Cavaleiros Templários para a Escócia. São ritos ligados ao Antigo Testamento e à mitologia de Hiram (lenda base da Maçonaria simbólica). No sítio www.google.com.br, encontra-se cerca de 144.000 referências ao mesmo (pesquisa realizada em 12/10/2009), o que evidencia que os segredos referentes ao rito estão à disposição na Internet. No sítio <http://pt.wikipedia.org>, por exemplo, lê-se que: “O rito é composto de três graus simbólicos e trinta filosóficos. Existe muita controvérsia sobre a influência templária no R.·E.·A.·A.·, mas os mais atuais estudos, feitos por Nicola Aslan e José Castellani em seus diversos livros, dão conta de que o templarismo não influenciou o R.·E.·A.·A.· propriamente dito mas sim ao Rito de Perfeição ou de Heredom [...] Geridos pelas Obediências Maçônicas, cada um dos três primeiros graus apresenta de forma paulatina ensinamentos básicos simbólicos aos iniciados maçons no almejado aprimoramento moral e espiritual. Quando os maçons atingem o 3.º Grau, diz-se que estão em pleno gozo de suas prerrogativas maçônicas, uma vez que originalmente a Grande Loja Unida da Inglaterra trabalhou sucessivamente com dois (Aprendiz e Mestre) e depois com três graus que ensinavam a parte da filosofia base da simbólica maçônica. Os graus referidos como *Filosóficos*, são graus elevados e em número de trinta, onde a filosofia e a moral são estudadas simbolicamente, em cada grau, com lendas ou mitos a estes associados. Os graus elevados *Filosóficos* são geridos por vários Supremos Conselhos, que têm como objectivo manter a uniformidade mundial dos rituais e dos métodos utilizados” (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rito_Escoc%C3%AAs#Graus_do_Rito_Escoc.C3.AAs_Antigo_e_Aceito>. Acesso em: 12/10/2009).

³¹ Segundo Morel e Souza (2008): “A palavra “franco” qualificava o indivíduo livre da servidão. Já a palavra “maçom”, originária do francês, língua oficial dos ofícios, quer dizer pedreiro, não só o operário, mas também os arquitetos, chamados mestres de pedraria” (p. 40). Castellani (2007), por sua vez, observa: “Na Idade Média, a palavra Franco designava não só o que era livre, em oposição ao que era servil, mas, também, todos os indivíduos e todos os bens que escapavam às servidões e aos direitos senhoriais: esses artesãos privilegiados eram, então, os pedreiros-livres [...]” (p. 14)

Zaratustra, com o Mitraísmo e com o Judaísmo. Ressalta Leadbeater (1968): “Como maçons [sic], é nobre e magnífica nossa linhagem especulativa, pois sob êsse aspecto somos os descendentes diretos dos reis, profetas e sacerdotes da antiguidade, que então foram os portadores da Luz Oculta para os homens, durante incontáveis gerações” (LEADBEATER, 1968, p. 162)³².

Na visão de Castellani (2007), outro historiador maçom, as raízes da instituição estão no século VI a.C., quando é organizada a primeira associação de construtores. Era época do Império Romano e os membros do “*Collegia Fabrorum*” acompanhavam as legiões nas batalhas, para reconstruírem o que fosse sendo destruído pela guerra. Mas “na Idade Média é que iria florescer, através do grande poder da época, a Igreja, a hoje chamada Maçonaria Operativa, ou Maçonaria de Ofício, para a preservação da Arte Real entre os mestres construtores da Europa” (CASTELLANI, 2007, p. 13). Esses profissionais foram os responsáveis pela construção das catedrais e outros prédios em estilo gótico. Com o advento do estilo renascentista que trouxe ao grupo uma natural decadência³³, essas corporações se transformaram em sociedades de auxílio mútuo e passaram a admitir a participação de homens de outras profissões, que foram então chamados “maçons aceitos”. Ainda segundo Castellani (2007), os registros mais antigos apontam para 1688, data da criação da loja francesa mais antiga, segundo o Grande Oriente da França.

Para Morel e Souza, que são historiadores não maçons, a Maçonaria, tal como é hoje, surgiu apenas na Europa do século XVIII, embora suas raízes sejam encontradas na Idade Média. Afirmam que a primeira grande loja maçônica surgiu em 24 de julho de 1717, quando quatro lojas de Londres uniram-se sob o nome de “Grande Loja de Londres”, colocando-se

³²Leadbeater (1968) os identifica, durante a Idade Média, aos construtores das catedrais e afirma: “a primeira menção em escritos contemporâneos dos famosos Mestres Comacinos [...] ocorre no código do rei Lombardo Rothares (643 d.C.), em que figuram como Mestres Maçons, com poderes para celebrar contratos de obras arquitetônicas e empregar operários e trabalhadores” (p. 164). Segundo esse mesmo autor, a mais antiga ata de uma Loja Maçônica atualmente existente data de 1598 e se encontra nos arquivos da Loja de Edimburgo, Capela de Maria, rolo nº 1 (p. 182).

³³Falando sobre a origem da Ordem, surgida a partir das corporações de pedreiros durante a Idade Média, Hortal (1993) comenta:

“O segredo do arco de ogiva e das abóbadas por ele sustentadas constituíam uma fonte segura de riqueza. Chegou a constituir-se uma verdadeira multinacional da arquitetura, detentora de um quase-monopólio da arte gótica. Nas grandes catedrais da Espanha, da França, da Inglaterra ou da Alemanha, encontram-se as marcas dos mesmos artistas, os pedreiros que trabalhavam a *pedra franca* ou arenito. Daí parece derivar a denominação ‘franco-maçom’, embora posteriormente tenha sido interpretada como ‘pedreiro livre’ [...].

[...] Os mestres eram autênticos detentores de segredos da arte da construção e procuraram defendê-los através de juramentos, da cominação de penas e maldições, e, provavelmente, de rituais iniciáticos. A Renascença, porém, com o desenvolvimento dos estudos e a formação de verdadeiras escolas de artes, acabou por tornar inútil esse segredo [...] Assim, as lojas ou grêmios do que se conhece como “Maçonaria operativa” foram-se esvaziando de suas funções e conteúdos. [...] Elas deixam de ser corporações exclusivas de pedreiros e começam a admitir gente da nobreza ou da burguesia, como *membros aceitos*” (HORTAL, 1993, p. 13).

sob a autoridade de um Grão-Mestre e passando a ser considerada a “loja-mãe” da Maçonaria universal. Também Benhamou (2009) afirma que “a criação da primeira loja maçônica, em 1717, marca o nascimento da franco-maçonaria moderna” (p. 28), embora admita que a origem da organização seja muito mais remota.

A dificuldade para os historiadores é grande³⁴. Pelo que se apresenta, a data de nascimento da Maçonaria diverge: 1598, 1688 ou 1717? É preciso lembrar que isso se explica em parte pelo fato de que muitos documentos foram queimados pelos próprios maçons para que não caíssem em mãos estranhas. Esse comportamento se verificou em vista das perseguições³⁵ que de fato sofreram através dos tempos. Eles procuraram se ocultar para autoproteção³⁶. Baçan (2008) cita em seu trabalho alguns desses momentos de perseguição. Assim, na Espanha de Francisco Franco, o Decreto de 15/09/1936 declarou a Maçonaria contrária à lei, considerando crime de rebelião o pertencimento a ela. A Lei de 01/03/1940, por sua vez, responsabilizava a Ordem por todas as infelicidades espanholas, inclusive pela perda do império colonial. As penas previstas para o crime de ser maçom iam do confinamento à expulsão, passando pelo afastamento definitivo de qualquer cargo do Estado. Na França, a Lei de 13/08/1940 também declarou clandestinas as sociedades secretas, prevendo penas de prisão e multas. No mesmo ano, outras leis francesas “confirmavam a nulidade” da “Grande Loja da França” e do “Grande Oriente da França”. Na Itália, uma lei de 12/01/1925, também previa multas e prisão para os maçons, além da proibição de exercer cargos públicos. Em Portugal, a Lei nº 1901, de 21/05/1935, ia pelo mesmo caminho, tornando ilegal a Maçonaria e prevendo penas de multa, prisão, perda de cargos públicos e suspensão de direitos políticos, além de confiscar os bens das Lojas.

³⁴ Para Buarque de Holanda et al (1976), em obra publicada na década de 1970: “Sua origem é praticamente ignorada, pois os poucos historiadores maçons que tratam do problema não concordam entre si”. (p. 192)

³⁵ Entre essas perseguições, registra-se aquela realizada pela Santa Inquisição que incluía os maçons entre os hereges. Nesse contexto, em Portugal, por exemplo, “a maçonaria foi alvo frequente do Tribunal no período pós-pombalino. Em 1731 já encontramos referências a pedreiros-livres (maçons) em Portugal e os arquivos da Inquisição registraram denúncias sobre os locais onde se reuniam” (NOVINSKY, 1996, p. 49).

³⁶ O manual que traz o Rito Escocês Antigo e Aceito informa o iniciado sobre seus novos deveres como maçom: “o primeiro é um silêncio absoluto acerca de tudo quanto ouvirdes e descobirdes entre nós, bem como tudo quanto para o futuro chegéis a ouvir, ver ou saber” (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 1998, p. 83). A experiência de perseguições deixou suas marcas. Do rito citado também consta a seguinte fala do “orador”:
“- Agora previno-vos que tendes de passar por outras provas simbólicas, não sendo terríveis nem perigosas.
- Com elas, queremos experimentar a vossa firmeza e a vossa resolução. Elas vos lembrarão que vossa determinação deve ser inabalável e que não deveis trocar a liberdade ou a vida pela desonra, mesmo que, como os Maçons, nossos antepassados, vos achardes algum dia envolvido nos laços cruéis e implacáveis de uma inquisição política ou religiosa, que encarcera e, no fundo de suas masmorras ou nos seus cadafalsos, sacrifica aqueles que defendem a Liberdade ou ensinam as suas santas doutrinas. A inquisição nunca encontrou um covarde ou delator entre os Maçons. Ela dorme apenas, podendo ainda acordar” (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 1998, p. 87).

Nesse sentido, outro escritor maçom, Oliveira (1995, p.75), ao discorrer sobre a instituição, afirma que: “Para mútua identificação entre os irmãos, criaram formas de toques, sinais e palavras-senhas, maneiras seguras de se reconhecerem mutuamente como irmãos e permanecerem ocultos entre seus perseguidores”.

Apesar do inexplicável silêncio da literatura maçônica fundamentada, ela existia e lutava para sobreviver na clandestinidade, pois era caçada pelos poderosos escravagistas e exploradores da grande massa trabalhadora. Pouco se sabe sobre ela em grandes períodos da história porque nada se escrevia a seu respeito e as suas várias denominações no passado ainda não eram amplamente identificadas. O medo e a escuridão cultural daqueles tempos silenciavam os mais ousados e entendidos (OLIVEIRA, 1995, p. 13).

E, curiosamente, completa: “Neste momento, também, temos medo pelo que estamos escrevendo” (OLIVEIRA, 1995, p. 13).

Leadbeater (1968) apoiado em Cooper-Oakley estabelece a origem da Maçonaria no século III d.C., ligando-a a seitas secretas tais como o Maniqueísmo e, mais tarde, a Ordem Rosa-Cruz e os Cavaleiros Templários, esta última fundada em 1118. Com a supressão da Ordem do Templo, alguns membros perseguidos teriam se refugiado na Escócia³⁷, onde deram seguimento aos ideais maçônicos. Assim:

A destruição da Ordem do Templo não implicou, todavia, numa completa supressão do ensino nela entesourado. Alguns cavaleiros franceses se refugiaram na Escócia, entre seus irmãos do Templo e, nesse país suas tradições se misturaram nalguma proporção com os antigos ritos celtas de Heredom, formando assim uma das fontes de que mais tarde se desenvolveu o Rito Escocês (LEADBEATER, 1968, p. 208).

Leadbeater (1968) cita ainda Ramsay, líder maçom do século XVII, que proclamou ser o ideal da Maçonaria a fraternidade universal dos homens cultos, afirmando que ele:

Refere-se a três graus, que chama de Noviços ou Aprendizes, Companheiros ou Irmãos Professos, e Mestres ou Irmãos Perfeitos [...] Esses graus

³⁷ De fato, todas as lendas sobre a origem da Maçonaria na Idade Média apontam para a Inglaterra e a Escócia. “Alguns líderes templários se refugiaram efetivamente na Inglaterra e teriam conhecido trabalhadores pedreiros (maçons) no século XIV” (Morel e Souza, 2008, p. 22).

Entretanto, não há nenhuma comprovação histórica a esse respeito e Duarte (2009) acredita que “Os Templários iniciaram suas atividades em meados do século XII (portanto, depois da Maçonaria) e, mesmo que tivessem atividades como pedreiros, não era essa sua principal função. Tudo não passa de uma coincidência.

[...]

Portanto, não há evidências históricas suficientes que nos levem a crer que tenha havido ligação entre as duas organizações. Pelo resultado de nossas pesquisas até o presente momento, devemos afirmar que a Maçonaria não tem suas origens ligadas aos Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão” (DUARTE, 2009, p. 43). Essa posição também é a adotada por Behamou (2009), que diz que “essa ligação é fantasiosa” (p. 29).

requeriam a prática, respectivamente, das virtudes morais, virtudes heroicas e virtudes cristãs.

De acordo com ele, a Maçonaria foi fundada em remota antiguidade, e foi renovada ou restaurada na Terra Santa na época das Cruzadas. [...]

Em seu regresso, os Cruzados trouxeram Lojas Maçônicas para a Europa e dali foram introduzidas na Escócia (LEADBEATER, 1968, p. 225).

Na contramão dessas afirmações, Oliveira (1995), outro historiador maçom, já anteriormente citado, critica aqueles que dão à Maçonaria milênios de existência:

Não deram contas que a denominação MAÇONARIA não existia antes do século IX. Não atinaram ou se descuidaram [...] que a Maçonaria, para ter mais de mil anos de existência, teria forçosamente, outras denominações (OLIVEIRA, 1995, p. 6).

Ele observa:

Maçonaria egípcia? [...] A hipótese é remota e improvável. Merecendo de nossa parte uma definitiva negativa. Houve uma confusão literária e histórica que confundiu a muitos (OLIVEIRA, 1995, p. 8).

De fato, pode-se admitir que a Maçonaria tenha origens muito antigas, mas infelizmente, não é possível conhecê-las com o rigor científico necessário, já que a documentação histórica existente é precária. Ao que parece, é preciso afirmar que não se conhece realmente as origens da Maçonaria. Entretanto é possível inferir, pelos rituais e pelas denominações dadas aos seus filiados e aos seus líderes, que suas raízes são medievais, mas sua ideologia é burguesa, como mais adiante será mostrado.

Toda essa mitologia funciona bem para convencer e agregar pessoas. Entretanto, nenhuma dessas lendas tem comprovação histórica. Segundo Morel e Souza (2008), trata-se de uma das mais eficientes armas que a Maçonaria utiliza no sentido de valorizar a instituição, elevar a autoestima de seus membros e mantê-los unidos. Da mesma forma, os sinais e rituais, bem como os segredos³⁸ compartilhados entre os “irmãos”, favorecem a coesão do grupo.

³⁸ Segundo Hortal (1993): “A obrigação do segredo, na Maçonaria, é portanto, um dado inquestionável. Muito se escreveu, por amigos e inimigos, a respeito dele [...] Tendo lido um bom número de rituais e autores maçônicos, a nossa conclusão é de que se trata de um segredo tipicamente iniciático, ou seja, destinado a proteger um pretense conhecimento oculto, aperfeiçoador da pessoa humana. [...] Não se trata, contudo, de um conhecimento fixado em fórmulas e sim uma espécie de viagem espiritual que o iniciado faz. Daí que o segredo acabe sendo algo tão pessoal e íntimo, que se torna realmente incomunicável. [...] Considerado assim, o “segredo maçônico” existe realmente, mas é pessoal e, portanto, intransmissível...”(p. 26-7).

De certa forma, é a mesma posição do historiador maçom Andreas Onnerfors, diretor do Centro de Estudos da Maçonaria da Universidade de Sheffield, na Inglaterra que, em entrevista a Retz (2009), considera que há

Outro fator de sedução usado pela Ordem é a estrutura de ajuda mútua que existe dentro dela e que leva a uma ativa ação de solidariedade interna, que funciona em situações de necessidade tais como morte, desemprego ou outros momentos críticos.

Nesse ponto é interessante lembrar a explicação da Psicologia Social para o instinto gregário humano. O que é um grupo humano e qual é o seu papel e o seu poder na sociedade? Freud responde a essas questões concordando com o psicólogo conservador Le Bon que, em 1920, afirmou:

A peculiaridade mais notável apresentada por um grupo psicológico é a seguinte: sejam quem forem os indivíduos que os compõem, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam seu modo de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o fato de haverem sido transformados em um grupo, coloca-os na posse de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria ou agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento (LE BON apud FREUD, 1969, p. 96).

Portanto, a Maçonaria tem o poder inerente a todo agrupamento humano, qual seja: o de fortalecer seus membros, dando-lhes um norte, um objetivo comum, uma causa pela qual podem lutar juntos. Esse sentimento de unidade proporcionado pelo agrupamento é o responsável pela anulação temporária do medo da morte que os seres humanos carregam em si mesmos quando não percebem sentido na própria existência.

As pessoas, quando agem em grupo, são capazes de todos os tipos de ações, desde as mais violentas até as mais altruístas. A ordem maçônica, complementando esse raciocínio, atua como um grupo capaz de elevar a conduta ética³⁹ dos indivíduos, já que:

[...] os grupos também são capazes de elevadas realizações sob forma de abnegação, desprendimento e devoção a um ideal. Ao passo que com os indivíduos isolados o interesse pessoal é quase a única força motivadora, nos grupos ele muito raramente é proeminente. É possível afirmar que um indivíduo tenha seus padrões morais elevados por um grupo (FREUD, 1969, p. 103).

motivos para sigilo. Diz ele: “Na Maçonaria especificamente, como há um foco no autodesenvolvimento, guardar um segredo é aprender a manter as experiências apenas para si mesmo. Outra razão importante é a energia do anonimato. Os maçons acreditam que se você está fazendo boas ações só para alimentar o seu ego, está errado. Consideram que manter-se desconhecido quando se faz algo de bom é que é verdadeiramente altruísta” (ONNERFORS apud RETZ, 2009, p. 31).

³⁹ Pode-se compreender “ética” tal como a define Freud, ou seja, “como uma tentativa terapêutica, como um esforço para alcançar, por meio de um mandamento do supereu, aquilo que até então não pôde ser alcançado por meio do trabalho usual da cultura. Já sabemos que a questão aí é a maneira de eliminar o maior obstáculo à cultura – a tendência constitucional dos homens à agressão mútua – e precisamente por isso adquire interesse especial para nós aquele que talvez seja o mais recente dos mandamentos culturais do supereu: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”.[...] a defesa mais forte contra a agressão humana” (FREUD, 2010, p. 179-180).

Assim, a união do grupo é mantida por ideais comuns, por uma ideologia bem construída, pela solidariedade grupal. Nesse contexto, a mitologia maçônica cumpre um papel significativo. Mas a mitologia que cerca a instituição não é apenas positiva. Ela está também repleta de lendas antimaçônicas que a denigrem, referindo-se a supostos complôs que teriam diferentes objetivos, variando conforme a versão apresentada: instaurar na Terra o reino de satanás, impor a anarquia, o domínio judeu ou ainda, o comunismo.

Positivas ou negativas, todas essas lendas na verdade extrapolam o poder real da Maçonaria. Como afirmam Morel e Souza (2008, p.39): “tais narrativas acabaram criando uma supervalorização do papel da maçonaria nos destinos da história mundial”.

Historicamente, o grande momento da Ordem Maçônica é a Revolução Francesa, da qual extraiu seu lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. O historiador Benhamou (2009, p.30), membro da Grande Loja da França, afirma que: “Não há dúvida de que a Revolução Francesa foi deflagrada em nome dos valores defendidos pelos maçons no fim do século XVIII⁴⁰”. Mas ele observa também que não havia uma unidade de pensamento dentro da Ordem e que, portanto, não se pode atribuir a ela a realização da Revolução de 1789.

[...] as lojas maçônicas eram pouco organizadas na época. Talvez fossem revolucionárias em suas crenças, mas eram pouco articuladas no plano da ação concreta e, além disso, movidas por concepções filosóficas extremamente variadas entre si.

De fato, a diversidade no interior da maçonaria francesa era enorme no fim do século XVIII. A sociedade secreta havia chegado ao país graças aos viajantes e negociantes vindos da Grã-Bretanha, berço da organização. A primeira loja maçônica foi instalada na cidade de Dunquerque, em 1721, e em meados do século XVIII a França já contava com cerca de 200 lojas, 22 apenas em Paris. Na aurora da Revolução, elas eram cerca de mil, e seus membros giravam em torno da casa dos 30 mil (BENHAMOU, 2009, p. 31).

Entretanto, Buarque de Holanda et al (1976) acreditam que o movimento oposto aconteceu e foram as ideias da Maçonaria que influenciaram a Revolução Francesa. Assim:

Com ideais liberal-democráticos – o lema das revoluções liberal-democráticas: liberdade, igualdade, fraternidade, é de inspiração

⁴⁰ Esse autor cita alguns nomes de revolucionários franceses que seriam maçons, entre eles, Voltaire, Montesquieu e Diderot. Identifica também como maçons nomes de personalidades famosas variadas, tais como Julio Verne, Beethoven, Goethe, Mozart, Garibaldi, Bolívar, Roosevelt e Henry Ford. Admitindo isso, de fato, pode-se afirmar que não há unidade de pensamento dentro da Maçonaria. A esse grupo, Buarque de Holanda et al (1976), juntam outros nomes: Benjamin Franklin, Jefferson, O’Higgins, San Martin e Francisco de Miranda (p. 196).

maçônica – a Maçonaria vai manter uma posição política caracterizada pelo combate aos poderes absolutos. É nesta posição que encontramos explicação para a grande difusão da Maçonaria.

[...] Com efeito, os princípios ideológicos maçônicos, correspondentes à ideologia liberal individualista, vão definir os interesses da burguesia em ascensão. Eis por que a Maçonaria é adotada e aceita por todos os que não querem passar por reacionários em fins do século XVIII e princípios do XIX.

A Maçonaria organizada ideologicamente, desta forma, assume então uma posição revolucionária definida contra os poderes absolutistas. Aliada dos movimentos liberais, a sociedade secreta também procurará marcar sua presença efetiva nos grandes acontecimentos políticos, que poderão trazer alguma transformação capaz de atingir as monarquias absolutas. Assim, não apenas irá transformar seus membros em revolucionários, mas tentará atrair pessoas capacitadas a exercer poderes políticos (BUARQUE DE HOLANDA et al 1976, p. 193, grifo nosso).

Seja como for, independentemente de quem influenciou quem, a Maçonaria de fato teve papel de protagonista durante ao processo de luta contra o Antigo Regime.

Outro momento histórico importante, no qual se percebe a presença da Ordem Maçônica, foi a independência dos Estados Unidos da América. A pesquisadora Madeleine Du Chatenet (2009) afirma que o primeiro presidente norte-americano era maçom. George Washington teria, inclusive, sido empossado no cargo usando o avental de pedreiro-livre. Ela afirma ainda que todos os presidentes norte-americanos, com exceção de Kennedy e George Bush, pertenciam à Ordem. Da mesma forma, ela identifica Benjamin Franklin como maçom, atribuindo-lhe a responsabilidade por obter o necessário apoio da França para a independência do país, cuja liderança militar esteve nas mãos de outro maçom: Gilbert de La Fayette. A autora, entretanto, observa que o papel da Ordem não deve ser exagerado nessa história, já que:

[...]como todos na sociedade da época, os maçons estavam divididos entre ‘patriotas’, ou seja, partidários da independência, e ‘legalistas’, como se chamavam os que se mantinham fiéis à Coroa da Inglaterra (DU CHATENET, 2009, p. 41).

De qualquer forma, a influência da Maçonaria foi suficiente para que na nota de um dólar fossem impressos símbolos maçônicos, tendo esse detalhe permanecido até os dias atuais. Dessa forma, pode-se observar na moeda norte-americana, além do ramo de acácia, uma pirâmide encimada pelo delta grego, com um olho em seu centro, irradiando o símbolo maçônico do Grande Arquiteto do Universo.



Figura 3 - Nota de 1 dólar
Fonte: Acervo pessoal

Pode-se observar o delta luminoso, símbolo do Grande Arquiteto do Universo, bem como as folhas de acácia, símbolos maçônicos.

2.2. Aspectos filosóficos, normas, ritos e legislação da Maçonaria

No sítio oficial do GOB na Internet, já citado anteriormente, a Maçonaria é definida como: “uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista”. Leem-se, ainda, outros esclarecimentos sobre a Ordem, tais como:

Por que é Filosófica?

- É filosófica porque em seus atos e cerimônias ela trata da essência, propriedades e efeitos das causas naturais. Investiga as leis da natureza e relaciona as primeiras bases da moral e da ética pura.

Por que é Filantrópica?

- É filantrópica porque não está constituída para obter lucro pessoal de nenhuma classe, senão, pelo contrário, suas arrecadações e seus recursos se destinam ao bem-estar do gênero humano, sem distinção de nacionalidade, sexo, religião ou raça. Procura conseguir a felicidade dos homens por meio da elevação espiritual e pela tranquilidade da consciência.

Por que é Progressista?

- É progressista porque partindo do princípio da imortalidade e da crença em um princípio criador regular e infinito, não se aferra a dogmas, prevenções ou superstições. E não põe nenhum obstáculo ao esforço dos seres humanos na busca da verdade, nem reconhece outro limite nessa busca senão o da razão com base na ciência.

[...]

Qual o seu lema?

- Ciência - Justiça - Trabalho: Ciência, para esclarecer os espíritos e elevá-los; Justiça, para equilibrar e enaltecer as relações humanas; e Trabalho por meio do qual os homens se dignificam e se tornam independentes economicamente. Em uma palavra, a Maçonaria trabalha para o melhoramento intelectual, moral e social da humanidade.

Qual é seu objetivo?

- Seu objetivo é a investigação da verdade, o exame da moral e a prática das virtudes.

[...]

A Maçonaria é uma sociedade secreta?

- Não, pela simples razão de que sua existência é amplamente conhecida. As autoridades de vários países lhe concedem personalidade jurídica. Seus fins são amplamente difundidos em dicionários, enciclopédias, livros de história etc. O único segredo que existe e não se conhece senão por meio do ingresso na instituição, são os meios para se reconhecer os maçons entre si, em qualquer parte do mundo e o modo de interpretar seus símbolos e os ensinamentos neles contidos (Disponível em: <<http://www2.gob.org.br>>. Acesso em: 11/10/2009).

Essa é, portanto, a posição tomada pela Ordem de forma pública e oficial. Agora, segue uma análise da ideologia nela presente a partir de outros documentos.

No Manual do Rito Escocês Antigo e Aceito⁴¹ consta o ritual do 1º grau - Aprendiz. Em certo momento o Venerável pergunta: “- Para que nos reunimos aqui?” E a resposta é: “- Para combater o despotismo, a ignorância, os preconceitos e os erros. Para glorificar a Verdade e a Justiça. Para promover o bem-estar da Pátria e da Humanidade, levantando Templos à Virtude e cavando masmorras ao vício” (GRANDE Oriente do Brasil, 1998, p. 28).

A primeira instrução dada ao iniciado ensina que “[...] os Maçons para se reconhecerem em qualquer parte do mundo, apesar da diferença de línguas, dispõem de sinais, toques e palavras” (GRANDE Oriente do Brasil, 1998, p. 133).

Vários são os símbolos usados pelos maçons. Entre eles há o mais famoso: o esquadro entrelaçado ao compasso. A seguir observa-se uma figura ilustrativa desse símbolo.



Figura 4 - Símbolo da Maçonaria
Fonte: LIBERTOS do Opressor (2009)

Na Figura 4 observam-se outros signos da Ordem, tais como as folhas de acácia, planta símbolo da Maçonaria, que representa a segurança e clareza, bem como a inocência e a pureza. A madeira da acácia era antigamente usada nas construções e passou a significar a

⁴¹ Como já descrito, as corporações de ofício da Europa medieval originaram as confrarias de pedreiros e construtores. Sobre esse assunto e, justificando a terminologia utilizada, Morel e Souza (2008) observam: “A partir dos séculos XVI e XVII, tais confrarias começaram a admitir os “membros aceitos”, isto é, não vinculados aos ofícios de construção. Os “Aceitos” ingressavam na ordem interessados em participar de uma nova forma de associação, que garantia o intercâmbio e o acolhimento dos maçons durante seus deslocamentos pelas cidades. Além disso, as confrarias ofereciam a possibilidade de compartilhar entre si preciosos conhecimentos filosóficos e esotéricos. Em consequência desta política de abertura a homens de diferentes ocupações, dentre eles filósofos hermetistas e alquimistas, o elemento “aceito” foi se tornando cada vez mais numeroso, a ponto de o caráter “operativo” da ordem ser substituído por um escopo de natureza puramente “especulativa” (p. 41).

imortalidade da alma e a ressurreição para uma nova vida. Na mesma figura vê-se a letra G, que é a sétima do alfabeto maçônico e que tem múltiplos significados, inclusive “Glória”, “Grande” ou “Grão”. O triângulo é a figura geométrica que dá origem à pirâmide e ambos são parte da simbologia maçônica, representando a presença de Deus, demonstrando a sua onisciência. É um triângulo com um olho no centro. Também chamado de Triângulo Fulgurante, representa na Maçonaria o Supremo Criador de todas as coisas, cujo olho luminoso é o Olho da Sabedoria e da Providência, que observa tudo que vê (BENHAMOU, 2009; RETZ, 2009).

Alguns desses símbolos são citados na música cantada pelo cantor e compositor de música popular brasileira, Luiz Gonzaga, já falecido. A letra da canção *Acácia Amarela*, de autoria do próprio Luiz Gonzaga em parceria com Orlando Silveira, diz:

Ela é linda e tão bela
Aquele acácia amarela
Que a minha casa tem

Aquele casa direita
Que é tão justa e perfeita
Onde eu me sinto tão bem

Sou um feliz operário
Onde aumento de salário
Não tem luta nem discórdia

Aí o mal é submerso
E o Grande Arquiteto do Universo
É harmonia, é concórdia
(Fonte: CD Nova Era Maçônica, faixa 6, 2007).

Todo esse simbolismo está a serviço da evolução das pessoas que participam da Ordem. Nesse sentido, Benhamou (2009) observa que:

O objetivo da fraternidade é permitir que o homem “construa” a si próprio nos planos intelectual, moral e espiritual. Por isso, as ferramentas inspiradas no mundo da construção são importantes se entendidas no nível simbólico. Os ritos, por sua vez, não podem ser resumidos a dicionários para ser compreendidos. O que eles propõem são pistas de reflexão. Os iniciados vão explorá-las sozinhos ou em grupo. A evolução de um maçom é organizada em graus. Cada grau corresponde a um conjunto de símbolos, e há mais de 90 diferentes originários dos ofícios ligados à construção civil [...] (BENHAMOU, 2009, p. 42).

Há ainda o avental, insígnia do Aprendiz, conforme registra o Manual do Rito Escocês Antigo e Aceito. Sua adoção e sua simbologia autorizam a vinculação da Maçonaria às Ordens e Corporações de Ofício organizadas durante a Idade Média na Europa e que utilizavam a mesma terminologia para designar seus membros: *Aprendizes* e *Mestres*, como mostra o seguinte trecho do ritual de iniciação, quando o iniciado recebe seu avental:

[...] tomai e usai esse Avental, a que chamamos vestido, que grandes homens, verdadeiros benfeitores da humanidade, se honraram de trazer. Com ele deveis estar sempre revestido durante as nossas sessões. É o símbolo do trabalho e vos lembrará que um Maçom deve ter sempre uma vida ativa e laboriosa (GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 1998, p. 103).



Figura 5 – Avental maçônico
Fonte: LIBERTOS do Opressor (2009)

Usado por todos os maçons durante as sessões, o avental representa a pureza, a inocência. É o único que dá ao maçom o direito de entrar nos Templos e participar das reuniões. Símbolo do trabalho, ele é branco para os aprendizes e companheiros, vermelho ou azul celeste (de acordo com a Potência da loja simbólica ou com o Rito praticado), para os mestres, está associado com a dedicação espiritual.

De fato, é notável a grande valorização do trabalho, o que evidencia mais uma vez as raízes burguesas da Ordem. Baçan (2008) refere-se à régua de 24 polegadas, ao malhete e ao cinzel, instrumentos de trabalho do Aprendiz maçom e à trolha, instrumento de pedreiro de

forma triangular, chamado também de colher de pedreiro. Este último é o símbolo do amor fraternal que une os maçons. A seguir, algumas figuras ilustrativas desses símbolos:



Figura 6 – RÉGUA

Fonte: LIBERTOS do Opressor (2009)

A régua de 24 polegadas é o símbolo da Retidão. Representa a boa administração do tempo que deve ser dividido no autoconhecimento, meditação, estudo e repouso.



Figura 7 - Cinzel

Fonte: Maçonaria Portugal (2010)

Já o cinzel é símbolo da força e da tenacidade, do discernimento, dos conhecimentos adquiridos e das decisões tomadas. É inseparável do malhete, pois ambos servem para desbastar a pedra bruta. Quanto ao malhete, pequeno martelo ilustrado na próxima figura, é o emblema da vontade ativa, do trabalho e da força material, instrumento de direção, poder e autoridade.



Figura 8 - Malhete

Fonte: Maçonaria Portugal (2010)

Há ainda a trolha ou colher de pedreiro que vê-se na figura a seguir.



Figura 9 - Trolha ou colher de pedreiro.
Fonte: LIBERTOS do Opressor (2009)

Trata-se de uma espécie de pá achatada com a qual os pedreiros assentam e alisam a argamassa e unem as várias pedras para formar um todo que é o edifício. Sendo um instrumento neutro, é visto como um símbolo da tolerância com que o maçom deve aceitar as possíveis falhas e defeitos dos demais irmãos. Pode ser vista também como um símbolo do amor fraternal, cimento que uniria toda a Maçonaria. Desta forma, “passar a trolha” significa perdoar, desculpar, esquecer as diferenças. Entendida desta forma, ela pode ser vista como símbolo da paz que deve reinar entre os irmãos.

Constata-se que a simbologia maçônica utiliza majoritariamente instrumentos de trabalho. Como a valorização do trabalho é marca da ideologia burguesa que se contrapôs à ideologia medieval⁴², conclui-se que a Maçonaria é uma organização burguesa.

É claro que se encontram nela outras influências, como por exemplo a espada, marca da nobreza guerreira e que se tornou um acessório usado simbolicamente nas cerimônias, indicando poder e autoridade.

Mas observando um pouco mais do Manual do Rito Escocês, nota-se que em certo momento o iniciado é informado sobre a Ordem à qual deseja pertencer e o Venerável diz:

⁴² Durante a Idade Média europeia os grupos privilegiados socialmente não exerciam atividades manuais, ou seja, não trabalhavam como o faziam os grupos mais pobres, compostos pelos camponeses e artesãos. A nobreza se orgulhava de sua ociosidade e se dedicava à guerra ou aos torneios esportivos; enquanto o clero se dedicava às atividades religiosas e intelectuais próprias à posição por ele assumida na sociedade. O trabalho era visto então como atividade de pessoas socialmente inferiores. Na Idade Moderna, quando a burguesia toma gradativamente o poder, o trabalho passa a ser valorizado como positivo, já que essa classe social ascendeu historicamente graças ao trabalho no comércio e artesanato, desenvolvidos nas cidades (PERROY, 1974b). Nesse sentido, a tese de Weber (2006) afirma que a burguesia protestante acredita que “o trabalho deve ser executado como se fosse um fim absoluto em si mesmo, como uma vocação” (p. 55), o que transforma o trabalho em um ato de louvor a Deus. De acordo com a “ética protestante e o espírito do capitalismo”: “O ganho de dinheiro na moderna ordem econômica é, desde que feito legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da eficiência...” (p. 49).

- Ela não é uma simples associação de auxílio mútuo e de caridade. Ela tem responsabilidades e deveres para com a Sociedade e para com a Humanidade e necessidade de progredir e, assim, assiste-lhe o direito de exigir de seus associados o cumprimento de sérios deveres e enormes sacrifícios (GRANDE Oriente do Brasil, 1998, p. 74).

E mais adiante:

[...] embora a Maçonaria não seja uma religião e proclame a liberdade absoluta de consciência, crê no Ente Supremo [...] que é Deus, e os maçons não se empenham em empresa importante sem primeiro O invocarem (GRANDE Oriente do Brasil, 1998, p. 76).

Aos iniciantes é esclarecido também que “ela é uma Instituição Eclética, que recebe os homens livres e de bons costumes, para conviverem fraternalmente como Irmãos, não sofrendo, por isso mesmo, influências dogmáticas” (Grande Oriente do Brasil, 1998, p.136).

Baçan (2008) observa que é feita uma seleção para a admissão de novos membros.

Dessa forma:

Para tornar-se um Maçom, é necessário inicialmente, que o candidato prime pela moral e pelos bons costumes. Deve ter uma profissão definida que lhe garanta a subsistência. Ele deve ser indicado por um Mestre Maçom e ter sua iniciação aprovada pela Loja. [...] Todo um processo de admissão é desenvolvido, o candidato é entrevistado, bem como sua família. Nesta fase, são prestadas informações preliminares sobre a Ordem Maçônica, seus objetivos e atividades. Nada impede que um religioso seja aceito como Maçom. O que jamais se verá, no entanto, é um ateu sendo recebido na Maçonaria, pois um dos princípios básicos para admissão na Ordem é a crença em um Ser Supremo (p. 11).

Portanto, mesmo não sendo uma religião, a Maçonaria exige de seus afiliados a crença em Deus. É interessante observar aqui as raízes judaico-cristãs da Ordem. Uma pesquisa na Internet em alguns sítios maçônicos informa sobre a simbologia da Ordem⁴³. Alguns detalhes: no Templo Maçônico está presente a Bíblia, chamado de “Livro da Lei”, que é considerado sagrado pelos maçons; o trabalho diuturno de todo maçom é chamado de “escada de Jacó”, em referência à escada vista por Jacó, patriarca hebreu, cuja história é narrada no Livro do Gênesis. Outro detalhe: as três luzes menores posicionadas no Oriente ao

⁴³ Na Internet, alguns sítios que tratam desse assunto são:

<http://www.aminternacional.org/maconaria_simbolos_maconicos.html>

<<http://libertosdoopressor.blogspot.com/2009/08/maconaria-e-simbolos-ocultistas.html>>

<<http://a-partir-pedra.blogspot.com/>>; <<http://www.maconaria.net>>

Sul, bem como no Ocidente do Templo Maçônico, representam o Pai, o Filho e o Espírito Santo, ou seja, a Santíssima Trindade cristã.

Há ainda um padroeiro, que é São João⁴⁴, ou seja, um santo cristão. Por exemplo, ligada à Loja Maçônica União Ituveravense, há uma sociedade filantrópica denominada “São João da Escócia”, nome comum a muitas organizações similares em várias Lojas Maçônicas. Como as religiões e seitas protestantes não admitem o culto a santos, é possível inferir que essas raízes cristãs são, no Ocidente, mais especificamente católicas.

Nesse sentido, Baçan (2008) fornece um documento interessante. Trata-se do “Poema Regius” ou “Manuscrito de Halliwell” (assim denominado em referência a seu descobridor). Nesse documento, datado de 1390, o Rei Athelstan, coroado rei da Inglaterra em 925, estabelece regras e normas para o exercício do ofício dos artífices construtores, chamados de maçons. No trecho designado por Baçan como “Primeiro ponto”, pode-se ler: “Quem quiser aprender o ofício e abraçá-lo deverá amar a Deus e a Santa Igreja, assim como seu Mestre e demais Companheiros” (Baçan, 2008, p. 22). Se, de fato, esse documento pode ser considerado uma das mais antigas referências à Ordem, deve-se afirmar que a Maçonaria nasceu ligada à Igreja Católica.

E talvez continue assim, embora o fato não seja admitido formalmente. Uma das escolas mantidas pela Fundação Educacional de Ituverava, por exemplo, recebeu a denominação de “Colégio Nossa Senhora do Carmo”, em homenagem à santa católica⁴⁵ padroeira da cidade de Ituverava.

Apesar disso, a Igreja Católica rejeita a Maçonaria⁴⁶. Desde a bula *In eminenti apostolatus specula*, do Papa Clemente XII, de 1738, até a última condenação, de 23/11/1983,

⁴⁴ Não há clareza a respeito desse santo e sua identidade é motivo de polêmica entre os estudiosos da questão. Seria ele São João Batista, o padroeiro da Loja União Ituveravense? Em entrevista a Duarte (2009), o maçom Celso Franchini observa: “São João da Escócia ou São João de Jerusalém ou São João Esmoler foi figura desconhecida até pela maçonaria-operativa, portanto não foi padroeiro de nada. Trata-se de figura lendária de um príncipe, filho do rei de Chipre, no tempo das Cruzadas. Diz a lenda que teria renunciado aos seus direitos do trono, com o propósito de se dedicar à caridade, socorrer os peregrinos e que teria fundado um hospício [...]. João Batista e São João Evangelista, ambos sempre foram os escolhidos, no decorrer dos tempos, como padroeiros da Ordem. Comemoram-se suas datas em 24/06 (S. João Batista) e 27/12 (S. João Evangelista). Essas datas correspondem aos solstícios de inverno nos hemisférios sul e norte, respectivamente” (FRANCHINI apud DUARTE, 2009).

⁴⁵ Outro detalhe interessante no sentido de fundamentar essa ideia é a análise da seleção de músicas feita por Ferreira e Ballouk Filho (2007) no CD “Nova Era Maçônica”, utilizado para compor fundo musical durante os ritos maçônicos realizados no templo da Loja “União Ituveravense”. O seu conteúdo revela, além da recitação de poemas, de hinos pátrios, da música de Luiz Gonzaga, anteriormente citada, também várias peças de música clássica. Entre elas “*Jesus Alegria dos Homens*”, de Bach (que era cristão protestante) e a *Ave Maria*, de Schubert, esta última, de inspiração católica.

⁴⁶ As primeiras condenações católicas imputavam ao fiel que aderisse à Maçonaria, penas como a excomunhão. Eles não poderiam ser admitidos em instituições religiosas católicas, nem serem padrinhos de batismo ou crisma. Além disso, ficavam privados de sepultura eclesiástica e de missa de exéquias. O Papa Leão XII, na Constituição Apostólica de 1825, considerou a Maçonaria como uma sociedade que tinha como objetivo conspirar contra a

há, segundo Jesus Hortal (1993), mais de trezentos atos legais católicos condenando a Maçonaria. Ela é vista como um perigo para a pureza da religião católica⁴⁷ devido ao relativismo que marca as crenças da instituição. Como aceita pessoas de várias religiões diferentes, não abraçando, portanto, os dogmas católicos, as autoridades eclesiásticas consideram que as duas filosofias, a cristã e a maçônica são inconciliáveis.

[...] o relativismo, mesmo não afirmado como verdade dogmática, pertence às convicções fundamentais da Maçonaria e é veiculado através de um sistema simbólico extremamente absorvente. Daí a impossibilidade, para o católico, de uma dupla fidelidade, eclesial e maçônica, ou de uma dupla moralidade, humanista e cristã.

[...] A argumentação em favor de tal inconciliabilidade baseia-se [...] na ideologia iluminista que se encontra no fundo de toda e qualquer Maçonaria. Não é por acaso que na Maçonaria se encontram, em todas as latitudes, duas características do Iluminismo: a confiança absoluta nos poderes infalíveis da razão e da experiência, e o senso da imensidão da natureza, governada pelas leis férreas do mecanicismo universal [...] (HORTAL, 1993, p. 66-68).

Diante disso, pode-se afirmar que a Igreja Católica não aceita a Maçonaria; mas a Maçonaria aceita a Igreja Católica, bem como aceita todas as religiões.

A historiadora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Françoise Souza (2009), afirma a esse respeito que:

Os desentendimentos com a Igreja começaram assim que os maçons conseguiram criar um dos primeiros espaços privados livres da jurisdição e do controle do papa. Além disso, a maçonaria dispôs-se com Roma ao se apresentar como crítica do Antigo Regime e defensora das ideias iluministas, que abalaram as bases do catolicismo. Consequentemente, os maçons angariaram inimigos não só na Igreja, mas também entre teóricos conservadores que temiam as inovações [...]

Em um contexto de inquietude e angústia para aqueles que viam seus valores serem destruídos pela Revolução Francesa e pelo Iluminismo, atribuir a

Igreja e o Estado legalmente constituído. “De Pio IX a Leão XIII encontramos nada menos que 350 intervenções pontifícias contra a Maçonaria. Praticamente todas elas veem nas lojas uma espécie de conspiração contra a Igreja e os regimes monárquicos” (HORTAL, 1993, p. 42). Essa visão mudou com a história e atualmente, apesar das condenações, não há mais penas impostas aos maçons.

⁴⁷ Sene (2007) lembra algumas das origens históricas do conflito entre as instituições ao afirmar que: “A ruptura entre o Estado italiano e a Igreja Católica deu origem à chamada Questão Romana, a qual só foi resolvida em 1929 com a assinatura do Tratado de Latrão, entre Mussolini e o Papa Pio XI, criando o Estado do Vaticano. Essas mudanças vão afetar diretamente a Igreja Católica, pois abalaram a moral e a fé cristãs, assim como resultaram na separação entre a Igreja e o Estado. A Igreja, abalada em seu poder temporal, vai difundir seus princípios através dos sofrimentos e das ações de muitos missionários [...] Dentro desse ambiente de luta pelos ideais de liberdade e independência, a Igreja se via abalada e atacada no seu campo temporal. E para agravar a situação ainda havia vestígios da influência do *Jansenismo* e da *Maçonaria*; assim como, de um movimento lento de descristianização e do afrouxamento dos costumes” (p. 40). Entretanto, deve ser lembrado que, apesar de tudo, muitos sacerdotes católicos foram maçons e que até os dias de hoje, muitos maçons são católicos.

responsabilidade pela crise a um agente determinado tornava a realidade mais coerente e inteligível (SOUZA, 2009, p. 82).

Na verdade, a Igreja sentia-se ameaçada em sua sobrevivência enquanto instituição. Para defender-se, lançou mão de sua autoridade espiritual não só contra a Maçonaria, mas contra toda a modernidade. É disso que o professor Ivan Manoel trata ao afirmar que:

Conforme o catolicismo do século XIX, naquele “século de ferro da civilização” foram condensadas todas as proposições e práticas da filosofia e política ateias produzidas pelo mundo moderno e expressas pelas doutrinas liberais, consideradas a síntese de quatro séculos de racionalismo, lançando o homem nas mais torpes abominações, das quais o ateísmo e o falso saber seriam as piores. Por isso, o papa Pio IX condenou em bloco, tanto o século XIX, quanto o conjunto da modernidade, lançando o anátema por sobre todos quanto dissessem que... “o romano Pontífice pode e deve conciliar-se e transigir com o progresso, com o Liberalismo e com a civilização moderna” (MANOEL, 2003, p. 77).

Hortal (1993) afirma entretanto, como membro do clero católico, que é preciso diálogo entre as instituições⁴⁸, já que ambas trabalham pelo bem da sociedade: “devem-se reconhecer na Maçonaria atitudes humanistas que, na prática, podem coincidir com ações caritativas da Igreja. Em relação a certos problemas sociais mais candentes, seria possível uma ação conjunta” (HORTAL, 1993, p 85).

É interessante observar que ambas as instituições, Maçonaria e Igreja Católica, estão historicamente marcadas pelo interesse pela educação e por ações concretas no sentido de desenvolvê-la. Janotti (2008) afirma:

Após o Concílio Vaticano II a Igreja, por intermédio dos movimentos de Ação Católica, tendeu a se comprometer concretamente na defesa dos interesses populares. Setores da Ação Católica passaram a desenvolver crescente participação política organizando o Movimento de Educação de Base. Surgiu ainda o Movimento Paulo Freire de Educação de Adultos com nítida inspiração cristã. Católicos acabaram por ultrapassar a tendência humanista tradicional, aproximando-se da concepção dialética da história (p. 97).

Portanto, o interesse pela educação como motor de libertação do homem é comum a ambas as instituições.

⁴⁸ Rumo a esse caminho de diálogo, Hortal (1983, p. 49-50) cita algumas ações envolvendo membros de ambas as instituições no Brasil, com sacerdotes e bispos participando de “sessões brancas” da Ordem. O caso mais significativo é o do Bispo auxiliar de Aracajú, Dom Luciano Cabral Duarte, que propôs com sucesso um acordo de cooperação, pelo qual foi comprada em 1972 uma fazenda (sugestivamente denominada “Reconciliação”) para assentamento de camponeses sem terra.

E como ela está organizada atualmente? Retz (2009) realizou entrevistas com maçons em seu artigo publicado na revista “História e Foco”. Segundo a autora, um deles, que não se identifica, afirma:

Dentro da Loja, há uma hierarquia por tempo de Maçonaria, pois o maçom que tem um ano de estudo não tem a mesma capacidade que outro que está lá há mais tempo. Portanto, existem subgrupos de acordo com os graus (o número de graus varia de rito para rito). Essa hierarquia é uma questão meramente administrativa, senão, como é que você vai organizar tantos irmãos? No entanto, nós aprendemos que, a partir do momento em que viramos maçons, nos tornamos irmãos, somos iguais, isso que é belo [...] Temos também uma hierarquia administrativa entre as Lojas, temos códigos, leis, poderes federal, estadual e municipal, deputados, ministério público, que julga as faltas graves dos irmãos. Nosso presidente é o Grão Mestre Geral [...].

Se desse para fazer um raio X do mundo, muitos se surpreenderiam com uma “rede” maçônica tão bem articulada, quase como o sistema circulatório que percorre nosso corpo até as extremidades: há Lojas espalhadas por todo o planeta. E isso não é de agora: quando ainda nem se falava em globalização, eles já pensavam globalmente. [...] Por isso nos tratamos por irmãos, as esposas por cunhadas e os filhos por sobrinhos: somos, então, uma grande família universal (RETZ, 2009, p. 30).

Nesse sistema organizacional, as Lojas são jurisdicionadas a “potências”. Um Grande Oriente é uma potência maçônica que congrega lojas de diversos ritos. Hortal (1993) afirma: “No momento atual [...] encontramos basicamente duas obediências: o Grande Oriente do Brasil e as Grandes Lojas Estaduais, agrupadas estas na “Confederação Maçônica Simbólica do Brasil” ou CMSB” (p. 18-19).

Mas, segundo Duarte (2009), existem no Brasil três grandes organizações maçônicas: o Grande Oriente Paulista (GOP) que tem ascendência sobre lojas apenas no Estado de São Paulo; a organização Grandes Lojas, que existe em todo o país, com sedes estaduais independentes, e o Grande Oriente do Brasil, ao qual é federada a loja “União Ituveravense”.

O Grande Oriente do Brasil⁴⁹ possui uma Constituição, na qual estão normatizadas as leis que a regem. O GOB é um órgão reconhecido pela Grande Loja Mãe do Mundo, na

⁴⁹ No Brasil a sede do GOB fica em Brasília / DF, onde existe também um museu dedicado à história da Maçonaria. Em seu sítio oficial na Internet obtêm-se informações sobre esse órgão. Segundo essa fonte, os objetivos gerais do GOB são: “I – disponibilizar aos integrantes do Macrossistema Grande Oriente um instrumento de gestão, utilizando a mais moderna tecnologia de tratamento eletrônico da informação. II – integrar os Maçons, Lojas, Grandes Orientes Estaduais e do Distrito Federal, como partes do Macrossistema Grande Oriente” (Disponível em:

<<http://www2.gob.org.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?2,9,96,O,P,0,CON;361;3;D;5952;1;CON;MNU;E;13;4;MNU>>. Acesso em: 11/10/2009). Na data citada, esse mesmo sítio informa que o atual Grão Mestre do GOB é Marcos José da Silva, carioca, nascido em 1945, bacharel em Ciências Contábeis e Ciências Administrativas, funcionário do Banco Central do Brasil. Informa também que o órgão foi criado em 1822 no Rio de Janeiro e que sofreu uma cisão em 1927, quando surgiram as Grandes Lojas Estaduais brasileiras. Entretanto, segundo essa mesma fonte,

Inglaterra e é a ele que, como já foi dito, a Loja Maçônica União Ituveravense está federada. Em seu artigo 1º, a citada Constituição define a Ordem Maçônica como:

[...] uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista. Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria. Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade. Seus fins supremos são: LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE (GOB, s/d., p.1).

Ainda no artigo 1º leem-se os seguintes incisos:

- I – Condena a exploração do homem, os privilégios e as regalias, enaltecendo, porém, o mérito da inteligência e da virtude, bem como o valor demonstrado na prestação de serviço à Ordem, à Pátria e à Humanidade;
- II – afirma que o sectarismo político, religioso ou racial é incompatível com a universalidade do espírito maçônico. Combate a ignorância, a superstição e a tirania;
- III – proclama que os homens são livres e iguais em direitos e que a tolerância constitui o princípio cardinal nas relações humanas, para que sejam respeitadas as convicções e a dignidade de cada um;
- IV – defende a plena liberdade de expressão do pensamento, como direito fundamental do ser humano, admitida a correlata responsabilidade;
- V – reconhece o trabalho como dever social e direito inalienável; julga-o dignificante e nobre sob qualquer de suas formas;
- VI – considera irmãos todos os Maçons, quaisquer que sejam suas raças, nacionalidades, convicções ou crenças;
- VII – sustenta que os Maçons têm os seguintes deveres essenciais: amor à família, fidelidade e devotamento à Pátria e obediência à lei;
- VIII – determina que os Maçons estendam e liberalizem os laços fraternais que os unem a todos os homens esparsos pela superfície da terra;
- IX – recomenda a divulgação de sua doutrina pelo exemplo e pela palavra e combate, recusando, terminantemente, o recurso à força e à violência para a consecução de quaisquer objetivos;

o GOB “continuou como ponta-de-lança da Maçonaria, em diversas questões nacionais, como: anistia para presos políticos, durante períodos de exceção, com estado de sítio, em alguns governos da República; a luta pela redemocratização do país, que fora submetido, desde 1937, a uma ditadura, que só terminaria em 1945; participação, através das Obediências Maçônicas europeias, na divulgação da doutrina democrática dos países aliados, na 2ª Grande Guerra (1939 - 1945); participação no movimento que interrompeu a escalada da extrema-esquerda no país, em 1964; combate ao posterior desvirtuamento desse movimento, que gerou o regime autoritário longo demais; luta pela anistia geral dos atingidos por esse movimento; trabalho pela volta das eleições diretas, depois de um longo período de governantes impostos ao país. [...] Com aproximadamente 2.000 Lojas, cerca de 61.500 obreiros ativos (31.12.1999), reconhecido por mais de 100 Obediências regulares do mundo, o Grande Oriente do Brasil é, hoje, a maior Obediência Maçônica do mundo latino e reconhecida como regular e legítima pela Grande Loja Unida da Inglaterra, de acordo com os termos do Tratado de 1935” (Disponível em:

<<http://www2.gob.org.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?2,9,95,O,P,0,CON;361;3;D;5952;1;CON;MNU;E;13;3;MNU>>. Acesso em: 11/10/2009).

X – adota sinais e emblemas de elevada significação simbólica que são utilizados em suas oficinas de trabalho e servem para que os Maçons se reconheçam e se auxiliem onde se encontrem (GOB, s/d., p. 1-2).

Percebe-se que, de fato, há coerência entre as finalidades oficiais da Maçonaria, expressas nessa Constituição, e as ações da Fundação Educacional de Ituverava, já que a manutenção de escolas “combate a ignorância” e os cursos, tal como estão organizados, oferecem oportunidade para o exercício da “liberdade de expressão do pensamento”. Ao preparar pessoas para o trabalho, a atuação dessas escolas também está em sintonia com o “trabalho como dever social e direito inalienável”.

A educação sempre foi uma preocupação da Maçonaria, mantendo muitas escolas, no Brasil, particularmente. Morel (2009) afirma:

Uma importante realização da organização foi a criação de escolas. Inicialmente o Grande Oriente do Brasil exigiu a obrigatoriedade do ensino básico a todos os filhos de seus membros. Em seguida, a instituição passou a apoiar a abertura de colégios e cursos. Em 1922 havia 132 escolas maçônicas em todo o país, atendendo 7.030 alunos, bem como 22 bibliotecas abertas ao público (MOREL, 2009, p. 47).

Assim, a educação (e nesse sentido, a própria criação da FE) é vista como um trabalho filantrópico⁵⁰, como reza o artigo citado. Segundo Morel e Souza (2008), “a filantropia, ligada à noção de fraternidade tornou-se instrumento de coesão entre os maçons, bem como a base de sustentação no mundo *profano*” (p.48).

Outra observação interessante que se faz a respeito do contido nessa Constituição é a presença forte da ideologia liberal⁵¹, na qual se ancorou a Revolução Francesa, cujo lema é grafado em letras maiúsculas: “LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE”⁵². O Liberalismo está presente também quando é enaltecido “o mérito da inteligência e da virtude”, ou seja, espera-se que os mais capazes se sobressaiam.

⁵⁰ Apesar disso, a primeira iniciativa da entidade no sentido de ser reconhecida oficialmente como filantrópica não teve êxito. A comissão designada para ir a Brasília obter esse reconhecimento formal foi mal sucedida, conforme está registrado na ata do Conselho de Curadores da FE de 22/09/1989.

⁵¹ Liberalismo: conjunto de ideias e doutrinas que visam assegurar a liberdade individual em uma sociedade, bem como oportunidades iguais para todos. “O liberalismo político considera a vontade individual como fundamento das relações sociais, defendendo, portanto, as liberdades individuais – liberdade de pensamento e de opinião, liberdade de culto etc – em relação ao poder do Estado, que deve ser limitado” (JAPIASSU e MARCONDES, 2008, p. 168).

⁵² Castellani (2007) afirma que grande número de iluministas eram maçons (Voltaire, Rousseau, D’Alambert, Condorcet, Diderot e outros) e que a data da queda da Bastilha (14 de julho de 1789) é comemorada ainda hoje pela Maçonaria “por significar a destruição das masmorras, a queda dos privilégios, a pulverização da tirania e o advento de melhores condições de vida, com mais liberdade” (p. 24).

Outra característica marcante é o nacionalismo⁵³: valoriza-se a prestação de serviços não apenas à Ordem e à humanidade, mas também à Pátria, embora se declare a “universalidade do espírito maçônico”. Esse aspecto também é salientado no compromisso prestado no ato de posse das autoridades maiores do Grande Oriente do Brasil, o Grão Mestre Geral e o Grão Mestre Geral Adjunto, que prometem, entre outras coisas: “apoiar os poderes públicos legitimamente constituídos dentro da verdadeira democracia e dos ideais difundidos por nossa Ordem, para melhor desenvolvimento de nossa Pátria e a felicidade geral do povo brasileiro” (GOB, s/d., p. 39). Além disso, são inelegíveis para os altos cargos do “Grande Oriente” (conforme o artigo 125, Inciso I – c, p. 64), os maçons que não forem brasileiros.

O artigo 134, por sua vez, fala dos símbolos privativos do Grande Oriente do Brasil: a bandeira, o hino, o selo e o timbre maçônicos. Torna obrigatória a presença da bandeira nacional em todas as sessões magnas realizadas na Federação, “devendo à sua entrada, ser entoado por todos o Hino Nacional Brasileiro e, à sua saída, o Hino à Bandeira” (GRANDE Oriente do Brasil, 2001, p.67)⁵⁴.

Outro detalhe: o artigo 140 fala do patrimônio do Grande Oriente, que “aplica todas suas receitas no país” (GRANDE Oriente do Brasil, 2001, p. 68).

Nacionalismo e Liberalismo: duas grandes colunas ideológicas das Revoluções Burguesas da Idade Moderna são mantidas vivas na tradição da Maçonaria brasileira.

Da mesma forma aponta-se a influência do Positivismo⁵⁵ ao se perceber a presença desses ideais no Ritual do Rito Escocês Antigo e Aceito. Assim, o rito de iniciação prevê a

⁵³ Nacionalismo: ideologia segundo a qual o indivíduo deve lealdade e devoção ao Estado nacional, entendido como um conjunto de pessoas unidas num mesmo território por tradições, língua, cultura, religião ou interesses comuns e com direito político à autodeterminação. Esse sentimento surgiu na Europa durante a segunda metade da Idade Média e foi assumido definitivamente por ocasião da Revolução Francesa, quando a burguesia revoltou-se contra a nobreza e o clero, proclamando que o poder não emana de Deus nem do soberano, mas do povo e da nação. No início do século XIX, o nacionalismo firmou-se como uma ideologia política que traduzia as aspirações do liberalismo. Japiassú e Marcondes (2008) definem nacionalismo como uma “doutrina política que atribui à nação um valor absoluto, considerando uma determinada nação como superior às outras [...]” (p. 197).

⁵⁴ O culto aos símbolos nacionais trai as raízes ideológicas liberais e positivistas. Assim, o Manual do Rito Escocês Antigo e Aceito apresenta as palavras a serem ditas como saudação e no momento da retirada do pavilhão nacional: “Bandeira do Brasil / que acabas de assistir aos nossos trabalhos / inspira-nos sempre, com a tua divisa Ordem e Progresso, fonte asseguradora da fraternidade e da evolução / ideais supremos da humanidade na marcha infinita através dos séculos. / E recebe, / dos Obreiros, aqui reunidos, o compromisso de fidelidade maçônica, / no serviço dos supremos interesses do grande País, / de que és Símbolo Augusto, / pleno de generosidade e de nobreza” (GOB, 1998, p.124).

⁵⁵ Positivismo: conjunto de doutrinas de Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês. Propõe uma orientação cientificista ao pensamento filosófico, atribuindo à ciência o progresso do conhecimento. Teve grande repercussão no Brasil, inspirando, inclusive, o lema da bandeira nacional: “Ordem e Progresso”. Japiassú e Marcondes (2008) observam que “o termo ‘positivismo’ designa várias doutrinas filosóficas do séc. XIX [...] que se caracterizam pela valorização de um método empirista e quantitativo, pela defesa da experiência sensível como fonte principal do conhecimento [...]” (p. 222).

seguinte fala: “[...] O progresso é a vida geral da humanidade, é o seu avançar coletivo. Ela encontra delongas e obstáculos, tem as suas estações e as noites, mas sabe vencer todos os tropeços e tem o seu despertar” (Grande Oriente do Brasil, 1998, p. 91). Como afirmam Morel e Souza (2008), “o pensamento maçônico, que nasceu no contexto do Iluminismo, mostra-se herdeiro da crença no progresso”⁵⁶ (p. 46).

É interessante notar que, conforme Castellani (2007), “como havia sido, em grande parte, sob o patrocínio do positivismo que se fizera a preparação teórica da implantação da República, os principais cargos da administração pública, nos primeiros anos do novo regime, foram ocupados por positivistas” (p. 104).

⁵⁶ A crença no progresso não se restringiu, é claro, às instituições maçônicas. Falando sobre a questão da legislação educacional, Miguel (s/d) faz uma observação interessante: “As leis impregnadas pelo formalismo literal que caracteriza a percepção da educação como mola propulsora do progresso, expressão presente já nos discursos do final do Império, traduzem não somente a diferença de educação entre as classes sociais, mas também a influência de pensadores europeus sobre os nossos legisladores” (MIGUEL, s/d, p. 9).

2.3. A Maçonaria no Brasil

A história brasileira também evidencia a participação dos maçons em sua trajetória e aqueles que obtiveram maior destaque são, de certa forma, cultuados pela Ordem. Assim, grande número de estadistas, políticos e “heróis” nacionais são identificados como maçons. Morel e Souza (2008) citam Tiradentes, Frei Caneca, Bento Gonçalves, José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Pedro I⁵⁷, Ruy Barbosa, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Deodoro da Fonseca, entre outras figuras menos conhecidas.

É importante observar que as Lojas Maçônicas funcionaram como locais apropriados aos debates e à circulação de ideias desde o século XIX.

Além da proteção fornecida pelo segredo e pela defesa da liberdade de consciência, o que permitia debates mais acalorados, a maçonaria apresentava-se também como uma instituição cosmopolita. Presente em vários países, ela formava em certos casos, dentro dos limites da época, redes de comunicação que favoreciam a circulação e a troca de informações de maneira mais rápida e segura (o que era muito importante em tempos sem internet e televisão!) (MOREL; SOUZA, 2008, p. 45-6).

A Maçonaria só tem a sua existência comprovada no Brasil com o funcionamento regular de lojas, no início do século XIX. Castellani (2007) afirma que a loja mais antiga é a “Reunião”⁵⁸, fundada em 1801, no Rio de Janeiro, embora existam indícios de lojas mais antigas na Bahia⁵⁹. Buarque de Holanda et al (1976), por sua vez, informam que há

⁵⁷ Há um trecho interessante de uma carta enviada por D. Pedro a seu pai, D. João VI, com data de 15 de julho de 1824, na qual ele diz: “Eu, meu pai, entrei para maçom; sei que os fidalgos em 1806 convidaram os maçons e que eles não quiseram entrar, e por isso o desgraçado Gomes Freire foi enforcado por ser Constitucional, querendo eles que V. Majestade continuasse a ser rei. Não houve quem dissesse a V. Majestade que era preciso uma Constituição (eu então era pequeno). Em vingança a Gomes Freire rebentou a revolução do Porto em 24 de agosto de 1820 e, pela mesma razão, os maçons que estavam na Corte, tanto bateram os Fidalgos que eles aguentaram calados, até que, pilhando-os agora debaixo, atribuem tudo que fazem aos pedreiros-livres, porque sabem com que horror os portugueses olham para uma tão filantrópica instituição” (apud Morel e Souza, 2008, p. 102). Segundo Buarque de Holanda et al (1976): “D. Pedro I torna-se maçom, não tanto porque faça seus os ideais maçônicos, mas porque à Maçonaria interessa fazê-lo maçom” (p. 193).

⁵⁸ Esse dado é referendado por Buarque de Holanda et al (1976), que acrescentam que ela era filiada ao Grande Oriente da França. Segundo esses historiadores, em 1802 surgiu, desta vez na Bahia, a Loja “Virtude e Razão”, também segundo o rito francês. Embora a Maçonaria portuguesa tivesse tentado cooptá-las, não obteve sucesso devido ao clima antiluzitano que o movimento pela independência trazia em seu bojo.

⁵⁹ A historiadora Anita Novinsky (1996) afirma: “O Brasil, assim como Lima, no Peru, foi um dos focos principais de pedreiros-livres durante todo o século XVIII, e pode-se dizer que juntamente com os cristãos-novos e jesuítas contribuíram para minar os impérios espanhol e lusitano na América. Uma denúncia enviada da Bahia para o Santo Ofício em Lisboa, pelo comissário da Inquisição João Lobato, revela 400 pedreiros-livres em Salvador, em 1803” (p. 49).

“diferentes notícias a respeito de sua presença desde 1788⁶⁰, mas não se conhece documento que a confirme” (p. 197). De qualquer forma, logo se inicia a perseguição aos maçons. Em 1818 um alvará régio proibiu o funcionamento de lojas maçônicas no Brasil, encerrando assim as atividades de várias delas, quando muitos maçons foram presos e condenados à morte⁶¹.

Capistrano de Abreu (1954, p. 330-331) considera que, em fins do século XVIII, os pedreiros livres no Brasil existiam em pequeno número e afirma que eles eram formados por intelectuais do clero ou do laicato. Segundo o autor, os maçons eram:

[...] oficiais portugueses e brasileiros viajados no estrangeiro, e não se reuniam ainda em lojas. A população, que aliás não podia conhecê-los, pois ninguém se animava a apregoar-se como tal, votava-lhes um terror louco; circulavam notícias pavorosas de suas abominações sacrílegas, entre elas a de se apazerem em apunhalar crucifixos. Apesar de sua exigüidade ou por causa desta, dispunham de certa influência e conseguiram dar escapula ao inglês Thomas Lindley, preso na Bahia por contrabandista.

Segundo o sítio do Grande Oriente do Brasil na Internet, a Maçonaria de fato já existia no Brasil no século XVIII. Segundo essa fonte:

Embora tenha a Maçonaria brasileira, se iniciado em 1797 com a Loja Cavaleiros da Luz, criada na povoação da Barra, em Salvador, Bahia, e ainda com a Loja União, em 1800, sucedida pela Loja Reunião em 1802, no Rio de Janeiro, só em 1822, quando a campanha pela independência do Brasil se tornava mais intensa, é que iria ser criada sua primeira Obediência, com Jurisdição nacional, exatamente com a incumbência de levar a cabo o processo de emancipação política do país. (GOB Disponível em: <http://www2.gob.org.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?2,9,95,O,P,0,MNU;E;13;3;MNU>)

⁶⁰ Os mesmos autores notam que em 1797 foi criada na Bahia, na povoação da Barra, a “Sociedade dos Cavaleiros da Luz”, cujo caráter maçônico é admitido por historiadores, embora não se possa prová-lo documentalmente.

⁶¹ Buarque de Holanda et al (1976) consideram que D. João estava aterrorizado ante o perigo que as sociedades secretas representavam ao seu poder de monarca absoluto. Teria realmente razão para isso, considerando os argumentos dos autores citados, segundo os quais a Maçonaria liderou ou esteve presente em praticamente todos os movimentos de luta pela independência ocorridos no Brasil, na América e na Europa. Entre aqueles citados pelos autores estão: Inconfidência Mineira, Conjuração Fluminense de 1794, Sedição dos Alfaiates, Movimentos Pernambucanos de 1801 e 1817 e Revolução Constitucionalista em Portugal.

Em 1822, portanto, as lojas maçônicas brasileiras se reuniram no Grande Oriente do Brasil, o GOB, do qual José Bonifácio de Andrada e Silva foi o primeiro Grão-Mestre.

Quanto à independência do Brasil, muitos maçons lutaram por ela, mas essa não foi uma causa abraçada pela instituição como um todo⁶². Há inclusive registro de ações contrárias aos ideais da própria Maçonaria, como quando D. Pedro I interditou o funcionamento das lojas. Mas, por seus ideais libertadores, a Ordem de fato influenciou o movimento de independência brasileiro. Buarque de Holanda et al (1976) consideram que, embora os maçons não se configurem em uma classe social, o grupo “vêm a compreender a situação de alienação em que vivem, apercebendo-se, enfim, da realidade sócio-política e da sua condição de colonos” (p. 198). Essa consciência promovida pela vivência dentro da sociedade secreta teria então propiciado as condições ideológicas e organizacionais necessárias à implementação do movimento pela independência brasileira em relação à Portugal.

Outro movimento importante da história brasileira foi a abolição da escravatura, movimento ao qual se integraram vários maçons. Mas, a maioria tomou uma posição não propriamente abolicionista, mas sim emancipacionista, ou seja, eram pela extinção gradual, lenta e preparada da escravidão, com utilização de meios legais que previam a indenização dos proprietários e a compra da liberdade dos escravos. Não havia unidade de pensamento. Como sempre havia sido, a Maçonaria estava dividida e existiam maçons que defendiam inclusive a manutenção da escravidão. Essa divisão interna é coerente com os ideais de liberdade de pensamento e expressão defendidos pela Ordem que, de certa maneira, atuou como espaço importante da luta pelo fim da escravidão no país.

A professora Carmem Moraes, entretanto, vê essa atuação da Ordem de uma maneira um pouco diferente. Ela acredita que as lojas foram usadas pelos grupos de liderança política como mais um espaço para a luta por seus ideais ou interesses. Assim, apesar de reconhecer as limitações à atuação da organização como uma unidade, Moraes (1998) afirma que no século XIX ela foi “um verdadeiro partido político na clandestinidade”.

Introduzida no Brasil no século XVIII pelos jovens colonos, filhos dos donos de terras e de escravos, que iam “ilustrar-se” nas universidades europeias – principalmente na França e em Portugal – a maçonaria brasileira, difusora das ideias iluministas, dos ideais liberais e emancipadores, assumiu grande

⁶² Não é possível dizer simplesmente que a Independência brasileira foi obra da maçonaria ou dos ideais maçônicos, até porque não havia uma ideologia maçônica definida. Mas é inegável que as maçonarias foram um espaço privilegiado de articulação e mobilização que, ao lado de outras instâncias (administrativas, econômicas, políticas, militares, culturais) e numa conjuntura complexa, envolvendo áreas geográficas extensas, forças sociais e sujeitos históricos diversificados, tiveram papel importante na efetivação da Independência do Brasil de Portugal (Morel e Souza, 2008, p. 97).

importância política na primeira metade do século XIX, sobretudo no processo de emancipação e formação do Império Nacional (MORAES, 1998, p. 5).

A educação era vista (e talvez, de certa forma, ainda o seja) como o meio maior de formar cidadãos libertos da ignorância e das superstições. Esse culto ao saber, à razão e à ciência marcou profundamente as ações das lojas e muitas delas mantiveram escolas e bibliotecas. Moraes (1998), acima citada, analisou algumas delas, nas quais constatou aspectos inovadores para a época, tais como a matrícula de mulheres, escravos e trabalhadores em geral⁶³, aos quais eram oferecidas aulas no período noturno. O ideal de educação para todos alimentado pela Ordem abrangia, portanto, as camadas pobres, mas não esquecia as elites e no século XIX foram fundadas escolas para essa clientela.

Os esforços desses homens também estarão reunidos para promover a educação das elites diretoras e dirigentes do Estado republicano: a organização de novas modalidades de ensino secundário (o *ginásio*). A importância desse ramo de ensino era tal que tanto o governo do Império como os particulares reivindicavam o seu controle (MORAES, 1998, p. 23).

No século XIX, a Maçonaria também esteve presente na queda da monarquia brasileira e na proclamação da república. Muitas lojas acabaram se tornando “clubes” republicanos. O maçom Marechal Deodoro da Fonseca⁶⁴ não só liderou o golpe que inaugurou a república no Brasil, como também organizou um ministério constituído só por maçons. É interessante observar ainda que dos doze presidentes que o Brasil teve durante a República Velha, oito deles eram pedreiros-livres. No Estado de São Paulo essa influência também se fez sentir e, dos dezessete governadores nesse período, treze deles pertenceram à Maçonaria⁶⁵.

⁶³ É o caso da “Sociedade Propagadora da Instrução Popular”, organizada em 1873 pela Loja Maçônica América, em São Paulo que, dez anos depois, fundou o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. A autora afirma que os cursos eram gratuitos e os alunos recebiam também material escolar e assistência médica.

⁶⁴ Importante é notar que, coincidentemente, a Maçonaria brasileira, já a partir do último quartel do Século XIX, era formada, em sua maioria, por homens oriundos da classe média, tornando-se cada vez mais raros, nela, os membros da aristocracia e das oligarquias agrícolas. Não é estranhável, portanto, o fato de haver, na época, um grande contingente de militares [...] (Castellani, 2007, p. 100). A classe média assumiria a partir de então, uma posição cada vez mais ativa na história brasileira, bem como na própria Ordem Maçônica.

⁶⁵ Dados oferecidos por Morel e Souza, 2008, p. 181. Esses autores citam entre os presidentes maçons, os seguintes: Deodoro da Fonseca, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz e Washington Luiz. Quanto aos governadores do Estado de São Paulo, os autores não citam nomes.

Basbaum (1976) observa que nesse momento histórico a Maçonaria era o reduto buscado pelos livre-pensadores, pelos membros das classes médias que buscavam outro caminho que não fosse aquele oferecido então pela Igreja Católica.

Com a lenta formação e crescimento das classes médias, isto é, com a evolução dos meios de produção, e, conseqüentemente, o nascimento de novas formas de relações sociais, novas doutrinas se iam tornando necessárias, como reação a um ambiente e a uma doutrina que servia exclusivamente ao senhor de escravos. Todas aquelas doutrinas que se opunham às concepções filosóficas da Igreja, ainda que superficialmente, eram pelo menos um caminho de libertação. Daí o interesse com que as classes médias, principalmente, como era natural, as camadas letradas, encaravam a maçonaria [...] (BASBAUM, 1976, p. 198-199).

Esse papel influente da Maçonaria na política brasileira e latino-americana foi objeto de reflexão por parte do filósofo italiano Gramsci que, escrevendo em 1930, afirmou que aqui estava em andamento:

[...] uma situação na qual o elemento laico e burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação dos interesses e da influência clerical e militarista à política laica do Estado moderno. Ocorre assim que, por oposição ao jesuitismo, tenham ainda grande influência a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a “Igreja positivista” (GRAMSCI, 2006, p. 31).

Na verdade, naquele momento histórico o Brasil estava vivendo uma “virada”, que causaria a transformação dessa realidade. O “elemento laico e burguês”, referido por Gramsci, lutava para assumir o poder e o Golpe de 1930 poria fim à República Velha e, portanto, também ao ciclo de presidentes maçons. A Maçonaria se enfraqueceria a partir de então. Enquanto o mundo se dividia entre regimes de esquerda e de direita, a Ordem era escolhida como um dos “bodes expiatórios” de ambos os lados. O caráter fechado da instituição, bem como suas ideias progressistas e mal compreendidas pela maioria, empurraram-na a esse papel de inimiga tanto dos regimes fascistas, quanto dos comunistas. Na caça às bruxas que se seguiu, as lojas maçônicas foram declaradas ilegais, sendo pilhadas e seus membros, presos. No Brasil, o governo Vargas determinou o fechamento das lojas e o mito do complô maçônico volta com força. Gustavo Barroso foi um dos intelectuais que a acusavam. Conforme suas ideias: “o liberalismo e o socialismo, ideologias opostas, porém, filhas da modernidade, teriam nascido do judaísmo, aliado, ocultamente, à maçonaria” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 208).

Em 1938, o GOB foi declarado legal novamente. Vagarosamente as lojas foram sendo reinstaladas, sendo que as de São Paulo foram as últimas a serem reabertas, já na década de 1940.

Mesmo após terem sido reabertas, as lojas maçônicas permaneceram na mira da ditadura varguista, que em tudo as fiscalizava. O local e as datas das reuniões maçônicas tinham que ser informados aos delegados da Ordem Pública, assim como os nomes e os dados completos dos membros de cada loja. Na ocasião da abertura de uma nova loja, o mesmo procedimento deveria ser feito. Frequentemente puderam-se ver maçons e, particularmente, os veneráveis das lojas prestando depoimento nas delegacias e respondendo às acusações de que determinada loja estaria sendo procurada por partidários do comunismo ou estaria abrigando comunistas em seus templos (MOREL; SOUZA, 2008, p. 214).

A Maçonaria, após a queda do Estado Novo, era uma sobrevivente enfraquecida. Para recompor-se, tentou se abrir um pouco à sociedade, deixando que seus segredos fossem parcialmente vislumbrados. Em 1953 foi criado o Instituto Maçônico de Propaganda e Cultura para desfazer o ambiente de desconfiança, criado nas últimas décadas.

Nesse esforço de autopreservação, a Maçonaria transformou-se, após o golpe de Estado de 1964, durante o período de ditadura militar no Brasil, em uma instituição conservadora⁶⁶. Nesse mesmo ano de 1964, quando ocorre a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, a Igreja Católica e a Maçonaria unem-se para apoiar o movimento direitista, numa aliança inesperada, já que as duas instituições mantinham uma rixa histórica⁶⁷.

Três dias após o golpe de Estado, o GOB manifestou-se oficialmente “a propósito da revolução de 31 de março que neutralizou os perigos do comunismo e do caos” [...] Anunciava o grão-mestre da ordem que, graças às Forças Armadas, “gloriosas pelo seu destemor e desambição”, desapareceu “a contínua tensão emocional que angustiava o país, que, por sua vez, poderia assegurar a todos os cidadãos a plenitude de seus direitos e garantias constitucionais”.

Durante os primeiros anos de ditadura, a maçonaria fez várias declarações públicas reiterando que o regime de exceção era passageiro, e que, em breve, o país voltaria à normalidade.

⁶⁶ É sugestivo que o então coronel Golbery de Couto e Silva, principal ideólogo da Doutrina de Segurança Nacional e que seria um dos principais chefes políticos da ditadura, pertencesse à Ordem dos Pedreiros-Livres (Morel e Souza, 2008, p. 230).

⁶⁷ Ocorrida na segunda metade do século XIX, a Questão Religiosa, também chamada Episcopo-Maçônica, foi um reflexo no Brasil da confrontação que se verificava na Europa entre a Maçonaria e a Igreja Católica Apostólica Romana. Foi provocada pelos bispos D. Antônio de Macedo Costa e D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que lançaram penas espirituais contra algumas irmandades e ordens terceiras cuja direção estava entregue a maçons. Em 1874 esses bispos chegaram a ser julgados e presos, tendo sido anistiados mais tarde (Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/institucional/grandes-causas/a-questao-religiosa>>. Acesso em: 06/04/2010).

[...] Essa atitude colaboracionista da maçonaria foi fundamental para que a ordem passasse ilesa pelos anos de radicalização do regime militar (MOREL; SOUZA, 2008, p. 231-2).

Com a fuga do presidente João Goulart, assumiu o poder o Marechal Castello Branco e, como já foi dito anteriormente, foi emitido um Ato Institucional suspendendo os direitos e garantias constitucionais dos cidadãos brasileiros. Num mundo dividido em dois blocos de poder, o Brasil se alinhara ao Bloco Capitalista, liderado pelos EUA. Tal como ele, temia o fantasma do comunismo. A ditadura militar duraria 21 anos, durante os quais, a Maçonaria como instituição não foi molestada. Isso não impediu, entretanto, que muitos maçons, tidos como comunistas, fossem perseguidos. A justiça militar acabaria arquivando todas as denúncias, consideradas afinal como inconsistentes. Os ideais mais antigos dos pedreiros-livres, que pregavam a liberdade de pensamento e o debate livre das ideias não foram favorecidos por esse período e, de certa forma, foi uma época de regressão.

Portanto, não se pode afirmar que a Maçonaria enquanto instituição tenha tomado uma posição clara a favor desta ou daquela facção, seja de direita ou esquerda. Seus ideais de liberdade de pensamento predominaram e ela abrigou todas as tendências políticas. Durante o período de ditadura militar, esse momento difícil da história do país, havia maçons em ambos os lados. Retz (2009) observa que “[...] a Maçonaria, por pregar a liberdade de consciências, permitir e estimular o livre debate, além de ser um espaço privilegiado de discussão, acabou por se tornar uma espécie de escola de formação política” (RETZ, 2009, p. 33).

Em 1979, já no final do governo militar, durante o governo de João Batista de O. Figueiredo, a ordem uniu-se a outros segmentos sociais e apoiou o movimento pelas “Diretas Já”, bem como a luta pela anistia e pela redemocratização do país.

Encerrado o período da ditadura, o primeiro governo de um civil, José Sarney (1985-1990), foi marcado pela crise econômica e pela mais alta inflação vista pelos brasileiros: 84% ao mês. Em 1989 elegeu-se Collor de Melo (1990-1992), o primeiro civil eleito pelo voto direto da população que, ironicamente não chegou ao final de seu mandato, interrompido por acusações de corrupção. A Maçonaria participaria desse período turbulento apoiando os ideais democráticos, em conformidade com os novos ventos que sopravam na sociedade brasileira.

Segundo Hortal (1993, p. 39), muitos membros da cúpula política brasileira na década de 1990 eram maçons. Ele cita os ex-governadores Orestes Quércia (São Paulo), Newton Cardoso (Minas Gerais) e Amazonino Mendes (Amazonas). Isso, entretanto, não significa poder da Maçonaria como instituição, mas apenas que há maçons que ascenderam ao palco político brasileiro.

Após Collor, sucedem-se na presidência da república Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto isso, a Maçonaria seguiu seu caminho dentro da normalidade, atuando em campanhas de combate às drogas e ao trabalho infantil, bem como no apoio à abertura da economia brasileira. Nesse período, iniciado na década de 1980, ocorreu amplo desenvolvimento da instituição, com grande aumento do número de lojas em funcionamento. Modificou-se o perfil da ordem, que passou a ser uma instituição característica de pequenas cidades.

[...] se, originalmente, a atividade maçônica foi um fenômeno típico dos grandes centros urbanos, no final do século XX, ela tornou-se uma instituição característica das pequenas cidades. Nestas, a maçonaria permanece como tradicional veículo de inserção na elite local, reproduzindo práticas e valores típicos da transição entre o mundo antigo e o moderno (MOREL; SOUZA, 2008, p. 247).

Como parte desse panorama histórico, surgiu em 1964, em Ituverava, uma pequena cidade do interior paulista, a Loja Maçônica União Ituveravense.

2.4 A Loja Maçônica “União Ituveravense”

Fundada em 24 de junho de 1964 (dia de seu patrono, São João Batista) a Loja União Ituveravense segue o Rito Escocês Antigo e Aceito⁶⁸. De acordo com esse rito, o primeiro grau do Simbolismo Maçônico é o de Aprendiz, “consagrado à Fraternidade, tendo como objetivo principal a união de toda a humanidade” (GRANDE Oriente do Brasil, 1998, p.5).

Nessa mesma data foi criada a Sociedade Beneficente São João da Escócia, hoje chamada Associação Beneficente São João da Escócia. Barbosa (2009) informa que, não possuindo ainda um prédio próprio que pudesse abrigar o templo, as primeiras reuniões foram realizadas na praça central da cidade: a Praça Dez de Março. Depois passaram a reunir-se no consultório dentário de um deles. Só depois de alguns anos construíram seu próprio templo, na Rua Cap. João Evangelista de Lima, 404, onde permanece até a atualidade. A seguir, uma foto do interior desse templo.

⁶⁸ [...] a Maçonaria é praticada em diversos Ritos que em nada alteram a sua essência, constituindo princípios gerais diversamente desenvolvidos (GOB, 1998, p. 104).

Hortal (1993) explica: “São mais de setenta os ritos em que a Maçonaria trabalha, desde os mais simplificados, como o inglês de York, com apenas quatro graus, até os mais complicados, como o escocês antigo e aceito, com 33 graus [...] No Brasil, de 90 a 95% das lojas adotam o citado rito escocês” (p. 16).



Figura 10 – Interior do templo da Loja Maçônica “União Ituveravense”
Fonte: Silva (2009)

Segundo Barbosa (2009):

Destacaram-se entre fundadores, primeiros membros e os que iniciaram a Loja nos idos de 70, os senhores: João Mendes, Nobuo Sakemi, Alfeu Bucker, Geraldo Mendes, Durval Oliveira, Roberto Mirândola, César Mendonça, Celso Franchini, Dorival da Silva Pereira, Romeu Barbosa, José Antônio Jabur o “Dodô”, José Lúcio Teoro, José Mariani, Melanias Ribeiro, Felicíssimo Mendonça, João Laranja, Nassime e Gumercindo José o “Gugu”, Alexandre Miguel o “Bueno”, Assad Chaibub, Alberto de Lima, Alcino Galdiano, Luiz Amêndola, Benedito Russi, Jayr de Paula Ribeiro, dentre outros [...] (BARBOSA, 2009, p. 2).

Como se pode perceber, a listagem contempla apenas homens, o que se explica pelo fato de que trata-se de uma loja maçônica tradicional, na qual as mulheres não são admitidas.

Como todas as lojas maçônicas, a União Ituveravense também tem na filantropia o seu grande ideal. Essa vocação filantrópica concretizou-se na criação da Fundação Educacional de Ituverava (FEI), mantenedora de uma escola de Ensino Fundamental e Médio Colégio Nossa Senhora do Carmo (CNSC), da Faculdade Dr. Francisco Maeda (FAFRAM) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava (FFCL). Essas escolas

proporcionaram à cidade de Ituverava e região novas opções em educação, dando a muitos uma oportunidade única de prosseguimento dos estudos em nível superior⁶⁹.

Discorrendo sobre a tendência filantrópica da Maçonaria, Morel e Souza (2008, p.146) observam:

A filantropia, tocada pelo espírito das Luzes, era o movimento dos que podiam ajudar (os ativos) em direção aos percebidos como despossuídos (passivos). A filantropia, também identificada como beneficência, era uma forma de expansão da civilização ocidental e ao mesmo tempo um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela.

[...] A pedagogia tinha um terreno comum com a beneficência: levar as Luzes do saber para os que não possuísem, retomando, pela via da instrução, a incorporação de setores da população aos costumes, ideias e ao progresso civilizatório, bem como formação de mão de obra.

A causa da educação foi especificamente, desde a segunda metade do século XIX, uma bandeira de luta da Maçonaria no Brasil e transformou-se em seu mais significativo projeto político desde a República Velha. Essa causa era abraçada desde o Império em razão da necessidade da quebra do domínio do pensamento católico, sendo fortalecida no período republicano pelo sonho de universalização do ensino primário (nesse sentido, o GOB estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário para os filhos de maçons). Foi essa a opção da União Ituveravense.

Em conjunto com outros segmentos da sociedade, a Maçonaria lutou pelo ensino laico, universal e misto. Buscava-se uma formação mais diversificada e pragmática e era incentivado o ensino técnico industrial e agrícola para o aprimoramento da mão de obra nacional. Segundo Morel e Souza (2008), já no século XX, a Ordem apoiou as modernas teorias psicológicas e filosóficas, posicionando-se contra a doutrina católica conservadora.

Suprir as falhas do ensino público brasileiro consistiu, sem dúvida, em uma missão nobre, porém hercúlea para a maçonaria brasileira. [...] De tal modo que houve no período republicano, uma expansão significativa do número de escolas ligadas diretamente às lojas maçônicas (MOREL; SOUZA, 2008, p. 187).

⁶⁹ Em edição de 20/02/2010, o jornal *Tribuna de Ituverava* publicou reportagem sobre o assunto, destacando na primeira página: “Ituverava se torna polo educacional” (2010, p. 1). Nessa edição o jornal afirma: “A importância da Fundação Educacional de Ituverava extrapola os limites da região. Não se pode negar que ela projeta Ituverava como um polo de ensino. A instituição – cuja grande parte de alunos são oriundos de outras cidades gera um grande número de empregos, diretos e indiretos. Isso faz circular dinheiro e aquece o comércio” (2010, p.6).

É importante observar que a União Ituveravense, embora seja a mais antiga, não é a única loja maçônica do município. Esse fato evidencia uma influência mais ampla dos ideais maçônicos em Ituverava. Há ainda as seguintes lojas: Loja Maçônica Nova Luz, Loja Maçônica 16 de Julho e Loja Maçônica Arco-íris⁷⁰. Em reportagem de 27/02/2010, o jornal *O Progresso* noticiou a criação de uma entidade composta pelas quatro lojas maçônicas da cidade, denominada “Aliança da Arte Real”.

Em Ituverava há também um grupo da Ordem DeMolay, que tem o apoio das quatro lojas. A “Ordem Internacional DeMolay” é uma organização fraternal que congrega jovens do sexo masculino entre 13 e 21 anos, fundada na cidade de Kansas, Missouri, em 1919, por Frank Sherman Land. Os Capítulos DeMolay são patrocinados por Lojas Maçônicas, cujos membros fazem parte do seu Conselho Consultivo. Esses grupos celebram reuniões semanais, valendo-se de um ritual próprio para direcioná-las. Também possuem vocação filantrópica. Além disso, promovem atividades que incluem torneios, eventos sociais e cívicos. Segundo Baçan (2008, p.9), “seu nome vem de Jacques DeMolay, o último dos Cavaleiros Templários a ser executado pela Inquisição, em 18 de Março de 1314” . O jornal *O Progresso* noticiou em 27/02/2010 que o “Capítulo União Fraternal da Ordem DeMolay de Ituverava”, em 20/02 do mesmo ano, deu posse à nova diretoria⁷¹. O jornal *Tribuna de Ituverava* deu a mesma notícia, informando também que o “Capítulo União Fraternal” existe desde 1998 na cidade e conta em 2010 com mais de 30 membros.

Em 2007 esse grupo de lojas maçônicas patrocinou também a criação da Assembleia Flor de Lótus: uma organização iniciática para meninas, cujas origens remontam aos Estados Unidos de 1922, quando foi criada pelo maçom Marx Sexson. O jornal *O Progresso* em uma reportagem de 31/07/2009, informa que a organização “Assembleia Flor de Lótus nº 27 do Arco-íris”⁷² busca “a formação filosófica e o desenvolvimento do bom caráter para meninas de 11 a 20 anos de idade objetivando a formação de líderes para a construção de uma sociedade mais justa e beneficência a pessoas carentes, principalmente da sociedade ituveravense” (O Progresso, 2009, p. 10).

⁷⁰ Segundo o jornal *O Progresso*, os veneráveis mestres dessas três lojas aqui referidas são respectivamente: Humberto Sinhorini Chaibub, Geraldo Martins do Vale e Norival Mendonça de Freitas Mattos (27/02/2010, p. 15). Segundo Franchini apud Duarte (2009), a “Nova Luz” é filiada ao Grande Oriente Paulista (GOP), a “16 de Julho” à “Grandes Lojas” e a “Arco-íris”, bem como a “União Ituveravense”, são federadas ao GOB. A mesma reportagem identifica Ataíde de Sousa Júnior como o venerável da loja “União Ituveravense”.

⁷¹ O novo Mestre Conselheiro passou a ser então Ricardo Menezes, que substituiu Pedro Cesar Galassi Júnior.

⁷² Em 25/07/2009 tomou posse como ‘Ilustre Preceptora’ a jovem Maria Emília Ferreira da Silva, substituindo Taís Teixeira Chibini. Cerca de seis meses depois, o jornal *Tribuna de Ituverava* noticiou uma nova posse. Dessa vez, a Ilustre Preceptora empossada foi Bianca Neves, de 17 anos, líder do grupo composto por 34 membros (2010, p. 6).

Como já foi dito, a União Ituveravense é federada ao GOB. Em 21 de setembro de 2009 o Soberano Grão Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, Marcos José da Silva, autoridade maior da Maçonaria ligada ao GOB, visitou Ituverava e as escolas mantidas pela FEI, ocasião em que as quatro lojas se reuniram para homenageá-lo⁷³.

É interessante lembrar aqui as observações de Franchini apud Duarte (2009). Segundo ele, que se identifica como maçom grau 14, pertencente à Loja União Ituveravense há 35 anos, a presença da maçonaria na cidade de Ituverava extrapola as lojas propriamente ditas. Isso porque os maçons estariam presentes em muitas outras organizações sociais, tais como Lions Clube, Rotary Clube, Associação Comercial e Industrial de Ituverava, Unimed e OAB⁷⁴.

⁷³ Em entrevista ao jornal *O Progresso*, publicada em 26/09/2009, o Grão Mestre falou de projetos maçônicos em andamento no Brasil: “Maçonaria contra as drogas” e “Campanha Ficha Limpa na Política”. Perguntado sobre o significado de ser maçom, respondeu: “Primeiro é uma responsabilidade muito grande [...] porque maçom está cotidianamente sendo examinado, sendo criticado e observado por todos. Ele que se diz um homem puro, então ele tem que proceder desta forma, não é só ser, tem que demonstrar o que é e a todo momento estar dentro daquela filosofia maçônica e que nós temos estar a todo momento dentro daquela trilogia de liberdade, igualdade e fraternidade. (sic) E esta liberdade, tem que ser exercida com responsabilidade, a igualdade no respeito ao ser humano e a fraternidade só tem um jeito: é no amor, muito amor (*O Progresso*, 2009, p. 11).

⁷⁴ “... a maçonaria se destaca de forma absoluta em face de seu trabalho voltado à comunidade, considerando que seus membros apoiam, dirigem ou ainda, participam dos mais expressivos empreendimentos da cidade e região. Apenas alguns [...]: Fundação Educacional de Ituverava – criada e dirigida pela Loja Maçônica União Ituveravense [...], Lions Clube (abriga membros das 4 Lojas) – que patrocina o Abrigo dos Velhos; Rotary Clube (idem acima) – que patrocina a Guarda-Mirim e Creche N. S. do Carmo; APAE: patrocinada pela Loja Maçônica 16 de Julho; Associação Comercial e Industrial de Ituverava (a quase totalidade da diretoria é composta por maçons); Unimed (idem) OAB - Ordem dos Advogados. Podemos, ainda, afirmar que cerca de $\frac{3}{4}$ dos mais expressivos empreendimentos comerciais e industriais de Ituverava são de propriedade ou geridos por maçons” (Franchini apud DUARTE, 2009).

3. A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA

3.1. Ituverava: a cidade e a região

Estabelecida no nordeste do Estado de São Paulo, às margens do Rio do Carmo (antigamente chamado Ribeirão do Inferno, devido aos enxames de mosquitos que transmitiam a malária), o nome da cidade de Ituverava significa “salto brilhante” ou “salto belo” na língua tupi e refere-se à cachoeira desse mesmo rio.

O município, localizado a 410 km da capital do Estado de São Paulo⁷⁵, integra um forte centro econômico regional, polo agrícola do país. Fica em um entroncamento privilegiado entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, margeado por rodovias. O mapa a seguir evidencia essa realidade. Num raio de 50 km da cidade de Ituverava, a microrregião é composta pelos municípios de Aramina, Buritizal, Guaiá, Guará, Igarapava, Ipuã, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pedregulho, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira e São Joaquim da Barra. No total, esses municípios congregam uma população de cerca de 297.000 (duzentos e noventa e sete mil) habitantes.

⁷⁵ A cidade de Ituverava está a 100 km de Ribeirão Preto - SP, a 70 km de Franca – SP, a 80 km de Barretos – SP, a 78 km de Uberaba – MG e a 580 km de Brasília – DF.

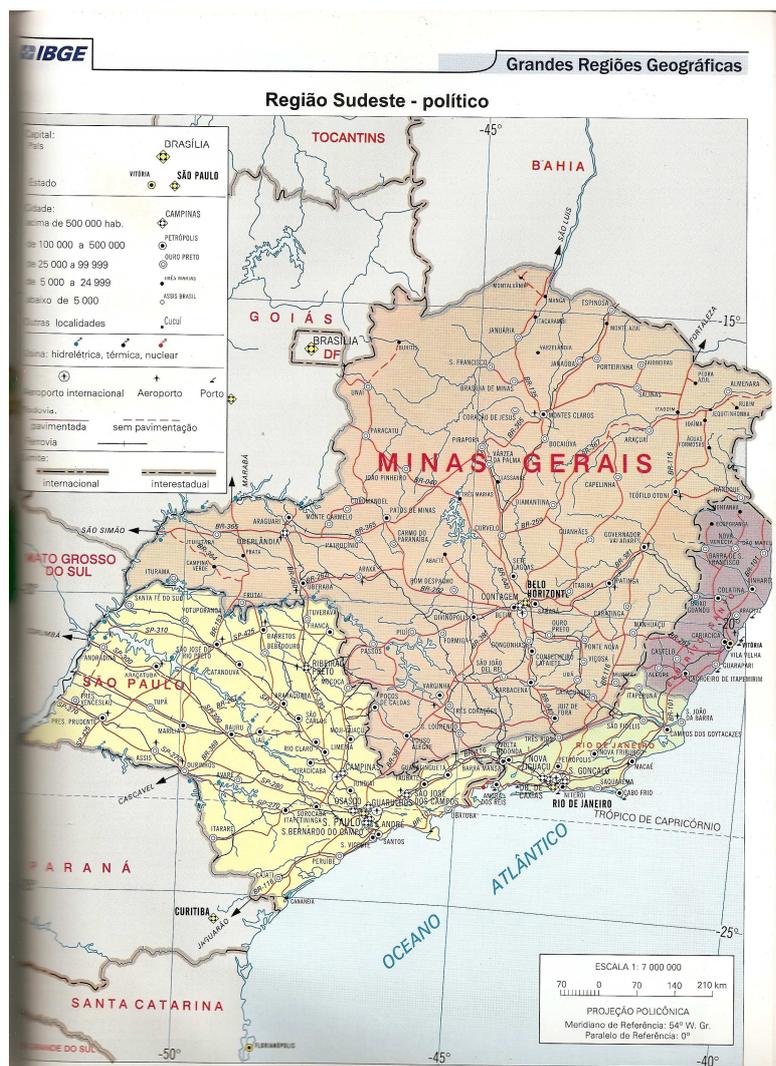


Figura 11 - Mapa do Estado de São Paulo, onde está localizada a cidade de Ituverava

Segundo informa a Prefeitura Municipal da cidade, o censo populacional de 2000 contabilizou 36.268 habitantes e IDH-M⁷⁶ de 0,789. O IBGE estimou em 40.485 habitantes a sua população no ano de 2008. Em 2009, essa estimativa subiu para 40.882 habitantes.

Pereira e Barrachi (2007) informam que o município possui uma área de 727 km², situando-se a 631 m de altitude, no Planalto Ocidental Paulista, sudeste do Brasil. A área geográfica caracteriza-se pelo relevo de “cuestas”, pertencente à Bacia Sedimentar do Rio Paraná.

Registram ainda outras características da região:

⁷⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice varia de 0 a 1.

O clima é tropical, com duas estações bem definidas: o verão quente e chuvoso (outubro a março ou abril) e o inverno mais ameno e seco (de 5 a 7 meses).

O clima e o solo deram origem a uma vegetação nativa em nosso município, que era constituída de “mata” no solo de terra roxa, “cerradão” (maioria) e “cerrado” no solo derivado do arenito Bauru e a “mata-galeria” que surge acompanhando os cursos d’água. Hoje essa vegetação já está praticamente extinta pela prática agrícola, aparecendo apenas em pequenas e raras manchas, para comprovar uma situação anterior.

[...]

Nosso “cartão postal” e principal ponto turístico da cidade é a Cachoeira Salto Belo. O Rio do Carmo, ao atravessar um relevo de planalto e transpor o afloramento de basalto, faz surgir uma queda d’água de 5 metros de altura. O Rio do Carmo nasce num planalto a mais de 900 m de altitude [...].

Percorre quase 100 km, até sua foz no Rio Grande [...].

Sua finalidade maior é abastecer Ituverava de água, por isso é um rio muito importante para a comunidade, mas vem sofrendo agressões, como o desmatamento de suas margens e outras consequências da agricultura (PEREIRA; BARRACHI, 1997, p. 14).

Como já foi observado anteriormente, a economia é predominantemente agrícola, baseando-se no cultivo de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Apresenta também certa força nos setores de comércio e serviços, destacando-se neste último, as áreas de educação e saúde⁷⁷.

São poucas as referências históricas aos indígenas que originalmente habitaram a região, mas as que existem indicam a presença de tupis-guaranis e caiapós, que provavelmente fugiram ou foram exterminados pelos colonizadores. Deixaram, entretanto, descendentes, que podem ser vislumbrados nas ruas das cidades da região: pessoas cujas feições evidenciam traços indígenas.

As origens da cidade estão ligadas à entrada dos bandeirantes pelo sertão brasileiro, em busca do ouro nas Gerais. Eles passavam pela região, que inicialmente seria um “pouso” para os viajantes. A partir do século XVIII, quando Bartolomeu Bueno da Silva descobriu ouro em Goiás, o “Caminho de Goiás” ou “Caminho do Anhanguera” passou a ter um trânsito intenso. Hoje existe a Rodovia Anhanguera, que une a cidade a polos econômicos mais intensos, como Ribeirão Preto, Campinas e a própria capital do Estado. Essa mesma rodovia liga a cidade ao Estado de Minas Gerais, aproximando-a de outros polos econômicos importantes como Uberaba e Uberlândia.

⁷⁷ O jornal *A Tribuna de Ituverava* (2010) informou na edição de 05 de junho de 2010 que o município registrou superávit orçamentário no 1º quadrimestre do ano. Em audiência pública para prestação de contas à população, a Prefeitura informou que a receita foi maior que a despesa e que a arrecadação aumentou 29,3% em relação ao ano de 2009 (p. 3).

A criação de gado e a agricultura sempre foram as bases econômicas de Ituverava. Os primeiros colonizadores europeus a se fixarem na região dedicaram-se à pecuária, que ainda se mostra presente. A terra roxa, por sua vez, favoreceu a agricultura, incluindo-a na “onda verde” do café. Sua história, porém, registra a prática de outras lavouras, tais como a do arroz, do feijão e do milho. Na época em que a FE foi criada, as culturas predominantes eram as da soja e as do algodão. Atualmente, obedecendo à tendência regional, a cana-de-açúcar é a cultura mais presente.

Pereira (2003), analisando a agricultura do município em sua perspectiva histórica, propõe quatro períodos: o primeiro, o período de agricultura de subsistência (entre séculos XVIII e XIX); o segundo, o período do café (final do século XIX e início do século XX); o terceiro período, iniciado com a crise econômica mundial em 1929 e alcançando o final do século XX, foi marcado pela policultura, com lavouras de arroz, milho, algodão e soja, principalmente. A partir de então a cana-de-açúcar ganha cada vez mais espaço e inicia-se, segundo a geógrafa, o quarto período da agricultura em Ituverava, marcado também pela criação da Faculdade de Agronomia, que se constituiu como “um centro de produção e divulgação tecnológica” (PEREIRA, 2003, p. 152).

Segundo José Geraldo Evangelista (1999), o fundador da cidade foi o Alferes João Alves de Figueiredo, que solicitou a autorização para a construção da primeira capela em honra a Nossa Senhora do Carmo⁷⁸ em 1818: “um pouso e um centro religioso, que pouco a pouco, ia sendo também um centro de comércio, eis a Capela do Carmo, logo depois da fundação, por volta de 1820” (EVANGELISTA, 1999, p. 133).

Em 1847, o antigo arraial transformou-se no “Distrito de Paz de Nossa Senhora do Carmo da Franca do Imperador” e, em 1885, tornou-se um município, então denominado “Carmo da Franca”. Só em 1899 recebeu o nome atual: Ituverava.

A primeira escola funcionou apenas em 1845, enquanto o primeiro Grupo Escolar, mantido pelo governo estadual, surgiu em 1914⁷⁹. Essas escolas indicam melhoria no padrão

⁷⁸ O culto a Nossa Senhora do Carmo foi introduzido no Brasil pelos carmelitas, que chegaram ao país em 1586. Segundo a tradição, Maria, mãe de Jesus, recebeu esse título após ter aparecido no Monte Carmelo (atual Estado de Israel) a um monge, Simão Stock, e lhe entregue o escapulário. Existem no Brasil 106 paróquias católicas dedicadas à Virgem do Carmo. Ituverava teve seu marco de fundação ligado ao culto à santa, quando sua primeira capela foi fundada em 16 de julho. Essa data, dedicada a ela, é atualmente feriado municipal em Ituverava, quando são feitas grandes comemorações na cidade (Fonte: Tribuna de Ituverava, 16 jul. 2009, p. 10).

⁷⁹ Retratando a região onde está inserida a cidade de Ituverava, Souza (1998) informa que o primeiro grupo escolar de Ribeirão Preto foi instalado em 01/07/1895 e, em Franca, isso aconteceu em 03/05/1905. A autora afirma:

“Observando a distribuição regional da criação dos primeiros grupos escolares nota-se que ela acompanhou, de certa forma, o caminho percorrido pelo café.

sociocultural da cidade. É preciso lembrar que nessa época (mais especificamente, em 1920) a média de alfabetização da população brasileira era de 24,5%, segundo dados pesquisados por Fausto et al (1977). No Estado de São Paulo, no mesmo ano, a média era inferior a 30%. (p. 108). Essa situação perdurou e outro historiador nos informa que em 1930 “nosso país figurava nas estatísticas, em matéria de alfabetização entre os mais atrasados do mundo [...] com 75% de analfabetos” (BASBAUM, 1976, p. 194).

O historiador ituveravense Moacir França (1997, p. 38) registrou depoimentos de antigos moradores da cidade. É interessante lembrar aqui o relato de José Ribeiro de Mattos, nascido no ano 1900:

Lembro-me de Ituverava como um arraial [...]

Quando eu era criança e morava na fazenda, não havia escola por perto. Meu pai pagava um professor particular para ensinar os filhos; era o prof. Antônio Vieira, que também deu aulas para muitas outras crianças de fazendas vizinhas.

No intervalo das aulas, íamos capinar ou fazer qualquer outro serviço que fosse preciso na roça.

Essa era a realidade das crianças nascidas no meio rural em inícios do século XX. Sobre a criação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo, Souza (1998) observa:

[...] a educação das crianças não pode ser vista como um fato menor na produção e transformação das cidades na transição do século XIX para o século XX. Ao contrário, as escolas primárias desempenharam na vida urbana um importante papel social e cultural (p. 116).

Atualmente o setor da educação em Ituverava apresenta uma boa estrutura de funcionamento. Em reportagem do jornal *Tribuna de Ituverava*, a secretária Maria Sara Abdalla Martins informou dados da Secretaria Municipal de Educação de Ituverava. São 4.839 estudantes matriculados no ensino fundamental regular, 1.420 na educação infantil e 43 alunos de Educação Especial, atendidos por 441 professores. Portanto, segundo os dados apresentados pelo jornal na edição de 06/02/2010, a rede municipal atende em 2010 a 6.302 alunos.

[...] No rastro do café vieram as ferrovias, ligando regiões, encurtando caminhos, aproximando os homens, fazendo circular com rapidez as mercadorias e imprimindo maior velocidade à vida.

[...] Ainda na década de 1870, surge a Cia. Estrada de Ferro Mogiana. Em 1883, ela chegou a Ribeirão Preto, em 1877, a Franca.

[...] Ribeirão Preto possuía cerca de 60.000 habitantes no início do século XX. Menos de um terço vivia na zona urbana, dos quais nove décimos eram italianos (p. 93-6).

O Censo Escolar de 2009, publicado pelo INEP, contabilizou um total de 7.588 estudantes no município⁸⁰ em todas as redes de ensino: municipal, estadual e privada. Esse resultado levou em conta as crianças que frequentam creches e pré-escola, bem como os alunos do Ensino Fundamental e Médio (tanto o ensino regular, quanto aqueles matriculados no Ensino de Jovens e Adultos – EJA. Portanto, os alunos dos cursos superiores oferecidos na cidade ficaram de fora desse cálculo.

Com poucos escravos, a lei Áurea em 1888 não parece ter provocado reações locais⁸¹, o mesmo acontecendo com a Proclamação da República. Tratava-se de um lugar simples, com gente simples que lutava pela sobrevivência, permanecendo distante geográfica e ideologicamente dos grandes movimentos nacionais. Mesmo a riqueza do café não deixou grandes marcas na região: não foram construídos palacetes, nem se tem notícia de festas particulares suntuosas. Talvez essa riqueza tenha sido escoada para os centros maiores, como Franca e Ribeirão Preto.

Atualmente, pouco resta de sua arquitetura inicial. Praticamente há apenas o museu e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1820.



Figura 12 - Igreja Nossa Senhora do Rosário – Ituverava – SP
Fonte: www.feituverava.com.br

De qualquer forma, a vida continuava: em 1907 foi instalado o serviço telefônico e em 1908, a rede de água encanada. Desde 1896 havia iluminação pública com o uso de

⁸⁰ Os dados do Censo Escolar 2009 apontam 1.362 crianças frequentando creches e pré-escolas; 4.737 alunos no Ensino Fundamental e 1.140 no Ensino Médio; além de 349 no EJA.

⁸¹ Segundo Pereira e Barrachi (1997): Os trabalhadores escravos não foram uma imensa maioria, como mostram os recenseamentos de 1835, 1886 e 1887, no entanto foi importantíssima sua contribuição e mesmo coexistindo com os trabalhadores imigrantes livres, sua mão-de-obra e cultura impregnaram traços essenciais em nossa sociedade.

Foram eles que construíram a “Igreja Nossa Senhora do Rosário”, dos homens pretos do Carmo da Franca do Imperador, em 1820 e que também a frequentavam, conforme livro de apontamento da Diocese de Franca (p. 9).

lâmpadas e em 1909, foi instalada a iluminação elétrica. Mas a grande conquista foi a Estrada de Ferro, instalada pela Companhia Mogiana em 1903.

É nesse quadro de lutas que, no início do século XX, chegaram os primeiros imigrantes: italianos, sírios, libaneses e japoneses, que modificaram a face da cidade, não só pela miscigenação e contribuições culturais, mas também pela intensificação do comércio e pelo surgimento das primeiras indústrias. Segundo Pereira e Barrachi (1997), os japoneses chegaram a partir de 1918, enquanto os sírios e libaneses, a partir de 1900. Esses últimos configuraram-se em imigrantes urbanos, intensificando as atividades comerciais e construindo na cidade, em 1930, a Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Nossa Senhora da Anunciação.

Uma cidade interiorana, com clima tropical, raízes sertanejas, população étnica e culturalmente diversificada: é onde surgiu a Loja Maçônica “União Ituveravense”, responsável pela criação e manutenção da Fundação Educacional de Ituverava.

3.2. Histórico e estrutura de funcionamento da Fundação Educacional de Ituverava

Como citado anteriormente, a causa da educação foi, especificamente, desde a segunda metade do século XIX, uma bandeira de luta da Maçonaria no Brasil. Por esta razão, será apresentada a seguir a história da Fundação Educacional de Ituverava. A data de sua criação está registrada na primeira Ata de reunião do Conselho de Curadores: 25 de janeiro de 1971.

E o que se pode entender por uma “fundação”? Silva (2001) a define como:

Instituição que se forma ou se funda pela constituição de um patrimônio ou complexo de obras, para servir a certo fim de utilidade pública, ou em benefício da coletividade.

E assim, se caracteriza a fundação, além dos fins pios ou de benemerência tidos como objetivo principal, pelo fato de ocorrer, com a sua instituição, uma personalidade patrimonial, em virtude da qual os bens convertidos para seu estabelecimento, autonomizados, passam a ter configuração jurídica toda própria, independente dos indivíduos ou das pessoas físicas, que possam intervir nela.

[...]

As fundações são regidas por Estatutos, que se elaboram segundo regras legais e se encontram sujeitos à aprovação do órgão do Ministério Público. E ficarão, permanentemente, sob fiscalização desse órgão (SILVA, 2001, p. 373).

Portanto, no sentido acima apontado, sendo uma fundação de direito privado não instituída e não mantida pelo Poder Público, a Fundação Educacional da Ituverava é fiscalizada pelo Ministério Público de Ituverava - SP quanto a seus atos constitutivos, modificativos e extintivos e, ainda, quanto ao julgamento de suas contas.

O Estatuto Social em vigor⁸² a define como “constituída com fins culturais e educacionais” e, de fato, o artigo 3º desse estatuto trás objetivos marcados por essa linha, entre os quais se pode destacar: “organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino de qualquer natureza”, colaborar na “erradicação do analfabetismo”, “promover pesquisas técnico-científicas” e “promover cursos de pós-graduação, especialização e extensão universitária; simpósios e conferências”, além de “promover Assistência Social, Educacional e de Saúde” (p. 2-3).

⁸² O Estatuto foi alterado para adequação ao novo Código Civil brasileiro, por orientação da Promotora de Justiça, Dra. Débora Anderson, passando a vigorar quando de sua aprovação, em 10/12/2008.

A Fundação Educacional de Ituverava é “pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial; prazo de duração indeterminado...” (p.1). Está registrada no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Entretanto, sua homologação nesse órgão, como entidade filantrópica, ainda permanece pendente de liberação, o que a impede de obter os benefícios fiscais previstos em lei.

Ela é composta por órgãos, a cujos membros são vedadas (segundo os artigos 4º e 42º), quaisquer tipos de remuneração inerentes ao exercício do cargo. São eles:

a) Colégio Eleitoral, que se destina especificamente à eleição do Conselho de Curadores⁸³.

b) Conselho de Curadores, que tem plenos poderes de gestão, configurando-se assim no principal órgão da administração, cujos presidente e vice-presidente também assumem esses cargos em relação à Fundação propriamente dita.

c) Diretoria Executiva, constituída por sete membros, eleitos em escrutínio secreto pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos.

d) Conselho Fiscal, cuja função é analisar e apresentar parecer conclusivo sobre as demonstrações financeiras e contábeis da Fundação⁸⁴.

e) Conselho Técnico, órgão consultivo, que opina de forma técnica em assuntos como contratação de docentes e normas de funcionamento das escolas.

O Conselho de Curadores é composto por 27 conselheiros, sendo 15 efetivos e 12 suplentes, eleitos em escrutínio secreto, com mandato de quatro anos. O mandato do Conselho atual vai de 15/01/2009 a 14/01/2013. A análise das profissões de seus membros mostra que há 05 comerciantes, 03 empresários, 02 agropecuaristas, 02 médicos, 01 advogado, 01 agrônomo e 01 funcionário público. Portanto, pode-se afirmar que são membros das classes média e alta da sociedade local. Analisando os sobrenomes, observa-se que, como no ano de sua criação, o órgão ainda é composto por descendentes de migrantes japoneses, espanhóis, italianos, sírio-libaneses e portugueses. Como todos os brasileiros são também descendentes de índios, negros e judeus cristãos-novos, é claro que essa realidade está presente também aqui. Há entre eles dez maçons, ou seja, dois terços do total. Não por acaso, não há nenhum membro do sexo feminino compondo esse Conselho.

⁸³ Esse Colégio Eleitoral é composto por 17 pessoas que representam vários setores da sociedade ituveravense. Há representantes da Loja Maçônica “União Ituveravense”, da Associação Beneficente “São João da Escócia”, da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal da cidade, da Santa Casa de Misericórdia, do Rotary Clube e Lions Clube de Ituverava, bem como da Associação Comercial e Empresarial de Ituverava (ACEI) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – 70ª subseção em Ituverava.

⁸⁴ É composto por três membros efetivos e três suplentes. Esse Conselho não fiscaliza sozinho. O artigo 39 do Estatuto prevê a obrigatoriedade de auditoria independente, bem como da publicidade que deverá ser dada às demonstrações financeiras na imprensa local.

Quanto à atual diretoria executiva, com mandato de 05/02/2009 a 04/02/2011, as mesmas observações feitas na nota de rodapé anterior são pertinentes a ela. São homens de origens diversas, sendo que seis deles são maçons da Loja “União Ituveravense”. Há dois advogados e cinco funcionários públicos aposentados (sendo dois professores), o que os identifica com a camada de intelectuais e da classe média da cidade. A diretoria administrativa é constituída por membros do Conselho de Curadores.

Ao que se apresenta, coube à Maçonaria a liderança dessa iniciativa educacional que pode ser descrita como uma ação positiva da sociedade civil para suprir vácuos deixados pela política educacional estatal na microrregião. Partindo de Freud (2010), a organização de homens em grupos com ideais e objetivos comuns, é uma das formas que os seres humanos encontraram para se protegerem da angústia, do sofrimento e do vazio existencial⁸⁵. Esse grupo lutava então pela concretização de ideais educacionais, por sonhos acalentados pela população de Ituverava e região.

E quem foram os maçons que criaram a Fundação em Ituverava? Se, como afirma Baçan (2008), a Maçonaria pode ser considerada uma organização elitista, uma vez que dela só podem participar homens “virtuosos” e “representativos da sociedade”, conclui-se que esses homens eram líderes da sociedade de então. Colocaram em ação as aspirações das classes médias da época, que esperavam que a existência de escolas de nível técnico e superior na cidade possibilitasse oportunidades de ascensão social aos jovens.

Ao se analisar os nomes dos que participaram das primeiras reuniões para tratar de assuntos pertinentes à manutenção das escolas, observa-se a presença de agropecuaristas, advogados, médicos, dentistas, professores, comerciantes, cartorários, que integravam os grupos mais abastados da cidade. Mas há também a presença de pessoas de nível socioeconômico considerado inferior, tais como taxistas, bancários e funcionários públicos.

A análise desses nomes evidencia também a integração dos descendentes de imigrantes que se fixaram no município. Há nomes e sobrenomes de origem japonesa, sírio-libanesa, espanhola e italiana⁸⁶, além daqueles de origem portuguesa, próprios das famílias mais antigas da região. Esses dados são importantes na medida em que evidenciam uma união

⁸⁵ A proteção mais imediata contra o sofrimento que pode resultar das relações humanas é a solidão voluntária [...]. Há todavia, um caminho diferente e melhor: na condição de membro da comunidade humana, passar a atacar a natureza e submetê-la à vontade humana com a ajuda da técnica guiada pela ciência. Assim se trabalha com todos para a felicidade de todos (FREUD, 2010, p. 65).

⁸⁶ Exemplos dessa presença imigrante são: Nobuo Sakemi e Francisco Maeda (origem japonesa); Assad Chaibub e Luis Suleiman Medina (origem sírio-libanesa); Benedito Russi, Luis e Antonino Amêndola (origem italiana); José Franco Rodrigues (origem espanhola). Os nomes de origem portuguesa, estabelecidos há mais tempo na região, podem ser exemplificados por Jahir de Paula Ribeiro, Felicíssimo Ribeiro de Mendonça e João Mendes Ferreira.

de todos, sem maiores restrições, em torno do ideal comum que, naquele momento, mostrava-se mais forte do que as disputas particulares que pudessem existir entre eles.

Nas primeiras atas de reunião do Conselho de Curadores e da Diretoria Executiva da Fundação, observa-se a presença esmagadora de homens⁸⁷, mesmo que nem todos maçons. É registrada a presença de políticos (prefeitos e vereadores da cidade), promotores de justiça e juizes. O grupo de intelectuais está bem representado por professores e advogados. A partir dessas atas, percebe-se claramente que a Loja Maçônica “União Ituveravense” atuou como ponto de aglutinação das forças sociais da época, interessadas na concretização de um sonho: a criação de uma Faculdade no município de Ituverava.

Essas atas relatam uma luta árdua. A Fundação enfrentou crises financeiras que foram resolvidas com campanhas de doações de gado e produtos agrícolas a serem leiloados, subvenções da Prefeitura Municipal, loteamento e venda de terrenos de propriedade da entidade e finalmente, empréstimos em bancos públicos e privados.

Uma das conquistas dessa luta foi a construção do primeiro prédio próprio, que atualmente é o *Campus I*, onde funcionam o Colégio Nossa Senhora do Carmo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava. Foi construído mais tarde o *Campus II* em uma propriedade rural. Inaugurado em 1995, é onde funciona a Faculdade Dr. Francisco Maeda.

Articulada durante algum tempo pelos maçons da cidade, a Fundação Educacional de Ituverava foi oficialmente criada em 25 de janeiro de 1971. Os seus primeiros estatutos também marcam essa mesma data. A 1ª ata da assembleia geral ordinária do Conselho de Curadores data de 03 de abril do mesmo ano. A reunião realizou-se no 1º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Ituverava, na Avenida Dr. Soares de Oliveira, número 37, quando foram então eleitos os membros da primeira diretoria executiva⁸⁸. Estiveram presentes nessa ocasião em que a FE nascia, todos os membros do Conselho de Curadores.

Na segunda ata, de 13 de julho de 1971⁸⁹, já consta outro endereço de realização da reunião: Rua Domingos Ribeiro dos Santos, número 505⁹⁰, no centro da cidade, já a sede

⁸⁷ A única exceção feminina é a professora Silda Vidotto Hiesinger Rodrigues, diretora do Grupo Escolar Fabiano Alves de Freitas, membro do Colégio Eleitoral, cuja presença é registrada na ata do dia 13 de julho de 1971.

⁸⁸ O presidente e o secretário dessa primeira assembleia foram respectivamente Jahir de Paula Ribeiro e João Mendes Ferreira. A diretoria executiva, proposta como chapa única e aceita sem restrições, foi composta da seguinte forma: Diretor Executivo – Nobuo Sakemi; Vice-diretor executivo – Antônio Pio do Carmo Tosta; 1º secretário – Felicíssimo Ribeiro de Mendonça; 2º secretário – Benedito Russi; 1º Tesoureiro – Manuel Lázaro Pereira; 2º Tesoureiro – João Contart Filho; Procurador – Gabriel Justino de Figueiredo.

⁸⁹ Nessa ocasião foi proposta homenagem a Cássio Garcia Ordine e ao Padre Antônio Bezerra de Mello, considerados “paladinos de nossa Faculdade de Filosofia”. Esse detalhe evidencia boas relações entre maçons e membros da Igreja Católica em Ituverava, bem como reforça a ideia de que o ideal da criação de uma escola de nível superior na cidade extrapolava o grupo maçônico.

oficial da FE, onde também funcionava o Colégio Comercial Nossa Senhora do Carmo. Nessa reunião foi decidida a data de início das aulas da Faculdade, bem como definidos os seus primeiros diretor e secretário, que foram, respectivamente, os professores José Ferreira de Assis e Octacílio de Paula Sousa.

Na 3ª ata, de 01 de setembro de 1971, discutiu-se a situação financeira da entidade e foram propostas campanhas financeiras e empréstimos a serem realizados na Caixa Econômica Federal. Esteve presente o prefeito municipal, Dr. Archibaldo Moreira Coimbra, que apoiava o empreendimento e buscava apoio político para as iniciativas da Fundação recém-criada. Ficou registrada também a preocupação em construir um prédio próprio. Assunto constante em todas as atas é a distribuição de bolsas de estudo. Havia a preocupação em definir os critérios a serem usados na seleção e no número de bolsas a serem concedidas.

Percebe-se que no momento da criação da instituição havia um interesse comum que uniu a todos. Nesse sentido, são significativas as palavras do então presidente Jahir de Paula Ribeiro, registradas na Ata de 10 de janeiro de 1972, que conclamava seus companheiros à união, dizendo: “[...] isoladamente é como se não existíssemos, prevalecendo na atenção de todos a existência unicamente da Fundação e suas escolas” (p. 10, verso). De fato, nenhum deles teria obtido sucesso sozinho. Foi a união em torno desse objetivo comum que garantiu a existência da Fundação Educacional de Ituverava e das escolas por ela mantidas.

Assim as atas sucedem-se, tratando sempre de assuntos fundamentais para a existência das escolas. Compra de terrenos e de móveis, eleições das novas diretorias, conselhos fiscais e prestação de contas. Nesse quesito, em 10 de janeiro de 1972 é apresentado um superávit e na ata de 28 de fevereiro é decidida a compra de terreno pertencente então à Fazenda Monte Alegre, propriedade do Dr. Paulo Borges de Oliveira, após concorrência pública. Outra concorrência foi feita para aprovação do anteprojeto para a construção do prédio próprio. As propostas arquitetônicas suntuosas foram descartadas pela diretoria da FE, tendo sido aprovado um projeto mais simples, que se concretizou depois e que é o atual prédio em que funcionam a FFCL e o Colégio Nossa Senhora do Carmo.

Em 1973, a ata do dia 30 de outubro traz a preocupação com dificuldades financeiras. Mas, na ata de 10 de janeiro de 1974, ficou registrada a satisfação de todos pelo empréstimo bancário obtido. Mas as dificuldades financeiras persistiram e as próximas atas trataram dessa questão. Após campanhas e lutas por doações, a ata de 04 de outubro de 1974

⁹⁰ Esse prédio, doado pela Prefeitura, ainda permanece propriedade da FE, que o cedeu em comodato ao Município de Ituverava até 31/12/2012, reservando espaço para as atividades educacionais da entidade. É citado no parágrafo primeiro do artigo 2º do Estatuto Social da FE, bem como no balanço patrimonial de 2009 como “*Campus III*”.

registra uma solução criativa e corajosa: alguns dos membros da FE assumem empréstimos bancários em seus próprios nomes para saldar dívidas da entidade. Eles realizam empréstimos pessoais no Banco Real S.A., avalizando-se mutuamente.

As dificuldades levaram à extinção dos cursos no período diurno. Professores perderam aulas, mas apesar disso, manifestaram-se solidários à diretoria da FE, compreendendo os motivos que a levaram a tomar essa decisão. Por tal atitude, na ata de 16 de agosto de 1974, o corpo docente é louvado diante do apoio recebido. A entidade decide, em 08 de novembro do mesmo ano, que o patrimônio da instituição seria colocado à disposição do MEC na eventualidade de sua extinção⁹¹. Resolve também solicitar ajuda do Ministério da Educação, a qual parece nunca ter chegado.

Em 1975, a ata de 25 de janeiro registra a decisão de se realizar um empréstimo hipotecário para que o prédio próprio pudesse ser terminado. Ainda em 1975, há a primeira menção à futura Faculdade de Agronomia: na ata de 25 de setembro.

Há também o registro de um sonho nunca realizado: a instalação de uma faculdade de odontologia. Para isso, muitos esforços foram envidados desde 1976: inclusive a contratação de uma equipe de especialistas da área para a elaboração de um projeto a ser apresentado em Brasília.

Enquanto isso terrenos foram adquiridos, inclusive o que atualmente é o Sítio das Acácias,⁹² onde seria construído o *Campus II* da FAFRAM. Esses fatos evidenciam que a situação financeira melhorara, tanto é que a ata de 15 de fevereiro de 1978 fala em uma “excepcional situação financeira e administrativa” e registra o voto de louvor aos funcionários e professores pela “abnegação e espírito de sacrifício de muitos mestres, mesmo com salários reconhecidamente baixos” (p. 59). Foi então aprovado aumento salarial a todos.

O ano de 1978 traz apoios e desilusões. O projeto para criação da faculdade de agronomia ganha apoio de autoridades como Manuel Aguiar Azevedo, engenheiro agrônomo e da Associação Brasileira de Criadores de Zebu. No entanto, chegam notícias de Brasília: o governo federal não tem interesse em criar novas faculdades; mas sim, em fortalecer as já existentes.

⁹¹ Essa primeira intenção não subsistiu. O atual Estatuto, em vigor desde 10/12/2008, em seu artigo 53, prevê que “em caso de dissolução, extinção ou liquidação, se processará pela distribuição do patrimônio existente entre entidades educacionais filantrópicas de Ituverava, registradas no CNAS ou, na ausência destas, as entidades filantrópicas de qualquer natureza, públicas ou privadas, [...] “ad referendum” do Ministério Público” (p. 24).

⁹² A ata de 27/12/1977 registra as condições de compra da gleba de 29 alqueires de terra, que foi adquirida pelo preço de CR\$ 2.567,500, na moeda da época, em duas parcelas. Enquanto a Faculdade de Agronomia não foi instalada, o sítio foi arrendado. Em 1984, entretanto, foi instalado no local o “Centro de Treinamento Agrícola e de Irrigação”, que funcionou por meio de convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Mas a luta continua e as atas registram campanhas para levantamento de fundos à FE, doações recebidas, bolsas de estudo concedidas, busca por apoios políticos. Em vários momentos a entidade vende terrenos urbanos, fruto de loteamentos efetuados na gleba de terra adquirida para a construção do *Campus I*.

Em 1980, a ata de 17 de junho relata a aquisição de terras em Buritizal: a Fazenda Santo Antônio. São 101 alqueires comprados em parceria com a Sociedade Beneficente São João da Escócia pelo preço de CR\$ 21.000.000,00 (Vinte e um milhões de Cruzeiros).

Em 1981, decide-se pela construção de uma “praça de esportes” (ata de 22/06/1981), o que de fato se concretizou com o Centro Poliesportivo, que funcionou até 2009, quando o mesmo foi vendido pela entidade. Durante esse período, o local foi utilizado para aulas de educação física. Em 1984, organizaram-se os estatutos do Acácia Esporte Clube, como o centro de esportes passa a ser denominado, funcionando a partir de então como um clube de lazer.

Entretanto, a ata de 09/11/1989 evidencia os problemas da sua administração. O promotor de justiça, Dr. Antônio Milton de Barros, contestou a prestação de contas do clube e a forma como vinha sendo administrado. Diante disso, a diretoria do clube se demitiu. A contabilidade passou então por auditoria, registrada na ata de 31/07/1990. Mais tarde a diretoria se justificou e tudo se esclareceu. A prestação de contas foi aceita e foram escritos novos estatutos para o Poliesportivo. Alguns anos depois, verificou-se que o clube estava em difícil situação financeira. A realização de um levantamento da situação, informado na reunião de 01 de novembro de 1999, calculou que as dívidas chegavam a R\$ 50.000,00. Por esta razão, foi sugerido o retorno do clube à administração da FE. A partir de então, a Fundação passou a administrar diretamente o “Acácia”.

A ata de 10 de dezembro de 1984 evidencia dissensões internas. Fala-se em um edital de protesto apresentado ao juiz de direito e publicado pela imprensa local, requerido pela Loja União Ituveravense e Sociedade Beneficente São João da Escócia. As atas não relatam claramente os motivos da discórdia, mas a FE continua sua história. No ano seguinte, a ata de 30 de outubro de 1985 registra a fala do promotor de justiça⁹³ Cildo Giolo, presente na reunião, que afirmou:

[...] esta faculdade era um dos fatos mais importantes dos últimos 50 anos desta cidade e que era imprescindível a participação de todos os elementos

⁹³ A maioria das atas registra sempre a presença dos representantes do Ministério Público nas reuniões. Assim, no decorrer do tempo, encontra-se a presença dos Promotores de Justiça, curadores da Fundação: Hermenegildo de Camargo Dias, Luiz Gonzaga Carvalho, Cildo Giolo e outros.

da sociedade e mesmo da Fundação que no momento estava autorizada a dispor de dezesseis (16) terrenos de alto valor, para a instalação dos primeiros laboratórios, orçados em (01) bilhão de cruzeiros; disse ainda que todos os presentes deveriam se somarem em favor da mesma causa esquecendo questões pessoais, de grupos ou entidades [sic] (p. J-3).

Na ata da mesma reunião lê-se a tentativa de apaziguamento do juiz de direito, também presente na ocasião: “O Dr. José Maria Simões de Vergueiro, Juiz de Direito da Comarca enalteceu a importância para o município a criação da Faculdade e conscitou a união de todos” [sic] (p. J- 3).

As atas prosseguem discutindo a contratação de professores, diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos. Discute-se também o valor das mensalidades e do salário pago aos professores e funcionários, inadimplência de alunos, compra de veículos, equipamentos e móveis para as escolas. Apenas na ata de 22/10/1991, diante do crescimento da entidade, é que se decidiu pela contratação de um administrador.

Em 1986 foi decidida a compra do primeiro computador. Destinava-se ao setor administrativo. Seu uso pedagógico só foi implantado mais tarde: a ata de 20/08/1993 acusa a presença na reunião da coordenadora pedagógica do Colégio Nossa Senhora do Carmo, que solicitava um laboratório de informática para a escola. O pedido foi atendido e uma comissão formada para a sua concretização.

Em 1990 a instituição tem mais problemas. Na ata de 08 de junho desse ano, o assunto principal da reunião é “a Inspeção Escolar realizada pelo MEC nas Faculdades e as notícias divulgadas pela Imprensa e pela Televisão com relação a possíveis irregularidades constatadas nas escolas” (p. 21-A). A inspeção foi realizada em 30 e 31 de maio e a diretoria solicitava com urgência relatórios circunstanciados aos diretores e à bibliotecária. Na ata seguinte, de 16 de junho, os relatórios foram lidos, os diretores se explicaram e fizeram reivindicações a respeito das escolas. Ao que parece, tudo se esclarece, já que não se trata mais do assunto nas demais atas. Em novembro é aprovado o balancete da instituição.

Em 1997 a FE adquire parte da Fazenda Santa Cecília em Ituverava, no distrito de Aparecida do Salto⁹⁴. Esse patrimônio foi depois ampliado com a compra de mais um imóvel rural: o Sítio Sobrado, em Buritizal, no ano 2000⁹⁵.

Nesse mesmo ano, foi instituído o plano de carreira docente, bem como o plano de capacitação para professores, conforme registra a ata de 02/08/2000. Em 1991 a instituição já

⁹⁴ Trata-se de uma área de 50 alqueires, então propriedade de Antônio Alves de Queiróz, comprada por R\$ 435.000,00, com pagamento em três parcelas.

⁹⁵ Nesse caso foram 12,40 alqueires adquiridos da Sociedade Beneficente São João da Escócia por R\$85.000,00.

fizera convênio com a Unimed, oferecendo assim plano de assistência médica a professores e funcionários.

Após tantos anos de lutas e conquistas, a FE é, em 2010, a mantenedora de três escolas em Ituverava:

O Colégio Nossa Senhora do Carmo, adquirida de particulares, já existia desde a década de 1960, passando a ser mantida pela Fundação a partir de 1971, logo que esta foi criada. Dedicada ao ensino básico, sua história registra a existência de diferentes cursos. No corrente ano de 2010, ela oferece o Ensino Fundamental e Médio regulares, além de cursos técnicos.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava (FFCL) por sua vez, mantém vários cursos de Licenciatura. À exceção do curso de Administração, com habilitação em Gestão de Negócios e Agronegócios, a instituição oferece os seguintes cursos de licenciatura: Pedagogia, Matemática, Letras com habilitações em Português e Inglês, História e Ciências Biológicas.

A terceira e mais jovem escola mantida pela FE é a Faculdade “Dr. Francisco Maeda”, que foi criada inicialmente para oferecer o curso de Agronomia, e contava então com o nome de “Faculdade de Agronomia Dr. Francisco Maeda”. Hoje ela oferece, além de Agronomia, também os cursos de Direito, Sistemas de Informação e Medicina Veterinária.

As escolas de ensino superior mantidas pela Fundação Educacional foram bem avaliadas pelo MEC: no IGC de 2008 e 2009 a FFCL obteve conceito 3, considerado bom. A FAFRAM obteve um conceito melhor: 4. No sítio da FE na Internet, consta o seguinte ranking, elaborado segundo o critério de notas dadas pelo MEC às instituições de ensino superior da região:

Tabela 3: Avaliações MEC – IGC – Índice Geral de Cursos - 2009

IGC 2009 – MEC	
Instituição de Ensino	Conceito no MEC
UFSCar (São Carlos)	4
Fafram (Ituverava)	4
FFCL (Ituverava)	3
Unifran (Franca)	3
Unip (Ribeirão Preto)	3
Faculdades COC (Ribeirão Preto)	3
Uni-Facef (Franca)	3
Claretiano (Batatais)	3
UniFEB (Barretos)	3
Barão de Mauá (Ribeirão Preto)	3
Moura Lacerda (Ribeirão Preto)	3
Uniupe (Uberaba)	3
FAO (Orlândia)	2
Fazu (Uberaba)	2

Fonte: FE (2010b)

Em conformidade com os ideais maçônicos, a instituição distribui bolsas de estudo⁹⁶ para todos os cursos. A maioria dos alunos recebe algum tipo de bolsa. Além daquelas oferecidas por meio de convênios com empresas ou governos municipais, estadual e federal, a FE distribui suas próprias bolsas, usando critérios de nível socioeconômico comprovado por documentação apresentada pelos interessados. De acordo com as necessidades financeiras são concedidos descontos sobre a mensalidade do semestre.

Quanto ao PROUNI (Programa Universidade para Todos), mantido pelo governo federal, a FE possui convênio desde 2004, pelo qual são oferecidas bolsas de 25%, 50% ou 100% durante todo o período de estudo, sendo os candidatos selecionados pela participação no Enem. De acordo com o balanço patrimonial do ano de 2009, a FE recebeu do governo federal R\$ 1.480.147,00 deste Programa, o que foi equivalente a 11,31% da receita de ensino recebida. Em 2008 esse valor foi de R\$ 1.415.853,00, ou seja, 10,08% da receita de ensino recebida.

⁹⁶ Esse tema é regulamentado pelo artigo 43 do Estatuto Social da FE. No balanço patrimonial da Fundação, referente ao ano de 2008 e publicado no jornal *Tribuna de Ituverava* em 04/07/2009 foi registrado o valor de R\$ 4.007.692,00 como despesa de “distribuição de bolsas aos alunos”. Portanto, em 2008, a entidade gastou mais de quatro milhões de reais com a concessão de bolsas de estudo, ou seja, 28,53% da receita de ensino recebida. Quanto ao ano de 2009, o balanço patrimonial publicado em 15/05/2010 no jornal *O Progresso* informa que a entidade custeou bolsas de estudo em valores correspondentes a 29,28% da receita recebida em 2009 (o que equivale a R\$ 3.831.727,00).

Os alunos também têm a possibilidade de financiar sua mensalidade escolar pelo Programa de Financiamento Estudantil – FIES, por meio de convênio com a Caixa Econômica Federal. Para a quitação das mensalidades dos alunos que aderiram a esse programa, a FE recebeu em 2009 o valor total de R\$ 208.872,00. Em 2008, o valor foi de R\$ 250.640,00.

Muitos alunos ainda recebem a bolsa integral, participando do Programa Escola da Família que é mantido pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Por esse programa, o valor da mensalidade é rateado entre o governo estadual e a instituição de ensino superior conveniada. As bolsas são de 100% para todo o período que o aluno estiver no programa e os interessados atuam aos finais de semana em escolas públicas do Estado de São Paulo, desenvolvendo, junto à comunidade escolar, atividades relacionadas a esporte, cultura, saúde e preparação para o trabalho.

A FE ainda mantém convênio com diversas prefeituras da região, pelo qual os municípios que estudam na FFCL tem direito a bolsa de estudos de 20% durante todo o curso. As condições para obtenção da bolsa variam de cidade para cidade, de acordo com as normas estabelecidas pelas prefeituras das cidades conveniadas: Buritizal, Cristais Paulista, São José da Bela Vista, Guará, São Joaquim da Barra, Igarapava, Nuporanga, Pedregulho e Ribeirão Corrente.

Também há convênio com o Banco Santander, que disponibiliza recursos financeiros a serem distribuídos como bolsas estudantis aos alunos da instituição. Para aqueles que já possuem diploma de ensino superior, a FE oferece desconto de 30% na mensalidade do curso de graduação. Para alunos diplomados em uma das faculdades (FAFRAM ou FFCL), o desconto é de 40% sobre a mensalidade do curso. Aos alunos oriundos de escolas públicas também são concedidos descontos na mensalidade.

Na prática, todos esses mecanismos promovem um processo de inclusão social bastante significativo, viabilizando o ingresso ao ensino superior às pessoas das camadas populares da região.

De fato, a inclusão social e o apoio à comunidade são as principais vocações da FE. Nesse sentido ela tem se integrado a várias ações sociais, inclusive esportivas, como ocorreu em 2009, quando patrocinou a equipe da cidade de Ituverava na taça EPTV de futsal.

E a instituição tem crescido nos últimos anos. O jornal *Tribuna de Ituverava* noticiou em 04 de abril de 2009 que, em relação ao ano de 2008, houve um crescimento de 14% no

número de alunos⁹⁷. A reportagem trouxe o depoimento do presidente da FE, o engenheiro agrônomo Paulo César da Luz Leão, que manifestou sua satisfação com o fato e afirmou: “A FE visa o aumento da qualidade e acessibilidade como objetivo final, e não o lucro, justamente pela sua natureza como instituição” (2009, p. 11).

Para garantir um canal direto de comunicação entre a Instituição e seus usuários foi criada a Ouvidoria: um meio receptor de todas as reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios dos alunos, professores e funcionários e demais usuários, que visa aprimorar os serviços prestados pelas escolas à população.

Essa preocupação com a transparência está presente também quando a fundação publica seus balanços patrimoniais. Por exemplo, em sua edição de 04/07/2009, o jornal *Tribuna de Ituverava* publicou nas páginas 15 e 16 essa prestação de contas à comunidade. Nessa publicação há, além da contabilidade, o parecer do Conselho Fiscal e o Parecer de Auditores independentes.

Do mesmo modo, o balanço patrimonial relativo ao ano de 2009 foi publicado no jornal *O Progresso* em 15 de maio de 2010. Nele observam-se registros de inadimplência de alunos, bem como da elevação dos custos operacionais, fatores que levaram a instituição a captar recursos externos por meio de financiamentos. Entretanto, o saldo final é positivo.

A Fundação Educacional de Ituverava também é a mantenedora de duas revistas científicas: a primeira, criada em 2003, é a revista *Nucleus*, cujo conteúdo abrange diversas áreas de conhecimento. A segunda, criada em 2009, é a *Nucleus Animalium*, que reúne artigos científicos e acadêmicos das áreas de Medicina Veterinária e Zootecnia. Com duas versões, uma impressa e outra *online*, elas tem acesso livre, com disponibilidade gratuita. Na Internet seu endereço é <www.nucleus.feituverava.com.br>.

A revista *Nucleus* publicada semestralmente em versões impressa e *online*, é um periódico científico indexado em Base de Dados nacional e internacional, sendo a versão impressa distribuída para Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil. O primeiro número (v.1, n.1), publicado em 2003, teve apenas versão impressa, com tiragem de 1.000 exemplares. Em setembro de 2007, além da versão impressa, foi implantado o sistema

⁹⁷ A reportagem da *Tribuna de Ituverava* evidenciou a satisfação da equipe da FE com esse crescimento. Nas palavras do coordenador de marketing, Diego Fukuhara: “A FE cresceu muito devido à qualidade de ensino oferecido e que melhora a cada ano. Isto se deve ao trabalho árduo e consciencioso de toda a equipe da escola, e o esforço desempenhado pela diretoria, que mostrou para o país que mesmo uma instituição relativamente pequena, em uma cidade pequena, pode se colocar entre as melhores do Brasil, como nós estamos” (2009, p.11).

*online*⁹⁸ e a revista passou então a ter alcance nacional. Em 2010 passou a ter alcance internacional. Atualmente ela obteve direito a depósito legal na Biblioteca Nacional e avaliação Capes - *Qualis B*. A edição impressa continua existindo, com uma tiragem de 200 exemplares, sendo a editoração e impressão realizada dentro da instituição, com recursos próprios⁹⁹. Nela são publicados artigos de pesquisadores da própria FE, como também das principais instituições brasileiras como: USP, UNESP, Apta, UFPR, UFG, FAENQUIL, UFSCAR, entre outras.

Mantém ainda o CEAMBI – Centro de Estudos Ambientais, uma unidade que reúne especialistas em diversas áreas que atuam no sentido de desenvolver e consolidar trabalhos de pesquisa e extensão voltados ao meio ambiente. O Ceambi firmou recentemente parceria com a Prefeitura Municipal de Ituverava para a recuperação do Parque Recreio Balduino Nunes da Silva. Trata-se de uma área de lazer aberta ao público, onde funciona um zoológico, com amplos jardins, área de mata preservada, localizado às margens do Rio do Carmo, que banha a cidade, estrategicamente localizado nas proximidades da cachoeira que deu seu nome à cidade (Salto Belo). O projeto prevê a recuperação dessa área e a transformação do local em um centro de pesquisas comportamentais de animais. Está prevista a construção de laboratório, aquário, salas de aula e ambiente adequado a palestras. Esse “laboratório vivo” deverá ser utilizado pelos alunos dos cursos de Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Agronomia e cursos de pós-graduação.

⁹⁸ A revista foi inteiramente desenvolvida e customizada dentro da Instituição, com a participação de alunos. Para a sua implantação foi escolhido o SEER (Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas), disponibilizado gratuitamente pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

⁹⁹ A *Nucleus* é sócia efetiva da ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos e recebe pedido de consultoria de várias instituições públicas e privadas do Brasil. Foi convidada pela USP-SP para fazer parte da Rede de Bibliotecas Virtuais de Medicina Veterinária (rEBAV), fruto da parceria entre a Biblioteca Virginie Buff. Possui ISSN (International Standard Serial Number) impresso 1678-6602; ISSN *online* 1982-2278; DOI (Digital Object Identifier) 10.3738/1982-2278, que são números de registros concedidos a periódicos que atendam aos padrões de normalização exigidos pelos órgãos competentes. Tem citação pelo MEC/Inep; Indexação em Base de Dados: Latindex; OAISTER; Ministério da Ciência e Tecnologia; SEER/IBICT; Open Journal System, ProQuest. O jornal Tribuna de Ituverava informou na edição do dia 12 de junho de 2010 que as publicações das revistas foram incluídas em base de dados europeia: da Directory of Open Acces Journals (DOAJ), o que aumentou a visibilidade e intensificou a sua utilização e impacto no mundo científico. A editora das revistas, Vera Maria Chaud de Paula, comemorou a conquista, já que isso significou o preenchimento de requisitos de controle de qualidade em forma e conteúdo, afirmando que o fato firma a Fundação Educacional de Ituverava “como uma instituição capaz de exportar conhecimento e empenhada em publicar o resultado de suas pesquisas e de várias outras instituições renomadas do país” (p. 13).

3.3. As escolas mantidas pela Fundação Educacional de Ituverava e a influência da Maçonaria

3.3.1. Os Campi: aspectos da arquitetura

Rosa Fátima de Souza, em seu livro *Templos de Civilização* (1998), faz uma análise bastante pertinente em relação aos prédios construídos para abrigar os primeiros “Grupos Escolares”. Quanto à arquitetura, ela observa que esses prédios foram projetados como espaços de ordem, moral, formação de caráter e transmissão da cultura, expressando assim o ideário e o imaginário sociopolítico da República. A autora os denomina “templos de civilização” porque lá se reverenciavam as autoridades políticas do novo regime republicano e se cultuavam os símbolos nacionais: bandeira, escudo e hino. Ela chama a atenção, portanto, para a importância da arquitetura escolar, onde é possível a identificação de mensagens sobre o seu significado social. A arquitetura é símbolo e espelho da sociedade que a cria.

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível analisar a arquitetura dos prédios das escolas mantidas pela FE:

Elas funcionam em dois *campi*. O mais antigo, o *Campus I*, fica na Rua Cel. Flauzino Barbosa Sandoval, nº 1.259, em Ituverava – SP, no bairro que, em decorrência do próprio estabelecimento, foi denominado Bairro “Cidade Universitária”. Funcionam neste local o Colégio Nossa Senhora do Carmo e a FFCL de Ituverava.

O *Campus I*, ao ser construído, localizava-se nas imediações do centro urbano. Hoje, com a expansão da urbanização, localiza-se em um dos bairros “nobres” da cidade. Os terrenos foram loteados e vendidos à classe média e hoje está cercado por belas residências.

O *Campus II*, onde funciona a FAFRAM, foi construído no final da área urbana de Ituverava, numa estrada que segue até o aeroporto da cidade.

A arquitetura escolar merece atenção, já que ela tem seu próprio significado. Souza (1998) afirma, nesse sentido, que o “edifício-escola” exerce uma função educativa no meio social:

[...] a escola como lugar define-se juntamente com a constituição do espaço social e cultural da escola. [...] “O espaço habitado transcende o espaço

geométrico”, nos ensina Bachelard (1989). O espaço, essa “linguagem silenciosa”, como o definiu Hall (1959), comunica, mostra o emprego que o ser humano faz dele; um emprego que é sempre um produto cultural [...]. Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto, dimensões simbólicas e pedagógicas. O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos (SOUZA, 1998, p. 123).

Nos prédios das escolas mantidas pela FE não existem símbolos maçônicos expostos de forma visível. Ambos os prédios são simples, sem marcas de um estilo arquitetônico específico. São prédios amplos, funcionais, práticos, onde se percebe a preocupação com a racionalidade econômica. O que chama a atenção, entretanto, é a promoção da integração das pessoas com a natureza. Há amplos jardins e espaços abertos, que tornam agradáveis os ambientes.

Entretanto, o *Campus I* merece uma maior atenção nesta análise em vista do conceito contido em seu projeto arquitetônico, inexistente no *Campus II*. Ele foi projetado segundo um dos maiores símbolos da Maçonaria: o esquadro e o compasso, marcas do trabalho dos pedreiros-construtores. Acerca desse símbolo, Benhamou (2009) afirma:

O mais conhecido dos símbolos maçônicos, o esquadro e o compasso associados, apareceu em 1725. O esquadro remete à terra, ao número quatro e ao quadrado. O compasso alude ao céu, à unidade e ao círculo. Combinados, encontra-se a matéria (esquadro) e o espírito (compasso) indissociavelmente ligados (BENHAMOU, 2009, p. 43).

Entretanto, esse simbolismo permanece de certa forma “invisível”, já que não é percebido pelos seus frequentadores, tornando-se visível apenas ao ser sobrevoado.

Pode-se afirmar, portanto, que, embora sem estilo próprio, o prédio do *Campus I* é marcado por um projeto arquitetônico forte quanto ao conceito, inspirado na simbologia maçônica.

A seguir, pode-se observar uma foto aérea do primeiro prédio próprio da instituição, sem data, provavelmente tirada logo que o prédio ficou pronto¹⁰⁰, por volta de 1976. Atualmente, nos terrenos vagos que aparecem na foto foram construídas residências particulares e alguns restaurantes e lanchonetes, que servem à comunidade estudantil. Esse processo de urbanização do bairro pode ser observado ao se comparar a figura 13 com a figura 14: fotos aéreas do mesmo prédio e de seu bairro em 1976 e 2008. Na figura 14, no alto

¹⁰⁰ Como relatado anteriormente, os esforços despendidos pelos integrantes da FE para a construção desse primeiro prédio próprio foram muito grandes. Foram realizadas muitas campanhas e apoios políticos e financeiros foram buscados em muitas direções. Finalmente, quando o prédio ficou pronto, a primeira reunião do Conselho de Curadores a ser realizada no endereço do *Campus I* está registrada na ata de 25/09/1975.

à esquerda, pode-se observar o prédio da APAE, entidade mantida por outra loja maçônica da cidade, bem como parte de lago artificial construído pela Prefeitura.



Figura 13 - Vista aérea do *Campus I* (em 1976)
Fonte: Acervo da FE.



Figura 14 - Vista aérea do *Campus I* (em 2008)
Fonte: Acervo da FE

3.3.2. O Colégio Nossa Senhora do Carmo

O sítio da FE na Internet (URL- <<http://www.feituverava.com.br/colégio.asp>>) informa que:

O Colégio Nossa Sra. Do Carmo – COC de Ituverava foi fundado em 1952 por Nestor Alves Ferreira e Muchir Miguel com o nome de Escola Comercial de Ituverava.

Desde então, o Colégio mudou de nome quatro vezes até se estabelecer com o nome atual em 1984, já como uma instituição mantida pela Fundação Educacional de Ituverava.

Entretanto, não foi possível obter nos arquivos da escola nenhum documento legal que sustentasse essa primeira afirmação, que situa a criação da escola no ano de 1952. As pessoas responsáveis pelo texto citado já não se encontram na instituição e essa lacuna persistiu apesar do trabalho de pesquisa. O documento mais antigo encontrado foi uma declaração datada de 25 de janeiro de 1961, assinada pelo então prefeito municipal, Salvador Cordaro Cruz, cedendo “à Escola Técnica de Comércio de Ituverava, por tempo indeterminado, o prédio de sua propriedade, situado nesta cidade à rua Dr. Getúlio Vargas nº 47, para instalação da mesma escola”.

Por sua vez, o ato legal mais antigo encontrado relativo ao Colégio Nossa Senhora do Carmo de Ituverava foi a autorização de funcionamento, que é de 31/01/1963, data do Despacho da Inspeção Seccional de Ensino Comercial de Campinas. A autorização de funcionamento em caráter definitivo foi homologada em 26/11/1963, conforme consta do Ofício ISSP-C nº 695/63 – Processo nº 95.547/58. Devido a impossibilidade de localização do documento original, a data desse processo, citada em outro documento, mostra que a criação da escola remonta à década de 1950.

A dificuldade de acesso aos documentos escolares mais antigos, da época em que a escola não era mantida pela FE, sugere que tenham sido perdidos. Por tal razão, certos pontos da história da escola permanecem obscuros até o momento.

Originalmente o Colégio era uma escola pertencente a particulares. França (1986), em seu estudo sobre antigos moradores da cidade de Ituverava, informa que Nestor Alves Ferreira (1904-1981) foi um dos proprietários do Colégio. O pesquisador afirma sobre ele que: “Juntamente com o Sr. Dr. Joaquim da Paula Ribeiro e José A. Salgado, adquiriu os

direitos da Escola Técnica de Comércio, fundada pelos Srs. Profs. Artur Ewbank, Otacílio Paula Souza e Moacir França, instalando a mesma sob sua direção”. (p. 91). O autor, entretanto, não nos informa datas.

Nomes de mantenedores mais antigos também se dão a conhecer devido à Portaria da Diretoria Regional de Ensino de Ribeirão Preto de 30 de março de 1983, que homologa a transferência de entidade mantenedora de Sinésio Amado e Antônio Lopes Soares para a Fundação Educacional de Ituverava. Apesar da data desse documento, que é de 1983, sabe-se que foi a partir de 1971 que a Fundação Educacional de Ituverava adquiriu a escola e passou a administrá-la.

Entretanto, embora a pesquisadora não tenha tido em mãos os documentos originais pertinentes, teve acesso a um relatório interno, mantido pela secretaria da instituição. Por meio dele foi possível remontar a trajetória legal da escola no período anterior àquele em que passou a ser mantida pela FE. As informações foram então organizadas em quadro que consta do Apêndice desse trabalho. Tendo esse relatório como fonte, é possível afirmar que os fundadores da *Escola Técnica de Comércio de Ituverava* foram Octacílio de Paula Sousa, Moacir França e Artur Ewbank que a registraram em 08 de dezembro de 1950 no Primeiro Cartório de Notas e Ofício de Justiça. Depois disso passou por muitas mudanças de mantenedores até que a Fundação Educacional de Ituverava finalmente a adquiriu e passou a mantê-la

No decorrer desse período (de 1950 a 1971), além das várias mudanças de mantenedores, a escola também sofreu outros tipos de transformações. Em 1963, por exemplo, fundiu-se com o *Ginásio Monsenhor João Rulli*, que oferecia curso secundário e que funcionara desde 1961 no mesmo prédio ocupado pela *Escola Técnica de Comércio de Ituverava*. A partir de então passou a ser denominada *Colégio Comercial Nossa Senhora do Carmo*, funcionando à Rua Major Domingos Ribeiro dos Santos, 505.

Sua denominação iria mudar novamente em 1975, quando passou a chamar-se *Escola de 1º e 2º Graus “Nossa Senhora do Carmo*. Em 1976 seu endereço também mudou e a sede da escola passa a ser a mesma da FFCL de Ituverava (onde funciona até a atualidade): Rua Cel. Flauzino Barbosa Sandoval, 1259. Em 1984 teve seu nome alterado para *Colégio Nossa Senhora do Carmo*.

Os primeiros cursos denominavam-se “Ginasial de Comércio” e “Colegial de Comércio¹⁰¹”, criados em 31 de janeiro de 1963, o que leva a conclusão de que a vocação inicial da escola era a de oferecer opções às classes trabalhadoras, àqueles que pretendiam uma formação intermediária, de nível técnico, que possibilitaria uma inserção melhor no mercado de trabalho da região. Ituverava, embora fosse uma cidade com uma economia eminentemente agrícola, oferecia oportunidades nas atividades urbanas, principalmente as ligadas ao comércio.

Dez anos após a criação desses cursos, em 1973, houve a tentativa de criação de um curso técnico de Secretariado que, entretanto, não obteve número suficiente de alunos e não chegou a funcionar.

No Diário Oficial do Estado de São Paulo (a partir de agora denominado simplesmente pela sigla DOE) de 01/02/1977, foi aprovado (com data de 21/01/1977) o primeiro Regimento Escolar da *Escola de 1º e 2º Graus Nossa Senhora do Carmo*, que surge agora jurisdicionada à Delegacia de Ensino de Ituverava. Essa situação perduraria até 1999, quando esse órgão foi extinto, sendo substituído pela Diretoria de Ensino de São Joaquim da Barra, à qual a escola permanece ligada até hoje. A partir desse período a documentação torna-se regular, permitindo que se conheça melhor a trajetória da escola. O Plano Global foi homologado em Portaria de 04/11/1976 (publicado no DOE de 24/11/76) por essa mesma Delegacia de Ensino. Esse Regimento sofreu várias modificações com o decorrer do tempo, publicadas regularmente no DOE, após análise e parecer favorável da Supervisão de Ensino.

Esta pesquisa apresenta o levantamento dos atos legais disponíveis na secretaria do Colégio Nossa Senhora do Carmo, organizado em quadros e consta ao final do trabalho, no Apêndice.

Desde então vários cursos foram criados, instalados e/ou extintos. O curso Técnico de Contabilidade foi reconhecido pela Portaria da Coordenação de Ensino do Interior (daqui por diante denominada pela sigla CEI) de 22/09/1980 e encerrado pelo ofício 01/2001 de 16/02/1999. A última turma formou-se em 1999.

Alguns cursos, embora tenham sido autorizados legalmente a funcionar, não chegaram a ser instalados. Entre estes estão o curso de Assistente de Administração, o de Técnico em Economia Doméstica, Técnico de Desenhista de Arquitetura, Auxiliar de Contabilidade e Visitador Sanitário, todos autorizados em 1977. Nem todas as iniciativas foram bem sucedidas. De fato, não houve demanda de alunos para esses cursos e pode-se

¹⁰¹ Era jurisdicionada à Coordenadoria de Ensino Técnico da 9ª Inspeção Regional de Ensino Profissional de Ribeirão Preto.

inferir que o mercado de trabalho não tinha interesse por esses profissionais e não oferecia oportunidades significativas nessas áreas naquele momento.

O ensino técnico passou por muitas modificações no decorrer da história da educação brasileira. Machado (2007) analisa esse processo de mudanças em seu trabalho e observa que, de fato, esse tipo de ensino era destinado à formação de mão de obra de trabalhadores, que buscavam adaptar-se às necessidades do sistema capitalista em diversos momentos. A autora, apoiada em outros estudiosos, afirma ainda que apesar desse espírito contido em sua concepção, na prática, esse ensino deixou a desejar.

[...] tanto para os empresários, quanto para os trabalhadores e a sociedade, esse tipo de ensino não preencheu os propósitos esperados. Para os empresários, o ensino profissionalizante não confirmou os diagnósticos e soluções propostas pela Teoria do Capital Humano, uma vez que seria mais produtiva a formação do trabalhador com conhecimento básico geral, ficando para as empresas capacitar sua força de trabalho. Para o trabalhador, esse tipo de ensino também não foi ideal, pois lhe tirou a oportunidade de um estudo aprofundado necessário para a vida urbana, que exigia participação na vida sindical e política do país. Finalmente, também não foi atendido o objetivo implícito na Lei 5.692/71 de conter a demanda das universidades, pois as classes média e alta não tinham a educação para o trabalho como objetivo de vida.

Diante desse contexto apresentado e as dificuldades e ineficiência percebidas, foi instituída a “Reforma da Reforma”, ou Lei nº 7.044/82, que revogou a obrigatoriedade da profissionalização do 2º grau [...] (MACHADO, 2007, p. 51).

O Colégio Nossa Senhora do Carmo viveu todas essas transformações históricas acerca da concepção pedagógica do ensino técnico. A oferta de cursos acompanhou tanto as mudanças na legislação brasileira quanto as necessidades do mercado, que respondia de forma positiva ou negativa às propostas educacionais feitas pela escola.

O curso Supletivo de 2º Grau, que poderia melhorar a formação geral dos estudantes que apresentassem defasagem idade/série, por exemplo, teve pouca aceitação. Autorizado em 1977, teve autorização cessada em 1982, com a publicação da regularização dos atos escolares praticados sendo publicada no DOE de 30 de dezembro de 1982.

Houve ainda o curso de Técnico em Enfermagem, autorizado em 1977, e reconhecido em 1982, mesmo ano em que teve suas atividades suspensas. Foi oficialmente encerrado em maio de 1984 em vista da baixa demanda de alunos.

Outros cursos tiveram maior aceitação, como o Supletivo de 1º Grau (de 5ª a 8ª séries), autorizado a funcionar em 1977 e encerrado apenas em 1993.

Em 1980 é registrada a autorização de funcionamento do curso para Formação Profissionalizante Básica – setor secundário, que foi instalado no mesmo ano e reconhecido pela Portaria CEI de 24 de fevereiro de 1982. Esse curso foi depois transformado em Ensino Regular de 2º Grau pela Portaria DRE – RP de 22/02/1985. Trata-se do mesmo curso que é mantido pelo Colégio até hoje, funcionando, portanto, há 30 anos¹⁰².

Esse curso veio atender a uma demanda jovem, de alunos que desejam preparar-se para os vestibulares que dão acesso aos cursos de ensino superior. Até 1980 não havia na cidade de Ituverava nenhuma opção desse tipo para os filhos das famílias de classe média. A opção até então para estas famílias era enviar seus filhos para centros urbanos maiores, principalmente Ribeirão Preto. A partir de então, foi possível não só à classe média, mas também aos grupos com renda mais baixa, o acesso a esse tipo de curso, especializado em preparação para vestibulares. Em propaganda do Colégio, o jornal *O Progresso* divulgou em 20 de fevereiro de 2010 uma listagem de vinte alunos que tiveram sucesso nos vestibulares e ingressaram em instituições públicas e/ou privadas de ensino superior.

É importante observar que no município de Ituverava há apenas uma escola pública de Ensino Médio: a Escola Estadual Cap. Antônio Justino Falleiros. As outras escolas públicas são municipais e oferecem apenas cursos de Ensino Fundamental. Atualmente, outras escolas foram abertas na cidade com o mesmo perfil do Colégio Nossa Senhora do Carmo, como o Liceu Vincent Van Gogh e o Colégio Objetivo, ambas oferecendo cursos de Ensino Fundamental e Médio. Há ainda a Escola Contos de Fada e a Escola Francisco de Assis, que oferecem apenas o Ensino Fundamental.

Quanto ao curso de Ensino Fundamental, até hoje também em funcionamento no Colégio Nossa Senhora do Carmo, há evidências de que ele foi apenas um sonho durante algum tempo. Isso pode ser observado pelo fato de que uma primeira autorização foi obtida em janeiro de 1982, porém, por não ter sido instalado, a autorização foi tornada sem efeito em julho de 1983. Novamente autorizado em novembro de 1985, o curso da mesma forma não chegou a ser instalado. Apenas em 1988, com a publicação da terceira autorização de funcionamento, pela Portaria DRE – RP de 18/11/1988 no DOE de 22 de novembro do mesmo ano, é que realmente o curso foi instaurado. Atualmente, foi estabelecida parceria com o COC – Colégio Oswaldo Cruz, que fornece apoio pedagógico e materiais específicos, como

¹⁰² Financeiramente, nem sempre ele foi um bom negócio. A ata de 09 de janeiro de 1987, por exemplo, nos informa que o curso era deficitário naquele momento, mas decidiu-se que seria mantido para atender a uma “necessidade social, no sentido de dar oportunidade aos filhos de Ituverava não se locomoverem a centros urbanos maiores, enfrentando os perigos e dificuldades que se apresentam na vida atual” [sic] (p. U-1).

apostilas e material informatizado. Mas, além das aulas regulares, a escola mantém alguns projetos pedagógicos especiais, tais como a Escola de Futebol, da qual participam 80 alunos.

Em 1997 foi criado o curso de Habilitação Profissional Plena de Processamento de Dados, que teve sua denominação alterada para Técnico em Informática em outubro de 1998. A última turma concluiu o curso em 2003, e ele teve seu encerramento formalizado em maio de 2005. Isso ocorreu porque a FE optou por oferecer o curso superior nessa mesma área. Em 2004 iniciou-se o curso de Ciências de Informação na Faculdade Dr. Francisco Maeda. Julgou-se naquele momento que o curso técnico perderia seu valor diante da possibilidade que se abria aos alunos de ter o mesmo curso em nível mais avançado.

Em 2008 o Colégio decidiu investir novamente no ensino técnico. A tabela a seguir apresenta a distribuição dos alunos desse nível de ensino.

Tabela 4: Distribuição de alunos pelos cursos técnicos em 2009 e 2010

Curso Técnico	Nº de alunos em 2009	Nº de alunos em 2010
Agropecuária	22	19
Enfermagem	38	73
Química	41	60
Radiologia	37	59
Segurança do Trabalho	43	55
Total	181	266

Fonte: CNSC/FE -Secretaria

O Colégio Nossa Senhora do Carmo obteve autorização para os cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem, Técnico em Química, Técnico em Radiologia, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico Gestão de Processos Industriais, Técnico em Edificações e Técnico em Meio Ambiente. Todos eles são voltados para alunos trabalhadores e as aulas são ministradas no período noturno. Entretanto, os três últimos não chegaram a funcionar por falta de demanda de alunos.

Por outro lado, os demais cursos tiveram aceitação. A tabela 4 mostra que o curso mais procurado em 2009 foi o de Técnico em Segurança do Trabalho. Já em 2010 ele passou a deter a menor demanda de alunos e o primeiro lugar na preferência da clientela passou a ser o curso Técnico em Enfermagem, com duração de 24 meses, que vêm ao encontro da realidade da cidade, onde funcionam dois grandes hospitais: a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital e Maternidade de Ituverava, além de unidades menores de saúde. Há, portanto,

mercado de trabalho para os egressos. O mesmo raciocínio se aplica ao curso de Técnico em Radiologia, com duração prevista de 18 meses, bem como ao curso Técnico em Química. A escola, inclusive, estabeleceu convênio com as duas casas de saúde mencionadas e com o “Abrigo de Idosos Takayuki Maeda” para que os estudantes possam realizar estágios. Todos os cursos funcionam no período noturno. Outros convênios existem, tais como aqueles firmados com a Guarda Mirim e com o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola. Ambos visam oferecer oportunidades de inclusão social aos jovens.

Na tabela que se segue é apresentada a distribuição dos alunos do Colégio entre todos os níveis de ensino:

Tabela 5: Número de Alunos do Colégio Nossa Senhora do Carmo em 2009 e 2010

Cursos	Nº de alunos em 2008	Percentual de alunos por curso	Nº de alunos em 2009	Percentual de alunos por curso	Egressos 2009	Nº de alunos em 2010	Percentual de alunos por cursos
Ensino Fundamental	262	69,3%	273	47%	31	270	42%
Ensino Médio	116	30,7%	125	22%	41	111	17%
Ensino Técnico	0	0%	181	31%	0	262	41%
TOTAL	378	100%	579	100%	72	643	100%

Fonte: CNSC/FE -Secretaria

Em 2009, um total de 181 estudantes se matricularam nos cursos técnicos. Esse número foi responsável pela maior parte do crescimento em número de alunos que a instituição como um todo registrou no ano de 2009 em relação a 2008. Nesse mesmo ano o Colégio atendeu 273 alunos de Ensino Fundamental e 125 no Ensino Médio regular. Foram, portanto, um total de 579 alunos em 2009, sob a responsabilidade de uma equipe com 69 professores.

Pelo levantamento de dados contido na tabela 5, percebe-se que, também em 2010, os cursos de nível técnico foram os que mais cresceram quanto à demanda. Eles respondiam por 31% da clientela em 2009, passando a atender 41% dela em 2010. Esse aumento na oferta de cursos técnicos evidencia um movimento no sentido de reforço das raízes dessa escola, que foi fundada com esse perfil.

Por outro lado, os cursos de Ensino Fundamental e Médio tiveram redução de demanda, tanto em números absolutos, quanto em relação ao percentual. Esse fenômeno pode

ser explicado tanto pelas dificuldades financeiras que as famílias de classe média enfrentam para pagar mensalidades escolares e manter seus filhos em escolas regulares particulares (lembre-se que a cidade é bem provida de escolas públicas de ensino gratuito), quanto pelo fato de que há concorrência entre as quatro escolas privadas da cidade. Essa concorrência acirra-se em vista da população do município ser reduzida, havendo, portanto, maior oferta do que procura por vagas nesse mercado.

A escola tem 74 professores contratados. Desses, apenas 12 (ou seja, 16%) residem em outro município. A maioria dos docentes é da própria cidade de Ituverava: são 62 deles, o que equivale a 84% do total. Isso evidencia o fato de que há um bom número de profissionais capacitados em Ituverava.

3.3.3. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava

A FFCL de Ituverava, neste corrente ano de 2010, oferece os seguintes cursos: Pedagogia, Letras, Matemática, História, Ciências Biológicas e Administração.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava – FFCL – é uma instituição de ensino superior de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, mantida, como já foi dito, pela Fundação Educacional de Ituverava, e localizada na mesma cidade. Segundo o texto de apresentação da Faculdade, contido no sítio da FE na Internet (<www.feituverava.com.br/ffcl>), a FFCL prepara profissionais para o mercado de trabalho “engajados na melhoria da sociedade de nosso país” e busca oferecer “uma formação humanística, crítica e reflexiva”. Nesse mesmo endereço eletrônico, indicando sua vocação para o setor da educação, há a seguinte missão:

[...] formação de profissionais e especialistas de nível superior; formação de especialistas para o Ensino Básico; desenvolver o estudo e a pesquisa nos domínios da cultura, que constituem objetos de seu ensino; extensão do ensino e da pesquisa à comunidade mediante cursos e serviços especiais, para a orientação e desenvolvimento educacionais, bem como para a solução dos problemas de educação; e, difundir a cultura por todos os meios ao seu alcance. (FE, 2010, s.d.)

Portanto, a julgar pelas intenções aqui descritas, é possível afirmar que se trata de uma escola preocupada não só com a educação técnica, mas com a formação ética, no sentido humanista, de seus alunos. Na verdade, essa preocupação está na essência das escolas de ensino superior desde que foram criadas na Europa medieval. Essas primeiras universidades foram muito importantes porque, além de promover aperfeiçoamento no âmbito cultural formal, faziam desenvolver as cidades e o comércio. Diga-se, inclusive, que essa realidade ainda é atual e a afirmação pode ser aplicada à cidade de Ituverava.

Voltando um pouco no tempo: as primeiras universidades foram organizadas sob a inspiração das corporações de ofício¹⁰³ que existiam então. Tal como nas corporações, havia o mestre que ensinava aos aprendizes um saber, um conhecimento, uma profissão. Esses aprendizes residiam na escola e as universidades conseguiam aprovar estatutos que as organizavam, obtendo privilégios como uma corporação profissional.

A primeira universidade surgiu na Itália no final do século XI: foi a Universidade de Bologna que, criada em 1088, dedicou-se ao direito e outros estudos na área de humanidades.

Estar na universidade significava prestígio intelectual. Mestres e alunos estavam ligados a uma Ordem, o que lhes conferia o poder classicamente atribuído àqueles considerados sábios.

Pequenos grupos de estudantes agregavam-se em confrarias ligadas a um mestre e sustentadas por um patrono (muitas vezes o Papa ou o rei) e resistiam à tutela dos bispos ou da comuna¹⁰⁴, escapando assim da jurisdição do soberano ou da cidade. As aulas eram estruturadas em forma de diálogo, com perguntas e respostas. Nesse contexto ocorreu grande progresso em diversos campos do conhecimento, como a matemática, física, arquitetura, medicina, direito e lógica, bem como nas artes, entre as quais se destacaram a poesia, a literatura e a música.

O ensino era ministrado nas faculdades, que geralmente eram as de Artes, Teologia, Direito e Medicina. Num primeiro momento, todos os estudantes frequentavam a Faculdade de Artes. Depois de obterem o bacharelado, dois anos mais tarde, teriam direito à “Licença”.

Só 720 anos depois de criada a primeira universidade europeia é que essa instituição surgiu no Brasil. Isso ocorreu quando da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro

¹⁰³ Corporações de Ofício eram associações de pessoas da mesma profissão sujeitas aos mesmos estatutos, tendo os mesmos direitos e deveres. Organizavam-se com a finalidade de defender seus interesses comerciais. Segundo PERROY (1974), “Como acontecia em todas as sociedades antigas e medievais, os ofícios organizavam-se corporativamente. [...] Seja qual for a natureza destas corporações, a regulamentação que as rege apresenta as mesmas características econômicas: assegura-lhes um monopólio e tende a prevenir a competição [...]” (p 168-169). Ao se fazer uma ligação com a Maçonaria, que pode ter nascido de uma corporação de ofício de pedreiros e arquitetos, é possível inferir que essa inspiração acima referida está presente no caso da FE.

¹⁰⁴ Comuna: cidade medieval que obtinha de seu senhor uma carta que lhe concedia autonomia.

em 1808, ocasião em que foram instalados cursos de anatomia e cirurgia¹⁰⁵. Entretanto, antes disso, surgiram as primeiras unidades de ensino superior, sob a forma de aulas e cadeiras. Tratava-se de um ensino muito limitado, no qual um professor ensinava os alunos em locais improvisados. Mas, apesar dessa precariedade, esse tipo de ensino inaugurou a preocupação com cursos superiores no Brasil.

Cunha (2007a) propõe uma periodização referente à trajetória do ensino superior no Brasil. Segundo o autor, grande parte dessa história (entre o século XVI e meados do século XX, época denominada por ele como a da “universidade temporã”) pode ser esquematizada em quatro períodos:

O primeiro período foi o da Colônia, iniciando-se em 1572, data da criação dos cursos de Artes e Teologia no colégio dos jesuítas da Bahia, provavelmente o primeiro curso superior no Brasil, estendendo-se até 1808, quando ocorreu a transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro. *O segundo período*, o do Império, iniciou-se, de fato, quando o Brasil era ainda colônia, em 1808, com a criação de um novo ensino superior, estendendo-se até 1889, com a queda da monarquia. *O terceiro período*, o da República oligárquica, ter [sic] início com o governo provisório de Vargas, em 1930. *O quarto período*, a era Vargas, começou com a Revolução de 1930 e findou com a deposição do ditador, em 1945 (CUNHA, 2007a, p. 19).

O autor estuda também o período posterior, de 1945 a 1964, denominado por ele “universidade crítica” e, finalmente, o último período, designado como o da “universidade reformanda”. Essa última fase pós 1964 foi marcada pela influência norte-americana, presente ainda hoje. Essa influência, buscada pelos próprios brasileiros, foi responsável pela modernização do ensino superior no país. Obviamente integrada aos interesses capitalistas, essa universidade modernizada foi um ponto de apoio importante para o desenvolvimento brasileiro como um todo.

Do início das universidades aos dias atuais, muita coisa mudou; mas o ensino superior ainda mantém o prestígio. Ele oferece esperança de ascensão social para as classes mais desprestigiadas da sociedade, oferece formação para o exercício de uma profissão e possibilidades de sobrevivência digna. Essas são as promessas, mas como todas as promessas, nem sempre são cumpridas. O Sistema Capitalista, como é sabido, precisa manter um exército

¹⁰⁵ Segundo Cunha (2007b): “No Brasil, o príncipe João não criou universidades, apesar de aqui reproduzir tantas instituições metropolitanas. Em vez de universidades, criou instituições isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura: de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutido na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois (mais tarde, nasceu a Escola Politécnica, calcada na de Paris). Em 1827, dom Pedro I acrescentou os cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo [...]” (p. 19).

de desempregados para garantia de sua sobrevivência enquanto sistema econômico¹⁰⁶. No século XXI, esse esquema perverso parece se acentuar cada vez mais e, portanto, mesmo com diploma de curso superior, muitas pessoas permanecem à margem do mercado de trabalho, o que significa dizer que, em termos puramente práticos, nem sempre o investimento num curso superior é garantia de ascensão social e de empregabilidade. Por outro lado, o investimento no aperfeiçoamento do ser humano é sempre valioso e essencial à vida.

O que significa o curso superior no Brasil atual? Qual é o seu papel social? O que se espera dele? O que é a Universidade hoje?

É interessante saber a ideia de Victor Cousin, filósofo, historiador e educador francês, falecido em 1867. Ele afirmava:

A Universidade não é um corpo distinto do Estado; ela é o Estado ele mesmo aplicado à educação da juventude... O direito de ensinar não é nem um direito natural, nem uma indústria privada; é um poder público... Os ensinamentos devem constituir um corpo com um poder puramente civil que emana do Estado e dependente de todas as partes [...] A Educação prepara à sociedade um homem e um cidadão que estará em harmonia com ela e que compartilhe de seus instintos, seus preconceitos mesmos, e servi-la-á sem resistência, em paz com ele mesmo” (COISIN apud LELIÈVRE, 1990, p. 234, tradução nossa)¹⁰⁷.

O papel dos cursos superiores é então manter as coisas como são? Essa não é uma visão unânime.

Felizmente, mesmo que se tente, nem todos os seres humanos aceitam ser preparados para “servir sem resistência, em paz consigo mesmo”, no dizer de Coisin, anteriormente citado. É por sempre haver resistência que a humanidade caminha e a história se modifica constantemente. Assim, a FFCL de Ituverava, bem como praticamente todas as faculdades,

¹⁰⁶ Segundo MINTO (2009), as novas formas de organização de produção tem como elementos chave para obtenção de produtividade e competitividade: integração, qualidade total e flexibilidade. Com isso, aumentou a exploração do trabalho e o termo empregabilidade é usado para transferir aos trabalhadores a necessidade de sua qualificação (que antes era do capitalista). A lógica individualista ficou ainda mais acirrada. Sobre a questão esse autor comenta: “Por trás do conceito de empregabilidade [...] encontra-se fundamentada uma necessidade intrínseca à lógica do capitalismo, que é a da manutenção do exército industrial de reserva, de uma massa populacional efetivamente ‘inempregável’ que se encontra permanentemente à margem do circuito formal da acumulação, cumprindo a imprescindível função de manutenção das taxas de extração da mais-valia do trabalho dito formal. [...] É uma falsa promessa integradora, de inclusão social” (p. 8). O autor continua dizendo: “A partir disso, desenvolvem-se as ideias de ‘educação permanente’ e ‘educação ao longo da vida’ (DELORS), as pedagogias do aprender a aprender, entre outras concepções individualistas, que tentam preparar as pessoas para uma ‘constante e infatigável adaptação à sociedade regida pelo capital’ (MINTO, 2009, p. 10).

¹⁰⁷ « *L’Université n’est point un corps distinct de l’État; elle est l’État lui-même appliqué à l’éducation de La jeunesse... Le droit d’enseigner n’est ni un droit naturel, ni une industrie privée; c’est un pouvoir public... Les enseignants doivent constituer un corps ayant un pouvoir purement civil émanant de l’État et en dépendant de toutes parts... L’éducation prépare à La société un homme et un citoyen que sera en harmonie avec elle, et qui partageant ses instincts, ses préjugés mêmes, la servira sans résistance, en paix avec lui-même.* »

prepara cidadãos para o exercício de profissões legalmente institucionalizadas, levando-os a pensar e a entender melhor o mundo em que vivem; não procura formar robôs, mas sim, pessoas humanas mais capazes de enfrentar a vida e o mercado de trabalho.

É preciso lembrar aqui as palavras de Chervel, citado por Gonçalves e Faria Filho (2005), quando afirma que um sistema escolar “forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global”. Compreendido de outra forma:

[...] o sistema escolar é dotado de um poder criativo, poder este exercido na relação que a escola desenvolve com a sociedade, desempenhando um papel de formação do indivíduo e, dessa forma, de uma cultura que impactará diretamente a vivência desse indivíduo na sociedade (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p.36).

Acredita-se que os cursos mantidos pela FFCL de Ituverava tem esse poder criativo, próprio aos sistemas escolares, bem como que eles desempenham um papel importante na formação dos profissionais que por ela passam, impactando a cultura e a sociedade em que se inserem.

Esses cursos, a partir de agora, passam a ser analisados:

Os primeiros foram os de Licenciatura, muito procurados na década de 1970, quando a educação se expandia no Brasil e a necessidade de professores tornara-se maior. Os primeiros cursos foram os de Pedagogia, Letras (Língua Portuguesa e Inglês), Matemática e Estudos Sociais. A autorização de funcionamento desses quatro cursos de Licenciatura foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em agosto de 1971 e o reconhecimento, em setembro de 1975. Os atos legais foram publicados no Diário Oficial da União em 13/08/1971 (Decreto 69.058 de 12/08/1971) e em 16/08/1971 (Parecer CFE 485/71 de 11/08/1971). Inicialmente, esses cursos foram oferecidos em dois turnos: matutino e noturno. Com o passar do tempo, apenas o período noturno permaneceu (no Apêndice desse trabalho são apresentados quadros com a listagem de todos os cursos, com os atos legais pertinentes a cada um, resumindo assim sua história oficial).

O primeiro vestibular foi realizado em 22/08/1971, com 321 inscritos. Matricularam-se 304 alunos, que compuseram as primeiras turmas da faculdade¹⁰⁸. Todos foram instalados na mesma data: 01 de setembro de 1971, e começaram a funcionar provisoriamente no mesmo

¹⁰⁸Pereira (1999), em seu relatório sobre a instituição, informa que esse primeiro vestibular foi presidido pelo inspetor do Departamento de Assuntos Universitários, Láucidos de Mattos Garroux, sendo a aula inaugural ministrada pelo deputado federal Manoel Bezerra de Melo, da Organização Mogiana de Educação e Cultura, que muito auxiliou a FE nos trâmites burocráticos que levaram à autorização federal.

prédio em que funcionava o Colégio Nossa Senhora do Carmo, à Rua Dr. Getúlio Vargas, 40, no centro da cidade, sob a direção do advogado e professor de Língua Portuguesa, José Ferreira de Assis¹⁰⁹. Em 1973, a FFCL passou a ter 632 alunos, mas devido ao pedido de demissão de Assis, o diretor passou a ser o também professor de Língua Portuguesa e escritor, José Geraldo Evangelista, que ficou no cargo até 1975.

O *Campus* da FFCL está localizado atualmente na Rua Cel. Flauzino Barbosa Sandoval, 1259, em Ituverava. Mas esse não foi o seu primeiro endereço. Quando foi criada, a escola funcionou provisoriamente na Rua Major Domingos Ribeiro dos Santos, 505, no centro da cidade. Lá ficou entre os anos 1971 e 1975. Só então foi instalada em seu prédio próprio.

Nesse prédio, além das salas de aulas e salas administrativas, funcionam ambientes pedagógicos. Há laboratórios de ciências físicas e biológicas, laboratórios de informática, biblioteca, videoteca e salas de estudo.

O acervo da biblioteca é composto por livros, periódicos, obras clássicas, obras de referência e recursos de multimídia. Ela é aberta a toda comunidade, embora o empréstimo domiciliar seja facultado apenas aos usuários nela inscritos e permitido somente aos alunos, docentes e funcionários da Fundação Educacional de Ituverava. Há terminais de computadores disponíveis para pesquisa à internet e consulta do Boletim do aluno *online*, além de serviços de reprografia.

O currículo dos cursos prevê a elaboração de trabalhos de conclusão de curso (TCC), bem como a oportunidade de atuação do aluno em monitoria nas disciplinas oferecidas. Nos cursos de Licenciatura especificamente, conforme as exigências legais, necessita-se de estágio supervisionado, cujo objetivo é a preparação prática do futuro professor. Nos planos dos cursos observa-se a preocupação de formação de profissionais que, além de terem os conhecimentos técnicos específicos da área, estejam preparados para exercer a profissão com ética e consciência crítica.

O público alvo é aquele que necessita trabalhar durante o dia e que pretende ingressar num curso superior. Em sua maioria são oriundos das escolas públicas da região, alguns com Licenciatura em outras áreas, desejando aprimorar conhecimentos e buscar novas alternativas e novas oportunidades na área de docência.

Em 2009 a FFCL teve 708 alunos matriculados em todos os seus cursos de graduação e 73 professores contratados. Em 2010 os números sofreram alteração e a

¹⁰⁹ O secretário era o prof. Octacílio de Paula Souza, que substituíva eventualmente os diretores em ocasiões de afastamento, tendo trabalhado muitos anos na instituição.

faculdade passou a ter 724 alunos nos cursos de graduação, com 63 professores contratados. Essa situação está registrada na tabela que se segue.

Tabela 6: Alunos da FFCL de Ituverava em 2009/2010 e total de egressos 2009

Cursos de graduação	Total de Alunos em 2009	Percentual de alunos por curso 2009	Total de egressos 2009	Alunos em 2010	Percentual de alunos por curso 2010
Pedagogia	153	21,6%	52	171	23,5%
Letras	47	6,7%	13	49	7%
Matemática	0	0%	0	21	3%
História	41	5,8%	8	30	4%
Ciências Biológicas	96	13,5%	24	84	11,5%
Administração	371	52,4%	83	369	51%
Total de Alunos dos cursos de Licenciatura	337	47,6%	97	355	49%
Total Geral	708	100%	180	724	100%

Fonte: CNSC/FE -Secretaria

A tabela 6 evidencia a crise dos cursos de licenciatura na FFCL. Em 2009, os cinco cursos de preparação de professores somaram no total apenas 47,6% do total de alunos. Portanto, mais da metade do alunado se concentra no único curso que não tem perfil de preparação docente, qual seja, o curso de Administração. Em 2010, os estudantes de licenciaturas somaram 49% do total de alunos, repetindo-se assim a mesma situação.

Entre os cursos de licenciatura, o menos procurado é o de Matemática, enquanto o mais procurado é justamente o de Pedagogia. Essa situação pode ser explicada pelo fato de muitos professores já em atividade em disciplinas específicas buscarem aprimorar sua formação cursando Pedagogia. Além disso, o curso oferece oportunidades para que o profissional possa galgar postos de trabalho na docência, passando a exercer funções de coordenação, direção ou supervisão escolar. Paralelamente, o curso de Matemática, disciplina tradicionalmente considerada “difícil”, tem menor número de interessados. Mesmo porque aqueles que se interessam pelas Ciências Exatas evitam optar pela docência, preferindo buscar postos de trabalho em outras áreas.

Entretanto, as áreas de Línguas e Ciências Humanas também têm sido pouco procuradas. Juntos, os cursos de História e Letras representaram apenas 12,5% do alunado em 2009 e 11% em 2010. Conclui-se, portanto, que a profissão docente tem realmente sido rejeitada por aqueles que buscam preparar-se para uma profissão de nível superior.

Essa ideia é reforçada quando se observa que o curso de licenciatura mais procurado é o de Ciências Biológicas, com 11,5% do alunado em 2010: justamente aquele que oferece maiores oportunidades de trabalho em outra área, que não seja a docência. Mesmo assim, observa-se diminuição no número de alunos do ano de 2009 para 2010, quando o percentual foi reduzido em 2%.

Apenas cerca da metade dos membros do corpo docente residem em Ituverava. Os demais vêm de outras cidades da região, principalmente de Ribeirão Preto. Há registro de docentes residentes em Franca, Uberaba, São Carlos, Jaboticabal, Guará e Morro Agudo. Desse modo, em 2009 a instituição manteve 44% de professores residentes em Ituverava, 34% em Ribeirão Preto e 22% nas demais cidades citadas. Em 2010 são 51% residentes em Ituverava, 30% em Ribeirão Preto e 19% nos outros municípios. Observem-se os dados na tabela que segue:

Tabela 7: Docentes da FFCL de Ituverava 2009/2010 por município de residência

Municípios de residência dos professores	Corpo docente em 2009	Porcentagem	Corpo docente em 2010	Porcentagem
Ituverava	32	51%	32	44%
Ribeirão Preto	25	34%	19	30%
Franca	8	11%	7	11%
Uberaba	2	3%	2	3,2%
São Carlos	2	3%	1	1,6%
Jaboticabal	2	3%	1	1,6%
Guará	1	1%	1	1,6%
Morro Agudo	1	1%	0	0%
Total	73	100%	63	100%

Fonte: CNSC/FE -Secretaria

Portanto, verifica-se que a cidade de Ituverava, de fato um município de pequeno porte, não é capaz de suprir a necessidade de professores qualificados, que são então buscados nos centros maiores da região.

Em 2009, a faculdade obteve uma avaliação satisfatória segundo os parâmetros adotados pelo MEC. Em ranking elaborado pela *Folha de S. Paulo* em sua edição de 01/09/2009, ela ocupou o 9º lugar entre as escolas de ensino superior da região, sendo sua nota 222. Sua classificação no Índice Geral de Cursos – IGC¹¹⁰ foi 3, tanto em 2008, quanto em 2009.

Além dos cursos de graduação, são oferecidos também cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. Em 2010 estão sendo oferecidos os seguintes cursos desta modalidade: “História – Brasil: Leituras do Século XX”; “Educação Especial”; “Educação Infantil”; “Educação Matemática”; “Gestão Financeira”; “Gestão Estratégica de Marketing”; “Gestão Estratégica de Pessoas”; “Letras: Linguística, Letramento e Estudos Literários”; “Fundamentos e Técnicas para o Estudo da Biodiversidade”; “Psicopedagogia”.

¹¹⁰ IGC (Índice Geral de Cursos) é um indicador de qualidade adotado pelo MEC, composto pela média do CPC (Conceitos Preliminares de Curso), usado na avaliação dos cursos de graduação, e a nota CAPES, atribuída aos cursos de pós-graduação. Para o cálculo do IGC conta ainda a nota do curso no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e a qualificação dos professores (número de Mestres e Doutores) entre outros. Esse índice é utilizado pelo MEC para orientar as suas ações de fiscalização e controle da oferta de ensino superior no Brasil.

São cursos de especialização com duração variável entre 12 e 24 meses, voltados àqueles que buscam atualização profissional e expansão de conhecimentos e que na prática, aprimoram a formação educacional da população.

3.3.3.1. O curso de Pedagogia

Nesses quase 40 anos de existência, muitas modificações afetaram a instituição. O curso de Pedagogia, por exemplo, oferecendo habilitações em Magistério das disciplinas pedagógicas do Ensino de 2º Grau e em Administração Escolar de 1º e 2º Graus, foi reconhecido em 1975 e, já em 1976, foi instalado o curso com uma nova habilitação em Orientação Educacional, reconhecida no ano seguinte. Portanto, em seus primeiros anos, o curso de Pedagogia buscou formar profissionais para a área de educação de acordo com os parâmetros daquele momento histórico. Conforme a necessidade do mercado de trabalho de então, o curso ofereceu à sociedade diretores de escola do que hoje denomina-se Ensino Básico, bem como professores que ensinavam no antigo curso Normal – curso de formação de professores de nível médio, além dos orientadores educacionais que também atuavam nas escolas de 1º e 2º Graus.

O curso tinha a duração de quatro anos. Ele sofreu várias modificações no decorrer do tempo. Em atos publicados no Diário Oficial da União (daqui em diante denominado de forma abreviada pela sigla DOU) nos meses de julho e agosto de 1977, foi reconhecida a habilitação em Orientação Educacional - Licenciatura Plena, que era acrescida às habilitações já existentes. A instalação do curso já ocorrera em março de 1976.

Da mesma forma, a habilitação em Supervisão Escolar passou a ser oferecida em março de 1985, obtendo Parecer Favorável ao seu funcionamento no mesmo ano. O reconhecimento foi publicado no DOU em maio de 1986. Essa habilitação era uma exigência que à época se fazia para que o profissional da educação exercesse a função de Supervisor de Ensino nos órgãos administrativos regionais, que então eram denominados Delegacias de Ensino¹¹¹.

¹¹¹ Pelo Decreto Estadual 43.948 de 09/04/1999, publicado no DOE de 10/04/1999, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo reorganizou-se administrativamente e as antigas delegacias passaram a ter a

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96) orientava no sentido de que o professor de Educação Básica deveria ter curso de Licenciatura Plena. A partir desse momento, os antigos cursos normais, que ofereciam habilitação de nível médio para o magistério das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental entrariam em processo de extinção no país. Para atender às novas exigências da legislação educacional, foi então criado o curso Normal Superior, que oferecia habilitações em magistério para os anos iniciais do Ensino Fundamental e em Educação Infantil. Manteve-se a habilitação em Administração Escolar do Ensino Fundamental e Médio. Buscava-se aprimorar a formação de professores no país. Nesse contexto, em 2006, a FFCL obteve o reconhecimento desse novo curso, que foi publicado no DOU em 21/11/2006. A partir de então, passou a ser oferecida habilitação em Magistério para os anos iniciais do Ensino Fundamental e em Magistério da Educação Infantil.

No mesmo ano de 2006, entretanto, as novas diretrizes para o curso de Pedagogia, emanadas pelo MEC através da Resolução CNE/CP nº 1 de 15/05/2006 alteraram as normas aplicadas ao curso de Pedagogia no país. Foi extinta a antiga organização do curso em habilitações, que foram unificadas a partir daí. A FFCL adequou-se às novas diretrizes e o último reconhecimento do curso de Pedagogia foi feito pela Portaria Ministerial nº 150, de 30 de maio de 2006. Em 2007 foi publicada nova grade curricular do curso, que passou então a ter a duração de apenas três anos.

Em 2010 o curso teve 171 alunos matriculados, mais que em 2009, quando estes somaram 160. Neste mesmo ano de 2009, 52 alunos concluíram o curso.

Entre os cursos que oferecem licenciatura, este é o mais procurado. Isso pode ser explicado pelo fato de que uma expressiva parcela dos alunos já possui outra licenciatura e busca aprimoramento profissional. Martini (2005), estudando o perfil de professores-alunos inseridos no Projeto Institucional UNESP/Pedagogia Cidadã pertencentes ao polo de Franca em parceria com as secretarias da educação de municípios paulistas, observa que essas pessoas:

[...] não teriam condições, seja pessoal ou financeira para fazer um curso “tradicional” de pedagogia. Os inúmeros percalços vividos afastaram-no de qualquer curso de graduação, capacitação desde sua formação no Magistério. Por estarem afastados, na maioria das vezes, por um longo período da “escola”, apresentavam inseguranças, apreensões quanto ao novo curso e seu

denominação de “diretorias regionais de ensino”. Na ocasião, a Delegacia de Ensino da Região de Ituverava foi extinta e suas escolas incorporadas à Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra, situação que persiste até o momento.

desempenho. Enquanto profissionais na ativa, tinham um horário de trabalho bastante intenso, visto que a separação dos familiares aparece na maioria dos relatos como um grande problema a ser resolvido.

Por outro lado, a consciência profissional da necessidade de melhor formação também é um fator presente nos relatos destes professores (MARTINO, 2005, p. 62).

Essas observações, feitas pela autora acerca de uma clientela específica, de um curso específico, são, não obstante, aplicáveis à clientela do curso de Pedagogia aqui analisado, já que se trata de um curso com preços acessíveis, com oferta significativa de bolsas de estudo, que funciona no período noturno, possibilitando que o aluno trabalhe durante o dia.

O sítio da FFCL na Internet informa que:

O Curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino na modalidade Normal, de educação profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos [...].

O curso proposto pretende formar educadores capazes de conhecer, analisar e interferir na realidade educacional, social política e econômica na qual se inserem. Pretende, também, proporcionar uma visão abrangente do papel social do educador e da necessidade de aprendizagem continuada, além da aquisição de novas ideias e tecnologias. Para este intento, procurará desenvolver uma sólida formação humanística, técnico-científica; objetividade, precisão e clareza dentro da comunicação, assim como estabelecer relações entre todas as áreas de conhecimento e despertar a criação e adequação de métodos pedagógicos ao seu ambiente de trabalho. (FE, 2010c)

Como é próprio dos cursos de licenciatura, há exigência de estágio, que é realizado pelos alunos nas escolas de ensino básico, tanto públicas quanto particulares da região. Além desse tipo regular de estágio, os cursos de Pedagogia e o de Letras estabeleceram convênio com a Secretaria Municipal da Educação de Ituverava para que os alunos atuem em escolas municipais em atividades de reforço ao processo de alfabetização e letramento de alunos de 2ª a 4ª série do ensino fundamental. As aulas são ministradas aos sábados pelos estudantes do último ano dos cursos. O mesmo tipo de parceria foi estabelecida com as escolas estaduais pertencentes à Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra.



Figura 15 - 1ª turma de formandos do curso de Pedagogia da FFCL de Ituverava
Fonte: acervo da FE

A figura 15 reproduz a fotografia da cerimônia de formatura dos alunos da primeira turma de Pedagogia da FFCL de Ituverava. Nela é possível observar o caráter formal das pessoas, vestidas com a tradicional beca, que ainda é usada atualmente nessas cerimônias.

3.3.3.2. *O Curso de Letras*

O mesmo sítio da Internet anteriormente citado informa sobre o curso de Letras. Nele pode-se ler:

O curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava destina-se à formação de profissionais de nível superior, voltados, principalmente, para a pesquisa e o ensino de Língua Portuguesa, Literaturas Brasileira e Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-Americana.

Por meio de atividades teóricas e práticas, o curso de Letras da FFCL-FE desenvolverá, no graduando, competências e habilidades para leitura, interpretação e produção dos diversos tipos de textos de Língua Portuguesa e/ou de Língua Inglesa. Ademais, espera-se que o licenciado neste curso detenha o domínio da língua no que se refere à sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, considerando-se a pluralidade cultural que permeia o povo brasileiro e as variações linguísticas que surgem num país de grande extensão territorial.

Além da preparação para o exercício do magistério nos ensinos fundamental e médio, o curso de Letras possibilita, ainda, outras opções, oferecendo embasamento necessário para o desempenho de funções específicas como as de revisor, secretário bilíngue, redator e outras atividades relacionadas com as de língua e literatura contempladas nas habilitações (FE, 2010d, s.d.).

Por ter sido um dos primeiros cursos criados, no nascimento da própria FFCL de Ituverava, o curso demonstra a mesma preocupação humanista na formação de professores. Assim como o curso de Pedagogia, o curso de Letras foi instalado em setembro de 1971, após obter autorização de funcionamento no mês anterior. Manteve desde então o oferecimento de Licenciatura Plena em Português, Inglês e respectivas literaturas.

Em 1975 o curso foi legalmente reconhecido, tendo esse reconhecimento sido renovado em 2006, pela Portaria Ministerial nº 257, de 26 de janeiro de 2006. Nesse mesmo ano passou a ter a duração de apenas três anos, o que foi autorizado pela Portaria 150 de 30/05/2006.

Tem obtido boas avaliações do MEC: foram três notas 4 na avaliação de 2009, tendo então sido classificado como o 15º melhor do Estado de São Paulo dentre os 114 cursos de universidades públicas e particulares avaliados.

Embora seja um curso bem sucedido nas avaliações realizadas pelo MEC, em 2009 ele formou apenas 13 professores e em 2010 matricularam-se na nova turma apenas 18

alunos. Trata-se de um fenômeno bem brasileiro: diminui o interesse pelos cursos de Licenciatura diante dos baixos salários e das difíceis condições de trabalho no magistério.



Figura 16– 1ª turma de formandos do curso de Letras
Fonte: acervo da FE

Na figura 16, em que vê-se a primeira turma formada pelo curso de Letras da FFCL de Ituverava, pode-se observar a predominância de mulheres. Um dado interessante a ser registrado é a presença de uma professora cega, posicionada no centro da foto (usando óculos). Essa é uma situação que hoje denominamos de “inclusão das pessoas com necessidades especiais” e que já se verificava então. Ao alto, da esquerda para a direita, estão: dr. Mário Vasconcelos, médico que ministrou aulas durante muitos anos na faculdade, o diretor, prof. José Geraldo Evangelista e o secretário, prof. Octacílio de Paula Sousa.

3.3.3.3. O Curso de Matemática

A preocupação com o ensino de matemática é antiga no Brasil. Em 1889 já foi criada uma “cadeira” dessa disciplina em Pernambuco. Mas, antes disso, em 1858, os estudos de matemática já integravam a “Escola Central”, criada a partir da Escola Militar que, por sua vez, surgira quando da vinda da família real para o Brasil em 1808. Em 1874, ela passou a denominar-se “Escola Politécnica” e formava quatro especialidades de engenheiros: engenheiro de minas, civil, geógrafo e industrial. Eram eles os professores de matemática, física e química do Brasil naquele momento.

O curso de Matemática também é um dos mais antigos na FFCL de Ituverava: autorizado a funcionar em 1971, foi instalado em 01 de setembro do mesmo ano e reconhecido em dezembro de 1975.

Em 1976 foi autorizado o curso de Licenciatura Curta em Ciências. Nesse momento o curso de Matemática foi transformado em curso de Ciências, com a duração de dois anos. Mas foi mantida a opção pela Licenciatura Plena em Matemática para aqueles que se dispusessem a estudar por mais dois anos.

É preciso lembrar que, criada em 1971, durante o período de ditadura militar, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava é filha de seu tempo e adaptou-se ao momento histórico vivido. Assim, nasceu oferecendo cursos de licenciaturas curtas. Projetos desenvolvimentistas estavam na ordem do dia e acreditava-se que o desenvolvimento tão almejado dependeria da oferta de escolas à população. Era necessário e urgente formar professores que se responsabilizassem pela educação formal do povo. A população brasileira crescia rapidamente e a demanda por vagas aumentava.

Desde a década de 1950 acentuara-se a preocupação em formar profissionais preparados para o magistério, que muitas vezes era exercido por leigos no assunto. Os professores deveriam, conforme a visão da época, apresentar um perfil adequado ao exercício de sua função, ou seja, deveriam ter características como o gosto pelo estudo, a capacidade de atualização constante, talento e maturidade para lidar com crianças e jovens.

Nessas circunstâncias surgiram as Licenciaturas Curtas, obedecendo às orientações da Lei 5.692/71, que instituiu a Reforma Universitária. Menezes Filho et al (2009), discorrendo sobre a escassez de oferta de mão de obra qualificada detectada na década de 1970, comenta a política adotada então, afirmando:

O aumento de escolaridade, focado no ensino superior de qualidade para poucos, não foi suficiente para suprir a demanda na época do milagre econômico. Esta política educacional, que privilegiou o ensino superior à universalização do ensino fundamental, tem sido muito criticada (MENEZES FILHO, 2009, p. 6).

Nesse contexto, a FFCL oferecia a possibilidade de formação de professores de Ciências em apenas dois anos. Isso terminou em 2000, quando a Portaria MEC 596 de 03/05/2000 e o Parecer CES 355/2000, de 05/05/2000 aprovaram e autorizaram a conversão do curso de Ciências com habilitação em Matemática – Licenciatura Plena, em curso de Matemática – Licenciatura Plena. Esse curso foi depois reconhecido pela Portaria MEC 3.878/2004. O pedido de reconhecimento foi renovado junto ao MEC em 2007 e aguarda retorno. Em 2006 a duração do curso passou a ser de apenas três anos, conforme nova grade curricular publicada no DOU.

Na figura 17 (a seguir) está reproduzida a foto de formatura da primeira turma do curso de Ciências e Matemática da FFCL de Ituverava. Nela observa-se maior número de homens, talvez pela tradição de as ciências exatas ficarem prioritariamente em mãos masculinas



Figura 17 - 1ª turma de formandos do curso de Ciências e Matemática
Fonte: acervo da FE

O sítio da FE na Internet informa:

O curso de Licenciatura em Matemática da FFCL forma profissionais capazes de ministrar aulas tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. [...] Poderão desenvolver outras atividades como as de suporte junto aos ramos das Ciências como Economia, Estatística, Física, Linguística, Sociologia e Informática, nesta desenvolvendo métodos e programas utilizados no controle, difusão e organização de informações. Os profissionais com formação em Matemática podem realizar as seguintes tarefas:

- Lecionar na rede oficial de ensino;
- Lecionar em escolas particulares;
- Desenvolver atividades ligadas ao magistério, por exemplo, como coordenador;
- Aplicar os princípios da Matemática nos vários campos do conhecimento humano (Física, Estatística, Eletrônica, Computação, etc.);
- Atuar em instituições científicas e financeiras;
- Trabalhar em serviços de administração pública e particular, como assessor;
- Ingressar em um curso de pós-graduação para lecionar e/ou pesquisar em instituições de ensino superior;
- Atuar no equacionamento e solução de problemas de pesquisas de desenvolvimento, de produção e de logística na Eletrônica, nas Ciências Biológicas e na organização de indústrias bem como na reestruturação de Sistemas Econômicos ou na área de Engenharia e Processamento de Dados. (FE, 2010e).

Segundo essa mesma fonte, o curso “visa a funcionar, também, como elo permanente de reflexão sobre a prática educativa dos diferentes graus, níveis e modalidades de ensino, promovendo a articulação entre esses e a comunidade”. Prevê também que “os alunos da licenciatura, devem ter a oportunidade de envolver-se em pesquisa na área de Matemática, através de atividades de iniciação científica ou outras similares, pois saber como o conhecimento matemático se constrói e evolui é importante” (<www.feituverava.com.br/ffcl/p_matematica.asp>).

Entretanto, vítima do já citado fenômeno de diminuição de interesse pelos cursos de Licenciatura no país, o curso de Matemática não conseguiu formar turmas nos últimos anos. Em 2008 e 2009 o número de matrículas foi muito pequeno, o que inviabilizou o funcionamento de uma nova classe. Os egressos de 2008 foram em número de nove apenas. Mas, em 2010 ingressaram 21 alunos e o curso, com duração mínima de três anos, foi retomado, o que talvez se deva à escassez de profissionais da área no mercado de trabalho.

Percebe-se que embora o mercado de trabalho esteja precisando de professores de matemática, o curso não apresenta público interessado. Essa é uma situação paradoxal, é um

impasse vivido atualmente pelas políticas públicas no Brasil: ainda se necessita de professores, entretanto a carreira não atrai os jovens. Diante disso, o MEC instituiu em 2009 um novo programa para formação de professores, que busca oferecer a licenciatura adequada aos professores que já atuam em todo o território nacional sem, entretanto, serem formados legalmente na área¹¹².

A disciplina de matemática é uma das que apresenta defasagem de profissionais graduados em atividade docente no Brasil. Muitos profissionais lecionam sem a devida formação, como evidenciaram os últimos censos de educação básica, realizados pelo Inep. Entretanto, há disciplinas que sofrem mais com a falta de professores licenciados na área e esse é o caso de Física. Dessa forma, muitos professores de matemática têm atuado como docentes dessa disciplina, mesmo porque não há cursos de ensino superior de Física na microrregião analisada. Outra resposta para explicar esse fenômeno está nos baixos salários, como já foi demonstrado anteriormente. Na *Folha de S. Paulo* de 28 de maio de 2009 lê-se:

No Brasil, dados do questionário socioeconômico do Enade (exame substitutivo do Provão) mostram que [...] os alunos em cursos de formação de professores são os mais pobres, de famílias menos escolarizadas e que mais estudaram na rede pública.

Em áreas em que o número de formados já não dá conta da demanda – caso de matemática, física e química – o problema fica ainda mais agudo [...]. Sem salários atrativos, não há vocação que resista. Resta às escolas darem um jeitinho para que os alunos não fiquem sem aulas dessas áreas (GOIS, 2009, p. C8).

Esse fenômeno tornou-se mais óbvio no caso do Estado de São Paulo quando a Secretaria de Estado da Educação voltou atrás em sua proposta de selecionar qualitativamente professores para atuação na rede estadual por meio de provas de conhecimentos específicos e didático-pedagógicos. Por determinação da própria Secretaria, os professores não aprovados foram inicialmente excluídos. Entretanto, para surpresa de muitos, ela retirou essa proibição diante da realidade de que não existem professores suficientes¹¹³ para atendimento de todas as escolas do Estado. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou em 26 de maio de 2010 essa decisão:

¹¹² Trata-se da Plataforma Freire, pela qual o MEC em parceria com Estados e universidades públicas oferece cursos de licenciatura a professores que já estão em sala de aula, mas não possuem a Licenciatura necessária. A previsão é oferecer 330 mil vagas até 2011.

¹¹³ Outro caso que evidencia o fenômeno da baixa oferta de docentes: a *Folha de S. Paulo* publicou em 12 de junho de 2010 reportagem sobre a falta de professores nas escolas da cidade de Araraquara, localizada no interior do Estado de São Paulo. Segundo a jornalista Lígia Sotratti, desde o início do ano letivo há falta de educadores nas escolas municipais. Diante do problema, a Justiça deu prazo de 15 dias para que o impasse se resolvesse, sob pena de multa diária de dez salários mínimos (2010, p. C1).

O governo de SP autorizou a contratação de professores que não tenham prestado um exame de seleção. Criado em 2009, o exame, segundo sempre pregou o próprio governo, tem como objetivo melhorar a escolha de docentes para a rede.

A resolução já está em vigor. A secretaria diz que a norma, publicada ontem no “Diário Oficial”, é só uma garantia caso faltem professores temporários (não concursados). [...]

A norma prevê ainda que formados em pedagogia poderão dar aulas, de forma emergencial, de matérias específicas – como física, química e matemática.

Não foram divulgados números sobre o déficit de docentes nem sobre o de alunos que estão sem aula por falta de professor. A secretaria informou apenas que há carência na área de exatas.

Os sindicatos do setor afirmam que a falta de docentes é generalizada. O próprio governador Alberto Goldman (PSDB) reconheceu anteontem que há déficit.

“[...] Parece que ninguém quer ser professor de física, não sei por quê” (p. C5).

Qual seria o motivo? Esse assunto já foi tratado aqui e, de fato, sabe-se que isso se explica pela desvalorização da profissão docente no Brasil. Muitas são as razões dessa desvalorização. Os fatores estruturais estão na política neoliberal adotada no Brasil em um mundo em processo acelerado de globalização. Se acrescentar-se a esses fatores uma herança histórica colonialista e escravista, tem-se como resultado uma sociedade desigual.

Outras razões mais específicas para a desvalorização da profissão docente podem ser levantadas, tais como a visão da escola como empresa, cuja produtividade deve ser aferida pelos índices de retenção e promoção, ao invés de ser vista como processo de humanização das pessoas.

Está em processo uma crise de identidade do profissional da educação: a insatisfação com a profissão, o individualismo, a disputa pelas vagas de trabalho nas escolas e a fraqueza dos sindicatos da categoria agravam a situação, levando o educador ao sentimento de desamparo e desalento.

Tudo isso piora diante dos baixos salários pagos à categoria, que não oferecem ao profissional, condições dignas de vida. Dado que no Sistema Capitalista atual, cada um vale pelo que tem e não pelo que é, o professor está valendo muito pouco economicamente falando. Isso tem efeitos destruidores na autoestima dos educadores. Ocorre uma evidente decadência na dignidade da profissão. O ambiente de trabalho, principalmente em escolas públicas também deixa a desejar: as relações pessoais são tensas, principalmente entre alunos e professores.

Em 2005, ano de ENADE para o curso de Matemática, o CPC foi 3, ou seja, considerado bom. Nesse ano o curso contava com apenas 84 alunos. No ano de 2008 não

houve formação de turma ingressante e a de formandos, como já foi mencionado, contava apenas com nove alunos. Assim, não houve possibilidade de cálculo de ENADE, IDD e, como consequência, o curso não foi avaliado pelo MEC.

3.3.3.4 O Curso de História

A primeira notícia sobre ensino de História no Brasil, segundo Cunha (2007a), é de 1817, quando foi criada uma “cadeira” dessa disciplina em Ouro Preto.

Em Ituverava, o curso de História é provavelmente aquele que passou por maior número de transformações ao longo do tempo. Criado como Licenciatura Curta em Estudos Sociais, conforme o espírito desenvolvimentista da era de ditadura militar no Brasil, ele foi autorizado junto com os cursos de Pedagogia, Letras e Matemática, pelo Parecer CFE 485, de 11/08/1971 e Decreto 69.058 de 12/08/71, quando da criação da FFCL de Ituverava. Começou a funcionar em 1º de setembro do mesmo ano e obteve reconhecimento pelo Parecer CFE 2.507/75 e Decreto 76.182 de 01/09/1975.

Mas, em 1974, já sofrera sua primeira alteração: Além da licenciatura curta em Estudos Sociais, foi autorizada a habilitação em Educação Moral e Cívica. Esta disciplina, ao lado da também criada “Organização Social e Política do Brasil”, era fruto do nacionalismo pregado pelo governo militar e buscava promover o conhecimento e o culto aos valores nacionais e burgueses. Como havia demanda para profissionais dessa área nas escolas e como o curso tinha menor duração, foi bastante procurado. Seu reconhecimento deu-se em 1976, pelos Decreto 77.578 e Parecer CFE 537.

No caso da Licenciatura em Estudos Sociais, disciplina introduzida no ensino de primeiro grau em substituição a História e Geografia, Silveira (2008) afirma:

[...] os militares fizeram uso de uma discussão que já vinha ocorrendo no âmbito educacional e impuseram a licenciatura curta em Estudos Sociais que era realizada em um ano e meio, 1.200 horas de curso, e também formava

professores para Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. Dessa forma, aligeiravam a formação e colocavam no mercado profissionais que, se por um lado atenderiam a essa demanda, por outro lado atenderiam também aos propósitos ideológicos do regime. A exigência era a de que o professor fosse polivalente dada a existência de áreas carentes no mercado. O argumento encontrado como justificativa para isso era o de que seria preferível um professor “curto” a um leigo, portanto, a licenciatura curta era reconhecida como um mal necessário (SILVEIRA, 2008, p. 150-51).

De fato, desde a década de 1950, os educadores criticavam o ensino tradicional que era oferecido aos alunos na área de Ciências Humanas. Ressaltavam que:

[...] a vida em sociedade era complexa e formada de elementos interdependentes, era sociológica e interativa e não exclusivamente geográfica, histórica ou econômica. A vida era resultado da dosagem desses elementos, por isso, só seria possível explicá-la se a análise tomasse como referência o conjunto dessas ideias e não uma parte separada. Nesse sentido, os ensinamentos segundo esta análise, deveriam restituir ao educando o sentido da complexidade e a única matéria capaz de fazê-lo seria os Estudos Sociais. Só assim os currículos poderiam discutir a realidade social (SILVEIRA, 2008, p. 114).

Embora essas ideias fossem atraentes, na prática, não foi isso o que aconteceu. Na verdade, a disciplina Estudos Sociais tornou-se símbolo da ação da ditadura brasileira e Silveira (2008) resume os resultados da experiência:

Pois bem, estes profissionais dificilmente estariam dotados de ferramentas para fazer críticas ao regime por incapacidade ou por autoritarismo. Seguiriam assim os manuais previamente concretizados a partir da lei da censura. Portanto, a criação da licenciatura curta em Estudos Sociais e a sua transformação em disciplina ministrada no 1º grau, em conjunto com a disciplina de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, representou, como bem disse Fenelon (1984), um ataque direto à formação de professores de História, aos profissionais que já atuavam no magistério e ao próprio processo de discussão dos anos 40, 50 e 60, impedindo assim o amadurecimento do debate no campo educacional e por isso significou um atraso substancial principalmente para as humanidades (SILVEIRA, 2008, p. 122).

De fato, as mudanças foram recebidas com desagrado pelos profissionais da área educacional. Selva G. Fonseca (1997) fez um trabalho no qual coletou depoimentos de professores de História. Alguns desses depoimentos caracterizam bem essa posição contrária da categoria. Assim, em entrevista a Fonseca (1997), a professora Miriam Zeltzer Fialkow afirma:

Tudo ia bem, mas aconteceu a trágica reforma da educação no ano de 1971! Mesmo que alguns de seus princípios sejam válidos, seus objetivos subjacentes foram nefastos e sua aplicação, pior ainda.

A perda da qualidade de ensino no Brasil se deve ao caos que desse fato surgiu: diminuição violenta da carga horária da escola pública e, pelos custos decorrentes, também na escola particular (FONSECA, 1997, p. 153).

Outro depoimento interessante é o de Déa Ribeiro Fenelon, uma das fundadoras da ANPUH (Associação Nacional de Professores Universitários de História), que narra:

[...] foi no espaço da associação que nós fizemos a grande luta contra estudos sociais [...] foi uma batalha grande que envolveu toda a comunidade. Ela começou por volta de 1971-1972, com a implantação das licenciaturas curtas de estudos sociais e a possibilidade de acabar com a licenciatura plena de história. Foi o começo de nossa luta contra estudos sociais, num congresso em Goiânia. A partir disso, nós nos posicionamos. A associação teve uma participação muito forte na luta contra estudos sociais e eu participei muito disso [...] (FONSECA, 1997, p. 81 - 82).

A FFCL de Ituverava, portanto, foi parte integrante desse processo histórico ocorrido em âmbito nacional. Porém, em 1984 houve uma nova transformação. O período de ditadura militar chegara ao fim. A Portaria MEC 387/1984 autorizou a conversão, por via de plenificação, nas habilitações de Geografia, História e Educação Moral e Cívica – Licenciaturas Plenas. Na prática, ocorria que o aluno poderia optar por fazer um curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais em apenas dois anos ou então complementar sua formação cursando mais dois anos de História ou dois anos de Geografia. Ao término do curso, poderia escolher permanecer no curso por mais um ano e formar-se também na outra disciplina. Ou seja, em cinco anos, se fosse essa a opção do aluno, ele poderia habilitar-se em História e Geografia – Licenciaturas Plenas. Esse tipo de curso passou a funcionar a partir de 01/03/1985, quando foi oficialmente instalado. Seu reconhecimento deu-se em 1987 pela Portaria 377/1987 e pelo Parecer CFE 329/1987.

Em 2007 ocorreu nova transformação. A procura pelo curso diminuíra substancialmente. As disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, bem como a disciplina de Estudos Sociais tinham sido extintas do currículo das escolas após o fim da ditadura militar. A Licenciatura Curta tinha sido desacreditada, bem como a carreira docente, que também deixou de atrair os jovens pelos fatores já conhecidos e citados anteriormente: baixos salários e más condições de trabalho. Além disso, o número de aulas de História e Geografia no currículo das escolas de ensino básico sofrera redução

importante a partir da década de 1990. Assim, já não havia público para as duas habilitações: História e Geografia.

Para viabilizar o funcionamento do curso foi feita a opção por apenas uma delas e a escolha da instituição recaiu sobre História, tendo sido extinto o curso de Geografia. A última turma de Geografia formou-se em 2005. Por sua vez, a última turma de Estudos Sociais – Licenciatura em História formou-se em 2009.

Também em 2005 foi publicada no DOU uma nova grade curricular, dando ao curso a duração de 3 anos. Mesmo assim, o curso permaneceu deficitário economicamente, o que não impediu sua manutenção nos últimos anos¹¹⁴.

A Portaria MEC – SES nº 503, de 01/06/2007, autorizou a transformação do curso de Estudos Sociais – Licenciatura, em curso de História – Licenciatura, cuja primeira turma deve formar-se em 2010. Portanto, só a partir de 2010 é possível dizer que não há mais Estudos Sociais na FFCL. O processo de reconhecimento do curso está em andamento, aguardando parecer do MEC. O sítio da instituição na Internet informa que o curso que funciona atualmente é reconhecido pela Portaria Ministerial 377, de 10 de junho de 1987 e autorizado pela Portaria Ministerial nº 503, de 01 de junho de 2007. Informa ainda:

O curso de História da FFCL de Ituverava prioriza uma sólida formação de seu aluno, para que este se torne um profissional criativo, reflexivo e crítico, apto a atuar nos ensinos fundamental, médio e, também, no superior. Oferece, ainda, a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos de pesquisa científica durante o curso, bem como a execução de um trabalho de conclusão do curso (TCC).

À medida que o mundo contemporâneo exige que se redefina o papel do aluno-cidadão, colocando-o como agente da construção de seu conhecimento, é preciso redimensionar também o papel do professor que ensina História em todos os níveis de ensino, o que implica rever aspectos de sua formação, tanto básica como continuada. Nesse contexto, o curso de Licenciatura em História garante que seus egressos tenham uma sólida formação de conteúdos Históricos/Historiográficos e pedagógicos.

O curso proporciona uma formação geral envolvendo outros campos do conhecimento necessários ao exercício do magistério; uma formação pedagógica dirigida ao trabalho do professor; uma formação que possibilite tanto a vivência crítica da realidade do ensino básico como também a experimentação de novas propostas que considerem a evolução dos estudos da educação histórica; um comprometimento político com a equidade social; uma participação ativa e crítica nos destinos da sociedade, formando assim profissionais que sejam capazes de compreender as mudanças tecnológicas e utilizar desses meios no ensino, na conscientização e na preservação da

¹¹⁴ É interessante observar que durante muitos anos os cursos de licenciatura tiveram grande demanda de alunos. A FFCL chegou a ser mantida financeiramente apenas por eles. Isso fica evidente em algumas atas do Conselho de Curadores da FE, como é o caso das atas de 03/08/1999, à p. 117 e da ata de 01/11/1999, à p. 119-L, nas quais essa situação é explicitada.

História, que lhes permitam não só o exercício do magistério, mas prosseguirem seus trabalhos em instituições históricas como arquivos, museus (FE, 2010f)

Atualmente com três anos de duração, o curso funcionou em 2009 com apenas 41 alunos. Formaram-se oito novos professores. Em 2010, as novas matrículas foram insuficientes para a formação de uma nova turma (apenas quatro pessoas se interessaram). Com apenas duas turmas em andamento, o curso está funcionando nesse ano com 30 alunos distribuídos em duas turmas.

O curso também possui ações sociais. Em 2009 iniciou-se o projeto “Memória e História: revivendo Ituverava”, implementado em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura. O objetivo é a recuperação do Museu Histórico da cidade. Entre as ações previstas estão o levantamento, organização e catalogação de toda a documentação histórica disponível no município, tanto no próprio museu, quanto em outros arquivos, como os de igrejas, cartórios e repartições públicas. Pretende-se incentivar a pesquisa histórica e possibilitar a participação dos alunos nessas atividades.

Apresenta-se aqui a mesma situação paradoxal já analisada anteriormente, tratando do curso de Matemática. Há necessidade de professores, mas não há interesse pela profissão, o que deixa os cursos de Licenciatura esvaziados.

O censo da educação básica de 2007 realizado pelo Inep e analisado por Pinho (2009) mostra que, no Brasil, “há em todas as disciplinas, um descompasso entre a formação do professor e o que ele tem a ensinar” (p. C8). A jornalista observa, então, que no caso das disciplinas de Filosofia e Sociologia, por exemplo, apenas 25% dos decentes são de fato graduados em Filosofia, enquanto para Sociologia há apenas 13% licenciados em Ciências Sociais.

No caso da região aqui analisada, não foi feito levantamento específico sobre o tema; mas nada autoriza a se imaginar resultado diferente, já que nas cidades que compõem a região, não há cursos superiores dessas áreas. Muitos dos professores que ministram essas disciplinas têm na verdade, formação em História.



Figura 18 - 1ª turma de formandos do curso de Estudos Sociais

Fonte: acervo da FE

A figura 18 documenta a formatura da primeira turma de Estudos Sociais. Observe-se nela o maior número de formandos em comparação com as demais turmas, o que era facilitado pela menor duração da licenciatura curta.

3.3.3.5. O Curso de Ciências Biológicas

A FFCL de Ituverava criou outro curso de Licenciatura em 2001: Ciências Biológicas – Licenciatura Plena, cuja autorização de funcionamento foi publicada no DOU no mesmo ano pela Portaria MEC 3007, de 18/12/2001. Instalado em 18/02/2002, foi depois reconhecido pela Portaria Ministerial nº 136, de 30 de maio de 2006. Esse curso forma os professores da disciplina de Biologia do Ensino Médio, bem como os habilita a lecionar a

disciplina de Ciências Físicas e Biológicas que integra o currículo do Ciclo II do Ensino Fundamental. Seu objetivo é a formação de professores para o Ensino Fundamental e Médio. O sítio da instituição na Internet informa:

O licenciado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava - FFCL possuiu uma formação básica, ampla e sólida, com adequada fundamentação teórico-prática que inclui o conhecimento profundo do padrão da diversidade dos seres vivos, bem como sua organização em diferentes níveis, suas relações filogenéticas e evolutivas, suas respectivas distribuições e relações com o ambiente em que vivem.

O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas oferecido pela FFCL obteve, durante o seu reconhecimento promovido pelo MEC, a conceituação “Condições Muito Boas – CMB” para a Estrutura Física. Para a Organização Didático Pedagógica, obteve o conceito “Condições Muito Boas – CMB”. Para o Corpo Docente, o conceito alcançado foi o de “Condições Boas – CB”.

Aos estudantes do curso, são oferecidos vários laboratórios bem equipados, para as aulas práticas, como o de Microscopia, Biotecnologia, Entomologia, Botânica, Anatomia Animal entre outros. Outro ponto de destaque é relativo ao grupo de professores, visto que 95% deles possuem mestrado e/ou doutorado.

O licenciado estará apto à docência do Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas ou particulares e também à pesquisa nas áreas de Ciências Biológicas. Como funções profissionais alternativas, o biólogo poderá atuar em equipes de pesquisa na área industrial, paisagismo e outros setores da pesquisa (FE, 2010g)

O curso tem a duração de quatro anos. Em 2009, ele funcionou com 96 alunos, sendo 52 o número de concluintes. Em 2010 matricularam-se 84 estudantes.

3.3.3.6. A abrangência dos cursos de licenciatura da FFCL na região

Toda escola produz uma cultura própria. Se isso se aplica a todas as instituições escolares, torna-se ainda mais verdadeiro quando se trata de uma instituição que forma professores. Mantendo cursos de Licenciatura desde 1971, é natural que grande parte dos educadores atualmente em exercício nas escolas da região sejam formados pela FFCL de Ituverava. Tem-se uma ideia da abrangência da atuação da instituição ao se verificar o corpo docente das escolas que integram essa mesma microregião. Uma boa amostragem vem das

escolas públicas mantidas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – SEESP, sob a jurisdição da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra. Esse órgão, localizado a 28 km de Ituverava, congrega doze municípios. Além de Ituverava, a Diretoria citada supervisiona as escolas de São Joaquim da Barra, Orlândia, Ipuã, Morro Agudo, Nuporanga, Sales Oliveira, Guará, Miguelópolis, Buritizal, Aramina e Igarapava.

Em julho de 2009, uma pesquisa realizada para este trabalho mostrou que estavam atuando nas escolas estaduais dessa região, 467 educadores formados pela FFCL de Ituverava. Além destes, na sede da Diretoria de Ensino, há 21 pessoas oriundas dessa mesma faculdade. Esses profissionais têm em suas mãos os 17.716 alunos da região, matriculados nessas escolas públicas estaduais em 2009. Estão distribuídos pelas mais diversas funções: professores das várias disciplinas, bem como Diretores de Escola, Vice-diretores, Professores Coordenadores Pedagógicos, além de Supervisores de Ensino e da própria Dirigente de Ensino da Região de São Joaquim da Barra¹¹⁵. Esses dados são indicativos do papel formador e da influência dessa instituição de ensino superior no setor educacional da região.

Esse levantamento foi realizado, conforme Gil (2007), com a utilização de questionários com questões fechadas, enviados via e-mail às escolas estaduais da região citada durante o mês de julho de 2009. Foi feita uma pesquisa descritiva com amostragem sistemática. Os questionários continham perguntas simples e objetivas, com solicitação de números correspondentes aos dados pesquisados. As escolas enviaram suas respostas também por e-mail. Para a coleta de dados do pessoal que trabalha na sede da Diretoria de Ensino, as perguntas foram feitas diretamente aos profissionais, o que foi possível devido ao número reduzido de pessoas do universo pesquisado. Os resultados obtidos foram tabulados e organizados nas tabelas apresentadas a seguir.

¹¹⁵ Dados fornecidos pela Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra, referentes ao ano de 2009.

Tabela 8: Professores licenciados pela FFCL de Ituverava docentes em escolas públicas estaduais da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra e número de alunos em agosto de 2009.

Escolas Estaduais	Município	Nº de Professores formados pela FFCL de Ituverava	Nº Total de profs. da escola	Percentual de profs. formados pela FFCL	Nº de alunos da escola
EE Cap. Antônio Justino Falleiros	Ituverava	54	69	78%	1.303
EE Dr. Willian Amin	Miguelópolis	27	77	35%	787
EE Martinho Sylvio Bizutti	Igarapava	20	35	57%	793
EE Francisco R. Soares Jr.	Buritizal	3	5	60%	120
EE Fábio José de Araujo	Aramina	19	37	51%	501
EE Marechal Rondon	Guará	32	47	68%	948
EE Profa. Genoveva Pinheiro Vieira de Vitta	São Joaquim da Barra	18	90	20%	1.296
EE Manoel Gouveia de Lima	São Joaquim da Barra	18	58	31%	1.144
EE Profa. Graziela Malheiro Fortes	São Joaquim da Barra	15	41	36,5%	293
EE Edda Cardozo de Souza Marcussi	São Joaquim da Barra	39	57	68,4%	816
EE Adolfo Alfeu Ferrero	São Joaquim da Barra	9	45	20%	617
EE Creso Antônio Filetti	São Joaquim da Barra	11	41	27%	488
EE Profa. Elza Miguel Francisco	São Joaquim da Barra	26	48	54%	1.045
EE Prof. Pedro Amauri Silva	São Joaquim da Barra	12	49	24,5%	767
EE Sylvio Torquato Junqueira	São Joaquim da Barra	14	44	32%	577
EE Antônio Francisco D'Ávila	Ipuã	22	35	63%	726
EE Lourenço B. de Camargo	Morro Agudo	2	16	12,5%	74
EE Manoel Martins	Morro Agudo	16	57	28%	935
EE Profa. Neuza O. Mizuno	Morro Agudo	13	61	21%	951
EE Roberto Robazzi	Morro Agudo	15	32	47%	526
EE Dona Maria Carolina de Lima	Nuporanga	5	30	16,6%	689
EE Capitão Getúlio Lima	Sales Oliveira	11	53	20,7%	1.069
EE Oswaldo Ribeiro Junqueira	Orlândia	29	62	46,7%	1.251
Total Geral		430	1089	39,5%	17.716

Fonte: Escolas estaduais e Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra

Na tabela 8 visualiza-se a dimensão da quantidade de professores licenciados pela FFCL de Ituverava, distribuídos por cada escola pública estadual pertencente à Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra em julho e agosto do ano de 2009. Consta nela

também o número de alunos de cada escola no mesmo período. Pode-se perceber que a presença dos egressos da faculdade aqui analisada é variável. Naturalmente, a escola localizada no município de Ituverava é a que apresenta índice maior de professores oriundos dessa faculdade (78%), enquanto a escola localizada em um bairro rural do município de Morro Agudo (a mais distante de Ituverava) é a que apresenta índice menor (12,5%). No geral, são 39,5% de professores egressos da FFCL de Ituverava atuando nas escolas da região. São 430 professores em um universo de 1089 na região, que atendem a um total de 17.716 alunos matriculados.

A tabela 9 mostra a quantidade de educadores formados pela FFCL de Ituverava atuando nas escolas estaduais da D.E. da Região de São Joaquim da Barra em julho/agosto de 2009, organizados segundo sua área de atuação e/ou formação. Aqui serão usados apenas números absolutos, sem cálculo do percentual.

Tabela 9: Educadores formados pela FFCL de Ituverava atuando nas escolas estaduais da D.E. da Região de São Joaquim da Barra em agosto / 2009 por área de atuação e/ou formação em números absolutos

Escolas Estaduais	Formação / Área de Atuação						TOTAL
	PEB I	Letras: Port. / Ing	Ciênc./ Matem	Hist./ Geog.	Biologia	Gesto- res e PCPs	
EE Cap. Antônio Justino Falleiros	0	19	19	16	0	3	57
EE Dr. Willian Amin	0	9	9	6	3	0	27
EE Martinho Sylvio Bizutti	0	7	6	5	2	1	21
EE Francisco R. Soares Jr.	0	0	2	1	0	1	4
EE Fábio José de Araujo	0	4	5	8	2	3	22
EE Marechal Rondon	0	11	6	12	3	1	33
EE Profa. Genoveva Pinheiro Vieira de Vitta	0	5	4	8	1	2	20
EE Manoel Gouveia de Lima	0	9	7	2	0	0	18
EE Profa. Graziela Malheiro Fortes	4	4	3	4	0	3	18
EE Edda Cardozo de Souza Marcussi	0	12	15	10	2	3	42
EE Adolfo Alfeu Ferrero	9	0	0	0	0	1	10
EE Creso Antônio Filetti	11	0	0	0	0	1	12
EE Profa. Elza Miguel Francisco	0	11	10	5	0	2	28
EE Prof. Pedro Amauri Silva	12	0	0	0	0	3	15
EE Sylvio Torquato Junqueira	14	0	0	0	0	3	17
EE Antônio Francisco D'Ávila	0	9	1	11	1	3	25
EE Lourenço B. de Camargo	0	2	0	0	0	1	3
EE Manoel Martins	0	8	3	5	0	1	17
EE Profa. Neuza O. Mizuno	0	5	3	5	0	2	15
EE Roberto Robazzi	0	6	6	3	0	1	16
EE Dona Maria Carolina de Lima	0	1	2	2	0	1	6
EE Capitão Getúlio Lima	0	5	1	5	0	1	12
EE Oswaldo Ribeiro Junqueira	6	7	7	9	0	0	29
TOTAL	56	134	109	117	14	37	467

Fonte: Escolas Estaduais da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra

Essa tabela mostra a distribuição dos professores nas escolas estaduais conforme as disciplinas que ministram em números absolutos.

Para esse estudo foram considerados os seguintes critérios: os professores foram classificados por área de atuação, ou seja, quando o professor cursou uma licenciatura, mas atuava em outra área, privilegiou-se a sua área de atuação. Por exemplo: professor formado

em Letras que atua como PEB I – Professor de Educação Básica I (primeiras séries do Ensino Fundamental- Ciclo I) foi contabilizado como PEB I e não como professor de Língua Portuguesa e/ou Inglês no Ciclo II do Ensino Fundamental e Médio (que a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo denomina PEB II – Professor de Educação Básica II).

Quanto aos gestores e professores coordenadores pedagógicos (aqui denominados PCPs) foram considerados também por área de atuação. Assim, muitos deles têm outra formação além de Pedagogia (exigência essencial para que exerçam a função de diretores de escola, vice-diretores ou Professores Coordenadores Pedagógicos). Mas todos foram contabilizados em sua área de atuação, ou seja, não foram considerados enquanto professores, mas apenas enquanto gestores (diretores e vice-diretores) ou como professores coordenadores pedagógicos.

Em números absolutos, o resultado geral foi o seguinte: 430 professores e 37 educadores exercendo funções administrativas ou pedagógicas que, somados chegam a 467 educadores egressos da FFCL de Ituverava atuando nas escolas estaduais da região em agosto de 2009.

Tabela 10: Educadores das escolas públicas estaduais – DE de São Joaquim da Barra por área de atuação – 2009

Área de Atuação	Segmento	Total de Professores	Professores formados pela FFCL.	Porcentagem de professores formados pela FFCL
Professores de Ensino Básico I – PEB I	Ciclo I do Ensino Fundamental	184	56	30,4%
Professores de Ensino Básico II – PEB II: Língua Portuguesa / Inglês	Ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio	230	134	58%
Professores de Ensino Básico II – PEB II: Ciências / Matemática	Ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio	222	109	49%
Professores de Ensino Básico II – PEB II: História/Geografia/Filosofia/Sociologia / Ensino Religioso	Ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio	177	117	66%
Professores de Ensino Básico II – PEB II: Biologia	Ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio	39	14	36%
Professores de outras disciplinas: Arte, Educação Física, Química (cursos não oferecidos pela FFCL)	Ensino Básico (PEB I e/ou PEB II)	237	0	0%
Nº Total		1089	430	39,5 %

Fonte: Escolas estaduais da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra

A tabela 10 mostra o total de professores por área da atuação. Em um universo de 1.089 professores da rede estadual da região de São Joaquim da Barra, há uma variação de 30,4% de PEB I, até 66% de professores da área de Ciências Humanas, chegando à mesma média apresentada na tabela 8: 39,5% dos professores dessas escolas formaram-se na FFCL de Ituverava.

A disciplina Ensino Religioso é ministrada preferencialmente pelos docentes de história, que trabalham o conteúdo história das religiões. Outro detalhe importante é o fato de a legislação atual permitir que os licenciados em História ministrem aulas das disciplinas de Sociologia e Filosofia quando não há professores com licenciatura plena nessas disciplinas.

Isso de fato ocorre na região de São Joaquim da Barra, entre outros motivos, pela falta de instituições de ensino superior que ofereçam formação nessas áreas. No caso de Geografia, da mesma forma, não havendo professores com licenciatura plena nessa disciplina, o professor de história é admitido para atuar na área. Todos esses profissionais somaram 117 pessoas, que significam 66% do total de professores dessa área.

É importante observar ainda que os professores de disciplinas cujos cursos não são oferecidos pela FFCL, tais como Arte, Educação Física, Espanhol, Química e Física, foram contabilizados em “Outras” (237 profissionais) e considerados na soma final, compondo o número total de educadores.

Diante dos dados colhidos, deve-se afirmar que a FFCL de Ituverava tem uma significativa parcela de influência na formação dos profissionais de educação na região de São Joaquim da Barra e Ituverava.

Tabela 11: Percentual de Gestores Escolares e Professores Coordenadores Pedagógicos nas escolas estaduais da região de São Joaquim da Barra em agosto de 2009

Gestores Escolares e Coordenadores Pedagógicos	Total	Formados pela FFCL	Percentual de formados pela FFCL
Diretores e Vice-diretores	44	17	38,6%
Professores Coordenadores Pedagógicos	34	20	59%
TOTAL	78	37	47%

Fonte: Escolas estaduais da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra

Das equipes das escolas públicas estaduais fazem parte, além dos professores, os gestores e coordenadores pedagógicos. Na Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra, essas equipes em 2009 se organizaram na maioria dos casos, com um diretor, um vice-diretor e com dois professores coordenadores pedagógicos (um para o período diurno e outro para o período noturno, quando era o caso). Em escolas menores esse módulo caía para apenas um profissional exercendo a direção e um PCP – Professor Coordenador Pedagógico. Somaram no total, 78 profissionais, dos quais 37, ou seja, 47% são egressos da FFCL de Ituverava.

A influência da formação recebida pela instituição, portanto, está presente também nas lideranças escolares, tanto na área administrativa (38,6%), quanto na área pedagógica (na qual ela se eleva para 59%).

Tabela 12: Situação Funcional dos Educadores formados pela FFCL de Ituverava na Diretoria de Ensino de São Joaquim da Barra - 2009

Situação Funcional	Número total de Educadores nas escolas estaduais	Número de Educadores formados pela FFCL	Porcentagem de educadores formados pela FFCL
Titulares de Cargo – Efetivos	589	199	34%
Ocupantes de Função-Atividade - OFA	500	268	53,6%
TOTAL	1089	467	42,8%

Fonte: Escolas estaduais da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra

A tabela acima mostra que 199 profissionais da educação passaram com sucesso por concurso público de provas e títulos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, tornando-se professores efetivos em cargos públicos de professor e/ou diretor de escola. Os demais permanecem como professores temporários, os quais a Secretaria denomina OFA – Ocupantes de Função Atividade. Esse levantamento revela que 34% de todos os educadores efetivos da D.E. estudada são egressos da FFCL de Ituverava. O mesmo ocorre com 53,6% dos contratados em regime temporário (OFAs). No total, 42,8% dos profissionais da educação em atividade no ano de 2009 nas escolas estaduais da região de São Joaquim da Barra possuem alguma formação na faculdade mantida pela FE.

Tabela 13: Funcionários da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra formados pela FFCL de Ituverava em 2009

Cargo ou Função exercida na D.E.	Número de profissionais formados pela FFCL de Ituverava	Total Geral	Percentual
Dirigente Regional	1	1	100%
Supervisores de Ensino	5	9	55,5%
Professores Coordenadores da Oficina Pedagógica	7	17	41%
Outros(funções burocráticas)	8	49	16,3%
TOTAL	21	76	27,6%

Fonte: Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra

Na Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra encontram-se também profissionais egressos da FFCL de Ituverava. São ao todo 27,6% do pessoal que lá trabalha.

Em funções burocráticas são oito pessoas (16,3% do total de funcionários) com alguma formação na FFCL. Nas funções de coordenação pedagógica, na qual atuam dezessete educadores que orientam o trabalho pedagógico nas diversas áreas de conhecimento, há sete professores formados pela FFCL, o que significa 41% do total.

Há nove supervisores de ensino exercendo funções técnicas e de acompanhamento pedagógico das escolas, dos quais 5 se formaram na FFCL, passaram por concurso público e se efetivaram no cargo. São 55,5% do total. Finalmente, a dirigente regional, que chefia a Diretoria de Ensino e lidera o trabalho das escolas na região, também cursou Pedagogia na mesma instituição.

É preciso observar que a Diretoria de Ensino supervisiona o trabalho de todas as escolas da região, não apenas estaduais, mas também as particulares e a maioria das escolas municipais. Portanto, de alguma forma, a influência da FFCL de Ituverava está presente em todas elas.

A FFCL tem sido parceira da SEESP em vários projetos. É o caso do Programa Escola da Família, já citado, pelo qual os alunos ganham bolsas de estudos, mas há também outros como o PAI – Programa de Alfabetização e Inclusão, pelo qual os alunos de Letras e Pedagogia cumprem horas de estágio trabalhando na alfabetização de adultos que acontece nas escolas estaduais nos finais de semana.

Atualmente há o Programa Ler e Escrever, pelo qual os alunos de Letras e Pedagogia são contemplados com bolsas de estudos e, em troca, trabalham como professor auxiliar nas classes do Ciclo I do Ensino Fundamental nas escolas estaduais da região.

Além disso, entre 2003 e 2007 a SEESP manteve o Programa Teia do Saber para aprimoramento profissional de seus professores. A FFCL de Ituverava foi contratada para a prestação desses serviços e durante esses cinco anos ministrou cursos de aperfeiçoamento aos professores da rede estadual nas áreas de ciências humanas, ciências exatas e ciências biológicas, além de cursos voltados para o trabalho com alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental. Essa experiência foi mais uma forma da instituição marcar sua presença no processo pedagógico desenvolvido pelos professores na região de Ituverava.

3.3.3.7. O Curso de Administração

O único curso que não é de licenciatura mantido pela FFCL é o curso de Administração, que oferece bacharelado em Gestão de Negócios e/ou em Agronegócios com a duração de quatro anos. Ele teve seu funcionamento autorizado pela Portaria MEC 3004, de 18/12/2001, tendo sido instalado em 18/02/2002. O reconhecimento veio pela Portaria MEC 138, de 30/05/2006, publicada no Diário Oficial da União em 01/06/2006.

É um dos cursos mais recentemente criados na instituição e também o mais procurado entre todos os oferecidos pela FFCL. Em 2009 foram matriculados 371 alunos e em 2010, eles compõem 369 alunos. Os egressos foram em número de 83 no ano de 2009.

Entre os objetivos do curso estão a orientação para o empreendedorismo e o desenvolvimento humano sustentável. Como os demais cursos, este também é movimentado por diversas atividades extraclasse, tais como visitas a empresas e “semanas” dedicadas a palestras especializadas sobre assuntos referentes ao curso. A 8ª Semana de Administração, por exemplo, reuniu cerca de 800 pessoas no Centro Cultural de Ituverava entre os dias 25 e 29 de maio de 2009, segundo o jornal *Tribuna de Ituverava*, em sua edição de 30 de maio do mesmo ano.

Os conceitos obtidos pelo curso nas avaliações promovidas pelo MEC são positivos: conceito Muito Bom para o Corpo Docente, Conceito Muito Bom para a Infraestrutura proporcionada e Conceito Muito Bom para o Projeto Pedagógico do Curso de Administração. O resultado de 2007 também foi bom, com a obtenção do IDD 4 no Enade, realizado pelos alunos em 2006. O sítio da instituição na Internet mostra entusiasmo com esses resultados e informa que:

Aqui nosso alunado tem a chance de momentos memoráveis tanto dentro como fora da sala de aula, pois alguns de nossos diferenciais incluem a possibilidade de fazer parte da Empresa Júnior da Administração, que presta consultoria especializada a empresas da região, além de realizar de 4 a 5 visitas técnicas por semestre, totalmente financiadas pela FE, às mais variadas empresas, colocando o aluno em contato com a realidade empresarial durante todo o período de sua formação (FE, 2010h, s.d.)

A mesma fonte afirma, acerca do bacharelado em Gestão de Negócios, que:

A demanda pelo profissional de Administração, um profissional dito generalista, capaz de atuar desde a área de Recursos Humanos, passando pela de Marketing até as Finanças, tem crescido bastante em nossa região, amplamente banhada por empresas ligadas ao comércio, à indústria e ao agronegócio (ao qual, a FFCL oferece uma linha diferenciada de formação), nas quais nossos alunos têm se inserido, alcançando êxito. Tamanho nível de empregabilidade legítima e impulsiona o trabalho desenvolvido na FE. É em função de tudo isso e de mais um pouco, que todo mundo quer fazer parte de um curso que não para de crescer, a Administração FFCL, que, neste ano, comemora um convênio firmado com o Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar para o desenvolvimento de pesquisas junto ao setor sucroalcooleiro [...] (FE, 2010h, s.d.).

A respeito do bacharelado em Administração com ênfase em Agronegócios, é pertinente lembrar que a cidade de Ituverava fica em uma região tradicionalmente marcada por uma economia voltada para a prática da agricultura e da pecuária, tema já tratado anteriormente. Segundo o sítio institucional já mencionado:

O Agronegócio responde por aproximadamente um terço do Produto Interno Bruto, 42% do total exportado pelo país, e é responsável por 37% dos empregos brasileiros. O Brasil é líder mundial de produção e exportação de café, açúcar, álcool. Atualmente se destaca também na produção de biocombustíveis, feitos da cana-de-açúcar e óleos vegetais.

A demanda por profissionais qualificados para atuar na cadeia agroindustrial é cada vez maior. Atualmente, o profissional, para ocupar o posto de uma empresa de Agronegócio, precisa de uma visão ampla, passando pelos insumos até a distribuição dos produtos ao mercado e ao consumidor final.

[...]

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. As projeções indicam que o país também será, em pouco tempo, o principal polo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais (FE, 2010h, s.d.)

Essa realidade brasileira vem marcada por uma necessidade de maior profissionalização do setor. De tal forma, passaram a compor o corpo discente: advogados, jornalistas e economistas, ou seja, profissionais que enxergam na agroindústria oportunidades de desenvolver carreiras promissoras e bem remuneradas.

Portanto, com a crise observada no Brasil quanto ao interesse pelos cursos de licenciatura, a FFCL está tendo sua vocação inicial para a educação questionada. Conforme

evidenciam os dados apresentados anteriormente na tabela 2, o curso de bacharelado em Administração¹¹⁶ concentrou em 2009 mais da metade dos alunos da faculdade.

A profissão docente perdeu sua capacidade de atrair os jovens que procuram uma profissão. O jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 04/02/2010, tratou desse assunto. Informou que dos cem cursos em universidades públicas, cujos alunos tiveram as notas mais baixas no ENEM, 75 são de licenciatura.

A situação, no entanto, não é nova. Outra pesquisa divulgada em 2008 já mostrava que a carreira de professor no Brasil atrai alunos com menor desempenho no ensino médio, ao contrário do que ocorre em países com sucesso educacional.

[...]

Para Clélia Brandão, presidente do Conselho Nacional de Educação, as baixas notas nas licenciaturas é consequência da má valorização do magistério, causada pelo salário e pelas condições de trabalho [sic].

[...]

A secretária de Educação Básica do MEC, Maria Pilar Lacerda, concorda que a baixa atratividade da carreira é responsável por esse quadro (PINHO, 2010, p. C7).

Diante dos dados apresentados nesse estudo, pode-se afirmar que a FFCL tem uma atuação importante em Ituverava e região, tanto na área da educação quanto no impulso ao empreendedorismo. Entretanto, nos últimos anos a faculdade tem atraído mais pelo seu curso de Administração do que pelos cursos de licenciatura, tradicionalmente oferecidos. Esse fenômeno não é um caso isolado. Ao contrário, está de acordo com o que vem ocorrendo em todo o país, já que as políticas públicas implementadas não tem sido suficientes para tornar a carreira docente atrativa.

¹¹⁶ Essa tendência está em conformidade com o que ocorre em toda a região. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou reportagem sobre o assunto, em que afirma: “Cursos tradicionais dominam o número de matrículas no ensino superior privado de Ribeirão Preto e Franca. O levantamento do Semesp aponta que, nas duas regiões administrativas, os cursos de administração e direito, nessa ordem, lideram a demanda. Os dados são do último Censo da Educação Superior do país, feito em 2008” (SOUZA, 2010).

3.3.4. A Faculdade Dr. Francisco Maeda

A Faculdade Dr. Francisco Maeda de Ituverava foi criada e obteve o credenciamento junto ao MEC pelo Decreto Federal 94.200 de 08 de abril de 1987¹¹⁷, publicada no DOU em 09/04/1987. Atualmente oferece os cursos de Agronomia, Direito, Medicina Veterinária e Sistemas de Informação, mas, inicialmente, havia apenas o curso de Agronomia, cujo primeiro diretor foi Heitor Werther Studdart Montenegro¹¹⁸ (1987-1993).

Sua denominação sofreu algumas alterações no transcorrer do tempo. Assim a “Faculdade de Agronomia” ganhou o nome de “Faculdade de Agronomia Dr. Francisco Maeda”¹¹⁹. Mais tarde, com a criação de novos cursos, passou a chamar-se simplesmente “Faculdade Dr. Francisco Maeda”.

Há 74 professores atuando na instituição em 2010, para os quais há plano de carreira que prevê evolução decorrente de tempo de serviço e de crescimento funcional pela via da atividade acadêmica e não acadêmica. 35,1% deles possuem doutorado, 48,6% o mestrado e 16,3% são especialistas.

Há também 56 funcionários e 08 estagiários. A instituição atende 1.259 alunos distribuídos entre os quatro cursos por ela oferecidos, sendo que 64 são alunos dos cursos de Pós-graduação.

Quanto à sua criação, o sítio da instituição afirma que:

A necessidade de suporte técnico-científico para sustentar o desenvolvimento agroindustrial da região norte do Estado de São Paulo, uma das mais ricas, diversificadas e avançadas do país no setor de produção agrícola, mobilizou os agricultores e empresários dessa região e resultou, em 1987, na criação da Faculdade de Ituverava "Dr. Francisco Maeda" - FAFRAM [...] (FE, 2010i, s.d.)

De fato, a região de Ituverava é tradicionalmente marcada pela atividade agrícola e pela pecuária, o que pesou muito na opção pelo curso quando de sua criação e de sua

¹¹⁷ A ata do Conselho de Curadores da FEI de 23/04/1987 registra a realização de um coquetel em comemoração à assinatura desse decreto.

¹¹⁸ Segundo a ata de 06/05/1986, que tratou de sua contratação, esse primeiro engenheiro agrônomo que atuou na escola quando de sua formação, vinha da Escola Superior de Agricultura de Piracicaba e sua morte foi muito lamentada, conforme registrado na ata de 25/11/1993.

¹¹⁹ De ascendência japonesa, Francisco Maeda era advogado e empresário, diretor do Grupo Maeda. Embora não fosse maçom, foi membro do Conselho de Curadores da FE. Faleceu em 18 de agosto de 1992, aos 43 anos de idade, em trágico acidente aéreo que chocou toda a população. A decisão de homenageá-lo está registrada na ata do Conselho de Curadores de 05/11/1992, proposta pelo então diretor executivo, Alexandre Miguel.

autorização pelo governo federal. Essa importância dada à atividade agrícola é expressa na ata do Conselho de Curadores da FE de 30/05/1989 (portanto, muito pouco tempo depois de iniciado o curso). Nessa ocasião o conselheiro Dr. Archibaldo Moreira Coimbra discorreu sobre o assunto:

[...] dada a localização da Faculdade em Ituverava, a região agrícola mais evoluída do país, é imprescindível haja o entrosamento direto da escola, professores e alunos com fazendeiros, consistindo numa permuta de conhecimentos, práticas e experiências, solucionando problemas, enriquecendo sobremaneira a ambos na região mais agriculturável do país fazendo a todos, entender que a Faculdade não é apenas a escola e sim, toda a região (p. 10).

De fato, a agricultura é muito importante para a região. Documentando essa situação, o jornal *Tribuna de Ituverava*, publicou em 20/03/2010 a “Estimativa Subjetiva da Previsão de Safras – Ano Agrícola 2009/2010: fevereiro/2010”. Segundo o levantamento realizado pelo Instituto de Economia Agrícola e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral de Orlandia (Cati), a safra de milho superou em 20% a do ano anterior. Há mais de 9.000 hectares de plantação de milho e 72.660 hectares de soja plantada. Mas, o destaque fica com a cana-de-açúcar, cuja área plantada é estimada em 361.194 hectares, o que coloca a região como uma das maiores áreas produtora de cana no Estado de São Paulo.

Sobre essa tendência da agricultura regional em privilegiar a cultura canavieira, Pereira de Paula e Cirilo (2009) afirmam:

Atualmente, os canaviais cobrem grande área do território paulista. Pereira; Barrachi (1997, p. 51), justificam que “foi criado em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que tinha por meta produzir o álcool combustível (etanol) para atender à procura adicional de gasolina, fazendo frente à crise do petróleo”. Para essa finalidade, várias usinas foram construídas, sobretudo na região nordeste do estado de São Paulo, próximas a Ribeirão Preto.

Então, áreas que antes eram ocupadas com a policultura e pastagens foram cobertas por canaviais. A área de cana-de-açúcar foi se expandindo e atingiu o município de Ituverava. Aumentou a demanda de serviços para o trabalhador boia-fria neste município. Com isso, atraiu migrantes dispostos a enfrentarem o trabalho no cultivo da cana (p. 16).

O *Campus*¹²⁰, localizado na Rodovia Jerônimo Nunes Macedo, km 1 – Zona Rural, no município de Ituverava – SP, possui uma infraestrutura bastante adequada às necessidades

¹²⁰ O *Campus* II também tem a denominação de “Sítio das Acácias”, referindo-se à árvore que é um dos símbolos maçônicos.

dos cursos que mantém: trata-se de uma fazenda de 70 hectares, com prédios diversificados, salas de aula teóricas e práticas, restaurante, salas administrativas, estacionamento, salas para as organizações estudantis, laboratórios de pesquisa e extensão, prédios de departamentos, biblioteca com acervo pertinente aos cursos, laboratórios de informática, salas para projeção de filmes, hospital veterinário. Lá funciona ainda uma estação meteorológica, cujas informações alimentam o sítio da instituição na Internet.

Entre os laboratórios didáticos para pesquisa científica encontram-se: o de anatomia, o de microbiologia de alimentos, o de fruticultura, o laboratório de fitopatologia, o de botânica e herbário, o de pré-processamento de frutas e hortaliças, além de sala de microscopia e instalações zootécnicas (setores de suinocultura e bovinocultura). Esses laboratórios são utilizados também pelos alunos do curso de Ciências Biológicas da FFCL de Ituverava.

Além do Sítio das Acácias, que dispõe de setores de piscicultura e suinocultura, granja leiteira, áreas de pesquisa de campo, estufas ornamentais e jardins florestais, há ainda outras propriedades rurais, já citadas anteriormente, que também são utilizadas para estudos na área da agronomia.

A seguir é apresentada uma foto aérea desse *Campus*, que oferece um panorama geral do ambiente.



Figura 19 - Vista Aérea do *Campus II* – FAFRAM em Ituverava – SP
Fonte: (FE, 2010i, s.d.)

Na classificação do Índice Geral de Cursos – IGC¹²¹ elaborado pelo MEC para avaliação das instituições de ensino superior, a FAFRAM obteve o índice 4 tanto em 2008, quanto em 2009¹²². Isso permitiu que ela ficasse classificada em 18º lugar entre as faculdades do país e em 1º lugar na região de Ribeirão Preto, conforme o ranking elaborado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 01 de setembro de 2009, ao lado da Faculdade de Direito de Franca e da Universidade Federal de São Carlos.

Em seus estatutos a faculdade formaliza como sua missão institucional: “Gerar e difundir técnicas e conhecimentos através da prestação de serviços à comunidade; promover a formação técnica e humanística de profissionais capazes de atender as necessidades do

¹²¹ IGC (Índice Geral de Cursos) é um indicador de qualidade adotado pelo MEC cujas notas variam de 1 a 5, sendo que o número maior expressa maior qualidade. É composto pela média do CPC (Conceitos Preliminares de Curso), usado na avaliação dos cursos de graduação, e a nota CAPES, atribuída aos cursos de pós-graduação. Para o cálculo do IGC conta ainda a nota do curso no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e a qualificação dos professores (número de Mestres e Doutores), entre outros. Esse índice é utilizado pelo MEC para orientar as suas ações de fiscalização e controle da oferta de ensino superior no Brasil.

¹²² O sítio da instituição informa que em 2009 ela foi classificada como uma das melhores instituições de ensino superior do Estado de São Paulo, assumindo o 1º lugar da região de Franca, Ribeirão Preto e Barretos. Em 2009 sua nota no IGC foi 360.

mercado e as demandas da sociedade, respeitando o meio ambiente e promovendo a inclusão social”.

Em conformidade com o espírito filantrópico da FE, a FAFRAM procura possibilitar o acesso dos alunos carentes aos cursos. Para isso, mantém um programa de bolsas de estudo com financiamento próprio, a “bolsa trabalho”, que oferece auxílio financeiro a alunos monitores, além do FIES e PROUNI, do qual participam cerca de 30% dos estudantes. Funcionários e filhos de funcionários também têm direito a bolsas de estudo. Há ainda outros sistemas para distribuição dessas bolsas, que funcionam pelos convênios estabelecidos com empresas como Santander-Banespa e instituições de fomento como FAPESP e CNPQ. Além disso, todos os alunos, ingressantes e concluintes, têm um desconto de 20% no valor de suas mensalidades.

Essas ações possibilitam que a faculdade mantenha em seu corpo discente pessoas de renda mais baixa, que, de outra forma, não poderiam estudar num curso superior.

Além dos cursos de graduação, a instituição oferece também cursos de pós-graduação *lato sensu*. A política de pesquisa, pós-graduação e extensão concentra-se em áreas básicas e específicas, com preocupação em relação a demandas sociais. Assim, o conhecimento e tecnologia da instituição são disseminados conforme a demanda socioeconômica local, regional ou mesmo nacional.

Em 2010 estão sendo oferecidos os seguintes cursos:

- a) Agronegócios e desenvolvimento sustentável;
- b) Produção agropecuária e comercialização;
- c) Educação ambiental e responsabilidade social;
- d) Agroenergia e sustentabilidade;
- e) Geoprocessamento e georeferenciamento de imóveis rurais;
- f) Gestão e Tecnologia Sulcroatocoleira;
- g) Certificação e rastreabilidade de produtos agropecuários;
- h) Engenharia de segurança do trabalho;
- i) Direito empresarial agroambiental;
- j) Desenvolvimento de web com aplicações em banco de dados;
- k) Rede de computadores: implantação e administração

A Administração da Faculdade é exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Administração Superior: que é composto pelo Conselho de Administração Superior e Diretoria Geral;

b) Administração Básica: que é composta pelo Conselho Pedagógico, Coordenadoria de Cursos e Comissões Especiais;

c) Conselho de Administração Superior: órgão máximo de natureza deliberativa, normativa, consultiva e recursal, e é constituído pelo Diretor Geral, seu Presidente; pelo Vice-diretor; pelos Coordenadores de Curso; pelo Coordenador de Pós-graduação; pelo Coordenador de Programas de Extensão; por dois representantes do corpo docente, por um representante do corpo discente; por dois representantes da Mantenedora (por ela indicados), e pelo Secretário Geral.

O Conselho Pedagógico é constituído: pelo Diretor Geral, seu presidente; pelo Vice-diretor; pelos Coordenadores dos Cursos e por um representante do corpo discente, indicado na forma da legislação vigente, com mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução.

3.3.4.1. O Curso de Agronomia

Os primeiros cursos na área da agronomia denominavam-se “Ciências Agrárias” e na verdade dedicavam-se ao estudo de duas ciências: a agronomia e a veterinária. As primeiras escolas de ciências agrárias a serem criadas no Brasil foram a de Olinda, em 1911 e a do Rio de Janeiro, em 1913.

Bem antes disso, entretanto, em 1808, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi criado o Horto Real, depois denominado Jardim Botânico, que antecedeu outros que foram implantados em outras regiões brasileiras. Cunha (2007a) observa sobre eles que: “Além de estação experimental, os jardins botânicos foram transformados em escolas de Agricultura. Foi o que aconteceu, pelo menos com o da Bahia. A carta régia de 25 de janeiro de 1812 instituiu um “curso público de Agricultura” naquela cidade para agricultores e lavradores” (CUNHA, 2007a, p. 104). Esses cursos tinham a duração de dois anos e neles os alunos estudavam, entre outras disciplinas, as ciências da química, botânica e medicina.

Em Ituverava, surgiu em 1987. O curso de agronomia foi o primeiro a ser criado, tendo sido integrado ao nome da instituição que inicialmente oferecia apenas essa formação. O reconhecimento da “Faculdade de Agronomia Dr. Francisco Maeda” data de 05/10/1992, quando foi publicado no DOU a Portaria MEC 1.456, de 01 de outubro de 1992. Esse reconhecimento foi renovado pelo Diário Oficial da União de 23/09/2005, que publicou a Portaria MEC 3.261 / 2005, em 21 de setembro desse mesmo ano.

Em 2010, há 435 alunos matriculados no curso. Em 2009 eram 409. Trinta e oito turmas já se formaram desde a sua criação, sendo os egressos em número de 927 no total.

A fazenda em que se localiza o *Campus* foi adquirida pela FE já com o intuito de sua instalação. Nela os alunos acompanham e desenvolvem projetos de pesquisa. Para o ensino prático, a Faculdade possui dois setores de produção e desenvolvimento, sendo um localizado numa área de 213 hectares, no município de Buritizal, e outra área de 120 hectares, localizada no distrito de Aparecida do Salto, pertencente ao município de Ituverava.

O curso de Agronomia tem duração de cinco anos, sendo quatro anos e meio dedicados às disciplinas dos núcleos principais que compõem a sua estrutura curricular. O último semestre é dedicado à residência e às atividades complementares, relacionadas ao interesse do aluno em relação ao mercado de trabalho e ao seu futuro profissional.

É um curso de período integral, prevendo atividades nos períodos da manhã e da tarde, cuja “missão” é definida pela sua administração como sendo:

[...] assegurar a formação de profissionais aptos a atuar com competência científica, tecnológica e de forma crítica e criativa, de modo a atender às necessidades de indivíduos, grupos sociais, comunidade e empresas considerando seus aspectos tecnológicos, sócio-econômicos, gerenciais, organizativos e de racionalidade no uso dos recursos de produção e mantendo a preocupação constante com a conservação do equilíbrio do meio ambiente (FAFRAM, 2007).

A obrigação de realizar estágios profissionalizantes em empresas públicas e privadas representa o primeiro contato com a profissão e permite associar os conhecimentos acadêmicos com a prática e a realidade do mercado de trabalho, aumentando as chances de competição no exigente mercado de trabalho atual.

Há exigência de trabalho de graduação, que permite que o aluno da Faculdade desenvolva habilidades e competências para projetar e conduzir pesquisas, interpretar e difundir resultados, elaborar relatórios e conscientizar-se da importância da pesquisa no desenvolvimento do setor.

As atividades do curso preveem a prestação de serviços à comunidade rural da região. Nesse sentido foram montados projetos tais como o de extensão “Melhorando a Vida no Campo”, que funciona desde 1999, pelo qual os alunos, coordenados por professores, promovem treinamentos sobre uso correto e seguro de agrotóxicos, e cursos de capacitação para a família rural.

Desde 1999 a instituição mantém a “Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos de Ituverava”¹²³. De sua inauguração até agosto de 2009, estimou-se que essa organização retirou do meio ambiente cerca de 1.051 toneladas de embalagens vazias de agrotóxicos, que para lá são encaminhadas e devidamente incineradas ou recicladas.

A Central também tem ações educativas envolvendo os alunos do ensino básico da região e promove anualmente o “Dia do Campo Limpo”, integrando-se ao programa brasileiro de descarte de embalagens. Em 2009, o “Dia do Campo Limpo” foi em 18 de agosto no

¹²³ Barbosa e Pereira (2008), avaliando a produtividade da Central de Recebimento, afirmam: “Um dos principais problemas da utilização de agrotóxicos é o descarte das embalagens vazias. Em nível mundial, a recomendação era para que se enterrasse ou queimasse estas embalagens, o que muitas vezes resultava em danos ao meio ambiente [...]. A nova lei disciplina a destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos e fixa responsabilidades para o agricultor, revendedor, fabricante e governo na questão de educação e comunicação [...]” (p. 124). As autoras observam que, para sanar problemas ambientais e tentar resolver o descarte dessas embalagens, “no ano de 1999 com o apoio da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF foi criada a 3ª Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos do país, em Ituverava [...]” (p. 124).

Campus II. O jornal *Tribuna de Ituverava*, na edição de 15/08/2009, registrou o depoimento da coordenadora dessa Central, profa. Regina Eli de Almeida Pereira:

As escolas municipais também foram convidadas para o Dia de Campo. O objetivo é divulgar os resultados positivos da Central de Embalagens e destacar o compromisso sócio-ambiental de todos os integrantes do Sistema de Destinação Final de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável (2009, p. 13).

É nítido perceber que a FAFRAM preocupa-se também com a educação ambiental, tão necessária na atualidade. Ao envolver escolas e comunidades em ações, projetos e eventos de caráter educativo, a instituição se compromete com a causa ambiental. Fernandes (2008), analisando diferentes posturas dos estudiosos da questão, considera que não basta apostar em atitudes individuais, mas é fundamental a ação conjunta da sociedade. Assim:

A concepção conservadora acredita que a transformação da sociedade é consequência das mudanças individuais. Acreditamos [...] que essa crença no caráter transformador das ações individuais respaldada em uma visão liberal de mundo, limita-se à responsabilização do indivíduo pelos problemas ambientais, desconsiderando as relações local/global e seus determinantes sociais.

Superar a concepção tradicional e valorizar o papel transformador da educação ambiental implica reconhecer que existe estreita relação entre problemas ambientais e sociais. As práticas educativas, bem como as pesquisas em educação ambiental, devem contemplar o debate local/global, compreendendo as relações de poder que permeiam as decisões e práticas individuais e coletivas (FERNANDES, 2008. p. 145-146).

Em conformidade com essa visão e em vista dos projetos ambientais mantidos, essa preocupação com a educação ambiental e com a transformação do comportamento social que leva em conta a realidade individual/global está presente na instituição.

O corpo docente em 2009 contou com 33 professores, sendo 16 doutores, 14 mestres e 03 especialistas. Em julho de 2009 formou-se a 36ª turma.

O sítio da instituição na Internet informa:

A Faculdade coordena e desenvolve projetos de pesquisa de seu interesse e de interesse de instituições públicas e privadas, funcionando como um importante centro de produção e divulgação científica tecnológica. A Faculdade desenvolve atividade de extensão com comunidade regional e outras regiões do país, através da participação dos professores e consultorias em empresas públicas e privadas. A Faculdade promove palestras, dias de campo, cursos, seminários e a já tradicional "Semana Agrônômica",

totalmente organizada pelos alunos. As programações visam favorecer a vida universitária.

[...]

Atualmente a **FAFRAM** conta com mais de 200 convênios com empresas públicas e privadas ligadas ao setor agroprodutivo, onde os alunos realizam seus estágios de conclusão de curso, facilitando a colocação no mercado de trabalho logo após a formatura. Hoje a **FAFRAM** se orgulha de ter como marca o alto índice de empregabilidade de seus alunos (FE, 2010i, s.d.).

Em avaliações realizadas pelo MEC, a FAFRAM obteve bons resultados. Assim no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), avaliação aplicada pelo INEP, órgão do MEC, que substituiu o antigo Provão, a Agronomia da FAFRAM obteve três conceitos 04 na avaliação. Esse resultado a posicionou como a melhor faculdade particular de Agronomia dos quatro estados do sudeste brasileiro e a segunda melhor do país¹²⁴. Este resultado também a colocou em 4º lugar entre as escolas paulistas de agronomia, sendo que as três melhores são todas universidades públicas.

A instituição mantém-se integrada à comunidade científica, postura que se evidencia por eventos patrocinados por ela. É o caso, por exemplo, do XXXIII Congresso de Fitopatologia, que foi sediado em Ituverava entre os dias 2 e 4 de fevereiro de 2010, quando estiveram presentes pesquisadores e docentes representantes de instituições de vários Estados brasileiros.

Pode-se afirmar, desta forma, que a faculdade de agronomia tem sido importante para a região. Estudando a agricultura Ituveravense, a geógrafa Aparecida Helena Batista Pereira (2003), para quem a monocultura canavieira não é boa opção para a cidade¹²⁵, faz algumas considerações significativas:

Nos últimos anos vem sentindo a invasão dos canaviais, cuja cultura tende a caminhar rapidamente para a monocultura. Seria uma regressão?

É importante destacar o papel da Faculdade de Agronomia Dr. Francisco Maeda, de Ituverava – FAFRAM, como um dos indicadores que têm impulsionado o desenvolvimento agrícola e econômico, por meio de pesquisas, extensão, divulgação e incentivo à policultura, à utilização de práticas modernas e a introdução de novas culturas adaptáveis ao nosso tipo de clima e solo.

Enfim, estamos no início do século XXI, vivendo sob os efeitos da racionalidade humana, num mundo globalizado, passando por rápidas

¹²⁴ O curso recebeu destaque no prêmio “Melhores Universidades” 2009, do Guia do Estudante da Editora Abril.

¹²⁵ Os canaviais não trazem benefícios para o município de Ituverava, porque os impostos que poderiam entrar para os cofres municipais são pagos onde se localizam as usinas (Ituverava não possui nenhuma); trouxeram prejuízo para certas culturas alimentares que abasteceriam o mercado interno; problemas sociais provocados pela migração, principalmente de mineiros e nordestinos que vêm à procura de trabalho e acabam se fixando na periferia da cidade, aumentando as despesas municipais com saúde, educação e saneamento urbano; e poderíamos acrescentar ainda o problema do desemprego na entressafra (PEREIRA, 2003, p. 150).

transformações, pressionados por um mercado de trabalho competitivo, que exige qualificação, atualização, flexibilidade, criatividade e capacidade de interação entre os cidadãos, diante de constantes avanços científicos e tecnológicos que resultem em consequentes mudanças no modo de viver, conviver e até de sobreviver (PEREIRA, 2003, p. 154).

3.3.4.2 O Curso de Sistemas de Informação

O curso de Sistemas de Informação da FAFRAM teve seu reconhecimento oficializado pela Portaria MEC nº 259/2007, publicada no Diário Oficial da União em 26 de março de 2007. Trata-se de um curso recentemente criado, mas desde 1996 a FE trabalhou para poder oferecê-lo. Assim, na ata do Conselho de Curadores da FE datada de 25/06/1996, lê-se que o processo do curso de “Ciências da Computação” havia sido protocolado recentemente no MEC. Portanto, foi preciso esperar alguns anos para que o curso se tornasse realidade.

Ele é oferecido no período noturno apenas. Isto significa que a grande maioria dos seus alunos trabalha em período integral durante o dia. Tem a duração de 04 anos, com carga horária de 3.580 horas, distribuídas em 2.880 horas de disciplinas obrigatórias, 320 horas de atividades complementares e 320 horas de estágio. Há 17 professores compondo o corpo docente, dos quais 82% possuem titulação de mestres ou doutores. Em 2009, a 4ª turma de bacharéis em Sistemas de Informação formou 15 alunos. Desde seu início, em 2004, quatro turmas se formaram, totalizando 55 egressos. Em 2010 há 119 alunos no curso. Em 2009 eram 91.

Para o curso, há grande preocupação com a qualidade técnica, já que se exige que os laboratórios de informática mantenham-se atualizados, com equipamentos e softwares alinhados com as novas tecnologias.

O curso obteve a nota máxima no último conceito Enade, divulgado em setembro de 2009 (conceito Enade 5), estando portanto, segundo a avaliação do MEC, entre os únicos três do estado de São Paulo que obtiveram a nota máxima. Classificou-se assim, como o 15º melhor curso particular de Sistemas de Informação do Brasil¹²⁶.

¹²⁶ O resultado foi tema de reportagem do jornal *O Progresso*, de Ituverava que, na edição de 12/09/2009, trouxe o depoimento da coordenadora do curso, profa. Regina Célia M. Freitas Silva: “O profissionalismo e dedicação

A missão institucional do curso de bacharel em Sistemas de Informação da FAFRAM é:

[...] formar um profissional consciente do seu papel na sociedade, que contribui para o avanço científico e tecnológico, comprometido com os valores éticos, sociais e culturais, e também formar profissionais capazes de atuarem de forma eficaz nas organizações, projetando, implementando, desenvolvendo e gerenciando a infra-estrutura de Sistemas de Informação, difundindo os seus conhecimentos adquiridos e criados na sociedade em geral (FAFRAM, 2007).

São desenvolvidos alguns projetos e atividades de natureza social, voltados para a promoção de políticas que buscam reduzir desigualdades sociais, permitir inclusão social e digital, tais como: “Informática para grupos de terceira idade”; “Inclusão digital para menores carentes”; Projeto “Mulheres no Campo” (cursos de informática voltado para a população rural feminina).

Outros projetos estão sendo avaliados para implantação, como: suporte para alfabetização de adultos: projeto em parceria com a FFCL (cursos de Pedagogia e Letras); e implantação da Empresa Junior: esse projeto é um embrião no Centro Acadêmico, com o objetivo de prestação de serviços à comunidade e aperfeiçoamento técnico e experiência de mercado do corpo discente; A implantação da Empresa Junior tem como premissa oferecer soluções de baixo custo, exploração de softwares livres com o objetivo de viabilizar projetos que agreguem competitividade às pequenas empresas regionais, contribuindo com o desenvolvimento e a geração de empregos.

de todos foram fundamentais para que o curso com apenas 2 anos e meio fosse reconhecido pelo MEC com nota 4 e agora com apenas 4 anos e meio consegue nota 5 no ENADE ficando em segundo lugar em todo estado de São Paulo, a nível nacional consegue o quarto lugar na área de Computação e Informática e o 3º lugar em Sistemas de Informação” (2009, p. 1).

3.3.4.3. O Curso de Direito

Os primeiros cursos jurídicos foram criados no Brasil por Dom Pedro I em Olinda, no Mosteiro de São Bento, e em São Paulo, no Largo São Francisco, ambos em 1827¹²⁷. Até então não existiam no Brasil bibliotecas, nem imprensa. Mas, tornara-se urgente formar pessoas aptas a atuar nos setores burocráticos que surgiam com a organização do Estado brasileiro, implantado após a independência. Diante disso, já em 1823 criou-se um curso jurídico no Rio de Janeiro, embrião dos futuros e definitivos cursos de Direito que seriam implementados mais tarde. Cunha (2007a) observa que a localização desses cursos foi tema de muitos debates no Parlamento, até que se decidiu pelas cidades já mencionadas, nas quais os cursos foram estruturados com cinco anos de duração.

Em Ituverava, o curso de Direito começou a funcionar em 2004. A primeira menção à possibilidade de que o curso fosse mantido pela FE, no entanto, aparece na ata do Conselho de Curadores de 20/08/1993, quando é informado aos membros que uma pesquisa realizada na cidade acerca da possibilidade de novos cursos em Ituverava, havia apontado em 1º lugar na preferência da população o curso de Direito (seguido de Medicina e Odontologia, nessa ordem). É quando se decide enviar ao MEC uma carta consulta sobre essa possibilidade. A ata de 25/06/1996, por sua vez, informa que o processo para a criação do curso já havia sido protocolado no MEC. Daí em diante esse é um assunto recorrente, evidenciando o empenho dos membros da Fundação na instalação do curso.

Ituverava e região possuem inúmeros órgãos formais de distribuição de Justiça. Sendo assim, o curso de Direito admite formalmente que busca qualificar profissionais para atuar nesses espaços, considerando a dinâmica e as carências da região, sem esquecer os temas nacionais e internacionais. Há um compromisso expressamente assumido com a inclusão social.

Diante disso, o projeto pedagógico do curso tem como uma de suas principais marcas a atuação em termos de responsabilidade social. A estruturação proposta para o Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito, por exemplo, prevê não apenas o serviço gratuito de assistência judiciária, mas, em acréscimo, também o funcionamento da Assessoria Jurídica

¹²⁷ A criação dessas escolas foi feita pela Lei de 11 de Agosto de 1827. Essa data é anualmente comemorada pelos advogados como sendo o dia dos cursos jurídicos no Brasil.

Popular destinada à conscientização, apoio e defesa de direitos de populações que muitas vezes os desconhecem.

A missão do Curso de Direito da FAFRAM é expressa da seguinte forma:

[...] promover uma formação fundamental, sócio-política, técnico-jurídica, teórico-prática e ética dos acadêmicos, ao mesmo tempo que contextualizada e em sintonia com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho. Busca realizar tal formação tendo a interligação ensino-pesquisa-extensão como parte do processo de conhecimento e apreensão do fenômeno jurídico; a responsabilidade social como o ponto de ligação entre essas três áreas; o entendimento de uma relação dinâmica entre teoria e prática, possibilitando a aderência do curso à realidade na qual está inserido e permitindo o desenvolvimento do raciocínio jurídico crítico, numa compreensão interdisciplinar e dialética do diálogo entre o saber teórico e saber prático (FAFRAM, 2007).

O curso tem duração de 05 anos, com 3.710 horas na sua carga horária total, distribuídas em 2.850 horas para as disciplinas obrigatórias, 300 horas de atividades complementares, 360 horas de estágio supervisionado e 200 horas para elaboração da monografia de conclusão. Foi reconhecido pela Portaria MEC 1055 de 21 de dezembro de 2007.

Funcionam atualmente duas turmas: uma no período da manhã e outra no período noturno. O corpo docente é composto de 16 professores, sendo 94,5% Mestres e Doutores.

Quatro turmas já terminaram o bacharelado em Direito: duas no período diurno e duas no noturno, que somam um total de 126 egressos. Em 2009 a escola manteve 334 alunos nesse curso. Em 2010 são 369, sendo 140 alunos na turma do período diurno e 229 no período noturno.

O sítio da instituição na Internet expressa a ideia que o curso defende a respeito da formação jurídica:

O Curso visa proporcionar uma compreensão acurada do Direito e do contexto social, político, econômico e cultural em que ele é produzido e praticado. Assim, procura oferecer uma alta qualidade na formação humanística e técnico-jurídica, tanto teórica quanto prática. Busca preparar para o exercício competente das diversas profissões jurídicas e para o desenvolvimento pleno da cidadania.

[...] a pessoa formada em Direito pode adquirir um senso maior de cidadania e responsabilidade social, já que o currículo do curso, na Fafam, oferece disciplinas diversas nas Ciências Políticas, Sociais e estudos Ambientais.

[...]

O curso de Direito da Fafram também oferece uma formação diferenciada com disciplinas como Direito Agrário e Direito Cooperativista¹²⁸ (FE, 2010j, s.d.)

As aulas regulares são ministradas no *Campus II*, mas, no *Campus I*, onde funciona a FFCL de Ituverava, foi construído o Núcleo de Práticas Jurídicas da FAFRAM. O endereço foi escolhido pela sua melhor localização. Fica em frente ao fórum da cidade, facilitando as atividades propostas aos alunos do curso de Direito, que participam de atividades práticas e se envolvem em processos reais de assistência jurídica em convênio com a OAB. Esse escritório oferece assistência gratuita à população carente, pessoas que comprovem renda de até três salários mínimos. Os alunos dos dois últimos anos do curso são orientados pelos seus professores, advogados especializados. O objetivo, além da defesa do estado democrático de direito (próprio às associações de advogados) é fornecer aos alunos oportunidade de vivência da prática forense.

Os egressos prestaram o exame de ingresso à Ordem dos Advogados do Brasil em 2009, com um resultado muito positivo: uma aprovação de 50%. No seguinte exame da OAB, o índice da aprovação dos egressos foi de 64%. O fato foi muito comemorado pela comunidade acadêmica e teve repercussão importante na cidade. Essa repercussão é atestada pelo fato de que os dois jornais do município noticiaram o acontecimento, sendo que um deles, o jornal *O Progresso*, em sua edição de 06 de março de 2010, estampou em sua primeira página a manchete: “Fafram dá o presente de aniversário de Ituverava: Direito é o oitavo no estado que mais aprova no exame da Ordem dos Advogados do Brasil”¹²⁹. Segundo o jornal, o resultado superou o de instituições tradicionais da região e a notícia coincidiu com os festejos pelo aniversário da cidade, em 10 de março. Percebe-se nesse episódio a grande importância que a instituição tem para a cidade de Ituverava.

A segunda turma de Direito da Fafram formou 60 alunos, totalizando então 128 egressos até o momento. Essa turma recebeu o nome de “Ephigênia de Paula Ribeiro”, em homenagem à médica sanitária aposentada, que concluiu o curso aos 85 anos de idade, o que

¹²⁸ Em entrevista ao jornal *O Progresso* de 06/02/2010, o diretor da FAFRAM, Prof. Dr. Márcio Pereira, comentou sobre o projeto pedagógico do curso que, segundo ele, é diferenciado: “além de todas as áreas do Direito, ele é muito voltado para o Direito Agrário e Ambiental, que é realmente uma demanda grande que tem na região...” (O Progresso, 2010, p. 13).

¹²⁹ A reportagem mencionada trouxe um depoimento de um dos membros da diretoria da FE, José Eduardo Mirândola Barbosa, que assim se manifestou: “Não tem o que pague isso, reflete diretamente no conceito que os pais, alunos e toda a cidade terão da Fundação. Você sabe que o trabalho é sério e tudo aqui é revertido na própria instituição”. Ele salientou na reportagem que a diretoria é formada por voluntários e que a entidade não visa lucro, completando com a seguinte observação: “Antes você tinha que mandar o filho fora para fazer um curso decente. Agora competimos de igual para igual. Temos preço, qualidade e qualidade de vida ainda” (O Progresso, 2010, p. 8).

foi assunto divulgado pelo jornal *Tribuna de Ituverava* em sua edição de 30/01/2010, e simboliza o aspecto eclético do alunado. Há jovens e idosos, há aqueles que buscam uma profissão, mas há também aqueles que pretendem apenas aprimorar sua formação. De qualquer forma, em todos os casos, a instituição tem beneficiado a população.

3.3.4.4. O Curso de Medicina Veterinária

O primeiro curso do Brasil dedicado ao estudo específico de medicina veterinária foi criado no Rio de Janeiro: foi a Escola de Veterinária do Exército, criada em 1910, mas efetivamente aberta apenas em 1914. Pouco antes haviam surgido escolas para o estudo conjunto das “ciências agrárias”, que uniam a agronomia e a veterinária. Em 1946, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a necessidade de reconciliação definitiva das saúdes humana e animal, recomendando que fosse criada a seção de saúde veterinária, estabelecida em 1949. A partir de então a preocupação com a saúde pública envolve também a saúde animal, estabelecendo a necessidade de controle de zoonoses, higiene de alimentos, etc.

Iniciado em 2004, o curso de Medicina Veterinária da FAFRAM foi reconhecido pela Portaria MEC 57, de 22/01/2009 e publicada no DOU em 26/01/2009. Anteriormente havia sido autorizado pela Portaria MEC 699, de 18/03/2004, e publicada em 19/03/2004.

Apenas 27 alunos se formaram até o momento, nas duas turmas iniciais. A primeira turma formou-se em julho de 2009. Nesse ano foram atendidos 143 alunos. Em 2010 esse número subiu para 208.

A faculdade coloca como sendo a missão desse curso:

[...] a formação de um profissional capaz de atuar de forma consciente e ética na detecção e solução de problemas relacionados à produção e saúde animal, que indiretamente se relacionam à promoção da saúde humana. O Curso tem o propósito de gerar ao aluno o conhecimento alicerçado em critérios técnico-científicos e sócio-econômicos, para que o mesmo possa tomar consciência da importância de sua participação no atendimento às necessidades para desenvolvimento regional e nacional, no tocante à assistência aos animais bem como ao homem (FAFRAM, 2007).

O curso funciona com o reconhecimento do MEC no mais elevado conceito concebido pelo governo – conceito CMB (Condições Muito Boas). Foi reconhecido pela Portaria MEC 57 de 22 de janeiro de 2009. É um curso de período integral, prevendo atividades nos períodos da manhã e da tarde. O corpo docente é composto por 22 professores. Atualmente, 91,6% do corpo docente do curso de Medicina Veterinária é composto por professores Doutores e Mestres. Tem duração de 05 anos, em período integral, ressaltando-se que no último semestre do curso (10º período), o acadêmico deverá fazer o Estágio Curricular em Prática Veterinária ou em Pesquisa e Extensão Veterinária, na área de sua preferência (clínica, cooperativa, frigorífico, laboratório, indústria, pesquisa, etc.). A carga horária total é de 6.192 horas, distribuídas em 4.842 horas para as disciplinas obrigatórias, 360 horas para atividades complementares, 270 horas para disciplinas optativas e 720 horas de estágio.

O curso de graduação em Medicina Veterinária é composto por disciplinas básicas a serem ministradas nos quatro primeiros períodos (02 anos) e que vão dar subsídios para o estudo das disciplinas profissionalizantes, como por exemplo, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Reprodução, entre outras. Além das disciplinas obrigatórias, o acadêmico tem disciplinas optativas diferenciadas como: Animais de Laboratório, Zooterapia (Pet-terapia), Odontologia Veterinária, Dermatologia Veterinária e Fisiologia do exercício, entre outras.

O curso funciona no *Campus II*, onde a infraestrutura é muito adequada, como já foi relatado anteriormente. Lá foi construído um hospital veterinário com cerca de 3.500 metros quadrados, equipado com aparelhos e instrumentos de última geração. Possui ambulatórios e centro cirúrgico para atendimento a pequenos animais; baias¹³⁰, troncos de contenção¹³¹ e centro cirúrgico para grandes animais; salas de recuperação e pós-operatório; áreas de isolamento para diversas espécies e, ainda, setores de radiologia, ultrassonografia e eletrocardiograma.

O sítio da faculdade na Internet registra os objetivos da escola quanto aos profissionais ali formados:

O profissional formado pela FAFRAM estará apto para o pleno exercício da profissão, envolvendo competências e habilidades específicas para: Clínica Médica e Cirúrgica Animal, Investigação Laboratorial e Interpretação dos

¹³⁰ Baia: “compartimento ou espaço ao qual se recolhe o animal nas cavalariças e estábulos” (FERREIRA, 1975, p. 175).

¹³¹ Tronco de contenção é definido como “corredor estreito que se liga com a porteira do curral e onde se prendem os animais que vão ser castrados, tosquiados, etc” (FERREIRA, 1975, p. 1414). No caso da FAFRAM, esse local é muito usado também para medicar os animais.

Meios Auxiliares de Diagnóstico. Concluir um diagnóstico, fazer um prognóstico, indicar um tratamento e orientar medidas profiláticas, individuais e populacionais.

- Planejamento, execução e gerenciamento de programas de saúde animal, saúde pública e de tecnologia de produtos de origem animal.
- Identificação e classificação dos fatores etiológicos, compreensão e esclarecimento da patogenia, prevenção, controle e erradicação das doenças que acometem os animais.
- Planejamento e execução da defesa sanitária animal, bem como a assistência técnica aos animais em qualquer situação, para assegurar o bem estar animal e social.
- Fornecimento de conforto físico, função comportamental básica para a saúde animal.
- Prevenção ou alívio da dor ou sofrimento desnecessário.
- Uso da vida animal consciente para razões completamente justificadas.
- Padronização, classificação, inspeção e fiscalização do ponto de vista sanitário, higiênico e tecnológico de todos os produtos e subprodutos de origem animal, nos locais de produção, manipulação, industrialização, armazenamento, distribuição e comercialização, e assim garantir os padrões de boa qualidade dos alimentos.
- Planejamento, execução e gerenciamento de projetos agropecuários e agroindustriais, e de saneamento ambiental.
- Desenvolvimento, orientação e aplicação das modernas técnicas de criação, manejo animal responsável, nutrição, alimentação e melhoramento genético.
- Orientação e execução de serviços de reprodução animal, inseminação artificial, transferência de embriões e clonagem animal.
- Avaliação e peritagem sobre animais para fins administrativos de crédito de seguro e de produtos derivados, em questões judiciais e periciais, exames e pesquisas indicadoras de fraudes envolvendo os animais.
- Conhecimento dos métodos e técnicas de investigação científica em trabalhos acadêmicos e científicos.
- Defesa da fauna, especialmente o controle da exploração dos animais silvestres e em extinção.
- Organização de congressos, seminários, reuniões, campanhas e cursos destinados ao estudo da Medicina Veterinária.
- Administração e gerenciamento diretamente ligados às suas atividades.

(FE, 2010k, s.d.)

Os profissionais que atuam no Hospital contam com laboratórios de análises clínicas, histopatologia, inspeção de leite e carne, medicina veterinária preventiva, anatomia e ornitopatologia. Os alunos do curso de Medicina Veterinária frequentam aulas práticas e participam do atendimento, diagnóstico e tratamento animal dentro do hospital, que oferece à comunidade, de segunda a sábado, serviços como clínica e cirurgia de pequenos e grandes animais e de animais exóticos, com possibilidade de internação. Também são realizados exames laboratoriais, radiológicos, anatomopatológicos e eletrocardiograma, além de

inseminação artificial e biotecnologia. São ainda prestados serviços de farmácia veterinária, vacinação antirrábica e assistência a propriedades rurais.

Também são realizadas campanhas de esclarecimento e prevenção de zoonoses, integrando-se as intervenções diretas na saúde animal com as ações educativas. É o que ocorreu, por exemplo, no “Dia de Equino de Tração Carroça”, realizado em 12 de setembro de 2009 e noticiado pelo jornal *Tribuna de Ituverava* na edição de 29/08/2009. O projeto Carroceiro teve como objetivo a conscientização dos carroceiros da cidade quanto à sua importância socioeconômica e quanto à necessária assistência médica-veterinária aos seus animais.

Em entrevista ao jornal *Tribuna de Ituverava*, a coordenadora do curso, afirmou que:

[...] o número de atendimentos do Hospital Escola tem aumentado consideravelmente, fazendo atendimento clínico e cirúrgico às espécies equina, canina, felina, bovina, suína, ovina, caprina e animais silvestres. As afecções mais frequentes são distúrbios gastroentéricos, cardiorrespiratórios, neuromusculares, gênito-urinários, entre outros [sic] (TRIBUNA de Ituverava, 2010, p. 8).

O curso, portanto, adéqua-se às necessidades da cidade e região, beneficiando a comunidade nas áreas econômico-social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se aqui esse trabalho, que buscou as raízes de uma experiência educacional única ocorrida na cidade de Ituverava – SP. Para isso, apresentou-se uma definição de educação, entendida como um processo de desenvolvimento humano no sentido de ensiná-lo a “ser” humano, a viver em sociedade, cultivando nele valores que o levem a desenvolver atitudes solidárias em relação às outras pessoas e à natureza, que favoreçam o convívio social e permitam o seu crescimento pessoal, o desenvolvimento de suas potencialidades individuais. Acredita-se que o trabalho educacional das escolas mantidas pela FE tem caminhado nesse sentido.

Sendo um estudo de história da educação, ficou estabelecido o sentido de história como a própria vida humana no passado e no presente: a vida de todos e de cada um. Em consonância com essa ideia, pode-se repetir que “tudo é história” e nesse “tudo” cada um procura entender melhor a si mesmo. Especificamente, procurou-se nesse estudo, reconstruir um pouco da história da experiência educacional proposta pela FE em Ituverava.

Nesse sentido, percebe-se que a história dessa fundação evidencia o esforço da comunidade de uma pequena cidade do interior paulista para suprir os vácuos deixados pelas políticas públicas na área da educação no Brasil. Em 1971, diferentes forças e ideais uniram-se em prol de um objetivo comum: a criação de uma escola de ensino superior na cidade de Ituverava – SP. A loja maçônica “União Ituveravense” teve papel fundamental porque foi o ponto aglutinador dessas forças da sociedade civil. Com o mesmo objetivo, atuaram juntos membros de diversos grupos sociais: políticos, educadores, maçons e membros da Igreja Católica Apostólica Romana (tanto do clero, quanto do laicato).

Mas, o que parece claro, é que essa era uma aspiração das classes médias da cidade e da região, que viam no ensino superior oportunidades de profissionalização e ascensão social. Essa tendência fica ainda mais perceptível ao se analisar o ensino básico regular, principalmente o ensino médio, oferecido pelo Colégio Nossa Senhora do Carmo, também mantido pela FE, cuja grande preocupação era oferecer um curso “bom” o suficiente para garantir a seus alunos o ingresso na universidade. Esses cursos ainda são mantidos pela instituição com esse mesmo perfil.

Por outro lado, sempre houve a preocupação com a inclusão social. Essa tendência manifestou-se na instituição desde a sua criação e permanece viva no sistema de bolsas de estudo mantido pela FE.

É importante lembrar ainda que todos os cursos mantidos pela instituição são marcados pelas necessidades históricas do mercado de trabalho. Assim, os primeiros cursos do Colégio Nossa Senhora do Carmo estão ligados à Contabilidade, enquanto os primeiros cursos da FFCL são todos de licenciatura. Em ambos os casos, as profissões estavam integradas às necessidades da região naquele momento.

Com as transformações históricas vividas pelo país, essas profissões deixaram de ser atraentes para a população. Em 2010, não há mais curso de contabilidade. As necessidades do mercado de trabalho, trazidas inclusive pelas políticas neoliberais implantadas no Brasil, são outras e os cursos técnicos oferecidos, também são diferentes: Enfermagem, Química, Radiologia, Agropecuária e Segurança do Trabalho. Todos afinados com as tendências atuais de desenvolvimento da região.

Em 1971 surgiu a primeira instituição de ensino superior mantida pela FE. A FFCL de Ituverava nasceu ligada às políticas educacionais implantadas pela ditadura militar no Brasil. De certa forma foi favorecida por elas, já que o governo federal implantou ações que permitiram a criação de pequenas faculdades em todo o país, visando com isso minimizar a deficiência dessa modalidade de ensino naquele momento. Professores eram necessários e a instituição formou muitos educadores, inclusive por meio de cursos de licenciatura curta, tão em moda na época. Diga-se, inclusive que, quarenta anos depois, essa deficiência de vagas de ensino superior permanece, principalmente no Estado de São Paulo. Isso permite afirmar que a manutenção de escolas de nível superior pela FE ainda cumpre esse mesmo papel, qual seja, o de diminuir a desigualdade social provocada, entre outros fatores, pela desigualdade educacional brasileira.

Percebe-se, entretanto, que a FFCL passa por transformações profundas. Sua vocação para cursos de licenciatura está sendo posta à prova de maneira drástica, já que a profissão docente atravessa grave crise no Brasil e poucos são aqueles que se interessam por ela. Diante disso, o curso de Administração, que forma empreendedores, está em alta e congrega a maior parte dos alunos da faculdade. Até quando os cursos de licenciatura subsistirão? Estarão caminhando para seu fim? Ou se está próximo de uma “virada”, que pode ocorrer à medida que faltarem professores nas escolas? Só o tempo e a história darão essas respostas.

O que se pode afirmar nesse momento é que a profissão docente é hoje uma ocupação eminentemente feminina e que as condições de trabalho são sofríveis. Os baixos

salários e o estresse inerente à atividade têm afastado a juventude que deveria renovar os quadros profissionais nas escolas. Trata-se de uma profissão fundamental para a vida social, embora desvalorizada frente às políticas públicas neoliberais atualmente adotadas. E a sociedade começa a colher os frutos desse descaso: estão faltando profissionais da educação no mercado de trabalho e nas salas de aula, especialmente das escolas públicas. Como ensina a história, esse impasse deverá ser resolvido de alguma forma. Espera-se que as mudanças sejam humanamente melhores.

Enquanto isso, a FFCL segue resistindo à inviabilidade financeira que marca esses cursos com poucos alunos, e ainda mantém em funcionamento as licenciaturas em História, Pedagogia, Matemática, Letras e Ciências Biológicas, garantindo assim a formação de professores para as escolas da região. E, segundo as avaliações realizadas pelo MEC, todos eles são cursos de bom nível. Os egressos são aprovados em concursos públicos e trabalham como educadores nessas escolas.

A mais nova escola mantida pela FE, a FAFRAM, está em constante ascensão, com excelentes resultados nas avaliações do MEC e com alto nível de empregabilidade, dedicada a um ensino de alto padrão. Ela mantém cursos mais adequados às necessidades do mercado de trabalho. Em uma região fortemente agrícola, oferece formação para agrônomos e veterinários, além, é claro, de profissionais das áreas jurídicas e de informática, profissões também em alta no mundo atual, em tempos de neoliberalismo.

Pode-se afirmar que todo esse leque de formações oferece oportunidades, aprimora o nível educacional e cultural da população e promove inclusão social. O saldo final, portanto, é sempre positivo.

Para a região, a FE também é um fator de crescimento em outros aspectos. Ela aumenta o nível de empregabilidade não só ao formar novos profissionais, mas também ao contratá-los e diminuir assim a taxa de desemprego da cidade.

Há ainda que se considerar as ações de patrocínio cultural, de aprimoramento técnico através de consultoria prestada aos vários setores e o apoio da instituição aos projetos sociais.

A sociedade não passa imune a toda essa atividade. É possível afirmar que a inclusão social promovida pela FE também tem seu papel nas transformações pelas quais a sociedade brasileira como um todo vem passando nos últimos anos. Ela tem sido um agente importante na inclusão social e na melhoria do padrão socioeconômico da população regional.

Concluí-se, portanto que, prestes a completar quarenta anos de existência, a Fundação Educacional é o legado que a cidade e a região receberam dos pioneiros que a criaram. Uma geração de homens empreendedores legou à nova geração uma herança criada

pelo trabalho, dedicação ao ensino e à cultura em geral. Esse legado está vivo, presente na vida da sociedade e ainda oferece oportunidades importantes de formação profissional e inclusão social.

Vale a pena ainda se observar a forma como é administrada a Fundação. Em vista da tradição maçônica só admitir homens, ela permaneceu sempre nas mãos de administradores do sexo masculino. E sempre voluntários. Nesse detalhe pode-se entrever a dose de idealismo própria da Ordem Maçônica. Mesmo considerando as vaidades pessoais às quais todo ser humano está sujeito, deve-se admitir que o idealismo e a solidariedade estejam presentes nessa organização.

Finalmente, deve-se observar a presença da ideologia maçônica nas escolas mantidas pela FE. Justamente por não ocorrer interferência direta dos maçons nos trabalhos pedagógicos da instituição, é que se afirma que a presença do liberalismo contido no lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” está em ação nessas escolas. A crença no progresso, na ação dos homens na história, na força do trabalho humano é muito forte nesse empreendimento educacional. E, de fato, acredita-se que todas as pessoas que se envolveram nesse empreendimento fizeram e fazem a sua história. A ação de cada um transforma a história e modifica a face da cidade de Ituverava e da região à qual ela pertence.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ALIANÇA da Arte Real realiza reunião: membros das quatro lojas maçônicas têm palestra com prefeito Mário Matsubara. **O Progresso**. Ituverava, 27 fev.2010, p. 15.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- ALVES, Maria Leila. A democratização do ensino: desafios e contradições. In: PALMA FILHO, João Cardoso. **Política educacional brasileira: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos**. São Paulo: Cte, 2005.
- ÁREA plantada de cana este ano é estimada em 36.194 hectares. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava, 20 mar. 2010, p. 16
- AULAS da rede pública terão início segunda-feira: 6302 alunos da rede pública de educação iniciam as aulas do ano letivo de 2010. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava, 06 fev. 2010, p. 10.
- AVANCINI, Marta. Sua majestade, o professor. **Revista Ensino Superior**. São Paulo, ano 12, n. 137, fev. 2010. p. 36-37.
- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 27, 2006.
- BAÇAN, Lourivaldo Perez. **O livro secreto da maçonaria**. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.
- BANCO MUNDIAL. Prioridades y estrategias para la educación: exames del Banco Mundial. In: SEGNINI, Liliana R. Petrilli. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente**. São Paulo em Perspectiva, v.14, n.2, 2000.
- BANCO MUNDIAL. Prioridades y estrategias para la educación: exames del Banco Mundial. In: SOUZA, Aparecida Neri de. A Política educacional do banco mundial. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslau (Org). **Estudo, pensamento e criação: Livro II**. Campinas: Graf. FE, 2005.
- BARBOSA, Aline M.; PEREIRA, Regina Eli de A. Avaliação da produtividade da Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos de Ituverava – SP por meio de indicadores de performance. **Nucleus**. Ituverava, v.5, n.1, p. 123-132, mar.2008.
- BARBOSA, José Eduardo Mirândola. 45 anos da União Ituveravense. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava, 27 jun 2009, p. 2, c. 1.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel D.; QUINTAES, Giovani. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n. 834).

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**: de 1889 a 1930. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BENHAMOU, Philippe. Maçonaria e poder: uma fabulosa indústria de teorias. **História Viva**. São Paulo, ano VI, n.71, p. 28-29, 2009

_____. A lenda do complô maçônico. **História Viva**. São Paulo, ano VI, n. 71, p. 30-35, 2009.

_____. O estranho mundo dos símbolos. **História Viva**. São Paulo, ano VI, n. 71, p. 42-43, 2009

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2, maio – ago. 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sári. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

BOING, Luiz Alberto; LUDKE, Menga. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n89/22616.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**.33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Lei n. 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 dez.1961. Revogada pela Lei n. 9.394, de 1996, exceto os artigos 6.º e 9.º.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 12 ago. 1971.

_____. Lei n. 7.044 de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei n. [5.692](#), de 11 de agosto de 1971. Referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.**Diário Oficial da União**. Brasília, 18 out. 1982.

_____. Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 nov. 1968 e retificado em 3 dez. 1968. Revogada pela Lei n. 9.394, de 1996.

BRASIL. **Ato Institucional n. 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em; http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm

_____. Constituição (1967) *de* 24 de janeiro de **1967**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm

_____. Constituição (1988), *de* 05 de outubro de 1988. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 20 out. 2009.

BRUNER, Jerome S. **O processo da educação**. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1978.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (dir.). O Brasil monárquico: o processo de emancipação. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. Tomo II, v. 1.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: GATTI JÚNIOR., Décio; ARAUJO, José Carlos (org.) **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

BURKE, Peter. Cultura, tradição, inovação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim (org.) **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação**. Uberlândia: EDUFU, 2007

_____. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALIENDO, L. C. K. Orelhas de elefante, olhos de coruja, dentes de javali: maravilhoso e descritivo em **Yvain ou le Chevalier au Lion**, de Chrétien de Troyes. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CANZIAN, Fernando. País cresce 9%, mas ritmo já perde força. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 09 jun. 2010, Caderno Mercado, p. B1.

_____. Total de pobres deve cair à metade no Brasil até 2014. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 11 jun. 2010, Caderno Mercado, p. B1

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1954.

CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

CASTELLANI, José. **A ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2007.

CEDES - CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 2. Os desafios contemporâneos para a educação brasileira e os processos de regulação. **Programação e caderno de resumos...** Campinas: CEDES, 2009.

CHALITTA, Mansour (trad.). **O Alcorão**. Rio de Janeiro: Record, [s.d.]

CIAMPI, Helenice. O professor de história e a produção dos saberes escolares: o lugar da memória. In: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tânia R. de (orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

CLEMENTE XII, Papa. **Bula In Eminent apostolatus specula**. Roma, 1738. Disponível em <http://www.deldebbio.com.br/index.php/2010/04/30/bula-in-eminenti-apostolatus-specula/> Acesso em: 30 maio 2010.

COISIN, V. In: LELIÈVRE, Claude. **Histoire des institutions scolaires** (depuis 1789) Editions Nathan, 2004.

CORVISIER, A. **História moderna**. São Paulo: DIFEL, 1976.

CRESCER 14% o número de alunos da FEI. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava, 14 abr. 2009, p. 11.

CRUZ, Nivaldo Aparecido. **Relatório interno sobre a Fundação Educacional de Ituverava**. Ituverava, 2008.(Não publicado).

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007^a.

_____. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007b.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Imprensa, história, historiografia. algumas observações. In: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tânia R. de (Orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DEMOLAY tem nova diretoria. **O Progresso**. Ituverava. 27 fev.2010, p. 15.

DEWEY, John. Experiência y educación. In: ROSA, Maria da Glória. **A história da educação através dos textos**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

DIREITO forma 60 bacharéis na 2º turma. **O Progresso**. Ituverava. 06 fev. 2010, p. 13.

DUARTE, Ana Elisa. **Templários e maçonaria**: há relação? 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Fundação Educacional de Ituverava.

DU CHATENET, Madeleine. A irmandade faz a América. **História Viva**. São Paulo, ano VI, n. 71, p. 37-41, 2009.

EDUCAÇÃO – Os erros e acertos de um País que chegou ao século 21 sem ter resolvido as demandas elementares da sala de aula. **O Estado de São Paulo**, 11 ago. 2006. Caderno Especial, Aliás / Debate.

EMPOSSADA nova diretoria da Assembléia Flor de Lótus. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava, 30 jan. 2010, p. 6.

EVANGELISTA, José Geraldo. **Crônica de Ituverava**: espaço e tempo 1750-1950. Lorena: Stiliano, 1999.

FAFRAM dá o presente de aniversário de Ituverava: direito é o oitavo no estado que mais aprova no exame da Ordem dos Advogados do Brasil. **O Progresso**. Ituverava, 06 mar. 2010, p. 1/8.

FAFRAM promove assistência e treinamento gratuito a carroceiros. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava, 29 ago. 2009, p. 5.

FAFRAM realiza “Dia do Campo Limpo” na terça-feira. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 15 Ago. 2009, p. 13.

FAFRAM - Faculdade Dr. Francisco Maeda. Fundação Educacional de Ituverava. **Plano de desenvolvimento Institucional 2007-2011**. Ituverava, 2007. (Acervo documental FE).

FALCON, Francisco José C. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, Rio de Janeiro, may /aug. 2006. Disponível em www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/falcon.pdf

FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo III, v.1.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Disponível em: <http://www.feituverava.com.br/ffcl/>>. Acesso em: 08 mar. 2010a.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. **Conceito MEC**. Disponível em: http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_conceito_mec.asp>. Acesso em: 08 fev. 2010b.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. **Pedagogia**. Disponível em: http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_pedagogia.asp>. Acesso em: 07 mar. 2010c.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. **Letras**. Disponível em: http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_letras.asp>. Acesso em: 07 mar. 2010d.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. **Matemática**. Disponível em: <http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_matematica.asp>. Acesso em: 07 mar. 2010e.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. **História**. Disponível em: <http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_historia.asp>. Acesso em: 07 mar. 2010f.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. **Ciências Biológicas**. Disponível em: <http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_ciencias_biologicas.asp>. Acesso em: 07 mar. 2010g.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. **Administração**. Disponível em: <http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_administracao.asp>. Acesso em: 07 mar. 2010h.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. **FAFRAM**. Disponível em: <<http://www.feituverava.com.br/fafram/>>. Acesso em: 10 mar. 2010i.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade Dr. Francisco Maeda. **Direito**. Disponível em: <http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_direito.asp>. Acesso em: 11 mar. 2010j.

FE – Fundação Educacional de Ituverava. Faculdade Dr. Francisco Maeda. **Medicina Veterinária**. Disponível em: <http://www.feituverava.com.br/ffcl/p_medicinaveterinaria.asp>. Acesso em: 07 mar. 2010k.

FERREIRA, Antonio Celso. O historiador sem tempo. In: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tânia R. de (Orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Cláudio Roque Buono; BALLOUK FILHO, Benedito Marques (org.). **Nova era maçônica**. São Paulo: Flagh Produções Artísticas, 2007. 1 CD-ROM.

FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Desafios atuais da educação ambiental: práticas ou campo de pesquisa?. **Plures – humanidades**. Ribeirão Preto: Centro Universitário Moura Lacerda, n. 9, 2008, p. 135 – 148.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

FRANÇA, Moacir. **Subsídios para a história de Ituverava II**. Ituverava: Resenha Tributária, 1986.

_____. **Subsídios para a história de Ituverava – V**. Ituverava: Gráfica Salto Belo, 1997.

FREUD, Sigmund. **Psicologia de grupo e análise do ego**. In: EDIÇÃO Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

____. **O mal estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

FUNDAÇÃO Educacional de Ituverava. **Livro de atas das assembléias gerais e reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho de curadores e da diretoria executiva**. Ituverava, 1971 a 2002. (Acervo documental FE).

____. **Estatuto social**. Ituverava, 10 dez. 2008. (Acervo documental FE).

FUNDAÇÃO Educacional de Ituverava. Balanço patrimonial 2007-2008. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 04 jul 2009, p. 15-16

FUNDAÇÃO Educacional de Ituverava. Balanço patrimonial 2008 – 2009. **O Progresso**. Ituverava, 15 maio 2010, p. 10A–10D.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias. In: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tânia R. de (Orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP/ANPUH, 2008.

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba S. de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História das instituições educacionais. In: GATTI JÚNIOR, Décio; ARAUJO, José Carlos (org.) **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados/ Uberlândia: EDUFU, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRAUDO, Tiago (dir./ edit.). **A bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 1995.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

GOIS, Antônio. Com esse salário, quem quer ser um professor? **Folha de S. Paulo**. 28 maio 2009. Folha Ribeirão, p. C8

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano M. História das culturas e práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera T. (orgs). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Fundeb é a redenção de nossa educação? **O Estado de São Paulo**, 13 dez. 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: os intelectuais. o princípio educativo. jornalismo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.2.

GRANDE Oriente do Brasil. **Ritual: rito escocês antigo e aceito: 1º Grau: aprendiz**. [São Paulo]: Grande Oriente do Brasil, 1998.

_____. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. [São Paulo]: Grande Oriente do Brasil, 2001.

_____. **O que é maçonaria?/ História**. Disponível em: < <http://www2.gob.org.br>> Acesso: 11 out. 2009 .

GRÃO-MESTRE se encanta com FEI e agradece apoio. **O Progresso**. Ituverava. 26 set. 2009, p. 11.

HERNÁNDEZ, Fernando. O projeto político-pedagógico vinculado à melhoria das escolas. **Pátio Revista Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, n. 25, v. 7, 2003, p. 08-11.

HEERS, Jacques. **História medieval**. São Paulo: DIFEL, 1974.

HORTAL, Jesus. **Maçonaria e igreja: conciliáveis ou inconciliáveis?**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. (Coleção Estudos da CNBB; 66)

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0.5, Objetiva, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2009**. Disponível em: <http://www.educacenso.inep.gov.br> .Acesso em: 13 jun. 2010.

ITUVERAVA. Prefeitura Municipal. **O município** . Disponível em:<<http://www.ituverava.sp.gov.br>>

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Imprensa e ensino na ditadura. In: FERREIRA, A. C.; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tânia R. de (Orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP/ANPUH, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2008.

LEADBEATER 33. C. W. **Pequena história da maçonaria**. São Paulo: Pensamento, 1968.

LELIÈVRE, Claude. **Histoire des institutions scolaires** (depuis 1789) Editions Nathan, 2004.

LIBERTOS do Opressor. Imagem. Disponível em: <<http://libertosdoopressor.blogspot.com/2009/08/simbolos-maconicos.html>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **Uma análise histórica do ensino profissional: do ensino artesanal à implantação do currículo por competências numa unidade da rede de ensino**

técnico estadual paulista. 2007. 147 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto.

MAÇONARIA em Portugal. 2008. Imagem. Disponível em:

<<http://www.maconariaportugal.com/simbologia-maconica>> Acesso em: 22 fev. 2010.

MANOEL, Ivan A. O movimento histórico : produto da (des) razão. (um ensaio sobre a filosofia católica da história) 1800-1960. **Nucleus**, Ituverava, v. 1, n.1, p. 66-78, out. /abr. 2003

MARCHESAN, Eduardo Caliendo. **A não-escola** : um estudo a partir dos sentidos atribuídos por jovens com câncer à escola e ao professor hospitalares. 2007. Dissertação (Mestrado). Escola Paulista de Medicina. Universidade Federal de São Paulo.

MARROU, Henri-Irénéé. **História da educação na antiguidade**. São Paulo: EPU, 1966.

MARTINO, Vânia de Fátima. Memória de professores: um estudo da história de vida profissional de alunos do Programa Pedagogia Cidadã. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 8. **Anais...** UNESP – Universidade Estadual Paulista. Franca, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a

_____. Manifesto do partido comunista. In: TEXTOS – 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977b.

_____. O dezoito brumário de Luis Bonaparte. In: TEXTOS – 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977c.

_____. Os fatores sociais. In: PARA conhecer a história. Santo André: Projeto, 1977d.

MEDEIROS, Ruy. **Legislação como fonte da história**: o jurista e o historiador. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_097.html > Acesso em: 17 jul. 2009.

MEDICINA Veterinária oferece várias especialidades. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 20 fev. 2010, p. 8-9.

MELLO E SOUZA, Laura. **A feitiçaria na Europa moderna**. São Paulo: Ática, 1987.

MELLO, Guiomar Namó de. **O ensino médio em números**: para que servem as estatísticas educacionais. Brasília: MEC/Inep, 1998, p. 91-108.

MENEZES-FILHO, Naércio A. et al. **Avaliando o impacto da progressão continuada nas taxas de rendimento e desempenho escolar do Brasil**. Disponível em: <www.recursos humanos.sp.gov.br/certificasp>. Acesso em: 04 abr. 2009.

MENINAS Arco-íris empossam nova diretoria. **O Progresso**. Ituverava, 31 jul. 2009, p. 10

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ED. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A legislação educacional**: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira. Disponível em
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_072.html>
Acesso em 17 jul. 2009.

MINTO, LaloWatanabe. **O Sentido histórico das reformas para o ensino superior brasileiro nos anos 90**. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_05.html> Acesso em:
17 jul. 2009.

MORAES, Carmem Sylvia V. A Maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania. In SOUSA, C. P. (org.) **História da Educação**: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras Sociais, 1998, p.5-26

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise J. de O. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOREL, Marco. Os “pedreiros-livres” na República brasileira. **História Viva**. São Paulo, ano VI, n. 71, p. 44-51, 2009.

MUNICÍPIO registra superávit orçamentário no 1º quadrimestre. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 05 jun. 2010. p. 3

NOSELLA, Paulo; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares**: balanço crítico. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html> Acesso em: 17 jul. 2009.

NOVA diretoria da Ordem DeMolay é empossada. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 27 fev. 2010, p. 7.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. **Grandes causas**. Disponível em
<<http://www.oabsp.org.br/institucional/grandes-causas/a-questao-religiosa>> Acesso em: 06 abr. 2010.

O COLÉGIO Nossa Senhora do Carmo – COC parabeniza seus alunos pelas aprovações. **O Progresso**. Ituverava. 20 fev. 2010. p. 9.

8ª SEMANA de Administração reuniu cerca de 800 pessoas. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava, 30 maio 2009, ed. 2.829, p. 9.

OLIVEIRA, Realino de. **As origens da maçonaria**. Juiz de Fora: Esdeva, 1995.

OS SÍMBOLOS maçônicos. Imagem. Disponível em:
<http://www.aminternacional.org/maconaria_simbolos_maconicos.html> Acesso em: 22 fev. 2010.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Política educacional brasileira**: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: Cte, 2005.

PARCERIA entre Prefeitura e FE recupera Parque Recreio. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 13 mar. 2010, p. 10

PEREIRA, Aparecida Helena B.; BARRACHI, Sônia B. Martins. **História e geografia de Ituverava**. Ituverava: [s/ed.], 1997.

PEREIRA DE PAULA, Aparecida Helena Batista. Evolução da agricultura no município de Ituverava e a criação da Faculdade de Agronomia. **Nucleus**, Ituverava, v. 1, n. 1, p. 140-161, out./abr. 2003.

PEREIRA DE PAULA, Aparecida Helena, CIRILO, Sueli de Oliveira Medeiros. Movimento migratório para Ituverava-SP DE 1980 A 2005..**Nucleus**, Ituverava, v.6, n.1, p. 15-26, abr. 2009. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/142> . Acesso em: 03 jul. 2010.

PEREIRA, Dorival da Silva. **Relatório interno sobre a Fundação Educacional de Ituverava**. Ituverava, 1999.(Não publicado).

PERROY, Édouard. A Idade Média: a expansão do oriente e o nascimento da civilização ocidental. In: CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações**. Tomo III, v.1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974a.

_____. A Idade Média: o período da Europa feudal, do Islã turco e da Ásia mongólica . In: CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações**. Tomo III, v. 2, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974b.

PINHO, Ângela. Até teólogo e bibliotecário dão aula de física. **Folha de S. Paulo**. 28 maio 2009. Folha Ribeirão, p. C8

_____. Menor nota de corte do Enem é de licenciatura. **Folha de S. Paulo**. 04 fev. 2010. Folha Ribeirão, p. C7.

_____. Entrar em universidade pública de SP é mais difícil. **Folha de S. Paulo**. 07 jun. 2010. Folha Ribeirão, p. C9.

POCHMANN, Márcio. Sobre a nova condição de agregado social no Brasil: algumas considerações. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, p.05-23, julh/dez 2003.

PROFESSORES sem formação podem pleitear estudo em universidade. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 01 jul. 2009. Folha Ribeirão, p. C4

PROJETO entre FEI e secretaria da cultura busca recuperar acervo histórico de Ituverava. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 30 out. 2009, p. 6

RETZ, Melanie. Mulheres na maçonaria. **História em Foco**: sociedades secretas. Bauru: Alto Astral, ano 1, n. 1, p. 8-9, 2009.

_____. Radiografia da Maçonaria: as entranhas da Ordem reveladas por maçons e historiadores. **História em Foco**: sociedades secretas. Bauru: Alto Astral, ano 1, n. 1, p. 23-33, 2009.

RIBEIRÃO fica fora da elite do ensino superior. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 01 set. 2009. Folha Ribeirão, p. C1.

ROSA, Maria da Glória. **A história da educação através dos textos**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

REVISTAS científicas da Fafram são inseridas em base de dados européia. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 12 jun. 2010, p. 13.

RUSSELL, Bertrand. Liberdade e autoridade no ensino. **Crítica: Revista de filosofia**. 9 nov. 2004. Disponível em www.criticanarede.com/ens_russell.html . Acesso em: 04 jan. 2009.

SALOMÃO, Alexa. O preço da ignorância. **Revista Exame**. ed.877, 23 set. 2006.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil (4º Período)** Campinas: Autores Associados, 2007

SEGNINI, Liliana R. Petrilli. **Educação e trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva, v.14, n.2, 2000.

2ª TURMA de Direito da Fafram forma 60 alunos. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 30 jan. 2010, p. 7.

SENE, Luciana de Oliveira. **O projeto educativo de Paula Frassinetti**: das intuições pedagógicas ao currículo das escolas dorotéias. 2007. Dissertação (Mestrado). Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Gérson Fontebassi. Templo da Loja Maçônica “União Ituveravense”. **O Progresso**. Ituverava, 2009. 1 Fotografia em formato impresso.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVEIRA, João Batista da. **A política de formação de professores de história no regime civil-militar**: a criação da licenciatura curta em estudos sociais. 2008. Dissertação (Mestrado). Pontífice Universidade Católica. Campinas.

SISTEMAS de Informação tira nota máxima no MEC. **Tribuna de Ituverava**. Ituverava. 12 set. 2009, p. 1.

SOTRATTI, Lígia. Justiça manda Araraquara repor docentes em 15 dias. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 12 jun. 2010. Folha Ribeirão, p. C1.

SOUZA, Aparecida Neri de. A Política educacional do banco mundial. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslau (Org). **Estudo, pensamento e criação**: Livro II. Campinas: Graf. FE, 2005.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. O bode expiatório da modernidade. **História Viva**. São Paulo, ano VI, n. 71, p. 82, 2009.

SOUZA, Jean de. Só metade de alunos conclui faculdade paga. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 mar. 2010. Folha Ribeirão, p. C1.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Funep, 1998.

STEEN, V.S. Schoolmaster. **Óleo, 1663-1665**. Imagem. Formato jpg. Disponível em: <http://cgfa.dotsrc.org/steen/steen14.jpg>. Acesso em: 03. jan. 2007.

TAKAHASHI, Fábio. MEC suspende vestibular de 10 cursos: corte de vagas será na área de pedagogia e se deve às notas baixas das faculdades em duas avaliações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 set.2009. Folha Ribeirão, p. C6

_____. SP desiste de regra para contratar docente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 maio 2010. Folha Ribeirão, p. C5

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. Lisboa: Martins Fontes, 1977.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WIKIPEDIA. **Rito escocês**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rito_Escoc%C3%AAs#Graus_do_Rito_Escoc.C3.AAs_Antigo_e_Aceito> Acesso em: 12 out. 2009.

XENOFONTE apud SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Coletânea de documentos históricos para o 1º Grau: 5º a 8º séries**. São Paulo: SE/CENP, 1979,104 p.

APÊNDICE

DADOS referentes aos documentos relativos ao Colégio Nossa Senhora do Carmo:

Autorização de funcionamento – Atos Legais:

1 - Despacho de 31/01/63 da Inspeção de Ensino Comercial de Campinas (MEC – Diretoria do Ensino Comercial – Inspeção Seccional de Campinas – DEC-ISSP-C)

Ofício ISSP-C 695/63

Processo 95.547/58

2 – Portaria CET de 26/11/1963 (conforme informa publicação do DOE de 12/07/1983)

3 – Portaria CET de 15, publicada em 16/10/1973, p. 24.

Reconhecimento:

Portaria CEI de 22, publicada no DOE de 23/09/1980

Denominações da Escola	Período	Atos Legais
Escola Técnica de Comércio de Ituverava	1950 a 1966	Não obtivemos os documentos (?) ¹³²
Colégio Comercial Nossa Senhora do Carmo	1963 a 1975	Não obtivemos os documentos (?)
Escola de 1º e 2º Graus Nossa Senhora do Carmo	27/06/1975 a 7/7/1983	Portaria DETéc de 27/6/75, publicada no DOE de 01/07/1975, p. 31 N° 5350-74
Colégio Nossa Senhora do Carmo	A partir de 8/7/1983	

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria do Colégio Nossa Senhora do Carmo (organização da pesquisadora)

¹³²Não tivemos em mãos alguns documentos. Quando isso ocorreu, registramos as datas aproximadas, com base em documentos que citam outros documentos, aos quais não tivemos acesso. Nesses casos colocamos pontos de interrogação que indicam que aqueles dados precisam ainda de verificação e confirmação.

Endereços da Escola	Datas
Rua Dr. Getúlio Vargas, 40	? - 1971
Rua Domingos Ribeiro dos Santos, 505	1972 a 1976
Rua Flausino Barbosa Sandoval, 1259	A partir de 19/01/1976

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria do Colégio Nossa Senhora do Carmo (organização da pesquisadora)

Jurisdição Administrativa	Datas
Coordenadoria de Ensino Técnico – 9º Inspeção Regional do Ensino Profissional – Ribeirão Preto	Port CET 29/12/71
Delegacia de Ensino de Ituverava – pertencente à Diretoria Regional de Ensino de Ribeirão Preto / SP	1976 (1º documento: 04/11/1976) até 1999
Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra – Coordenadoria de Ensino do Interior	1999 até hoje

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria do Colégio Nossa Senhora do Carmo (organização da pesquisadora)

Mantenedores:

Escritura de cessão e transferência de direitos sobre quotas do Colégio Comercial: 1 Cartório de Notas e Ofício de Justiça (Livro 114, f. 63 verso a 65)

Portaria DRE-RP de 30/03/1983, publicada no DOE de 05/04/1983, p. 8: homologa **transferência de entidade mantenedora** de Sinésio Amado e Antônio Lopes Soares para a Fundação Educacional de Ituverava

**Informações sobre a origem do Colégio Nossa Senhora do Carmo –
Dados sobre a escola antes de ser mantida pela FE**

Data	Evento	Mantenedores
08/12/1950	Criação da <i>Escola Técnica de Comércio de Ituverava</i> (Escritura no 1 Cartório de Notas e Ofício de Justiça - Livro 86, f. 191, de 01/07/1952)	Octacílio de Paula Sousa, Moacir França e Artur Ewbank
19/12/1952	Cessão e transferência de quotas / mudança de mantenedores	Nestor Alves Ferreira e Isafas Cavalcanti
24/02/1953	Cessão e transferência de quotas / mudança de mantenedores	Nestor Alves Ferreira, Joaquim de Paula Ribeiro e Fernando Barbosa Lima
14/09/1953	Cessão e transferência de quotas / mudança de mantenedores	Nestor Alves Ferreira e Muchir Miguel Francisco
04/04/1956	Cessão e transferência de quotas / mudança de mantenedores	Nestor Alves Ferreira e José Antônio Salgado
08/04/1961	Cessão e transferência de quotas / mudança de mantenedores	Aparecido Cavalcanti, Sinésio Amado e Antônio Lopes Soares
28/07/1961	Criação do <i>Ginásio Monsenhor João Rulli</i> (funcionando no mesmo prédio) com curso secundário	Aparecido Cavalcanti, Sinésio Amado e Antônio Lopes Soares
14/10/1961	Cessão e transferência de quotas / mudança de mantenedores do <i>Ginásio Monsenhor João Rulli</i>	Aparecido Cavalcanti
15/05/1963	Unificação do <i>Ginásio Monsenhor João Rulli</i> e da <i>Escola Técnica de Comércio de Ituverava</i>	Aparecido Cavalcanti, Sinésio Amado e Antônio Lopes Soares
15/05/1963	Mudança de denominação para: <i>Colégio Comercial Nossa Senhora do Carmo</i> e mudança de mantenedores. Cursos oferecidos: básico, técnico comercial e secundário.	Sinésio Amado e Antônio Lopes Soares
24/05/1971	Cessão e transferência de quotas / mudança de mantenedores	Fundação Educacional de Ituverava

Fonte: Relatório interno da FE
(organização da pesquisadora)

Cursos mantidos pela escola:

Cursos	Criação	Encerramento, Transformações e outras ocorrências
Ginásial de Comércio: título de “Auxiliar de Escritório”	31/01/1963	Não obtivemos os documentos
Colegial de Comércio: Curso Comercial Técnico de Contabilidade (Título de “Técnico em Contabilidade”)	31/01/1963	Não obtivemos os documentos
Habilitação Profissional de Técnico de Secretariado (Habilitação Profissional Plena de 2º grau)	<u>Autorização de funcionamento</u> em caráter precário: Port. CET de 15, publicada no DOE de 16/10/1973, p. 24 <u>Reconhecimento</u> : Port. CEI de 22/09/1980, publicada no DOE de 23/9/80, p. 37	<u>Suspensão de atividades</u> : (com efeito a partir de 1979) – Port. DRE-RP de 21/10/81, publicada no DOE 23/10/1981, p. 11 <u>Encerramento das atividades</u> a partir de 1982: Port. DRE-RP de 17/8/82, publicada no DOE de 19/8/82, p. 16
Técnico de Contabilidade	4/12/1974 – mudança de nome??? <u>Reconhecimento</u> : Port. CEI de 22/09/1980, publicada no DOE de 23/9/80, p. 37	Encerrado por ofício 01/2001, de 16/02/2001 (última turma: 1999)
Assistente de Administração	<u>Autorização a título precário</u> : Portaria CEI de 04, publicada no DOE de 05/03/1977, p. 28	Port. DRE-RP de 20/1/82, publicada no DOE de 22/01/1982, p. 9: <u>cessa</u> os efeitos da Portaria de autorização de funcionamento
Habilitação profissional específica para o Magistério: Magistério – Pré-escola: 4º série de Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, relativa à pré-escola.	<u>Autorização a título precário</u> : Portaria CEI de 04, publicada no DOE de 05/03/1977, p. 28	
	<u>Convalidação de estudos</u> : Parecer CEE 0624-81, publicada no DOE de 28/04/1981, P. 11 (retroativo a 1977, 1978, 1979)	
Técnico de Agrimensura	<u>Autorização a título precário</u> : Portaria CEI de 04, publicada no DOE de 05/03/1977, p. 28 <u>Reconhecimento</u> : Port. CEI de 24/02/1982, publicada no DOE de 25/2/82, p. 7	<u>Suspensão de atividades</u> : Port. DRE-RP de 08/07/1983, publicada em 12/7/83, p. 11 <u>Encerramento de atividades</u> (a partir de 1983): Port DRE-RP de 21/06/1985, publicada em 25/06/85, p. 8
Técnico de Economia Doméstica (<i>não foi instalado</i>)	<u>Autorização a título precário</u> : Portaria CEI de 04, publicada no DOE de 05/03/1977, p. 28	Port. DRE-RP de 20/1/82, publicada no DOE de 22/01/1982, p. 9: <u>cessa</u> os efeitos da Portaria de autorização de funcionamento

Cursos	Criação	Encerramento, Transformações e outras ocorrências
Técnico de Desenhista de Arquitetura <i>(não foi instalado)</i>	<u>Autorização a título precário</u> : Portaria CEI de 04, publicada no DOE de 05/03/1977, p. 28	Port. DRE-RP de 20/1/82, publicada no DOE de 22/01/1982, p. 9: <u>cessa</u> os efeitos da Portaria de autorização de funcionamento
Supletivo de 1º Grau (5º A 8º série)– Modalidade Suplência II	<u>Autorização a título precário</u> : Portaria CENP de 11, publicada no DOE de 12/02/1977, p. 25. <u>Reconhecimento indeferido</u> : Port. CENP 38/80, de 22/07/80, publicado no DOE de 23/07/1980, p. 20 <u>Reconhecimento</u> : Port. CEI de 8/2/82, publicado no DOE de 11/2/82, p. 9	<u>Suspensão de atividades</u> (a partir de 1990): Portaria do Delegado de Ensino de 21/06/1990, publicada em 03/07/90, p. 7 <u>Encerramento</u> (a partir de 1993): Portaria da Dirigente Regional publicada no DOE de 05/02/1993, p. 16.
Supletivo de 2º Grau – Modalidade Suplência	<u>Autorização a título precário</u> : Portaria CENP de 11, publicada no DOE de 12/02/1977, p. 25. <u>Regularização dos atos escolares</u> praticados a partir da autorização: Deliberação CEE publicada no DOE de 30/12/1977, p. 67	Port. DRE-RP de 15/10/82, publicada no DOE de 19/10/82, p. 12: <u>cessa</u> os efeitos da Port. De autorização de funcionamento.
Técnico em Enfermagem	<u>Autorização de funcionamento</u> : Portaria CEI de 19, publicada no DOE de 20/12/1977, p. 67. <u>Reconhecimento</u> : Port. CEI de 24/02/1982, publicada no DOE de 25/2/82, p. 7	<u>Suspensão de atividades</u> a contar de 1982: Port. DRE-RP de 18/06/1982, publicada no DOE de 22/6/82, p. 10. <u>Encerramento</u> (a partir de 1984): Port. DRE-RP de 25/05/1984, publicada em 29/05/84, p. 10
Auxiliar de Contabilidade <i>(não chegou a ser instalado)</i>	<u>Autorização de funcionamento</u> : Portaria CEI de 19, publicada no DOE de 20/12/1977, p. 67.	Port. DRE-RP de 20/1/82, publicada no DOE de 22/01/1982, p. 9: <u>cessa</u> os efeitos da Portaria de autorização de funcionamento
Visitadora Sanitária <i>(não chegou a ser instalado)</i>	<u>Autorização de funcionamento</u> : Portaria CEI de 19, publicada no DOE de 20/12/1977, p. 67.	Port. DRE-RP de 20/1/82, publicada no DOE de 22/01/1982, p. 9: <u>cessa</u> os efeitos da Portaria de autorização de funcionamento
Formação Profissionalizante Básica – setor secundário	<u>Autorização</u> : Port. CEI de 26, publicada no DOE de 27/02/1980, p. 34 <u>Reconhecimento</u> : Port. CEI de 24/02/1982, publicada no DOE de 25/2/82, p. 7	<u>Transformado</u> em Ensino Regular de 2º Grau (nos termos do inciso III, artigo 7º da Deliberação CEE 29/82) por Port. DRE-RP de 22/02/85, publicada em 26/02/1985, p. 12

Cursos	Criação	Encerramento, Transformações e outras ocorrências
Curso Regular de Ensino de 1º Grau	<u>Autorização:</u> Port. DRE-RP de 6/1/82, publicada no DOE de 8/1/82, p. 13	<u>Curso não instalado</u> / autorização tornada sem efeito por Port. DRE-RP de 20/7/83, publicada no DOE de 23/07/83, p. 16
Ensino de 1º Grau	<u>Autorização:</u> Port. DRE-RP publicada no DOE de 26/11/1985, p. 15	<i>(não foi instalado)</i>
Ensino de 1º Grau	<u>Autorização:</u> Port. DRE-RP de 18/11/1988, publicada em 22/11/88, p. 14 Autorização do funcionamento do Ensino Fundamental de 9 anos: Portaria da Dirigente Regional de Ensino de 26/01/2006, publicada no DOE de 27/01/2006.	<i>Em funcionamento</i> Aprovação da alteração no regimento escolar: Portaria D.R.E. de 26/01/2006, publicada em 27/01/2006
Habilitação Profissional Plena de Processamento de Dados (alteração de denominação para <i>Técnico em Informática</i> : 07/10/1998)	<u>Autorização de funcionamento:</u> Port. do Delegado de Ensino de 08/07/1997, publicado em 11/07/97, p. 37.	Encerrado por Portaria da Dirigente Regional de 09/05/2005, publicada no DOE de 11/05/2005 (última turma concluiu no 1º sem. 2003)
Técnico em Agropecuária (Pela Portaria DRE de 18/01/2010, para adequação de nomenclatura ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Ensino Médio, passa a denominar-se Técnico em Agropecuária – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais)	<u>Autorização:</u> Portaria da Dirigente Regional de 10/12, publicada no DOE de 11/12/2008, p. 28	Aprovação de alteração do regimento escolar: Portaria DRE de 09/12/2008, publicada em 11/12/2008
Técnico em Edificações	<u>Autorização:</u> Portaria da Dirigente Regional de 10/12, publicada no DOE de 11/12/2008, p. 28	<i>(não foi instalado)</i>
Técnico em Enfermagem (Pela Portaria DRE de 18/01/2010, para adequação de nomenclatura ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Ensino Médio, passa a denominar-se Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança)	<u>Autorização:</u> Portaria da Dirigente Regional de 10/12, publicada no DOE de 11/12/2008, p. 28	<i>Em funcionamento</i>
Técnico em Meio Ambiente	<u>Autorização:</u> Portaria da Dirigente Regional de 10/12, publicada no DOE de 11/12/2008, p. 28	<i>(não foi instalado)</i>

Cursos	Criação	Encerramento, Transformações e outras ocorrências
Técnico em Química (Pela Portaria DRE de 18/01/2010, para adequação de nomenclatura ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Ensino Médio, passa a denominar-se Técnico em Química – Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais)	<u>Autorização:</u> Portaria da Dirigente Regional de 10/12, publicada no DOE de 11/12/2008, p. 28	<i>Em funcionamento</i>
Técnico em Radiologia (Pela Portaria DRE de 18/01/2010, para adequação de nomenclatura ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Ensino Médio, passa a denominar-se Técnico em Radiologia – Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança)	<u>Autorização:</u> Portaria da Dirigente Regional de 10/12, publicada no DOE de 11/12/2008, p. 28	<i>Em funcionamento</i>
Técnico em Segurança do Trabalho (Pela Portaria DRE de 18/01/2010, para adequação de nomenclatura ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Ensino Médio, passa a denominar-se Técnico em Segurança do Trabalho – Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança)	<u>Autorização:</u> Portaria da Dirigente Regional de 10/12, publicada no DOE de 11/12/2008, p. 28	<i>Em funcionamento</i>
Técnico em Gestão de Processos Industriais	<u>Autorização:</u> Portaria da Dirigente Regional de 10/12, publicada no DOE de 11/12/2008, p. 28	<i>(não foi instalado)</i>

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria do Colégio Nossa Senhora do Carmo (organização da pesquisadora)

Diretores do Colégio Nossa Senhora do Carmo:

Nome	Período
Antônio Lopes Soares	1961(?) - 1970
Lauro Mattar	1971- 1979
Irene Rodrigues da Rocha Tosta	1979 - 1986
Maria Lazara Martins Dias	1986 - 2000
José Ignácio de Azevedo Filho	2000 - 2009
Cleusa Helena dos Santos Tomain	A partir de 2009

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria do Colégio Nossa Senhora do Carmo (organização da pesquisadora)

II – Dados referentes à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava:

Cursos Mantidos:

Cursos	Primeiros Atos Legais
Pedagogia Letras Matemática Estudos Sociais	<u>Autorização de funcionamento:</u> - Parecer CFE nº 485/71, de 11/08/1971, publicado no DOU de 16/08/1971 - Decreto nº 69.058, de 12/8/71, publicado no DOU de 13/08/1971 Instalação: 01/09/1971
Administração	<u>Autorização de funcionamento:</u> Portaria MEC nº 3004, de 18/12/2001
Ciências Biológicas	<u>Autorização de funcionamento:</u> Portaria MEC nº 3007, de 18/12/2001

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava (organização da pesquisadora)

Diretores da FFCL de Ituverava:

Nomes dos Diretores	Período
José Ferreira de Assis	1971 - 1973
José Geraldo Evangelista	1973 - 1975
Antônio Marino Geraldo Neppelembroek	1975 – 2000
José Ignácio de Azevedo Filho	2001 - 2009
Antônio Luis de Oliveira	A partir de 2009

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava (organização da pesquisadora)

Endereços da Instituição

Endereço	Período
Rua Major Domingos Ribeiro dos Santos, 505 – Centro – Ituverava - SP	1971 - 1976
Rua Cel. Flauzino Barbosa Sandoval, 1259 Bairro Cidade Universitária – Ituverava - SP	1976 - 2010

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava (organização da pesquisadora)

Curso: ESTUDOS SOCIAIS / HISTÓRIA

HABILITAÇÕES	Atos Legais e outras ocorrências
Licenciatura Curta de Estudos Sociais	<p><u>Autorização de funcionamento:</u> - Parecer CFE nº 485/71, de 11/08/1971, publicado no DOU de 16/08/1971 - Decreto nº 69.058, de 12/8/71, publicado no DOU de 13/08/1971</p> <p><u>Reconhecimento:</u> - Parecer CFE nº 2.507/75: homologação de 22/08/1975, publicada no DOU de 03/09/1975 - Decreto nº 76.182, de 01/09/1975, publicado no DOU de 02/09/1975 Instalação: 01/09/1971</p>
Estudos Sociais – Licenciatura Plena – Habilitação em Educação Moral e Cívica	<p><u>Reconhecimento:</u> - Parecer CFE 537/76 - Decreto nº 77.578, de 11/05/1976, publicado no DOU de 12/05/1976</p>
Geografia, História e Educação Moral e Cívica – Licenciatura Plena	<p><u>Autorizada a conversão</u>, por via de plenificação do curso de Estudos Sociais – licenciatura de 1 Grau e em continuidade,, nas habilitações de Geografia, História e Educação Moral e Cívica – Licenciaturas Plenas: autorização publicada no DOU de 17/09/1984 – Portaria MEC nº 387, de 13/09/1984 Instalação: 01/03/1985</p>
Estudos Sociais – Licenciatura Curta (de 1º Grau) e Licenciatura Plena em História, Geografia e Educação Moral e Cívica	<p><u>Reconhecimento:</u> - Parecer CFE nº 329/87 - Portaria Ministerial nº 377, de 10/06/1987, publicada no DOU de 12/06/1987</p> <p>A partir de 2005: - por falta de demanda, o curso de Geografia deixa de ser oferecido. - Nova grade curricular: o curso passa a ter a duração de 3 anos</p> <p>2009: forma-se a última turma de Estudos Sociais – Licenciatura em História.</p>
História –Licenciatura	<p><u>Autorização:</u> - Portaria MEC – SES nº 503, de 01/06/2007, publicada no DOU de 04/06/2007: <u>autoriza a transformação</u> em regime de autorização, do curso de Estudos Sociais – Licenciatura, em curso de História – Licenciatura Instalação: 18/02/2008 Aguarda o reconhecimento.</p>

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava (organização da pesquisadora)

Curso de PEDAGOGIA:

HABILITAÇÕES	Atos Legais e outras ocorrências
- Magistério das disciplinas pedagógicas do Ensino de 2º Grau e - Administração Escolar 1º e 2º Graus	<u>Autorização de funcionamento:</u> - Parecer CFE nº 485/71, de 11/08/1971, publicado no DOU de 16/08/1971 - Decreto nº 69.058, de 12/8/71, publicado no DOU de 13/08/1971 <u>Reconhecimento:</u> - Parecer nº 2506/75: homologação publicada no DOU de 11/09/1975 - Decreto nº 76.208, de 04/09/75, publicado no DOU de 05/09/1975 Instalação: 01/09/1971
Orientação Educacional – Licenciatura Plena	<u>Reconhecimento:</u> - Parecer CFE nº 1480/77: homologação em 22/07, publicada no DOU de 29/07/1977 - Decreto nº 80.058 de 01/08/77, publicado no DOU de 02/08/1977 Instalação: 01/03/1976
Supervisão Escolar	<u>Despacho favorável ao funcionamento:</u> Parecer CFE nº 20/85 homologado pelo Despacho MEC de 25/03, publicado no DOU de 27/03/1985 <u>Reconhecimento:</u> - Parecer CFE de 157/86 - Portaria nº 377, de 27/05/86, publicada no DOU de 28/05/1986 Instalação: 01/03/1985
Curso Normal Superior, licenciatura, habilitações em Magistério para os anos iniciais do Ensino Fundamental e em Magistério da Educação Infantil	<u>Reconhecimento:</u> Portaria 150 de 30/05/2006 e Portaria MEC – SESu nº 939, de 20/11/2006, publicada no DOU de 21/11/2006 <u>Extinção:</u> conforme Resolução CNE/CP 5/2005 Resolução CNE/CP 1/2006 e Portaria CNE/CP 3/2006
Pedagogia – Habilitação Administração Escolar do Ensino Fundamental e Médio	Nova grade publicada no DOU em 2007: duração do curso passa a ser de 3 anos

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava (organização da pesquisadora)

Curso: MATEMÁTICA:

HABILITAÇÕES	Atos Legais e outras ocorrências
Matemática	<u>Autorização de funcionamento:</u> - Parecer CFE nº 485/71, de 11/08/1971, publicado no DOU de 16/08/1971 - Decreto nº 69.058, de 12/8/71, publicado no DOU de 13/08/1971
Matemática	<u>Reconhecimento:</u> - Parecer CFE 3493/75, publicado no DOU de 19/12/1975 - Decreto 76.835, de 17/12/1975, publicado no DOU de 18/12/75 Instalação: 01/09/1971
Ciências – Licenciatura de 1º Grau E Matemática – Licenciatura Plena	<u>Autorização de transformação de curso:</u> Decreto nº 77.445, de 14/04/1976, publicado no DOU de 19/04/1976 (autoriza a transformação do curso de Matemática para curso de Ciências)
Matemática – Licenciatura Plena	<u>Autorização de funcionamento:</u> - Parecer CES 355/2000, de 05/05/2000, <u>autoriza a conversão do curso</u> de Ciências com habilitação em Matemática – Licenciatura Plena, em curso de Matemática – Licenciatura Plena - Homologação do Parecer CES 355/2000 publicado no DOU de 03/05/2000 <u>Autorização:</u> - Portaria MEC 596, de 03/05/2000, publicada no DOU de 05/05/2000 aprova transformação do curso de Ciências com habilitação em Matemática – Licenciatura Plena, em curso de Matemática – Licenciatura Plena <u>Reconhecimento:</u> - Portaria MEC 3.878, de 24/11/2004, publicada no DOU de 26/11/2004 reconhece o curso pelo prazo de 3 anos. Em 2007 foi encaminhado ao MEC novo pedido de reconhecimento. O curso passa a ter duração de 3 anos com a publicação de nova grade curricular no DOU em 2006.

Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava (organização da pesquisadora)

Curso: LETRAS

HABILITAÇÕES	Atos Legais e outras ocorrências
Licenciatura Plena – Português / Inglês e respectivas literaturas	<u>Autorização de funcionamento:</u> - Parecer CFE nº 485/71, de 11/08/1971, publicado no DOU de 16/08/1971 - Decreto nº 69.058, de 12/8/71, publicado no DOU de 13/08/1971 Instalação: 01/09/1971
	<u>Reconhecimento:</u> - Parecer CFE nº 2.499/75, de 30/10/75, publicado no DOU de 07/11/1975 - Decreto nº 76.519 de 04/11/75, publicado no DOU de 05/11/1975
	<u>Renovação de Reconhecimento:</u> Portaria MEC nº 257, de 26/01/2006, publicada no DOU de 27/01/2006, seção I, p. 14/18 Nova grade curricular publicada em 2006: duração do curso passa a ser de 3 anos

**Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava
(organização da pesquisadora)**

Curso: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

HABILITAÇÃO	Atos Legais e outras ocorrências
Ciências Biológicas – Licenciatura Plena	<u>Autorização de funcionamento:</u> Portaria MEC nº 3007, de 18/12/2001 <u>Reconhecimento:</u> Portaria MEC 136, de 30/05/2006. <u>Instalação:</u> 18/02/2002

**Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava
(organização da pesquisadora)**

Curso: ADMINISTRAÇÃO

HABILITAÇÕES	Atos Legais e outras ocorrências
- Gestão de Negócios / - Agronegócios (Bacharelado)	- <u>Autorização de funcionamento</u> : Portaria MEC nº 3004, de 18/12/2001 - <u>Reconhecimento</u> : Portaria MEC nº 138, de 30/05/2006, publicada no DOU de 01/06/2006. <u>Instalação</u> : 18/02/2002

**Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FFCL de Ituverava
(organização da pesquisadora)**

III – Dados referentes à Faculdade Dr. Francisco Maeda:

Cursos	Atos Legais
Agronomia	<p><i>Credenciamento da Faculdade junto ao MEC: Decreto Federal nº 94.200 de 08/04/1987, publicado no DOU de 09/04/1987</i></p> <p><i>Aprovação do Regimento e Estatuto: Portaria MEC 1389 DE 03/06/2003, PUBLICADA NO dou DE 04/06/2003</i></p> <p><i>Renovação do reconhecimento: Portaria MEC 3.261 DE 21/09/2005, publicada no DOU de 23/09/2005</i></p>
Sistemas de Informação	<i>Reconhecimento: Portaria MEC 259 de 23/03/2007, publicada no DOU de 26/03/2007.</i>
Direito	<i>Reconhecimento: Portaria MEC 1.055 de 21/12/2007</i>
Medicina Veterinária	<i>Reconhecimento: Portaria MEC 57 de 22/01/2009, publicada no DOU de 26/01/2009.</i>

Diretores da FAFRAM:

Nomes dos Diretores	Período
Heitor Werther Studdart Montenegro	1987 - 1993
Bernardo Ferraz de Ciqueira	1994 -1998
Paulo César Corsini	1999 – 2002
Márcio Pereira	A partir de 2003

**Fonte: Fundação Educacional de Ituverava – secretaria da FAFRAM
(organização da pesquisadora)**

Endereço da Instituição

Endereço	Período
Rodovia Jerônimo Nunes Macedo, km 1	Desde 1987

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)